

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA

BEATRIZ BESEN

**Nos limiares do(a) político(a):
(des/re)construindo trajetórias
e narrativas de jovens ativistas das Direitas
Radicais no Brasil e na Alemanha**

São Paulo

2023

BEATRIZ BESEN

**Nos limiars do(a) político(a):
(des/re)construindo trajetórias
e narrativas de jovens ativistas das Direitas
Radicais no Brasil e na Alemanha**

Versão corrigida

Tese apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política

Orientadora:
Prof^a. Dra. Soraia Ansara

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Escola de Artes, Ciências e Humanidades,
com os dados inseridos pelo(a) autor(a)
Brenda Fontes Malheiros de Castro CRB 8-7012; Sandra Tokarevicz CRB 8-4936

Besen, Beatriz

Nos limiães do(a) político(a):
(des/re)construindo trajetórias e narrativas de
jovens ativistas das Direitas Radicais no Brasil e
na Alemanha / Beatriz Besen; orientador, Soraia
Ansara. -- São Paulo, 2023.
230 p: il.

Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-
Graduação em Mudança Social e Participação Política,
Escola de Artes, Ciências e Humanidades,
Universidade de São Paulo, 2023.
Versão corrigida

1. participação política. 2. Direitas Radicais .
3. discursos. 4. liminaridade . 5. identidades . I.
Ansara, Soraia, orient. II. Título.

Nome: Besen, Beatriz

Título: Nos limiares do(a) político(a): (des/re)construindo as trajetórias e narrativas de jovens
ativistas das Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha

Tese apresentada à Escola de Artes, Ciências e
Humanidades da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutora em Ciências
do Programa de Pós-Graduação em Mudança
Social e Participação Política

Área de Concentração:

Interdisciplinar

Aprovado em: 10 / 11 / 2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

**Aos jovens militantes e ativistas
que ainda sonham com um mundo sem pobreza.**

Agradecimentos

Àqueles que são meu Sul,

Ao meu marido e companheiro, Ramiro Neves da Silva Macedo, quem, muitas vezes, forneceu-me bases materiais — comida e canção — para poder atravessar o doutorado. Mas que, acima de tudo, compartilhou um monte incalculável de amor, riso e interlocução. Nossa parceria me faz mais presente.

À minha mãe e amiga, Gina Rizpah Besen, quem me inspirou e deu as bases para enfrentar as batalhas internas e externas frente à complexidade de ser mulher nesse mundo. Nossa cumplicidade é meu solo firme.

Ao meu pai, Roberto Alves de Oliveira, que me transmitiu a capacidade de argumentação e a paixão pelo debate. Sua confiança me dá força para voar mais alto.

Ao meu padrasto, Pedro Roberto Jacobi, que me presenteou com seu carinho e apoio inabaláveis.

À minha irmã Nina, que compartilhou confidências e aprendizados e me deu o privilégio de ser tia do Paco e do Benja.

Ao meu irmão, Murilo Gustavo Gírio, que se fez presente mesmo na distância e me reassegurou que nossa parceria é para a vida.

À minha irmã, Cristina Silva Sacco de Oliveira, que me deu abraços apertados e me encantou com sua combinação de ternura e rebeldia.

Aos meus amigos e amigas, Lenora, Olívia, Ticiane, Lucas, Luca, Flávia, Bianca, Maurício, Pedro, Marília, Gabriela, Yuri, Nina, Lívia, Mayra, Patrícia, Tiago, Beatriz, Ana, Matteo, Henrique, Breno. Com vocês, sinto-me em casa. Nossas conexões e encontros dão brilho, alegria e leveza para a vida.

À minha orientadora, Soraia Ansara, que me mostrou, incansavelmente, que a generosidade e a troca ainda são os fundamentos da educação.

Aos membros da banca, Vítor Ferreira, Benjamin Junge, Bruna Suruagy do Amaral e Pablo Ortellado, pela leitura atenta e arguições generosas.

À minha analista, Teresinha, cuja escuta atenta e perguntas certeiras me deram a responsabilidade e coragem para buscar conduzir minha própria vida.

À CAPES e ao DAAD, que financiaram e me permitiram concretizar esse projeto.

Ao Brasil, que é de onde venho e para onde pretendo sempre voltar. Ser brasileira é um privilégio sem tamanho. Viver e crescer na e com a contradição é uma dor e delícia.

Se eu quiser falar com Deus
Tenho que aceitar a dor
Tenho que comer o pão
Que o diabo amassou
Tenho que virar um cão
Tenho que lamber o chão
Dos palácios, dos castelos
Suntuosos do meu sonho
Tenho que me ver tristonho
Tenho que me achar medonho
E apesar de um mal tamanho
Alegrar meu coração
Se eu quiser falar com Deus
Tenho que me aventurar
Tenho que subir aos céus
Sem cordas pra segurar
Tenho que dizer adeus
Dar as costas, caminhar
Decidido, pela estrada
Que ao findar, vai dar em nada
Nada, nada, nada, nada
Nada, nada, nada, nada
Nada, nada, nada, nada
Do que eu pensava encontrar

Resumo

Besen, Beatriz. Nos limiões do(a) político(a): (des/re)construindo trajetórias e narrativas de jovens ativistas das Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha. 2023. Número total de f. 227 Tese (Doutorado em Mudança Social e Participação Política) — Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Versão original.

A presente pesquisa compara o ativismo juvenil nas Direitas Radicais do Brasil e da Alemanha, analisando discursos, identidades e sentidos da participação política. A partir de doze (re)construções de trajetórias de engajamento, além da (des)construção das narrativas em categorias temáticas, foram evidenciadas as plurais trajetórias e identidades dos jovens ativistas. Ao analisar as reconstruções, propôs-se compreender o ativismo desses jovens como uma experiência de participação liminar, a qual combina práticas reconhecidas como democráticas, como a militância de base, os estudos, a organização de manifestações e a preparação para cargos políticos, com agendas e estratégias não reconhecidas como tal, como o ataque às minorias e ao Estado enquanto regulador das desigualdades. Embora seja identificada a legitimação do discurso de ódio e exclusão na expansão dos discursos das Direitas Radicais na esfera pública, a perspectiva biográfica revela uma diversidade de constelações de conflito e identificações com uma posição antagônica em um contramovimento. O engajamento nesses movimentos é entendido como um processo e permeado pela interpelação de discursos relacionados ao conservadorismo social e ao neoliberalismo, os quais moldam 'realidades' e 'sistemas de representação'. Diferentes agendas estabelecem a família como espaço referencial, omitindo os atravessamentos das relações de poder e opressão, as quais se revelam na distribuição dos espaços e agendas no interior dos movimentos. O conceito estratégico de 'cultura' passa a ser um substituto para discussões acerca de raça, etnia e classe. No interior das narrativas identifica-se o desejo de serem atores de mudança social, além de experiências de aprendizagem e que 'escapam' das cadeias significantes fornecidas pelos movimentos. A pesquisa indica que o crescente engajamento jovem nas Direitas Radicais reflete transformações comuns nas identidades e nos modos de subjetivação política no Brasil e na Alemanha, no entanto, envolve agendas e trajetórias particulares aos países. Discute-se, por fim, serem necessárias estratégias democráticas que permitam o acesso à esfera pública não apenas pelo reconhecimento de identidades, mas também como espaço de exploração, no qual possam ser experimentadas e inauguradas posições que ultrapassem binarismos maniqueístas.

Palavras-chave: participação política; Direitas Radicais; discursos; liminaridade; identidades.

Abstract

Besen, Beatriz. On the thresholds of the political: (de/re)constructing trajectories and narratives of young activists in the Radical Right of Brazil and Germany. Number of pages p. 227. Dissertation (Doctor of Science) — School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2023. Original version.

The present research compares youth activism in the Radical Right of Brazil and Germany, analyzing discourses, identities, and meanings of political participation. Through twelve (re)constructions of engagement trajectories, as well as the (de)construction of narratives into thematic categories, the diverse trajectories and identities of young activists were highlighted. By analyzing these reconstructions, the dynamics of activism of these young individuals was interpreted as an experience of liminal participation, which combines practices recognized as democratic such as grassroots militancy, studies, organizing demonstrations, and preparing for political positions, with agendas and strategies not recognized as such, including targeting minorities and challenging the state's role as a regulator of inequalities. Although the legitimization of hate speech and exclusion is identified in the expansion of radical right discourses in the public sphere, the biographical perspective reveals a diversity of conflict constellations and identifications in an antagonistic position within a countermovement. Engagement in these movements is understood as a process permeated by the influence of discourses related to social conservatism and neoliberalism, which shape 'realities' and 'representation systems'. Different agendas establish the family as a reference point, overlooking the intersections of power and oppression, which become evident in the distribution of spaces and agendas within the movements. The strategic concept of 'culture' becomes a substitute for discussions about race, ethnicity, and class. Within the narratives, there is a desire to be agents of social change, as well as experiences of learning that 'escape' the significant chains provided by the movements. The research indicates that the increasing engagement of young people in Radical Right movements reflects common transformations in identities and modes of political subjectivity in Brazil and Germany; however, it involves agendas and trajectories specific to each country. Finally, the need for democratic strategies is discussed, which allow access to the public sphere not only through the recognition of identities but also as a space for exploration, where positions that surpass binary frameworks can be experienced and inaugurated.

Keywords: political participation; Radical Right; discourses; liminality; identities.

Lista de figuras

Figura 1: Quadro de códigos gerados	130
Figura 2: Nuvem de Palavras de 100 termos a partir de 1 caractere gerado no software NVivo	132
Figura 3: Nuvem de Palavras de 100 termos a partir de 7 caracteres gerado no software NVivo	133

Sumário

<i>Introdução</i>	16
1 (Des/Re)construindo o conhecimento acerca das Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha	26
1.1 O tensionamento da democracia liberal: expansão das Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha	27
1.1.1 As ‘Direitas Radicais’: pluralidade e radicalização	35
1.1.2 Ultraliberal e autoritária: as investigações acerca das Direitas Radicais no Brasil.....	40
1.1.2 Radical, populista e iliberal: as investigações sobre as Direitas Radicais na Europa	45
1.2 Explorando o ativismo jovem nas Direitas Radicais	51
1.2.1 Tradições nos estudos sobre juventude	59
1.2.2 Tradições nos estudos acerca da participação política juvenil	65
1.3 Inaugurando normatividades e modos de subjetivação política	68
2 Comparando discursos, identidades e sentidos da participação política	75
2.1 O princípio de abertura: entrevistas biográficas ou de narrativa de vida	76
2.2 Percurso e estratégias: reflexões sobre posicionalidade e ética em pesquisa	79
2.2.1 Estratégias de recrutamento e procedimentos éticos.....	79
2.2.2 Reflexividade e <i>ética do cuidado</i>	82
2.3 Reconstruções biográficas e análise temática de narrativas	86
3 (Re)construindo as trajetórias da participação política a partir das biografias dos jovens ativistas	91
3.1 Principais dimensões das reconstruções e trajetórias de ativismo	108
3.1.1 Trajetórias e autorrepresentação	108
3.1.2 Outros significativos: espaços virtuais e presenciais e a virtude de estudar	115
3.1.3 Estar em um contramovimento: a demanda de autenticidade e autorresponsabilidade	122
3.2 Traduzindo as dinâmicas como forma de ‘participação liminar’	124
4 (Des)construindo as narrativas em categorias temáticas	129
4.1 O processo de análise e a construção das categorias	129
4.1.1 O familismo e a moralização das crises: o neoconservadorismo e o discurso <i>völkisch</i>	133
4.1.2 O ‘antifeminismo’ feminino: espaços políticos definidos pelo gênero	143

4.1.3 Deus e Religião: entre o cristianismo cultural e a batalha espiritual neopentecostal.....	149
4.1.4 Os (ab)usos da memória: posicionando-se frente ao passado	153
4.1.5 O Outro ameaçador: o encontro entre os ‘normais’ e os ‘cidadãos de bem’	160
4.1.6 As pessoas e o povo (<i>der Volk</i>): ocultamento das relações de poder e opressão.....	169
4.1.7 Os cálculos da liberdade: a justiça social como coerção.....	172
4.1.8 O discurso da loucura: urgência e radicalidade de ação.....	176
4.1.9 A busca de vínculos e as fissuras da resistência	178
5 Considerações finais.....	185
Referências.....	196
Apêndice 1.....	223
Apêndice 2.....	226
Apêndice 3.....	228
Apêndice 4.....	230

Lista de Abreviaturas e Siglas

- AfD** — Alternativa para a Alemanha (*Alternative für Deutschland*)
- FPÖ** — Partido da Liberdade da Áustria (*Freiheitliche Partei Österreichs*)
- CDU** — União Democrata-Cristã (*Christlich-Demokratische Union Deutschlands*)
- SPD** — Partido Social-Democrata (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*)
- PT** — Partido dos Trabalhadores
- ONU** — Organização das Nações Unidas
- PEGIDA** — Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente (*Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes*)
- DAAD** — Serviço de Intercâmbio Alemão (*Deutscher Akademischer Austauschdienst*)
- DRP** — Partido do Reich Alemão (*Deutsche Reichspartei*)
- DP** — Partido Alemão (*Deutsche Partei*)
- NPD** — Partido Nacional Democrata Alemão (*Nationaldemokratische Partei Deutschlands*)
- REP** — Republicanos (*Republikaner*)
- DVU** — União Popular Alemã (*Deutsche Volksunion*)
- FN** — Frente Nacional (*Rassemblement/ Front National*)
- JA** — Juventude Alternativa (*Jung Alternative*)
- IPEC** — Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica
- TFP** — Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
- AIB** — Ação Integralista Brasileira

Introdução

Der Geist des Widerspruchs und die Lust zum Paradoxen steckt in uns allen.

O espírito de contradição e o desejo de paradoxo estão em todos nós.

(Goethe, em *De minha vida: Poesia e verdade*, 1811/2017)

Em muitos dos trabalhos que desenvolvi até o presente momento, foi a *Celebração das Contradições/2* (1995), de Eduardo Galeano, que ocupou o lugar de epígrafe. Buscando fugir à redundância, mas convicta de que esse ainda é o motor e eixo de minhas pesquisas, inicio a presente tese com uma célebre frase de Johann Wolfgang von Goethe. Segundo o teólogo Rudolf Herrmann (1976), ao escrevê-la, Goethe estava inspirado no livro de Gottfried Arnold (1688) *Unpartheyische Kirchen- und Ketzer-Historie*, traduzido para o português como *A Imparcial História da Igreja e da Heresia*. O livro colocava em questão a ideia de que as ‘heresias’ consistiam em erros, bobagens ou loucura, defendendo que seriam justamente os hereges que puderam promover a busca da verdade no interior da Igreja. De forma complexa para seu tempo, Gottfried e Goethe entendiam que havia um poder e revelação nas contradições, que combatiam o maniqueísmo e a ideia de um mundo estático. Gottfried ainda foi um dos primeiros a denunciar que a criação das ‘heresias’ era uma forma de controle das autoridades, um mecanismo de poder que dizia mais sobre as instituições do que sobre os ‘supostos hereges’.

Admitir e explorar a contradição também consiste em um traço fundamental de algumas áreas das ciências sociais e humanas com as quais me identifico e busco dialogar desde a graduação. Foi a abertura e o interesse pelas contradições e pelo conflito que me conduziram para os estudos da Psicanálise, ainda em 2010, e que, posteriormente, levaram-me à Teoria Crítica e aos estudos da memória. Perseguir e analisar a contradição foram motores do meu retorno para a academia depois de quatro anos atuando na coordenação e análise de projetos voltados ao desenvolvimento social. Começar por essa constatação é uma forma de trazer os leitores para o meu universo, mas também um desejo de reconstituir meu ‘Sul’, ou seja, minha orientação que, por vezes, perdeu-se no percurso de quatro anos que constituiu esse doutorado. Nesses quatro anos, vivemos coletivamente uma pandemia, e, pessoalmente, experimentei a vida em quatro cidades distintas, duas delas naquilo que é globalmente admitido enquanto ‘Norte’. Nos últimos dois anos, vivi e experimentei a vida de imigrante na Alemanha; com

muitos privilégios por ter contado com uma bolsa de pesquisa do Serviço Alemão de Intercâmbio (DAAD), mas com uma série de desafios concretos pelo choque produzido pelo encontro das contradições de cada cultura.

A presente pesquisa nasce ainda em 2019, ao ter finalizado meu mestrado em Psicologia Social e estar na fase final de meu mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas. Após firmar meu interesse pelo tema das juventudes, mas sentir-me ainda conectada aos estudos da memória política — os quais desenvolvi no primeiro mestrado — ingressei no Doutorado do Programa de Mudança Social e Participação Política, com a proposta de compreender como os jovens em São Paulo e Berlim exploravam e utilizam a memória como instrumento de mudança social. No entanto, concomitantemente à escrita de meu segundo mestrado, em 2019, fui ao encontro dos estudos culturais e do pós-estruturalismo, os quais propunham novas investigações e indagações acerca das identidades. Nesse mestrado (Besen, 2019), utilizei tais referenciais para investigar jovens periféricos que se identificavam enquanto militantes e empreendedores, buscando destrinchar como universos e projetos distintos de mudança social podiam encontrar-se e constituir identidades. Tal pesquisa também me conduziu aos estudos acerca da participação política, encorajando-me a assumir a necessidade de rever as rotas do doutorado, de modo a voltar a explorar fenômenos contraditórios e, em última instância, desconfortáveis.

Buscando um deslocamento de lugares conhecidos e uma revigorada curiosidade — que, como Foucault (1984) menciona, é um dos métodos centrais da pesquisa científica — reconectei-me com uma questão que me perseguia desde os tempos em que atuei como coordenadora de Projetos no Centro Educacional de Heliópolis (2015-2017). Como jovens, que inicialmente não se engajavam nem mencionavam a política entre seus tópicos de interesse, passaram a se envolver em movimentos cujas agendas principais eram conservadoras e de perseguição aos direitos das minorias? Não foi difícil, naquele momento, observar que as mídias e a literatura já formavam um consenso acerca da dimensão internacional do fenômeno de expansão da extrema-direita, principalmente pela eleição, na Europa e nos Estados Unidos, de líderes alinhados com essas agendas. Porém, também era possível observar a existência de pré-conceitos e concepções rígidas e maniqueístas acerca dos ativistas de tais movimentos, assim como os eleitores de tais candidatos. Conforme realizava a revisão da literatura no Brasil, notava que tal ativismo se encontrava excluído dos estudos de participação política, com raras exceções (Bringel & Pleyers, 2019; Sousa et al., 2022). Os novos ‘ativistas’ — que não deveriam sob nenhuma hipótese serem confundidos com militantes — pareciam ganhar a

posição de hereges, com os quais ‘não dá pra conversar’. Recebiam, em espaços informais, as alcunhas de ‘loucos’ ou ‘ignorantes’ e, em pesquisas acadêmicas, ainda eram investigados por meio de teorias que reforçavam a estigmatização.

Ao expandir a revisão de literatura para fora do Brasil, notei a existência de uma tradição de pesquisa que se consolidava há trinta anos no contexto europeu¹ e que, mais recentemente, ganhava certa uniformidade pelo uso do conceito de ‘Direita Radical’. Tal designação havia se expandido por meio dos estudos de Mudde (2007, 2014, 2016), que, originalmente, referia-se a uma ‘família partidária’ emergente na Europa a partir da década de 1980. Mudde estabeleceu uma diferenciação entre a extrema direita (*extreme right*) e a direita radical (*radical right*). Em relação à extrema direita, a direita radical seria diferenciada em sua aceitação parcial de princípios democráticos, como soberania popular e governo da maioria, embora compartilhasse, com a extrema-direita, a negação de aspectos da democracia liberal, tais como as proteções constitucionais de minorias (étnicas, políticas, religiosas), a separação de poderes e o Estado de Direito (Mudde, 2016).

O estudo europeu das ‘Direitas Radicais’ teve início ainda na década de 1990 e resultou em uma vasta quantidade de publicações e projetos de pesquisa (Mayer, 2020). No interior dessa tradição, consegui identificar também um corpo de pesquisa recente (Schellenberg, 2013; Krasteva & Lazaridis, 2016; Krasteva, 2017; Miller-Idriss, 2018a, 2018b) que focava, especificamente, o ativismo jovem e buscava evidenciar a heterogeneidade dos jovens atraídos ou engajados na ‘Direita Radical’. Por meio de novas metodologias qualitativas de pesquisa, tais pesquisadores apontavam para uma diversidade de movimentos e atores emergentes que se traduzia em um mosaico complexo e poroso de identificações. Rompendo com a tradição da análise do comportamento eleitoral, havia um estímulo ao uso de métodos qualitativos, como entrevistas e observação etnográfica, para apreender as particularidades, inserindo tal participação no campo dos estudos dos movimentos sociais. Estudos recentes (Blee & Creasap, 2010, Pilkington, 2016; Gattinara & Pirro, 2018; Toscano, 2019) corroboravam para a

¹ No contexto americano, também há um universo grande de pesquisas sobre o tema, mas que ganham intensidade após as eleições de Donald Trump em 2016. Ali tem sido diferenciada a Direita Conservadora (*Conservative Right*) da Direita Alternativa (*Alt-Right*). Mais recentemente, nesse quadro também foi proposto o conceito de *Alt-Lite*, que trataria de uma direita alternativa ‘leve’ (*Alt-Lite*). Hawley (2017) irá explicar que a definição é um tanto nebulosa, mas que a Direita Alternativa inclui uma série de indivíduos que se identificam como de direita, mas que têm como um dos centros de suas agendas a supremacia racial branca. Taylor (2020) esclarece que o *Alt-Right* inclui ‘nacionalistas brancos’, ‘realistas raciais’, neonazistas, acadêmicos de extrema direita, antimodernistas esotéricos e a ‘manosfera’ misógina. Essa diversidade é refletida na divisão entre o *alt-right*, que abraça abertamente o nacionalismo branco, fascismo ou nazismo, e o *alt-lite*, que advoga pelo nacionalismo cívico, em vez do branco, e acolhe a participação de judeus, gays e pessoas de cor. Eles são unidos pela crença de que ‘todos os homens são criados desiguais’ (Taylor, 2020, p. 15).

compreensão de que tais grupos atendiam aos critérios de um movimento social, pois constituíam ‘uma rede de interações entre indivíduos que compartilham uma identidade’, além de estarem ‘engajados em um conflito político/cultural/social’ e usarem ‘da ação coletiva para dar voz a preocupações e ressentimentos específicos’ (Pasiëka, 2020, p. 87).

Relacionando-me com tal literatura, pude refletir que a frequente exclusão do ativismo da ‘Direita Radical’ nas investigações acerca dos jovens e de sua participação política refletia uma relação negligenciada entre perspectivas analíticas e normativas, a qual limitava a possibilidade de visualizar as trajetórias dos jovens, assim como identificar os sentidos atribuídos à participação política. Assim, mantendo como centro as juventudes, este se tornou um estudo do ativismo juvenil de jovens no Brasil e na Alemanha. Contudo, considerando a experiência previa e o acesso que tinha a jovens que também se identificavam enquanto militantes do espectro da esquerda, fui para a qualificação propondo um projeto que envolvia a análise mais ampla das transformações do ativismo jovem nos dois países. Foi esse também o projeto que submeti e que foi aprovado para uma estância de investigação de dois anos na Alemanha. Propus uma ida à Frankfurt, no grupo de pesquisa sobre participação política do Prof. Dr. Andreas Walther na Universidade Goethe de Frankfurt, e um segundo ano de participação no grupo de pesquisa da Profa. Dra. Hanna Schwander, localizado na Sociologia Política da Universidade Humboldt de Berlin.

Entretanto, logo antes de partir para a Alemanha — em setembro de 2021 — tive a oportunidade de realizar a minha banca de qualificação, na qual apresentei o projeto, duas entrevistas exploratórias e os capítulos iniciais. Com a colaboração de minha orientadora e da banca, concluí que o escopo da pesquisa havia se tornado demasiadamente amplo e que, para investigar o fenômeno que mais me instigava e que expressava cada vez mais sua urgência — o ativismo juvenil em movimentos das Direitas Radicais — era suficiente focar em jovens identificados com tal espectro político. Foi com esse trajeto que a pesquisa chegou ao presente formato e se estabeleceu enquanto um estudo comparado, cujo objetivo é analisar e comparar os discursos, as identidades e os sentidos da participação política de jovens nas Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha. Já na Universidade Goethe de Frankfurt e com o projeto renovado, tive a oportunidade de ministrar um semestre letivo, apresentando aos alunos do mestrado em Ciências da Educação um seminário que abordava as perspectivas internacionais acerca da participação política em movimentos de Extrema-Direita² (*Far-Right*). Ali também

² Frente à diferenciação proposta por Mudde (2014) e adotada na presente tese, enfrentei o problema da tradução, já que *extreme-right* e *far-right* são traduzidos para o português como ‘extrema-direita’. Por essa razão, quando

introduzi os alunos ao método das entrevistas biográficas (Schütze, 1983; Rosenthal, 2004; Köttig, 2008), o qual se tornou parte de minha metodologia de pesquisa.

Ao realizar a revisão da literatura e preparar a disciplina, aprofundei-me nas contribuições da literatura latino-americana e europeia sobre o tema. Foi com base nelas que optei por usar o termo ‘Direitas Radicais’ como categoria heurística que engloba atores, grupos, movimentos e partidos que têm produzido o ‘tensionamento’ da democracia liberal, por meio do ataque à proteção constitucional das minorias (étnicas, religiosas e econômicas), assim como o questionamento do papel do Estado como regulador das desigualdades. Ao usar ‘Direitas Radicais’ busquei enfatizar, portanto, a questão da pluralidade e adotar a diferenciação com a direita tradicional mediante o uso do conceito de ‘radicalização’. Foi também por meio da revisão bibliográfica que constatei a inexistência de estudos prévios que comparam o ativismo juvenil nas Direitas Radicais entre países da Europa e da América Latina. Estudos comparados foram feitos entre países europeus, mas, em sua maioria, também se centraram no estudo da participação no interior de partidos políticos (Klandermans & Mayer, 2005; Krasteva, 2017; Caiani, Porta & Wagemann, 2012; Pasieka, 2021).

A presente pesquisa busca, portanto, expandir o conhecimento acerca do ativismo juvenil nas Direitas Radicais a partir de um estudo comparado entre Brasil e Alemanha, o qual reflete sobre as metamorfoses das identidades políticas e as transformações nos modos de subjetivação. A pesquisa insere-se em um quadro analítico pós-estruturalista, a partir do qual se entende que as identidades são formações discursivas resultantes de sistemas de significação, os quais organizam e hierarquizam representações sociais (Hall, 2000). Tendo como referência Foucault (1980, 1991), considero que o discurso não envolve apenas a comunicação escrita ou falada, mas também narrativas, símbolos, a maneira de endereçar tópicos, assim como as alegações acerca do conhecimento e da verdade. Além disso, o discurso define a existência de certas realidades, que são entendidas como ‘verdadeiras’, enquanto também silencia outros ‘sistemas de representação’ possíveis. Isso significa considerar que o discurso ativamente constrói o mundo como conhecemos e oferece posições subjetivas que se tornam mais ou menos apelativas diante de distintos modos de subjetivação.

menciono a extrema-direita, coloco entre parênteses à qual me refiro. *Far-right* tem relação com a posição dos atores, movimentos e partidos no espectro político — ou seja, enfatiza a sua distância do centro e coloca-a para além da direita — incluindo tanto os grupos classificados como Direitas Radicais, quanto a Extrema Direita. A *extreme-right* é assim denominada a partir das análises do extremismo, sendo classificada dessa forma pelas práticas e estratégias que são entendidas por Mudde como de caráter revolucionário, já que negam características centrais da democracia liberal, como a soberania popular e o governo da maioria.

A pesquisa também se orienta pelo horizonte da mudança social e, por isso, considera as influências sócio-históricas de Castoriadis (2007a), pós-coloniais de Bhabha (1996) e de Hall (1996), assim como os estudos brasileiros sobre narrativa de vida conduzidos por Ciampa (2003, 2005). Castoriadis (2007), quem foi ignorado por longo tempo no campo psicanalítico, propõe um projeto de autonomia referente ao sujeito coletivo, o qual está submetido às forças da institucionalização, mas poderá encontrar, na política, experiências de criação e imaginação. Bhabha (1996) é quem irá enfatizar que as condições de resistência estão na superação de binarismos; junto a Hall (1996), é ele quem discute que as oposições *West and Rest* definiram um mundo rígido e estático, refletindo também as próprias condições de produção de conhecimento nas ciências sociais. Por fim, Ciampa (2003, 2005) é quem irá discutir sobre a fluidez das identidades, observando que as metamorfoses que ocorrem a nível biográfico refletem e permitem projetar transformações a nível ‘social’. Em conjunto, tais autores servem como inspiração para as reflexões construídas em termos dos horizontes de resistência, proporcionando considerar a capacidade de autorreflexão dos sujeitos, assim como a emergência de forças de resistência que se situam no campo fronteiriço.

Inserida, portanto, nesse quadro estrutural e analítico pós-estruturalista e inspirada pelas tradições de pesquisa acima elencadas, a presente pesquisa centraliza as narrativas dos jovens ativistas das Direitas Radicais do Brasil e da Alemanha, que foram apreendidas e analisadas a partir de entrevistas de narrativa de vida (Lima & Ciampa, 2017) — como conhecidas no contexto brasileiro — ou entrevistas biográficas (Schütze, 1983) — como tratadas no contexto alemão. Por meio da reconstrução das trajetórias de engajamento, assim como da desconstrução das narrativas e criação de categorias temáticas, busco identificar semelhanças e diferenças nos discursos, identidades e sentidos da participação política dos jovens, levando em conta os contextos particulares dos países.

Em relação a tais contextos, é fundamental ressaltar que o Brasil e a Alemanha compartilham um padrão comum na expansão das Direitas Radicais após 2013 (Rocha et al., 2021; Schwander & Manow, 2017), mas são duas nações com distintos regimes políticos, contextos históricos únicos e diferentes regimes de bem-estar social — o qual influencia as políticas que moldam o crescimento e o desenvolvimento dos jovens. A Alemanha é um Estado social conservador e centrado no emprego que conecta os direitos sociais ao emprego e ao *status* familiar. Nesse país, os serviços e as políticas para a juventude são bem estruturados, mas aderem ao princípio da socialização (seletiva) dos jovens para posições definidas (ou ocupacionais) dentro do curso normal da vida (Walther, 2022). Em contraste, o Brasil é

classificado, por vezes, como um estado de desenvolvimento social (Draibe, 2007) que combina déficits de infraestrutura e dependência familiar com uma ênfase crescente na responsabilidade individual. Também tem sido classificado como um modelo de Bem-Estar Social de base conservadora, característico de países que viveram uma recente transição democrática. Tal classificação considera que o país caminha para a universalização das políticas, mas tem estratificações profundas entre os que consomem serviços privados e públicos (Benevides, 2011).

Em relação ao regime político, a Alemanha representa um Parlamentarismo, enquanto o Brasil vem sendo definido como um Presidencialismo de coalizão (Abranches, 2018). A diferença principal entre os dois sistemas reside na separação de origem e de sobrevivência entre os poderes Executivo e Legislativo. No presidencialismo ‘puro’, cujo paradigma tem sido o modelo americano, o presidente é eleito por voto direto e possui autonomia para determinar a composição do governo. Sua estabilidade é fundamentada no mandato e não depende do apoio legislativo. Já o presidencialismo de coalizão se apresenta como uma variante institucional que combina a estrutura hierárquica centrada no presidente com a formação de coalizões multipartidárias. No caso do parlamentarismo, o governo só subsiste enquanto mantiver o apoio da maioria do Legislativo, e o poder concentra-se no gabinete. Quando nenhum partido alcança maioria, forma-se um governo por meio de uma coalizão multipartidária, o que é comum em muitas democracias europeias, tais como a alemã (Batista, 2016).

Por fim, também se apresentam distintos contextos históricos — com diferentes relações temporais entre os períodos de violações maciças dos direitos humanos na Alemanha e na América Latina (Huhle, 2016). Os países latino-americanos tiveram longos períodos de governos ditatoriais, além de terem vivido longos períodos de colonização e, no caso brasileiro, de escravidão. O Brasil foi uma colônia portuguesa por 322 anos (1500-1822), teve um regime escravocrata de 388 anos (1500-1888) e, por outros 21 anos (1964-1985), esteve sob um regime militar ditatorial. Enquanto isso, na Alemanha, o regime nazista foi derrotado em 1945, após 12 anos do período mais brutal do Terceiro Reich. Além disso, a Guerra Fria e a divisão temporária do país entre Oriente e Ocidente, que durou de 1945 até 1989, também é uma questão relevante para a compreensão de seu contexto político (Schellenberg, 2013).

Tais diferenças evidenciam o potencial da realização de um estudo comparado para analisar o ativismo juvenil nas Direitas Radicais, assim como alertam para a necessidade de reflexão acerca de suas influências no fenômeno estudado. No contexto da Psicologia Política, os estudos comparados têm sido considerados uma ferramenta muito importante, podendo

variar entre uma metodologia dedutiva, indutiva ou mista; ou seja, variando entre um teste de hipóteses, um estudo exploratório ou a combinação de ambos (van de Vijver, 2009). No presente estudo, prevalece um caráter exploratório, no qual se busca expandir as compreensões sobre o fenômeno por meio da exploração de seus desdobramentos frente aos distintos contextos.

Ainda sobre os contextos dos países, entendo ser importante mencionar seus potenciais efeitos em termos de posicionalidade (Massey, 1994). Com isso, refiro-me ao fato de que os marcadores sociais das diferenças (Collins, 2000; Crenshaw, 2002) podem operar de formas diferentes no Brasil e na Alemanha. No Brasil, costumo ser identificada enquanto uma mulher branca e de classe média-alta. No caso alemão, mantive-me sendo identificada enquanto uma mulher branca, porém também imigrante e sem domínio fluente do idioma. Em ambos os casos, tive a posição na universidade como um elemento de legitimação importante, o qual funcionou como porta de entrada para diversos espaços. Tais atravessamentos serão analisados de forma detalhada no segundo capítulo da tese — no qual apresento a metodologia de pesquisa —, mas definiram distintos desafios práticos e éticos na consolidação da pesquisa, assim como na construção da análise. No caso brasileiro, consegui realizar onze entrevistas com ativistas que se identificaram enquanto homens e mulheres. No caso alemão, houve uma dificuldade maior em encontrar potenciais entrevistados, resultando em um universo total de cinco entrevistados que se identificaram enquanto homens.

Como estratégia para aproximação e recrutamento dos entrevistados, criei um perfil profissional no Instagram para acompanhar movimentos e atores das Direitas Radicais nos dois países. A partir de 2020, observei os movimentos e lideranças, constatando uma contínua expansão no número de páginas, assim como o crescimento do conjunto de referências, tanto em termos de figuras públicas, quanto de uma produção crescente de conteúdos editoriais digitais e impressos (Silva, 2018). Primeiramente, jovens que se identificaram como ativistas em seus perfis nas redes sociais ou que foram marcados em postagens de movimentos foram convidados a participar das entrevistas. Em seguida, empreguei o método ‘bola de neve’ como estratégia reconhecida que permite uma amostragem não probabilística e útil para estudar determinados grupos de difícil acesso (Vinuto, 2014). De maneira complementar, enviei convites por e-mail para movimentos e organizações juvenis dos partidos na Alemanha.

Inicialmente, foram planejadas entrevistas presenciais. Contudo, a pandemia de covid-19, as distâncias regionais, assim como questões de segurança, levaram-me a optar por entrevistas *online* por meio de videochamadas. A presente pesquisa envolveu, portanto, um universo total de dezesseis entrevistas realizadas entre outubro de 2021 e fevereiro de 2023 com

ativistas das Direitas Radicais do Brasil e da Alemanha, que compreenderam como idiomas o português, o alemão e o inglês. A partir das entrevistas de trajetórias de vida e da articulação e revisão da literatura, selecionei³ e realizei reconstruções (Rosenthal, 2004) das trajetórias de engajamento de doze jovens, analisando as particularidades e semelhanças em termos da autorrepresentação, assim como das práticas e estratégias. Em seguida, realizei uma análise temática crítica (Braun & Clarke, 2006), buscando, por meio da codificação e pesquisa de recorrência nas transcrições, localizar as narrativas em categorias temáticas que refletissem sobre os ‘sistemas de representação’ e discursos que interpelam tais jovens. Assim, no conjunto da pesquisa, busquei trabalhar com dimensões que refletissem o posicionamento teórico da presente pesquisa, que define que o sujeito é atravessado e formado pelos discursos, mas também incide em vetores de resistência (Pineda & Cubides, 2012).

A presente tese estrutura-se da seguinte forma: o primeiro capítulo envolve a apresentação do fenômeno de expansão das Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha como um ‘tensionamento’ da democracia liberal. Por meio da revisão e articulação da literatura, busco esclarecer as escolhas conceituais da pesquisa, aprofundando também a compreensão sobre a tradição dos estudos de participação política juvenil e sua limitação normativa. São revisitados os trabalhos que endereçaram o tema da juventude e da participação política de jovens na extrema direita (*far-right*), enfatizando sua contribuição para a formulação da pesquisa. Por fim, apresento o que são os modos de subjetivação, a partir de um refinamento do conceito de identidades proveniente dos estudos pós-estruturalistas. Isso permite, no segundo capítulo, realizar a apresentação da metodologia de pesquisa, colocando em evidência o caminho de escolha e realização das entrevistas de narrativas de vida, assim como os métodos de reconstrução biográfica e análise temática crítica das transcrições. Também são discutidos os desafios de posicionalidade e reflexividade, assim como as mudanças de percurso impulsionadas pelos contextos.

No terceiro capítulo, doze trajetórias de engajamento dos entrevistados são reconstruídas, possibilitando a visualização dos processos de engajamento. Analisam-se os pontos-gatilho (*turn-points*) de participação identificados nas entrevistas, assim como a

³ O segundo capítulo abordará a metodologia de forma detalhada, destacando que o critério para a seleção das doze entrevistas foi a diversidade de grupos e movimentos nos quais os jovens relatavam participar. Todas as entrevistas foram transcritas, e observou-se que algumas recorrências e padrões discursivos estavam associados ao compartilhamento do mesmo espaço de atuação. Com o objetivo mais amplo de analisar as interpelações discursivas das 'Direitas Radicais', optei por não incluir as entrevistas obtidas pelo método 'bola de neve' nas análises e, conseqüentemente, nesta tese.

diversidade de trajetórias. Isso conduz à reflexão acerca da *liminaridade* (Pitti, Mengilli & Walther, 2021) como uma chave de análise heurística para as estratégias, práticas e reflexividade dos sujeitos que transitam entre formas reconhecidas e não reconhecidas de participação democrática. O quarto capítulo envolve as categorias temáticas que, articuladas à literatura, buscam refletir os discursos que sustentam o ativismo juvenil em movimentos de Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha. Por meio de sete categorias temáticas, discuto os significantes ‘família’, ‘cultura’, ‘liberdade’, ‘economia’, ‘pessoas’ e ‘povo’ que, em conjunto e articulação, configuram ‘sistemas de representação’, entendidos enquanto sistemas de significação estreitamente ligados às relações de poder. Também busco compreender quais são as ‘posições discursivas’ e, conseqüentemente, os ‘lugares’ oferecidos para tais jovens no interior dos movimentos.

Por fim, apresento os furos e fissuras da resistência, localizados naquilo que ‘escapa’ dessa cadeia significativa e evidencia os atravessamentos e constatações das relações de poder e opressão, relacionadas às experiências cotidianas dos jovens, assim como a processos de aprendizagem. Em conjunto, esses capítulos conduzem às considerações finais, nas quais realizo uma retomada do percurso, sintetizando os achados e discutindo a importância da ampliação da esfera pública para aqueles que ainda não se posicionaram, criando a possibilidade de ‘fundação’ de novos lugares e projetos que rompam e evidenciem os limites das representações binárias e maniqueístas.

1 (Des/Re)construindo o conhecimento acerca das Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha

Na introdução ao livro *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* (2018), Esther Solano descreve o encontro que teve com um ‘jovem bolsonarista’ que, em tom de crítica, disse-lhe: ‘Professora, vocês da academia estudam tanto e parece que ainda não entenderam muitas coisas. Tratam a gente como se fôssemos todos burros. Não somos. Deveriam escutar mais, porque vocês não sabem de tudo’. Tal questão mobiliza a pesquisadora acerca da necessidade de compreender a realidade, antes de a combater. Mas, no caso da presente pesquisa, considera-se que, antes de buscar compreender essa realidade, um desafio central é evidenciar quais foram as ‘verdades e o conhecimento’ já constituídos acerca dela.

O livro é parte da coleção na qual figuram uma série de obras que buscaram analisar as Jornadas de Junho e os atos pró-*impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff como disparadores de uma crise política no Brasil. O título da coleção é *Tinta Vermelha*, e, na introdução ao livro, explica-se que a referência do título é um discurso de Slavoj Žižek para os manifestantes do *Occupy Wall Street*, no qual ele diz: ‘temos toda a liberdade que desejamos – a única coisa que falta é a ‘tinta vermelha’: nos ‘sentimos livres’ porque somos desprovidos da linguagem para articular nossa falta de liberdade’.

Uso tal afirmação para abrir o primeiro capítulo da tese, de modo a enfatizar o poder constituidor de realidades da linguagem — linguagem essa que também é (re)inventada e discutida com frequência no campo acadêmico. No caso do fenômeno de emergência das Novas Direitas, há um desafio profundo na produção de um consenso teórico no interior dos campos acadêmicos e militantes. No entanto, sua dimensão tem levado um número enorme de pesquisadores a voltar seus olhos e atenção, lançando mão de um diverso e rico aparato conceitual — e, fundamentalmente, linguístico — na busca de apreender o fenômeno. Tal exercício reflete a riqueza do mundo científico e acadêmico, com sua busca comprometida e embasada de construção de conhecimentos que referenciam aqueles que trilharam os mesmos caminhos e contribuíram para o conhecimento atual.

Desse modo, apresento esse como um capítulo de diálogo com a literatura, no qual coloco em evidência aquilo que já foi abordado e construído sobre o tema, assim como explico as razões pelas quais vejo limitações e a necessidade de colocar certos conceitos sob rasura (Hall, 2000). O ato de colocar alguns conceitos sob rasura representa um duplo

movimento: considerar sua importância e inevitabilidade para os estudos, mas evidenciar a necessidade de ressignificações. Segundo Hall (2000), ao fixar significados, opera-se uma ação de fechamento discursivo que afasta os movimentos de estranhamento e desfamiliarização, fundamentais para a pesquisa científica e para o alargamento dos significados.

Início o capítulo, (re)construindo o percurso que me leva a afirmar que as Direitas Radicais promovem um ‘tensionamento’ da democracia liberal. Isso envolve as imagens da expansão no Brasil e na Alemanha, assim como uma discussão mais ampla sobre a compreensão do que seria a democracia. Em seguida, busco justificar a escolha do uso de ‘Direitas Radicais’ diante de um selecionado corpo de literatura europeu e latino-americano. Na terceira seção, apresento um panorama mais geral da literatura que se debruçou sobre a análise da expansão das Direitas Radicais no Brasil e na Europa. Esse primeiro conjunto de seções busca fornecer uma análise e revisão crítica da literatura sobre o fenômeno, conduzindo para a segunda parte, na qual há um foco mais específico na juventude e no ativismo.

Assim, a segunda parte do capítulo apresenta a exploração das pesquisas acerca do ativismo nas Direitas Radicais, seguindo para uma interpretação da tradição de estudos sobre a juventude e a participação política juvenil. Isso me permite apresentar os conceitos de subjetivação e de identidades políticas, evidenciando a influência dos estudos pós-estruturalistas e da análise do neoliberalismo enquanto racionalidade. Tais estudos apontam que as identidades — não mais entendidas como essências rígidas e estáveis — podem ser interpretadas enquanto formações discursivas relacionadas aos mecanismos de poder e a busca de eficácia e representação institucional. No conjunto, esse capítulo tem como objetivo introduzir o leitor aos principais eixos da pesquisa, possibilitando adentrar os capítulos posteriores com familiaridade em relação aos conceitos utilizados, assim como a sua ‘genealogia’ dentro das tradições de pesquisa.

1.1 O tensionamento da democracia liberal: expansão das Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha

Em 2023, completam-se dez anos das Jornadas de Junho de 2013, e, na forma de eventos e reportagens midiáticas, foram compartilhadas e revisitadas análises sobre seus sentidos, desdobramentos e relações com o atual cenário político do Brasil (Moliterno, 2023; Pericles,

2023; Stabile et al., 2023). O resultado foi um mosaico diverso de impressões, indo desde perspectivas divergentes de pesquisadores até uma variedade imensa de experiências e relatos individuais. No limite, essa diversidade se refletiu também nos estudos quantitativos, como foi o caso do levantamento feito pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Caetano, 2023). De acordo com a pesquisa, realizada com 2 mil eleitores, 39% dos entrevistados concordam com a afirmação de que os protestos de 2013 no Brasil foram decisivos para mudar o modo de escolher políticos nas eleições, enquanto outros 45% discordam da afirmação e outros 16% não souberam responder. Tal resultado — um tanto indefinido — fornece uma ‘pista’ sobre o esgotamento existente nas vias de pesquisa que buscam estabelecer um caminho linear entre tais Jornadas e as eleições de 2018 no Brasil.

É importante considerar que as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil se inserem em um contexto maior de mobilizações globais, que carregam a semelhança de terem sido exaustivamente avaliadas — no mundo político e intelectual — e, muitas vezes, funcionarem como ‘marco zero’ ou como ‘fonte’ de análise para as mudanças observadas em termos das (re)configurações do político e da política na última década. Há dois anos, as mídias locais e globais também analisavam a comemoração dos dez anos dessas outras mobilizações, utilizando os adjetivos ‘contraditórias’, ‘ambíguas’ e ‘polarizadas’ para endereçar tanto os eventos como as análises desenvolvidas. As reportagens referem-se ao *Occupy Wall Street*, protestos cujo *slogan*, ‘Nós somos os 99%’, também reflete vozes dissonantes. Alguns dirão que a inspiração para o *slogan* foi Joseph Stiglitz, economista que popularizou a distinção dos 1% mais ricos do mundo, enquanto outros afirmam categoricamente que foi o antropólogo e anarquista David Graeber (Anthony, 2021). O Movimento, que teve início no distrito financeiro de Manhattan em setembro de 2011, ganhou repercussão global e atingiu outros centros financeiros e capitais do mundo, como foi o caso de Londres, Paris e Berlim.

Já as ocupações da Plaza Catalunya, em Barcelona, e da Puerta del Sol, em Madrid, também iniciadas em 2011, levaram Eduardo Galeano a declarar: ‘esse mundo de merda está grávido de outro!’ Os dois movimentos não negavam a inspiração da Primavera Árabe e da ocupação da praça Tahir no Egito, que, por suas vitórias pontuais, também serviram como prenúncio de uma nova década de esperança. Nessa mesma toada, é impossível não falar do *Euromaidan*, ou a ‘Revolução da Dignidade’, que acontece em 2014 na Ucrânia, mas que volta à mídia com força após o início da Guerra Russa, levando novamente a uma ambígua interpretação do evento. Por um lado, há quem o classifique como uma revolução em busca da dignidade e da defesa da democracia liberal — chegando a declarar que ‘sua maior tarefa foi

lançar bases para uma democracia liberal e estável’ (Schveda & Park, 2016) —, por outro, há quem o veja como um caldeirão no qual o ingrediente principal foi o reacionarismo de movimentos neonazistas e antissemitas no país (Aprile, 2023).

Tendo em vista o contexto global e extrapolando as particularidades de cada um desses eventos, destacou-se, à época, a ideia de uma geopolítica da indignação (Bringel, 2013): uma interpretação uníssona de que havia uma insatisfação com as formas de representação política. Olhava-se para os eventos como momentos de catarse coletiva, que tornavam evidente a existência de um fluxo intenso de afetos na política; sinalizando também que o novo século vinha acompanhado de um desejo grande de experimentação e legitimação de novas formas de participação política. E, no seio dessas novas formas e como protagonistas de tais eventos, eram identificados os jovens. Parte desses jovens não estava nas ruas, mas já se relacionava com esses eventos por meio das mídias sociais que ganhavam centralidade na comunicação e na política.

Tal visão foi se transformando e, com o passar dos anos, os eventos que, durante a sua emergência, foram analisadas como fonte de esperança, passaram a ser entendidos como uma ruptura e rompimento com as formas ‘corretas’ de participação política, levando ao desgaste da democracia liberal, descrita agora como ‘precária’ (Jarrín et al., 2022). Tal transformação, no caso brasileiro, estabelece-se principalmente após a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018 — entendida como marca da exaustão daquilo que foi classificado como uma Onda Rosa, na qual governos à esquerda e de caráter progressista estiveram no poder em diversos países latino-americanos no início do século.

No caso europeu e norte-americano, a eleição de líderes como Viktor Orbán, Donald Trump e Giorgia Meloni, além do crescimento da representatividade de partidos da direita radical em países como França, Suíça, Suécia e Alemanha foram também eventos que fortaleceram a leitura acerca de uma ‘recessão democrática’ (Carapanã, 2018) ou uma ‘desdemocratização’ (Lombardo, Kantola & Rubio-Marín, 2021; Pinheiro-Machado et al., 2019). Apesar de compreender a importância da distância temporal para a análise de eventos históricos, parece-me importante resgatar algumas das análises iniciais sobre esses eventos e iniciar a presente revisão por uma questão bastante básica: o que se entende por democracia? Só então acredito ser possível esclarecer se as ideias de precariedade e de recessão são coerentes com tal visão.

Para responder a tal questão, começo elencando algumas ideias fundamentais de Foucault e Castoriadis, tratando-os como referências que apontaram que a democracia não foi

inventada em um lugar determinado e de forma definitiva (Bringel & Echart, 2008). Castoriadis (2007b), aponta que, apesar de a criação histórica ser atribuída ao mundo grego-ocidental, a democracia é resgatada e constituída com novas formas e categorias em um contexto liberal pós-revolucionário. Tal processo de reinvenção e estabelecimento teve, majoritariamente, um caráter conflituoso. Assim, mais do que um ‘modelo’ grego de democracia — o qual excluía a maior parte da população —, o filósofo estabelece como maior fonte de inspiração do passado as atividades e lutas que se travaram em torno de suas instituições, ou seja, o caráter histórico-instituente da democracia grega.

Castoriadis define a liberdade como a abertura do imaginário social, decorrente da indeterminação da criação ontológica. Dessa forma, a liberdade seria uma pré-condição filosófica da autonomia individual e coletiva (Rendtorff, 2008). O filósofo e teórico social tinha uma compreensão única da institucionalização, já que via as instituições como construções sociais que emergem da imaginação coletiva e do poder criativo da sociedade. Para ele, as instituições não são estruturas fixas ou predeterminadas, mas, sim, criações dinâmicas e em constante evolução da atividade humana — cujo objetivo é também proporcionar estabilidade e previsibilidade por meio do estabelecimento de regras, normas e rotinas. Castoriadis reconhece que as instituições podem se tornar rígidas e opressivas, limitando o potencial criativo e transformador dos indivíduos e da sociedade. A teoria do filósofo estabelece a existência de agência individual e coletiva, concentrando-se em uma dimensão sócio-histórica do conhecimento, com um destaque ao processo contínuo de criação e interpretação.

Já Foucault (1980, 1991) reformula dois conceitos fundamentais envolvidos na filosofia política: o poder e a liberdade. O filósofo entende que as formas de sujeição e governo que são instituídas na modernidade são atravessadas por tecnologias disciplinares, as quais se dirigem a uma apropriação política dos corpos. A genealogia do poder de Foucault busca evidenciar que diversos momentos históricos, nos quais a ideia de liberdade foi colocada como centro, representaram também a criação de estratégias de sujeição cada vez mais sofisticadas. Foucault questiona de maneira ativa o tema geral da liberdade e sua centralidade em diversos projetos de governo (Orellana, 2012). Para ele, muitos discursos acerca da liberdade são funcionais e nutririam uma ideia de natureza humana que está por vir, ou seja, promoveriam um ocultamento da contínua dinâmica das relações poder. Para o filósofo, o poder operaria por meio das instituições e discursos, moldando práticas sociais. Em um marco teórico pós-estruturalista, Foucault desafia a ideia de um sujeito fixo, enfatizando que as relações de poder constroem subjetividades e identidades.

Apesar das diferenças epistemológicas entre os dois teóricos sociais, ambos contribuem para a compreensão de que, para o estabelecimento do que entendemos hoje como democracia liberal, houve disputas e uma série de interpretações foram silenciadas e abandonadas em nome do que se estabeleceu como ‘verdade e saber’ e se instituiu como um ‘liberalismo ocidental’. Um dos principais enfrentamentos históricos do sentido da política democrática — que ainda se mantém no presente — diz respeito à definição da democracia como um real poder popular ou uma contribuição da maioria para a tomada de decisões, de modo ‘representativo’. Outro conflito também se dá nas compreensões entre uma definição substancial e uma definição procedimental — uma definição do que é de fato a democracia e um plano prescritivo que envolve o que ela deveria ser. Ou, ainda, a definição da diferença entre as práticas de libertação e as práticas de liberdade — os conteúdos que se atribuem e definem o que seria a realização plena da liberdade e as práticas éticas da liberdade.

É a partir dessas diferenciações que posiciono a diferença entre o político e a política, ou seja, entre os procedimentos e o funcionamento institucional e os projetos e práticas humanas de negociação e deliberação que visam a construção de um projeto de sociedade. Tais planos não caminham de forma conjunta, mas há momentos em que as fronteiras e fendas entre as diferentes dimensões se tornam mais profundas e visíveis. Ou melhor, momentos em que os mecanismos de poder (Foucault, 1991) são revelados, com frequência pela articulação de forças populares e ações criativas de resistência (Castoriadis, 1995, 2004).

Esse parece ser o caso do início do século XXI, no qual figuravam os movimentos sociais, baseados nos marcadores sociais da diferença como atores principais dessa denúncia. No campo dos estudos dos movimentos sociais, muito antes das Jornadas de Junho, já se diagnosticava uma limitação da incidência do poder popular na democracia, mesmo diante de uma certa ‘estabilização’ de um Estado de Bem-Estar Social na Europa Ocidental, e a ampliação de políticas afirmativas e de redistribuição no contexto latino-americano. No estudo das políticas públicas, ganhava destaque a Sociologia da Ação Pública (Lascoumes & Le Galés, 2012), a qual denunciava o crescimento dos especialistas e a constituição de um modelo excludente de gestão. Nos estudos latino-americanos, ganhavam força as análises críticas que, por meio dos estudos participantes e etnográficos (Montero, 2006; Angrosino, 2009; Mattos & Castro, 2011) e de história oral (Delgado, 2003; Lara & Antunes, 2014), evidenciavam as opressões cotidianas.

No entanto, tal cenário se complexificou diante da emergência de novos movimentos e atores políticos durante e após as mobilizações globais previamente citadas. Tais atores

declaravam também denunciar e se opor às formas de governo dominantes, porém apresentavam uma agenda contrária à ampliação dos direitos das minorias e do fortalecimento do Estado no combate às desigualdades. Um exemplo, no caso brasileiro, é o Movimento Conservador — inicialmente, ‘Direita São Paulo’ — que surge em 2016, ‘surfando’ no otimismo dos movimentos que foram as ruas pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, ainda em 2015.

O movimento, desde seu início, convocou os ‘indignados’ para seguirem se manifestando nas ruas. Uma dessas manifestações ganhou repercussão nacional e envolveu a queima de uma boneca de Judith Butler, em sua visita ao Brasil, em 2017 (Cyfer, 2018). Seus líderes declaravam querer extinguir do Brasil a ‘ideologia de gênero’, apresentando, em seu *website*, uma agenda de defesa da vida dos policiais militares, luta pela revogação do estatuto do desarmamento e oposição ao aborto e à lei de migração (Movimento Conservador, 2022). Reuniam seus membros para estudar textos clássicos de teóricos conservadores e libertários e passaram a promover também filiações, buscando formar núcleos em diversas partes do país. Carregavam como uma de suas bandeiras a necessidade de a ‘direita’ se engajar em militância de base, ocupar as ruas e formar novas lideranças, inclusive por meio de estudos sistemáticos.

Entre essas lideranças jovens, estava seu fundador, Douglas Garcia, um jovem negro que se declarou gay e favelado⁴ e foi eleito deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro nas eleições de 2019 (Cruz, 2021). Douglas protagonizou uma série de polêmicas e enfrenta diversos processos criminais. Ainda antes de sua eleição, o jovem criou o ‘bloco carnavalesco’ denominado Porão do Dops (Departamento de Ordem Política e Social), cuja ideia era se apresentar como um bloco anticomunista, mas realizava uma clara legitimação das violações da ditadura militar brasileira. Entre as acusações, figuram atos de misoginia e LGBTfobia, além da organização do ‘dossiê antifascista’, no qual foram divulgados dados pessoais de 1000 pessoas que faziam oposição ao governo Bolsonaro (Lino, 2022).

Recentemente, o grupo declarou em suas redes sociais que suas atividades estão suspensas, mas, no ano passado, em seu *website*, lia-se: ‘aqueles que conhecem o Movimento

⁴ Cruz (2021) analisa o crescimento do ativismo gay de direita no Brasil e explica que a decisão de Douglas Garcia de tornar pública sua orientação sexual correspondeu a uma ‘estratégia de ‘defesa ascendente’’: além da iminência de um processo na Comissão de Ética por quebra de decoro parlamentar, o deputado teve de enfrentar a pressão de alguns de seus ex-companheiros que condenaram seu discurso e agora ameaçavam expô-lo na imprensa. Instantaneamente, o foco do debate voltou-se para a orientação sexual de Garcia e a interseção com os outros marcadores sociais de diferença que catapultaram sua carreira política. ‘Gay, negro e favelado. É isso aí, sou o combo do vitimismo brasileiro’, disse ele à Folha de São Paulo alguns dias depois de se assumir, sem, no entanto, renunciar às posições discriminatórias que o colocaram no centro das atenções em primeiro lugar’ (p. 11).

Conservador já percebem que não nascemos apenas para fazer barulho na internet, levantar hashtags e lutar a partir do sofá de casa. Não! Nós ‘damos a cara’ (literalmente, muitas vezes)’! (Movimento Conservador, 2022). O comentário sobre ‘dar a cara’ traduzia-se pelo esforço do grupo em se diferenciar de outros movimentos, cujas atividades se davam apenas no ambiente digital, mas fez-se especialmente interessante à luz do evento de 8 de janeiro de 2023, no qual uma multidão invadiu o prédio do Congresso Nacional brasileiro, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto no Brasil. Durante esse episódio, os indivíduos envolvidos ‘deram a cara’ (literalmente!) e criaram conteúdo no Instagram enquanto vandalizavam os edifícios e pediam uma intervenção militar em um regime democrático. Além daqueles que estavam diretamente envolvidos no ataque, houve também seus apoiadores que transmitiram essas ações nas mídias sociais e as legitimaram, usando o *slogan* ‘Supremo é o povo’, focando principalmente no apoio ao ataque ao Supremo Tribunal Federal (Moreira & Bohorquez, 2022).

Apesar de alguns jornalistas e comunicadores classificarem a invasão como ação de um grupo de radicais ‘bolsonaristas’, a proporção do evento e os alvos escolhidos dão um alerta para a necessidade de reflexão acerca dos processos de radicalização. Além disso, a invasão pode ser conectada a atos recentes similares, como a invasão do Capitólio nos Estados Unidos, em 2021, e a ameaça ao parlamento alemão, em 2020. Tais eventos evidenciam que novos fluxos de afetos circulam hoje na política, para além do Brasil, levando estudiosos a observar e analisar a dimensão global dos movimentos de Direitas Radicais e a eleição de seus jovens líderes em vários países (Mudde, 2014, 2016; Varga & Buzogány, 2022).

Grande parte desses movimentos se orgulha em exibir sua agenda conservadora que, no entendimento da tradição progressista de estudos dos movimentos sociais e da participação política, não contribui para uma construção progressiva da democracia, representando uma virada antidemocrática e autoritária. No entanto, tal constatação nos conduz novamente à análise do que entendemos como democracia e ao questionamento sobre se haveria realmente um progresso linear na construção e no aprofundamento da democracia. Tal pergunta se alimenta da tradição foucaultiana de estudos, mas ganha força também com a experiência de vida na Alemanha, que permite observar que um dos elementos que sustenta o discurso da superioridade e maturidade política da Europa Ocidental frente ao resto do mundo é a classificação de outras democracias, tais como a latino-americana, como ‘imaturas’ e ‘jovens’, além do uso constante do ‘populismo’⁵ como chave de análise (Knight, 1998; Conniff, 2012).

⁵ O metaconceito de populismo será constantemente citado na presente pesquisa, porque ele é central nas análises europeias sobre a ascensão da direita radical, mas considero que ele é insuficiente por negligenciar as

Mesmo com a suposta ‘maturidade democrática’, a Alemanha, assim como a maior parte da Europa, tem acompanhado o crescimento de partidos e movimentos de direita radical (Arzheimer & Berning, 2019). No mesmo ano em que as Jornadas de Junho de 2013 aconteciam no Brasil, surgia a Alternativa para a Alemanha (*Alternative für Deutschland*, AfD). O Partido ocupou as manchetes em junho de 2023, diante do bom desempenho nas eleições regionais e da primeira vitória de um político do partido como chefe distrital na Turíngia. O evento está sendo interpretado como um alerta geral sobre o rompimento do *cordon sanitaire*⁶, organizado pelos partidos tradicionais com o objetivo de manter o partido isolado. A AfD foi o primeiro partido identificado enquanto parte da ‘direita radical’ alemã e do que seria interpretado, no contexto europeu, como uma ‘quarta onda’ das extremas direitas (Mudde, 2016).

Ela emerge como um novo partido fundado por economistas eurocéticos, defendendo o fim dos esforços para salvar o Euro e criticando o multiculturalismo e a promoção de políticas de equidade de gênero (Wahl, 2020). O partido vem conquistando espaço no poder legislativo federal e, já em 2013, havia acessado parlamentos regionais. Em 2017, a AfD acessou o parlamento nacional por meio de 12,6% dos votos. Na Alemanha Oriental, antiga parte do país socialista, o sucesso do partido foi muito maior do que na Alemanha Ocidental (Arzheimer, 2015). Para 2024, as pesquisas de opinião indicam que a AfD pode se tornar a maior força política em três estados alemães do Leste (Pfeifer, 23 de julho de 2023).

Os membros da AfD incluem líderes dos Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente (PEGIDA- em alemão: *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes*) e do Movimento Identitário, ambos protagonistas de manifestações contra o governo alemão e o que chamam de ‘islamização do Ocidente’. O grupo PEGIDA surge em 2014 na cidade de Dresden, na Alemanha, tendo início por meio de um grupo de Facebook e levou cerca de 35 mil pessoas às ruas de Dresden e mais de 100 mil em toda a Alemanha

especificidades políticas, históricas e culturais da América Latina — onde se considera haver uma ‘ampla e duradoura variedade de populismo de esquerda e de direita’ (Wahl, 2020, p. 336). A definição centraliza a construção de um discurso do ‘povo’ que se opõe às elites políticas e econômicas — sendo suficientemente amplo para ser aplicado para o atual presidente Lula e ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Jarrín et al. (2022) apontam para uma fraqueza analítica, além de uma reiteração da noção de passividade historicamente construída dos povos colonizados, que seriam facilmente ‘enganados’, ‘pela mídia, pelo capitalismo neoliberal, pelas fake News, pelos políticos corruptos, etc.’ — tomados por sentimentos inerentemente ‘maus para a democracia’ (p. 21).

⁶ Rieira e Pastor (2022) explicam que duas estratégias têm sido aplicadas no contexto do parlamentarismo europeu para lidar com o que eles denominam partidos populistas. De um lado o ‘cordão sanitário’ (*cordon sanitaire*), utilizando de forma constante na Alemanha, diz respeito a uma aliança entre os partidos ‘tradicionais’, de modo a garantir que os partidos populistas não consigam fazer parte das coalizões. Outra estratégia é conhecida como *tainted coalition*, ou coalizão contaminada, na qual eles convidam esses partidos para a coalizão, considerando que essa formação pode incidir em uma piora do sucesso eleitoral posterior dos partidos e uma ‘diluição’ da capacidade extremista.

(Vorländer, Herold & Schäller, 2016). Já o Movimento Identitário vem se espalhando por toda a Europa desde 2014 e conta com palestras e encontros também na Alemanha. Ali o grupo assume como principal pauta o combate à ‘islamização’, por meio da defesa de um ‘etnopluralismo’ (Åsbrink, 2021). A pauta do movimento é a proteção de uma identidade cultural e étnica europeia, a qual estaria sob ameaça. Sob o *slogan* ‘Pátria, Liberdade e Tradição’, o movimento apenas admite jovens, colocando como pré-requisitos de filiação ter menos de 30 anos e garantir uma nacionalidade e origem ‘verdadeiramente alemã’.

A AfD também criou a *Jung Alternative* (JA) como um espaço específico para organizações de jovens em diferentes regiões do país. A JA realiza suas próprias reuniões e usa plataformas de mídia social, como o Facebook, para se manifestar contra o que eles chamam de mídia convencional. Ali, o discurso contra o politicamente correto é difundido, acompanhado de termos como ‘honra, lealdade, sangue e pátria’ (Klikauer, 2019). Durante a pandemia, outros movimentos de direita surgiram, apresentando-se como defensores da liberdade. Eles juntaram-se à AfD em manifestações para protestar contra o *lockdown* e outras medidas restritivas adotadas pelo governo federal alemão (Kaltwasser & Taggart, 2022).

Tais movimentos e grupos têm sido identificados, majoritariamente, enquanto uma ‘Nova Direita’ na América Latina (Cepêda, 2018; Gentile, 2018, 2020; Rocha, 2019), como uma ‘Direita Radical’ na Europa (Mudde, 2016), e, mais especificamente, no Brasil, com a alcunha de uma ‘extrema direita bolsonarista’ (Fernandes & Machado, 2022). Apesar das diferentes nomenclaturas, o campo de estudos do fenômeno tem se expandido e avançado, exigindo, contudo, que os pesquisadores se posicionem quanto à escolha conceitual, a qual costuma refletir também um posicionamento teórico. Centralizando a ideia de um ‘tensionamento’ da democracia liberal — contrapondo a ideia de uma desdemocratização ou de regressão — busco, na próxima seção, esclarecer — frente às tradições latino-americanas e europeias — a escolha por endereçar tais atores, movimentos e partidos como ‘Direitas Radicais’.

1.1.1 As ‘Direitas Radicais’: pluralidade e radicalização

Mudde (2007) afirma que, durante 1980 e 1995, houve uma ‘guerra de palavras’ para definir o fenômeno da emergência de uma série de partidos na Europa Ocidental. Tal guerra envolveu 28 definições diferentes, baseadas em 58 distintos traços ideológicos. Uma das definições mais usadas, inicialmente, foi a de Ignazi (1992), que tratou da existência de uma

‘contrarrevolução silenciosa’ em reação à disseminação de valores que denominou pós-materialistas. O autor criou uma escala, diferenciando dimensões espaciais (posições dentro de uma escala de direita/esquerda), um critério ideológico (por exemplo, com referências ao fascismo ou não) e, por fim, uma medida atitudinal (pró ou antissistema, o que significava ‘pró’ ou antidemocracia). Tal escala era utilizada com a função de diferenciar a ‘nova direita’ dos antigos partidos tradicionais de direita dos países europeus. Heitmeyer (2003), outro nome fundamental dos estudos na Europa, passou a elencar dois elementos centrais para o conceito sociológico de extremismo de direita: ‘ideologias de desigualdade, por um lado, como nacionalismo exagerado, depreciação racista e visões totalitárias da lei, associadas a diferentes níveis de aceitação da violência’ (p. 401).

Foi na França, por meio de Pierre-André Taguieff, ainda em 1984, que o conceito de ‘populismo’ passou a ser usado para definir partidos europeus. Anteriormente, o conceito era aplicado fundamentalmente para o estudo dos processos políticos da América Latina, onde se considera haver uma ‘ampla e duradoura variedade de populismo de esquerda e de direita’ (Wahl, 2020, p. 336). O pesquisador foi o primeiro a interpretar e denominar a ideologia da Frente Nacional (FN) como nacional populista por utilizar um misto de nacionalismo, xenofobia e demagogia em nome ‘do povo’. Já na literatura de língua inglesa, Betz (1994) estabeleceu como principal diferença entre os novos partidos e a extrema direita tradicional o fato de que eles não rejeitavam as regras democráticas nem defendiam a violência. Em relação ao centro, eles se diferenciavam porque eram a favor de uma transformação radical no consenso da sociedade democrática pós-guerra e, portanto, no Estado de Bem-Estar Social e na aceitação da sociedade multicultural. Por fim, eram populistas em sua argumentação — declarando ter fé no senso comum e na superioridade moral do homem comum, oferecendo soluções simples para problemas complexos — e, em sua estratégia política, articulando uma ‘política de ressentimento’ para mobilizar as pessoas contra a classe política e as elites (Mayer, 2020).

Apesar dos usos anteriores, foram Mudde e Kaltwasser (2017) que se consolidaram como os principais nomes na difusão dos estudos do ‘populismo’. O ‘Populismo de Direita Radical’ foi definido por Mudde (2007) como a ideologia central de grupos e partidos que combinam três traços principais: o nativismo (como uma combinação entre nacionalismo e xenofobia), o autoritarismo (a crença em uma sociedade rigorosamente organizada) e o populismo (posicionamento enquanto um povo puro em oposição às elites corruptas). Já o termo direita radical — que derivou do uso do ‘radicalismo’ para explorar o fenômeno — começa a ser propagado no meio da década de 1990 nos estudos europeus, substituindo o termo

extremismo. O termo logo ganhou terreno pelo menor caráter de estigmatização e sua pretensa desconexão ao fascismo e nazismo. No caso alemão, o extremismo de esquerda e direita no Pós-Guerra foram reconhecidos como antidemocráticos e anticonstitucionais. Nesse sentido, os partidos e grupos classificados sob essa ‘terminologia’ ficavam sob vigilância e chegaram a ser banidos. Já os radicais, que se encontravam em oposição a certos princípios da Constituição, acabavam sendo entendidos como ‘menos ameaçadores’ e não eram submetidos a tais procedimentos⁷.

Arzheimer (2019), em artigo recente, dedicou-se a discutir as questões conceituais no campo na Europa ocidental. O autor irá dizer que, apesar das diferentes nomenclaturas, o campo de estudos do fenômeno tem se expandido e avançado, mantendo, no entanto, um uso mais recorrente de ‘*radical right*’ (direita radical) baseado nos estudos de Mudde (2016, 2019) para se referir as novas manifestações da ‘*far right*’ (extrema direita). Mudde estabelece a existência ampla da ‘*far-right*’⁸ (extrema direita) e estabelece uma diferenciação entre *extreme-right* (extrema direita) e *radical right* (direita radical). Em relação à extrema direita, a direita radical seria diferenciada em sua aceitação parcial de princípios democráticos, como soberania popular e governo da maioria, embora compartilhe da negação da democracia liberal da extrema-direita, especialmente em relação às proteções constitucionais de minorias (étnicas, políticas, religiosas), à separação de poderes e ao Estado de Direito (Mudde, 2016).

Apesar da importância da diferenciação construída no contexto europeu e de seu amplo uso na literatura, as recentes invasões — dos três poderes no Brasil, do Capitólio nos Estados Unidos, assim como a ameaça ao Parlamento alemão — colocam em xeque a afirmação sobre a aceitação da soberania popular e do governo da maioria. Nesse sentido, pode-se afirmar que Arzheimer (2019) oferece uma alternativa ao afirmar que tais movimentos apresentam uma relação ambígua com a democracia liberal, em que, por um lado, há participação em instâncias

⁷ O conceito de ‘democracia militante’ é utilizado no contexto dos estudos das respostas democráticas ao extremismo político. No caso alemão, existe uma política de proscrição e banimento de partidos, além de vigilância de movimentos. As decisões em relação aos movimentos e grupos ocorrem ao nível do Ministério de Assuntos Interiores e não necessitam ser levadas para análise legislativa. Recentes análises discutem a efetividade desses mecanismos em termos de controle da radicalização. No contexto da pesquisa, é interessante considerar a existência dessa lei no âmbito alemão, a qual tem diferenças no contexto brasileiro. Para que um grupo ou movimento no Brasil seja investigado, a decisão ocorre ao nível do Supremo Tribunal Federal. Quando autorizado, a investigação é conduzida pela Polícia Federal, que tem alguns núcleos especializados. Para ver mais sobre a política de proscrição na Alemanha, ver Bourne (2011) e Bertoa e Bourne (2017). No contexto brasileiro, não encontrei artigos que discutam diretamente o tema.

⁸ No Português, o problema encontra-se na tradução dos termos *far-right* e *extreme-right*. Ambos têm sido traduzidos como extrema-direita. No entanto, pode-se compreender que ‘*far-right*’ se refere a ideia de distante ou longe, referindo-se à posição no espectro político geral. Já o *extreme* pode ser entendido enquanto uma interpretação das práticas e agendas extremistas.

democráticas e a busca por posições legislativas e executivas e, por outro, há um constante rompimento com normativas democráticas, seja por meio da negação do princípio da igualdade, seja por meio da legitimação da violência política e da radicalização.

No contexto latino-americano, pesquisadores (Gentile, 2018; Stefanoni, 2021; Díaz, 2021) têm apontado para a existência de constelações diversas no interior da ‘Nova Direita’. Eles ressaltam a coexistência de uma miríade de identidades políticas, cujo traço principal é a defesa de uma agenda neoliberal e conservadora. Ainda em 1987, Pierucci já comentava sobre as bases do que denominava uma Nova Direita brasileira, afirmando que o marco central desses novos grupos era o sentimento de ameaça em relação aos ‘outros’, sendo esses os criminosos, migrantes nordestinos, certos imigrantes, mulheres ‘liberadas’ e homossexuais. Em um diagnóstico apurado, o autor fala na existência de constelações no interior dessa ‘nova direita’ caracterizada por contornos diluídos, fronteiras indefinidas e limites incertos. O pesquisador observava que:

as diferentes posições ou alinhamentos que encontramos nesta zona cultural de expansão da extrema direita não são peças de um quebra-cabeça que pudessem ir se encaixando como subconjuntos independentes, formando um todo harmonioso e confinado. Elas se interpenetram, reagem uma sobre a outra, se misturam às vezes, se fagocitam sempre, aqui se enriquecem, ali se anulam, aqui aparecem e ali se escondem, feito massas estelares, distintas, mas nem por isso menos nebulosas (Pierucci, 1987, p. 40).

Assim, Pierucci colabora para uma compreensão das novas direitas como constelações compostas por uma diversidade de identidades, as quais nem sempre se ‘encaixarão’, podendo produzir um efeito nebuloso para quem as observa.

Já Gentile (2020), em *Uma direita ‘plural’: configurações ideológicas e organizações políticas da direita brasileira contemporânea*, afirma que estamos diante de um novo fenômeno em que o pensamento autoritário e a herança ditatorial brasileira são combinados às teorias conservadoras-liberais de Hayek e à doutrina neoliberal de Milton Friedman. Ele resalta a existência de uma pluralidade no interior da ‘Nova Direita’, ou da direita brasileira contemporânea, em que grupos se organizaram em torno de uma ‘plataforma ideológico política comum, indo do antipetismo ao antibolivarianismo (...) passando pela antipolítica e pelo conservadorismo moral (...) até os argumentos tradicionais do neoliberalismo’ (p. 236). O uso de ‘Novas Direitas’, nesse sentido, seria justificado por uma questão temporal e para realizar uma diferenciação com a direita *mainstream* ou tradicional, enfatizando também a ideia de pluralidade.

Nesse sentido, Stefanoni (2021), em seu recente livro, *La rebeldía se volvió de derecha*, buscou também destacar as porosas configurações das novas direitas e sua capacidade de capitalizar a indignação social, apresentando-se como um ‘questionamento’ ao sistema. Essas ‘*derechas*’, colocadas também no plural pelo autor, têm tido a capacidade de mobilizar a indignação frente à realidade, apresentando propostas para transformá-la. Stefanoni defende o uso de ‘*derechas*’ no plural para enfatizar a diversidade e complexidade dentro dos movimentos e ideologias de direita. Ele destaca, em seu livro, que a política e os movimentos de direita abrangem uma ampla gama de perspectivas, facções e atores; reconhecendo que o espectro de direita não é uma entidade monolítica, mas, sim, uma coleção heterogênea de orientações políticas. Como exemplos, ele indica que ela engloba correntes conservadoras, nacionalistas, populistas, neoliberais e autoritárias. Além disso, o autor preocupa-se em afirmar que a direita não é uma entidade fixa e estática, mas, sim, sujeita a debates internos, contradições e mudanças ao longo do tempo.

Díaz (2021) defende que a democracia liberal não se torne o ponto de referência principal das análises políticas, apontando que não há uma diferença substancial entre o que se entende e analisa na América Latina como ‘nova direita’ e aquilo que vem sendo interpretado na Europa como um ‘conservadorismo iliberal’. Baseada em seu trabalho etnográfico e em entrevistas no Brasil, ela defende uma noção de direita plural, que englobe diversas expressões ideológicas e leve em conta a natureza processual da consolidação dos sujeitos políticos. Ela centraliza a noção de radicalização para dar conta desse caráter processual, entendendo a radicalização e o autoritarismo como ‘processos sociais diacrônicos que compreendem a confluência de tentativas de interpelação (coercitivas) de cima para baixo e práticas de subjetivação de baixo para cima’ (p. 15).

A pesquisadora aponta a existência de processos de neoliberalização combinados com processos coercitivos, nos quais há uma ativação de movimentos e organizações para mobilizar e lutar por hegemonia discursiva e política. Ela também enfatiza que os atores e fenômenos contemporâneos de direita estão longe de ser coerentes, pois apresentam elementos que não se encaixam nas categorizações teóricas construídas. Nessa perspectiva, a ‘nova direita’ não deve se referir a pessoas políticas específicas ou a um conjunto bem definido de características, mas, sim, servir como uma categoria heurística para explorar características duradouras e sinais de renovação em projetos de direita contemporâneos.

Frente a tais contribuições da literatura latino-americana e europeia sobre o tema, escolho ‘Direitas Radicais’ buscando enfatizar, portanto, a questão da pluralidade — afirmada

no contexto latino-americano — e adotar a diferenciação com a direita tradicional por meio do adjetivo ‘radical’ — seguindo a tradição europeia. O termo ‘Direitas Radicais’ é apresentado enquanto categoria heurística que engloba atores, grupos, movimentos e partidos que têm produzido o ‘tensionamento’ da democracia liberal, por meio do ataque à proteção constitucional das minorias (étnicas, religiosas e econômicas), assim como o questionamento do papel do Estado como regulador das desigualdades.

Ressalto que o conceito de radicalização — no contexto europeu e norte-americano — acabou sendo exaustivamente utilizado para conhecer as trajetórias de atores relacionados ao extremismo religioso islâmico (Sedgwick, 2010; McCauley & Moskalenko, 2011; Hofmann, 2020). Isso também aconteceu em alguns estudos brasileiros (Gonçalves, 2014; Bisneto, 2019) que se centraram na categoria ‘terrorista’, expressando uma preocupação válida, mas colaborando para uma estigmatização e redução da compreensão dos processos de radicalização apenas a partir do jihadismo global e do fundamentalismo islâmico. Estudos mais recentes têm contribuído para a definição de radicalização como um processo de natureza multidimensional, englobando fatores sociais, psicológicos e culturais que conduzem a uma legitimação de discursos de ódio, teorias conspiratórias e à justificação ou prática da violência política (Miller-Idriss, 2018a, 2018b; Adorno, 2022).

O uso do plural também envolve a compreensão de que tais atores, grupos, movimentos e partidos têm particularidades em regiões do mundo distintas, adquirindo elementos relacionados à conjuntura social e à política nacional, assim como ao passado histórico. Na próxima seção, busco reunir as pesquisas que têm endereçado as Direitas Radicais no contexto brasileiro e alemão, constituindo um estado da arte local sobre o tema. Ressalto, no entanto, que, para essa revisão, irei utilizar os termos e conceitos de mais uso no contexto, também reproduzindo aqueles escolhidos pelos autores referenciados. Dessa forma, busco respeitar e possibilitar a visualização de suas opções teóricas.

1.1.2 Ultraliberal e autoritária: as investigações acerca das Direitas Radicais no Brasil

As ‘Novas Direitas’ no Brasil atraíram considerável interesse acadêmico e público com a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil, em 2018. Dentro das discussões acadêmicas, estabeleceu-se uma clara divergência entre aqueles que acreditavam visualizar um

novo fenômeno (Gentile, 2018; Rocha, 2019) e aqueles que entendiam se tratar apenas de uma retomada da direita tradicional com novas roupagens (Miguel, 2018; Salles, 2017; Pereira, 2015). Nesse sentido, também houve pesquisas que buscaram explorar o fenômeno a partir dos traços do autoritarismo e da personalidade autoritária — tal como abordada no interior da Teoria Crítica (González, Baquero & Grohmann, 2021) — e outros que entenderam que o neoliberalismo era a chave principal de análise, envolvendo a fundação de novas subjetividades (Dardot & Laval, 2016; Safatle, Silva Junior & Dunker, 2020). Por fim, muitas pesquisas também se debruçaram sobre a expansão do neopentecostalismo (Dantas, 2013, Lopes & Dantas, 2017; Teixeira, 2019; Teixeira & Barbosa, 2022) e o entrelaçamento entre religião e política. Frente a um fenômeno complexo e ainda em curso, considera-se normal a existência de uma miríade de perspectivas.

Pinheiro-Machado et al. (2019) dirão que as manifestações de junho de 2013 trouxeram duas grandes novidades para o cenário político brasileiro. Primeiramente, deslocaram o Partido dos Trabalhadores e os movimentos relacionados à sua emergência do protagonismo da ocupação das ruas. Em segundo lugar e de modo relacionado, representaram uma ‘descoberta’ das ruas pela direita, que passaria a ocupar os espaços que, desde a ditadura, identificavam-se como lócus de forças e movimentos progressistas. As pesquisadoras afirmam que, nas ruas, estiveram presentes organizações nacionalistas extremistas, jovens com a retórica de uma antipolítica e de um liberalismo difuso, grupos de *skinheads*, defensores de um golpe militar, grupos religiosos conservadores e fundamentalistas, cidadãos com um discurso anticomunista e uma genérica luta anticorrupção.

Quanto às interpretações, as pesquisadoras localizam duas linhas de análise, a primeira relacionada ao contexto global de desilusão com a democracia de matriz liberal e a falência dos modelos clássicos de representação política; e o segundo ao esgotamento de um modelo petista ou lulista, que foi baseado em políticas redistributivas e no aumento do papel do Estado, mas que não mobilizou reformas estruturais que garantiriam a radicalização da democracia brasileira. Após a reeleição de Dilma Rousseff, haveria um fracasso nas tentativas de estabelecer uma ‘governabilidade’, por conta da própria insatisfação interna das bases tradicionais do partido e da esquerda com as políticas de austeridade, somadas ao aprofundamento e continuidade da Operação Lava Jato⁹, que explorava novas denúncias sobre pagamentos de

⁹ Inspirada na operação Mãos Limpas realizada na Itália, a Operação Lava Jato consistiu em um conjunto de investigações conduzidas pela Polícia Federal do Brasil (PF) a partir de março de 2014, capitaneada pelo juiz federal Sérgio Moro com uma força-tarefa concentrada no Ministério Público Federal (MPF) de Curitiba. A

propinas e irregularidades. Isso teria conduzido aos atos a favor do *impeachment* da ex-presidenta, organizados em 2015 e 2016, os quais representariam uma ‘indignação seletiva’ com o partido dos trabalhadores, estimulado pela ‘disseminação de narrativas formuladas por colunistas de orientação conservadora da grande imprensa e de inúmeras teorias conspiratórias através das redes sociais e dos grupos de WhatsApp’ (Pinheiro-Machado et al., 2019, p. nd). Acompanhando o crescimento de uma crise econômica, elenca-se a ‘politização’ do judiciário, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal como elemento fundamental para compreensão do processo que é identificado pelas autoras como uma desdemocratização no Brasil.

Miguel (2018, p. 17) aborda o fenômeno como uma reemergência da direita brasileira, buscando endereçar a ‘visibilidade e a relevância crescentes de grupos que assumem sem rodeios um discurso conservador ou reacionário’. Segundo o autor, as ‘Novas Direitas’, mais uma vez apontadas como plurais, têm uma convergência pragmática e motivada pela percepção de um inimigo comum. Elas teriam emergido ainda ao longo do ciclo dos governos petistas, promovendo um reenquadramento do debate público no Brasil, pelo uso de novas ferramentas tecnológicas e pelo espaço alcançado em meios de comunicação tradicionais.

Segundo Miguel (2018), consensos que estariam formados desde o fim ditadura militar e o estabelecimento da Constituição de 1988 — tais como a defesa da democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social — teriam sido desestabilizados pelas Novas Direitas. Para o pesquisador, tais grupos combinam o libertarianismo, entendido como uma ideologia descendente da escola econômica austríaca e influente em meios acadêmicos e ativistas dos Estados Unidos; o fundamentalismo religioso, principalmente representado pela expansão do neopentecostalismo; e a reciclagem do perigo vermelho, a qual revive o anticomunismo na forma do bolivarianismo. O libertarianismo seria marcado pela sacralização do mercado como regulador máximo das relações sociais, reduzindo ‘todos os direitos ao direito de propriedade’, com uma ‘ojeriza por qualquer laço de solidariedade social’ (Miguel, 2018, p. 16). Entre seus porta-vozes, a palavra da vez seria ‘liberdade’, radicalizando oposições constituídas anteriormente pelos liberais do século XVIII. Segundo o pesquisador, a igualdade seria estabelecida como uma ameaça à liberdade, o Estado ao mercado, e a política à economia.

Operação foi apresentada enquanto uma iniciativa judicial anticorrupção que foi lançada à luz dos escândalos do ‘Mensalão’ e manteve como foco principal a perseguição do Partido dos Trabalhadores. Recentemente, muitas condenações da Operação foram anuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para mais detalhes sobre a dimensão da narrativa e o enredo de constituição dos heróis e vilões, ver Bello, Capela & Keller (2021).

Rocha, Solano & Medeiros (2021) também afirmam que as ‘Novas Direitas’ apresentam particularidades em relação à direita tradicional, rompendo com o pacto democrático que havia entrado em vigor no país a partir de 1988 com a ‘Constituição Cidadã’. A nova ordem democrática, denominada por Abranches (2018) como um ‘presidencialismo de coalização’, haveria rompido com o modelo político da ditadura militar e contribuído para a construção gradual de uma esfera pública pós-burguesa que visava cada vez mais incluir grupos socialmente subalternos. Além disso, o pacto impulsionou grupos de direita que estavam ativos durante o regime militar a tentarem se adaptar às suas novas restrições. As autoras afirmam que, após a redemocratização, identificar-se abertamente como de direita havia se tornado desconfortável, reproduzindo um fenômeno argentino, que ficou conhecido na literatura como a ‘direita envergonhada’ (Power, 2000). Essa vergonha se estendia para além dos políticos, atingindo também apoiadores e eleitores, que teriam começado a conformar uma nova esfera pública alternativa, no auge do lulismo, entre 2006 e 2010.

Tal análise é também parte da brilhante tese de doutorado de Camila Rocha (2019) — *Mais Mises menos Marx: uma gênese da Nova Direita no Brasil* — na qual a ‘Nova Direita’ é introduzida como uma amálgama ultraliberal conservadora, cuja origem tem relação com a organização dos ‘contrapúblicos’ (esferas públicas alternativas) nesse período. Rocha aponta que, nesses anos, houve um encontro e debate — por meio de plataformas como o Orkut e, posteriormente, o Facebook — entre aqueles que se sentiam marginalizados e não representados na esfera pública dominante e que passaram a contribuir para a disseminação de escritos e ideias ultraliberais. Sua análise remonta à década de 1980 e à criação de *think tanks* e institutos neoliberais, assim como a expansão das organizações neopentecostais que ganham força nos espaços públicos institucionais desde os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).

Camila Rocha (2018) também analisou amplamente a militância na Nova Direita, indicando e contestando a corrente afirmação de que tais militâncias foram fruto de financiamentos privados. A pesquisadora demonstra que o *boom* das novas direitas está concentrado, principalmente, no período após o ciclo de protestos pró-*impeachment* de Dilma Roussef. Surgindo a partir de grupos e fóruns *online*, a militância teria se conformado, majoritariamente, a partir de trabalhos voluntários de jovens. Muitos desses grupos começaram a se mobilizar pessoalmente por meio de protestos, reuniões e sessões de treinamento (Bringel & Pleyers, 2019; Klüppel et al., 2021; Sousa et al., 2022). Além disso, têm combinado a defesa da moral cristã e da família ‘tradicional’ com a abjeção das reivindicações feministas e das lutas pelo reconhecimento (Honneth, 1995) da comunidade LGBTQIA+ (Codato, Bolognesi &

Roeder, 2015). Grupos religiosos, predominantemente católicos e protestantes evangélicos, também parecem estar relacionados ao ativismo (Severo, Weller & Araújo, 2021). O lema ‘Deus, Pátria, Família e Liberdade’, amplamente adotado pelo ex-presidente brasileiro e usado com pequenas variações pelos movimentos das ‘Novas Direitas’, também obriga um olhar ao passado e à Ação Integralista Brasileira, que, com um lema semelhante e liderada no passado pelo jornalista Plínio Salgado, mobilizou grande parte da população brasileira nos anos 1960 (Caldeira Neto & Gonçalves, 2020).

A AIB (Ação Integralista Brasileira) nasce inspirada no fascismo europeu¹⁰ e fica conhecida pela sua retórica agressiva e táticas paramilitares. Junto à Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, conhecida como TFP, a AIB esteve presente na famosa Marcha pela Família com Deus pela Liberdade, ato marcante e fundacional da ditadura militar Brasileira. Os dois grupos podem ser entendidos enquanto expoentes do fascismo clerical brasileiro. Os ‘dois Plínios’ — Plínio Salgado e Plínio Correa de Oliveira — são ainda figuras referenciadas, e as tradições inauguradas por seus grupos fornecem elementos e símbolos adotados pelas ‘Novas Direitas’. Ambos têm uma influência enorme do Catolicismo, conduzindo também à necessidade de refletir sobre a influência religiosa. Mas, para além do aspecto religioso, é também por meio de Adolpho Lindbergh — hoje presidente do Instituto Plínio Côrrea de Oliveira (IPCO) — que as primeiras obras do neoliberalismo são trazidas ao Brasil. Rocha (2019) explica que a tradução de Hayek da obra *O caminho da servidão*, em 1946, já era uma iniciativa para barrar o avanço da esquerda católica e das pautas que carregava, como a reforma agrária.

Nesse sentido, Pleyers (2020) aponta uma importância central da Igreja neopentecostal, que teria retomado os espaços deixados nas favelas brasileiras pelo cristianismo da libertação, que foi profundamente perseguido antes e durante a ditadura militar brasileira. Ele entende que

¹⁰ Pollard (2007) define o termo "fascismo clerical" como uma forma de abranger indivíduos, movimentos e regimes, ou simplesmente momentos de encontro entre a religião cristã e o fascismo, tanto em termos de sua disseminação geográfica quanto das denominações cristãs envolvidas. Isso significa que não se trata apenas do catolicismo, mas também de diferentes formas de protestantismo e outras igrejas extremistas. Alguns grupos brasileiros que combinam religião e extremismo, como a linhagem integralista, assim como os herdeiros da Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, ainda estão presentes na forma de grupos como IPCO (Instituto Plínio Côrrea de Oliveira), Associação Cívica Arcy Loppes Estrella, Ação Integralista Revolucionária, Frente Integralista Brasileira (FIB) e o Movimento Integralista Linearista Brasileiro. Com diferentes níveis de radicalização, esses grupos são organizações institucionais, no entanto, o Integralismo serviu e ainda serve de inspiração para a emergência de grupos e células neonazistas, tais como os Carecas do Subúrbio e do ABC, além de grupos relacionados ao *White Power*. O trabalho de Costa (1993) é uma referência para compreender as complexidades dos ‘Carecas’, assim como as posteriores divisões. Já o trabalho de Caldeira Neto e Gonçalves (2020) tem como foco principal os Integralistas, sua história e posteriores ramificações.

a vitória eleitoral de Bolsonaro, em 2018, é parte de um processo de profunda transformação, iniciado no início dos anos 1980 e conduzido com continuidade e inteligência, ao longo de quatro décadas, por atores religiosos conservadores. Já Dantas (2013) analisa que as fronteiras que antes separavam os espaços público e privado, assim como a política e a religião, estão passando por mudanças. A política estaria invadindo a esfera privada, enquanto a religião estaria alcançando o espaço público. No contexto neopentecostal, a Teologia do Domínio e a Teologia da Guerra Espiritual desempenhariam um papel fundamental para a compreensão da atuação política das igrejas. Dantas aponta que, no neopentecostalismo, a batalha entre o bem e o mal ocorre no âmbito social e político, por meio do voto, da mídia eletrônica e da aquisição de propriedades. Essa batalha busca conquistar o domínio político da sociedade, que é alcançado através da obtenção de cargos eletivos, ampliação da representação parlamentar e consolidação de um poder político.

Em suma, no contexto brasileiro, destaca-se a ideia da emergência de uma ‘Nova Direita’ que tem como marcas centrais o autoritarismo e a adoção às agendas ultraliberais. Além disso, com a particularidade da expansão do neopentecostalismo, a religião tem ocupado lugar central nas análises que colaboram para a construção da imagem de um fenômeno complexo. Condensando muitas dessas perspectivas, o historiador Daniel Aarão Reis (2020) resume isso como:

extrema-direita descomplexada, ativa e propositiva, de grande ativismo público, com frequentes incursões nas ruas, explorando as insuficiências e deficiência dos regimes democráticos, instrumentalizando os quando convém, desfigurando-os ‘por dentro’ e usando intensamente os mecanismos próprios da revolução digital (Aarão Reis, 2020, p. 3).

Já no contexto europeu, outros traços têm sido considerados como fundamentais e explorados de forma mais ativa na literatura recente. Conforme veremos, conceitos como o de radicalização e de populismo são considerados marcas fundamentais que têm conduzido a teorias sobre a ‘normalização’ ou ‘*mainstreaming*’ dos discursos da Direita Radical (Mudde, 2016).

1.1.2 Radical, populista e iliberal: as investigações sobre as Direitas Radicais na Europa

Mayer (2020) dirá que as principais viradas dentro dos estudos da ciência política acerca da extrema-direita europeia se deram na transição do extremismo para o radicalismo e populismo; da interpretação focada na demanda para a oferta; e da aplicação majoritária de métodos quantitativos e de análise eleitoral para um progressivo — porém ainda inferior — uso de metodologias qualitativas. Na Europa, é comum observar a diferenciação entre os estudos que se debruçam nos elementos da demanda e outros da oferta. Por um lado, a análise da demanda consiste nos fatores que conduzem à ‘disposição’ para ideias e movimentos de extrema-direita; já a análise da oferta diz respeito aos atores e estratégias que promovem e disseminam ideias e oportunidades. No lado da demanda, coloca-se o exame de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que conduziriam as pessoas a buscar e se identificar com as agendas, atores e movimentos extremistas. Já ao lado da oferta, incluem-se as interpretações dos grupos ativistas, dos líderes, da mídia tradicional e alternativa, das redes sociais — buscando entender quais são suas estratégias e como eles moldam suas narrativas para que elas possam mobilizar e expandir a influência dos grupos.

Apesar da diferenciação, as linhas tornam-se mais tênues quando vamos ao encontro da literatura. É possível afirmar que a maioria dos estudos acerca da extrema-direita na Europa se concentrou em (1) explicações socioeconômicas relacionadas à precarização (Hernández & Kriesi, 2016; Stockemer, Lentz & Mayer, 2018). Há também as (2) explicações sociopolíticas associadas à alienação das elites políticas, as quais estariam mais distantes, desconectadas ou alheias às necessidades populares (Zhirkov, 2014); as (3) explicações socioculturais relacionadas às mudanças culturais nas sociedades modernas tardias, especificamente o conflito entre valores fundamentalistas e pós-modernos, com um foco especial na questão das reações ao multiculturalismo (Ignazi, 1992; Mrozowicki et al., 2019). Além disso, (4) outras análises identificam um declínio na democracia neoliberal e o endurecimento repressivo dos regimes políticos escolhidos através de procedimentos democráticos (Castells, 2018; Runciman, 2018). Há, ainda, as (5) interpretações que replicam teorias que foram utilizadas para a análise do Nazismo e o Fascismo, incluindo certas explicações psicológicas e psicanalíticas, nas quais prevalece a ideia do extremismo de direita como uma ‘condição patológica comum’, a qual poderia se repetir em momentos de crise e anomia (Scheuch & Klingemann, 1967).

Do lado da oferta, encontram-se, principalmente, (1) teorias de mobilização e liderança, nas quais o populismo costuma figurar como chave de análise, apontando-se a existência de líderes carismáticos e grupos que interpelam por meio de discursos que opõem o povo às elites políticas e econômicas (Minkenberg, 1992, 2017). Outras (2) teorias têm se concentrado na

competição política e partidária, demonstrando que isso criaria uma estrutura de oportunidade política (EOP) (Kitschelt & McGann, 1997).

Uma das teorias que mais ganhou repercussão é a de Betz (1994), que focou nas consequências políticas da mudança social, apontando que a urbanização, a mobilidade social e o declínio das classes e da solidariedade baseada na religião produziram uma sociedade mais fluída e atomizada, enfraquecendo a antiga lealdade partidária e favorecendo as ‘políticas do ressentimento’ ou as ‘antipolíticas’. A teoria de Betz (1994) fala sobre os ‘perdedores da modernização’, nela, o autor irá pensar no processo de globalização e no processo de produção de perdedores e ganhadores. Esses perdedores seriam aqueles que atribuem a perda de trabalhos e as mudanças aos fluxos migratórios. Tais grupos veriam o multiculturalismo, o cosmopolitismo e as normas universais como ameaças às suas identidades.

No conjunto das explicações socioeconômicas, encontra-se também uma série de trabalhos que relacionam o neoliberalismo, como política econômica que produziria precarização e flexibilização das relações de trabalho, com a priorização do mercado como mediador das relações sociais. No interior dessa corrente, também se colocam as teorias de interpretação sobre a dualização do mercado de trabalho nas sociedades capitalistas. Em geral, os trabalhos inspiram-se em Standing (2014) que irá inaugurar o termo ‘precariado’, enquanto uma classe comum e perigosa que poderia variar politicamente entre os extremos da direita e da esquerda, assim como ser mais suscetível à demagogia populista. O populismo tem sido interpretado enquanto uma ‘ideologia fina’ (*thin-ideology*) em contraposição ao que seriam entendidas como ideologias completas, como o liberalismo, o socialismo e o conservadorismo. Essas ofereceriam um sistema de pensamentos com soluções políticas específicas e práticas, já o populismo consistiria em uma abordagem simplificada do mundo político que, portanto, poderia se colar a essas diferentes ideologias (Stanley, 2008; Wahl, 2020).

No caso alemão, Mudde (2013) identifica essa como uma ‘quarta onda’ da direita radical no país. De acordo com ele, as três primeiras ondas pós-Segunda Guerra (décadas de 1950-1960, 1980-1990 e 2010) foram caracterizadas por elementos ideológicos e estratégias políticas distintas; essa quarta onda representaria uma forma mais matizada e adaptável de política de direita radical que combina elementos das anteriores. Na Alemanha, devido ao passado nazista, os partidos de direita política foram amplamente associados ao Nacional-Socialismo. Após a Segunda Guerra Mundial, algumas partes da extrema direita se reestruturaram e fundaram o Partido do Reich Alemão (*Deutsche Reichspartei*, DRP) e o Partido Alemão (*Deutsche Partei*, DP). Nas primeiras eleições gerais após a guerra, em 1949, a extrema direita conquistou apenas

cinco assentos na Alemanha Ocidental. Desde então, os partidos de extrema direita tiveram pouca representação duradoura no parlamento nacional (*Bundestag*) e permaneceram como um fator marginal na política alemã. O partido de extrema direita mais bem-sucedido foi o Partido Nacional Democrático da Alemanha (*Nationaldemokratische Partei Deutschlands*, NPD), que obteve alguns assentos em vários estados (*Länder*) da Alemanha na década de 1960, com uma agenda nacionalista, racista, anti-imigrante, extremista e parcialmente anticapitalista, além de uma hostilidade aberta em relação ao sistema governante (Wahl, 2020).

Outros partidos de extrema direita incluem os Republicanos (*Republikaner*, REP), que obtiveram votos em alguns estados nas décadas de 1980 e 1990, e a União Popular Alemã (*Deutsche Volkunion*, DVU), que teve sucesso nos anos 1990. Em geral, os eleitores desses partidos eram jovens, homens e provenientes de estratos sociais mais baixos ou da classe média baixa. Após a reunificação alemã em 1990, os partidos de extrema direita também obtiveram sucesso em alguns estados da Alemanha Oriental, onde movimentos radicais de direita não eram oficialmente permitidos anteriormente. No entanto, em alguns estados, eles alcançaram níveis de sucesso não vistos desde a Alemanha pós-guerra (Schellenberg, 2013). As diferenças históricas da Alemanha Ocidental e Oriental desde a Segunda Guerra Mundial até a reunificação em 1990, juntamente com as mudanças econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas subsequentes, são entendidas como responsáveis por uma nova cultura política nas regiões orientais até os dias atuais. Atitudes autoritárias e anti-imigrantes são entendidas como mais comuns no Leste alemão (Decker, Kiess, & Brähler, 2016).

A Alternativa para a Alemanha (AfD) surgiu em 2013, assumindo sua herança da tradição da Nova Direita alemã, que tem origem na década de 1970. Foi nessa época que os conservadores revolucionários começaram a defender a intelectualização da direita e a luta pela construção de uma hegemonia cultural. Por meio do conceito de etnopluralismo, os movimentos e partidos de direita radical alemães buscam se desconectar do passado nazista e do Partido Nacional Socialista. A estrutura da plataforma do partido é construída com base na reivindicação de liberdade ideológica. Eles se apresentam como o partido com *expertise* e competência econômica, condensando um fundamentalismo de mercado com um conservadorismo de direita. Salzborn (2016) afirma que as bases principais estão concentradas em diferentes escolas de pensamento do neoliberalismo e conservadorismo. Há o suporte ao fundamentalismo de mercado e a oposição ao intervencionismo estatal, junto a posições anti-igualitárias e opostas ao Estado de Bem-Estar social.

O desenvolvimento tardio dos partidos da quarta onda de extrema direita no país costuma ser associado à cultura política do país, com uma sombra persistente do passado nazista. A mudança fundamental é atribuída ao processo que se instala pós-2015, quando o governo federal alemão decide receber grande número de refugiados da guerra do Oriente Médio. O fluxo de refugiados, que já existia antes e aumentou consideravelmente após essa decisão, foi acompanhado por imigrantes adicionais da África e da Ásia. Essa situação polarizou a Alemanha entre uma ‘cultura de boas-vindas’, por um lado, e, por outro, movimentos xenófobos e islamofóbicos, como o PEGIDA e o partido Alternativa para a Alemanha (AfD), que ganharam um apoio notável e parecem ser agora elementos estáveis do sistema (Schwander & Manow, 2017). Alguns autores (Kováts, 2018; Lewicki, 2018), analisam que o crescimento da direita radical na Europa tem profunda relação com a racialização e a consequente islamofobia, assim como com o confronto com as políticas de gênero, cristalizadas também na luta contra a ‘ideologia de gênero’.

Schwander e Manow (2017) concordam que, comparado a outros países europeus, a Alemanha tardou em ver o retorno da representatividade dos partidos de extrema-direita. Os autores também indicam que a tradição de estudos nesse tema esteve conectada à teoria de Hanz George Hetz da ‘resistência dos perdedores da modernização’. Tal tese fundamenta que os eleitores dos partidos de extrema-direita seriam aqueles que ‘perderam’ com a modernização, portanto aqueles que desejariam desfazer os recentes efeitos dela. Em geral, as análises centram-se em perdas socioeconômicas, mas os dados levantados pelos autores não corroboram com tal perspectiva. Schwander e Manow (2017) colocam que:

o apoio ao AfD é bastante independente de fatores econômicos e particularmente forte agora em um momento em que a economia alemã está indo extremamente bem, o que sugere que este novo partido vai ficar e se tornar um elemento estável no sistema partidário (p. 19).

Em relação a tal estabilização, Mudde (2019) tem apontado que a extrema direita populista alemã deve ser vista como uma interpretação radical dos valores *mainstream* ou até mesmo como uma forma de ‘normalidade patológica’. Essa argumentação é respaldada por uma análise empírica das ideologias partidárias e de atitudes de eleitores. Tal mudança paradigmática proposta tem implicações profundas para entender a relação entre a extrema direita e a democracia ocidental, bem como para o estudo do fenômeno em si. Notavelmente, Mudde (2016) propõe considerar a demanda por políticas da extrema direita populista mais como uma suposição do que um enigma. A noção de ‘*normal pathology*’ desafiaria a noção de que a extrema direita populista é um fenômeno completamente externo e estranho ao sistema

político e social, argumentando que ela reflete aspectos distorcidos ou exacerbados das normas sociais e políticas existentes. Isso também tem transformado as perspectivas em relação aos eleitores que, por um longo tempo, foram interpretados enquanto emotivos, irracionais e guiados pela revolta, e não por convicções ideológicas. Os últimos estudos falam sobre escolhas racionais mostrando como os votos para a Direita Radical na Alemanha podem ser ‘votos de protesto’ (Mayer, 2020), demonstrando a rejeição com outros partidos.

Caminhando nesse mesmo sentido, há uma última corrente de estudos que tem ganhado magnitude nos últimos anos e apresenta o roteiro de crescimento de tais grupos, movimentos e partidos como parte do ‘iliberalismo’ (Laruelle, 2022). O iliberalismo é um conceito ainda emergente nas ciências sociais, considerado por alguns como uma ideologia, mas tendo como principal elemento sua intrínseca dependência em relação ao liberalismo. O que há de interessante no uso mais recente do conceito é que ele tem levado a uma análise mais aprofundada do próprio liberalismo e de seus *scripts*, convidando pesquisadores a descentrar os valores e as políticas a ele relacionadas como ‘intrinsecamente corretas’. Além disso, também tem questionado os estudos que centralizam os grupos classificados como ‘iliberais’ como externos e que apresentam sua existência como ameaça e representação de um retrocesso ao roteiro liberal democrático.

Por meio do conceito, evita-se construir uma dicotomia preto e branco entre o liberalismo e o iliberalismo, conceituando o iliberalismo como uma resposta ou um desafio a alguns dos roteiros do liberalismo (políticos, econômicos, culturais, geopolíticos e coloniais¹¹). Isso significa que a relação entre os dois termos depende do contexto e evolui de acordo com as mudanças do liberalismo ao longo do tempo e do espaço. O iliberalismo, portanto, surge a partir e de dentro do liberalismo; não como o oposto existencial, mas, sim, como uma denúncia do liberalismo por ter falhado em atingir seus objetivos democráticos.

O iliberalismo apresenta-se, portanto, como pós-liberal, competindo com o liberalismo por meio do uso de sua própria linguagem conceitual. A definição mais difundida é feita por Laruelle (2022), quando afirma que:

‘1/ o liberalismo é um novo universo ideológico que, mesmo que doutrinariamente fluido e baseado no contexto, é até certo ponto coerente; 2/ representa uma reação contra o liberalismo atual em todos os seus variados roteiros - político, econômico, cultural, geopolítico, civilizacional - muitas vezes em nome dos princípios democráticos e graças a eles (ganhando o voto popular); 3/ propõe soluções que são majoritárias, centradas na nação ou soberanistas, favorecendo os hierárquicos tradicionais e a

¹¹ Para entender os cinco *scripts* do liberalismo e as ameaças a ele relacionadas, ver *Liberalism(s), illiberalism(s), and their inner tensions*, em Laruelle (2022).

homogeneidade cultural; e 4/ exige uma mudança da política para a cultura e é pós-pós-moderna em suas reivindicações de enraizamento numa era de globalização.’ (p. 304)

O conceito ainda não ganhou força no contexto acadêmico brasileiro e latino-americano, no qual, como discuti anteriormente, a questão do passado autoritário, da religião, assim como do colonialismo, tem importância nevrálgica nas análises. Contudo, no interior da presente pesquisa, ele ganha destaque, pois dialoga diretamente com as compreensões acerca da não existência de um ‘dentro’ e ‘fora’. Com isso, ele ressoa com a discussão do ativismo no interior das Direitas Radicais como parte do roteiro liberal democrático, tensionando-o desde dentro, e não o desgastando desde fora. O iliberalismo centraliza, portanto, a ideia de ‘tensão’, exigindo dos pesquisadores que se debrucem na compreensão dos caminhos de constituição do roteiro liberal democrático dentro dos contextos dos países. Assim, torna-se também mais claro o fato de que os atores, grupos e movimentos das Direitas Radicais irão se referenciar à linguagem conceitual construída no interior da democracia liberal, disputando sentidos e constituindo novas cadeias significantes.

Conforme apresentado no decorrer da seção, a trajetória conceitual tem efeitos diretos na compreensão sobre os atores, grupos e movimentos, inclusive definindo quais seriam as ‘fontes válidas’ para a compreensão dos mecanismos de poder vigentes. Portanto, novas interpretações e novos conceitos influenciam e são influenciados pelos estudos empíricos. Na próxima seção, exploro as tradições de pesquisa empírica acerca do ativismo nas Direitas Radicais, revelando como tais estudos evidenciaram dimensões negligenciadas do fenômeno, também conduzindo a revisões conceituais.

1.2 Explorando o ativismo jovem nas Direitas Radicais

Apesar de os movimentos das Direitas Radicais tentarem, explicitamente, afastar-se de qualquer correlação com o passado fascista e não se identificarem com o termo ‘radical’, pesquisas têm apontado que sua expansão tem conexões diretas com o racismo, o sexismo e a justificação da violência contra indivíduos e grupos (Blee & Creasap, 2010; Quintão, 2017; Pettersson & Sakki, 2022). Isso tem justificado a análise da participação em tais movimentos

como sendo diferente e externa à democracia ou como semelhante ao fascismo do passado¹². Além disso, o radicalismo na esquerda e na direita tem recebido distintas lentes de observação, no primeiro caso, com o uso de teorias da mobilização, enquanto no segundo, por meio de teorias de colapso e ruptura (*breakdown theories*) (Caiani, Porta & Wagemann, 2012). Tais análises acerca do engajamento nas Direitas Radicais têm integrado algumas tradições de investigação no presente; a primeira é baseada em teorias psicológicas ou psicanalíticas que centralizam questões como distúrbios de personalidade e experiências traumáticas, incluindo também as análises sobre ‘personalidades autoritárias’ (Pucci, 2020; Monteiro, 2023; Heitmeyer, 2018).

As segundas seriam as explicações que conectam extremismo à insegurança no trabalho, *status quo* inferior ou isolamento social. Muitas delas se sustentam no posicionamento de ativistas como ‘vítimas do sistema’ e, no caso dos jovens, enfatizam a exclusão e as desigualdades sociais como fatores que tornam a transição para a vida adulta mais tardia e conturbada (Buchholz et al., 2009; Giugni & Grasso, 2021). Outras também enfatizam as falhas das instituições democráticas em garantir direitos iguais para todos (Mouffe, 2018; Huke, 2021; Lorenzen et al., 2016). Há ainda a abordagem de estilo cognitivo, baseada em Rokeach (1960), que aponta para um ‘simplismo’, o que conectaria o ativismo em tais movimentos a um baixo grau de instrução e a uma visão do mundo em preto e branco.

Individualmente, as pesquisas trazem elementos importantes para a análise do fenômeno, contribuindo para a compreensão de possíveis fatores de influência. Contudo, ao considerá-las enquanto tradições de pesquisa, contribuem para a estigmatização e reprodução de uma visão maniqueísta dos ativistas, ora os apresentando como passivos e vitimados, diante de condições macroestruturais, ora os apresentando como um conjunto homogêneo marcado pelo ‘desvio’ ou pela ‘patologia’ — mesmo que, em última instância, a patologia possa ser descrita como ‘normal’ (Mudde, 2017).

¹² Sahd (2022) irá explorar as disputas classificatórias envolvendo o uso dos conceitos de fascismo, neofascismo e pós-fascismo. O autor revisita as obras de Finchelstein (2017), Laqueur (2017), Stanley (2018) e Traverso (2019) para compreender de que forma tem se aplicado o conceito para a análise dos movimentos, líderes e partidos emergentes desde a década de 1980. Apesar de compreender a validade do referencial ao fascismo, entende-se que muitas das análises ignoram as particularidades encontradas por meio das investigações empíricas. Há uma importância no desenvolvimento de tipologias para o estudo das manifestações do político, no entanto, quando deslocado para a uma pesquisa que se debruça sob o nível normativo e discursivo, busca-se interpretar os mecanismos emergentes. Nesse sentido, o trabalho de Traverso (2019) é o que tem maior diálogo com a presente pesquisa, já que enfatiza a pluralidade do fenômeno, entendido enquanto ‘composto e heterogêneo’. O autor também dá destaque às influências do neoliberalismo, além de apontar a necessidade de utilizar o passado para iluminar o presente, buscando ‘analogias e diferenças’ e não ‘homologias e repetições’ (Sahd, 2022, p. 116).

Tal problemática se expande também para a tradição terminológica para se referir aos grupos. Há uma relutância em enquadrar o ativismo nas Direitas Radicais no interior dos estudos dos movimentos sociais. Nesse sentido, é possível compreender que a frequente exclusão do ativismo da direita radical nas investigações acerca dos jovens e de sua participação política reflete uma relação negligenciada entre as perspectivas analíticas e normativas. A distinção entre a participação política ‘real’ dos jovens e a participação em movimentos radicais de direita negligencia a distinção entre a política e o político e entre as ordens e instituições democráticas existentes e o princípio da democracia, além de não levar em conta as transformações advindas de novas normatividades na subjetivação política (Dardot & Laval, 2016; Cooper, 2017). Além disso, tende a essencializar os jovens envolvidos nesses movimentos, o que limita a possibilidade de visualizar suas trajetórias, assim como identificar os sentidos atribuídos à participação política (Besen & Walther, 2023).

Tais tradições têm sido questionadas por um corpo de pesquisa que busca evidenciar a heterogeneidade dos ativistas atraídos ou engajados em movimentos das Direitas Radicais. Esse corpo de pesquisa (Schellenberg, 2013; Krasteva, 2017; Miller-Idriss, 2018a, 2018b; Mrozowicki et al., 2019, Pasiaka, 2021, 2022) desenvolveu e aplicou novas metodologias qualitativas de pesquisa que permitiram visualizar a diversidade de movimentos emergentes, assim como um mosaico complexo e poroso de identificações. Tais investigadores abandonaram a análise do comportamento eleitoral para se focar em entrevistas e observação etnográfica (Mayer, 2020), colocando ênfase especial na possibilidade de analisar os atores de forma semelhante a outros envolvidos em formas ‘convencionais’ de participação. Assim, tais pesquisas apresentam uma visão de tais ativistas como racionais e instrumentais, os quais se mobilizam por conta de interesses e identidades coletivas.

A primeira pesquisa em larga escala foi conduzida por Klandermans e Mayer em 2005¹³ e envolveu 157 entrevistas de trajetória de vida com membros de partidos de direita radical em

¹³ Klandermans e Mayer (2005) foram pioneiros ao olhar para as trajetórias e buscar discutir tal ativismo no interior dos estudos acerca dos movimentos sociais. Dois resultados são destacados, o primeiro em relação ao fato de que esses sujeitos não vêm de contextos de marginalização prévia. Por essa razão, eles apontam que a exclusão não pode ser identificada como causa, mas muitas vezes como consequência do ativismo. Muitas famílias reproduzem a exclusão, sendo o estigma um fator de aprofundamento no engajamento com o grupo e, portanto, um fator que dificulta a saída dos ativistas. As autoras também discutem que quase todos os entrevistados eram motivados, principalmente, por um nacionalismo exclusivo, uma rejeição à imigração e uma posição ‘antiestrangeiros’, enquanto o antissemitismo e a glorificação do passado nazista não estavam muito presentes. Por fim, elas destacam que, ao comparar com o ativismo na extrema-esquerda, as semelhanças estão apenas na vontade de agir político, tendo como eixos centrais de sua participação elementos bastante conflitantes. Por um lado, no interior das extremas-direitas, haveria a defesa da disciplina e da autoridade, já nas esquerdas, a igualdade iria se estabelecer como um eixo fundamental.

cinco países europeus. Outra pesquisa em larga escala foi desenvolvida por David Art¹⁴ (2011) com 140 entrevistas com ativistas de vinte partidos em onze países diferentes. Tais pesquisas já desafiaram e questionaram os estereótipos de violentos e extremistas dos ativistas, cuja origem remonta às análises de membros de grupos neonazistas e neofascistas. Tais estudos destacaram, principalmente, a importância da agência e liderança dos partidos, das relações de gênero, da maneira pela qual as Direitas Radicais recrutam e treinam seus membros, além das estruturas partidárias e as estratégias de comunicação e de formação de alianças. Além disso, revelaram que os ativistas formavam um grupo bastante diverso, com diferentes origens, idades e educação, envolvendo uma maioria de pessoas socialmente integradas e conectadas.

Pesquisas mais recentes (Miller-Idriss, 2018b; Pasieka, 2020; Krasteva, 2017; Klandermans, 2013, 2020) têm estendido tal achado aos ativistas jovens e avaliado tal diversidade não apenas como uma evidência do amplo apelo e sucesso de mobilização de tais movimentos, mas também como um ‘ativo’ — no sentido de que contar com uma variedade de habilidades e atributos em seus ativistas traz benefícios aos grupos. Além disso, estudos recentes (Blee, 2017, Pilkington, 2016; Toscano, 2019) — também inspirados em Klandermans e Mayer (2005) — têm afirmado que tais grupos ‘atendem aos critérios para serem analisados enquanto movimentos sociais, já que constituem uma rede de interações entre indivíduos que compartilham uma identidade, estão engajados em um conflito político/cultural/social, e usam da ação coletiva para dar voz a preocupações e ressentimentos específicos’ (Pasieka, 2020, p. 87).

Nilan (2021), em seu livro recentemente publicado, *Youth and Far Right*, constrói uma das análises mais amplas sobre o tema, buscando condensar a literatura para produzir novas categorias de análise para a ‘quarta onda’ de extremismo (Mudde, 2019) e seu apelo para os jovens. O livro é construído em meio à pandemia de covid-19 e lança luz à questão dos conflitos enfrentados pelos jovens em termos do descompasso entre suas aspirações juvenis e as realidades da vida social e política contemporânea. A pesquisadora afirma que os jovens das extremas direitas têm um desejo de serem agentes ativos na construção de seus futuros, mas

¹⁴Art (2011) esteve interessado em entender como o perfil dos ativistas se revertia em condições de sucesso ou fracasso partidário. Dessa forma, ele divide os ativistas entre moderados, extremistas e oportunistas e, de maneira teórica e prática, busca demonstrar como a distribuição desses ‘tipos’ no interior dos partidos incide em diferentes desenvolvimentos. Assim, seu foco maior é na interrelação entre os partidos e os ativistas, apontando que alguns partidos têm estratégias que irão funcionar de modo a atrair ativistas com maior nível de educação e experiência, enquanto outros irão apenas mobilizar classes sociais mais baixas, sem experiência política prévia. Inserido no período que foi produzido, o estudo tem uma importância por trazer novos focos para o campo, no entanto, a estigmatização dos ativistas segue presente, de modo que, apesar do deslocamento para as trajetórias e experiências, o trabalho ainda busca compreender e prever o sucesso eleitoral de partidos.

que esses muitas vezes se encontram idealizados. Por isso, o principal eixo do livro são as ideologias da extrema direita que teriam a capacidade de identificar ou criar um senso de injustiça e inspirar os jovens a imaginar um futuro melhor, conectando tal futuro a uma agenda política de ação.

Nilan (2021) menciona a existência de ‘narrativas de esperança’, tais como o ultranacionalismo ocidental. No contexto europeu, isso funcionaria como um ‘conto de esperança’, projetando para o futuro uma sociedade utópica livre de imigração, miscigenação e diversidade cultural. Uma das ferramentas principais dos novos movimentos, grupos e partidos da extrema direita (endereçada por ela como ‘*far right*’) seria fornecer uma visão empoderada de si; uma visão de ação heroica munida do poder de mitigar um perigo iminente. Dessa forma, os movimentos não buscariam se apresentar enquanto conservadores, mas, sim, como espaços para uma ação política radical.

A pesquisadora afirma que é fundamental evitar estereótipos e entender que não é mais o jovem neonazista furioso que domina os movimentos de extrema direita contemporâneos, mas, sim, os jovens ‘comuns’. Apesar dos elementos interessantes do livro, a maior questão é justamente que os homens ‘comuns’ são caracterizados apenas como jovens homens brancos, que lutariam contra sentimentos amorfos de raiva e ressentimento à medida que privilégios que lhes eram tradicionalmente concedidos são percebidos como ameaçados ou retirados (Smith, 2022). Essa questão não é ignorada pela autora, que chega a problematizar e apontar para exceções. No entanto, a escolha atravessa o livro, que foca, principalmente, no apelo a esse grupo.

A autora assume que o alicerce emocional transcende o poder explicativo da ideologia de ‘supremacia branca’ e busca pensar em elementos das práticas cotidianas desses jovens que fornecem uma base para a identificação com a extrema direita. Assim, analisa as práticas de *games* e aponta que a vida dos homens jovens e meninos estaria cada vez mais moldada em uma variante militarizada da cultura juvenil, que viria por meio de jogos de tiro em primeira pessoa (FPS). Ela entende que ambiente, dominado por homens, ‘com funções de bate papo ao vivo síncrono e a posição subjetiva do jogador em um ‘espaço de matança’ durante uma batalha épica pela sobrevivência como propício para a socialização em ambientes subculturais da extrema direita’ (p. 41).

Em contraste com os estudos centrados no envolvimento de homens brancos (Nilan, 2021) ou na preponderância de adesão entre as classes mais baixas (Betz, 2018), encontram-se estudos como os de Pasiëka (2022), Krasteva, (2017) e Miller-Idriss (2018b), que ilustram os

jovens ativistas como um conjunto complexo e diversificado de indivíduos, incluindo ‘cidadãos de classe média, bem estabelecidos, com densas redes de laços sociais e que não se sentem de forma alguma excluídos; assim como estudantes, intelectuais e empresários’ (Pasięka, 2022, p. 174). Além disso, esses estudos sugerem evitar o uso do termo ‘juventude de direita radical’, pois isso indica uma posição ou identidade fixa, ao invés de um movimento. Miller-Idriss (2018b) propõe pensar nas identidades como ‘fluidas, complexas e contraditórias, com limites que são porosos em vez de fixos’ (Miller-Idriss, 2018, p. 351). Além disso, tais pesquisas têm demonstrado que o envolvimento dos jovens com as Direitas Radicais é impulsionado por uma combinação de condições estruturais e fatores subjetivos que se reforçam mutuamente.

Krasteva (2017), combinando etnografia e entrevistas com jovens líderes de movimentos de Direitas Radicais europeias, estabelece três áreas problemáticas principais no campo de investigação: a compreensão teórica do ativismo juvenil de extrema direita, o processo de construção de figuras ativistas nas Direitas Radicais e as possíveis respostas democráticas à radicalização juvenil. Sua análise apresenta duas perspectivas teóricas: o conceito de geração perdida e o de cidadania contestatória. No caso do primeiro conceito, a autora concentra-se em causas e fatores estruturais para o ativismo, apontando que a crise econômica teria gerado marginalização, e a globalização neoliberal teria pressionado e gerado desemprego. De acordo com Krasteva, os déficits e contradições socioeconômicas gerados seriam uma base importante desse engajamento.

Já a concepção de cidadania contestatória busca destacar os jovens como atores em suas escolhas políticas que envolvem energia e ativismo e, assim, abrir horizontes teóricos em duas linhas: a primeira diz respeito à sensibilidade teórica aos dados que mostram que a extrema direita atrai jovens de diferentes classes sociais e que os motivos para aderir a ela podem ter menos a ver com marginalização socioeconômica do que com identidades e protestos; e a segunda linha baseia-se em um aparato conceitual, cujo foco não está na sociedade e em suas deficiências, mas nos atores com seu potencial de agência. Krasteva (2017) aponta o protesto como uma forma de mobilização característica das sociedades frente a uma ‘expansão do conflito’ na cena política e indica que ainda há poucas pesquisas que optam por esse caminho, havendo uma tradição que contribui para a estigmatização dos jovens, prejudicando a construção de soluções democráticas para a radicalização. Por meio do processo de articulação de ambas as análises, ela sustenta que ‘os próprios ativistas estão situados em diferentes posições no amplo espectro da agência de extrema direita, formando uma bricolagem de identidades, imagens e imaginários’ (Krasteva, 2017, p. 152).

Pasiëka (2020) realizou um estudo etnográfico sobre ativistas na Itália, Polônia, Hungria e Eslováquia e identificou que os movimentos de extrema direita dão, à geração jovem, ferramentas para serem ativos e acreditarem que serão agentes de mudança. Os ativistas desenvolvem um vínculo emocional com a comunidade transnacional de fomento, identificada pelos pesquisadores em vários países europeus. Caiani, Porta & Wagemann (2012) definiram os movimentos radicais de direita como racionais, intencionais e organizados, contando com recursos organizacionais, repertórios e estruturas que refletem oportunidades políticas. Além disso, eles identificaram um discurso complexo em grupos radicais de direita que são estruturados por quadros que dão atenção considerável às questões políticas amplas e que formam a autoidentidade dos ativistas de direita. Da mesma forma, Braun, Geisler e Gerster (2009) dizem que o extremismo de direita se apresenta como um mundo planejado de experiências, cujas ofertas são adaptadas precisamente às necessidades de um grupo-alvo jovem e heterogêneo.

Sousa et al. (2022) realizou uma análise da nova direita posicionada no debate político brasileiro, a partir de entrevistas com militantes de uma universidade brasileira localizada no Nordeste do Brasil. O objetivo foi ‘identificar os diferentes atributos da identidade da direita formulados em narrativas de militantes de direita em uma universidade pública brasileira, as contradições no conteúdo dessa identidade e os recursos retórico-discursivos mobilizados em sua construção’ (p. 4). Os pesquisadores apontam que, após 2013, há a constituição de uma militância que não apenas passa a assumir sua identidade publicamente, como passa a exigir a ocupação dos espaços públicos. Dessa forma, tais grupos desenvolvem ações diretas no sentido de produzir novas subjetividades e identidades políticas no meio estudantil, alinhadas ao ‘pensamento de direita’. Tais militantes mencionam três grupos políticos como constituintes da direita (os conservadores, os liberais e os libertários), mas somente dois são usados como categorias de autoidentificação: os conservadores e os libertários.

Atributos identitários, como o apreço pela verdade, a defesa da liberdade, a desconfiança em relação às mudanças abruptas e a valorização da família e da religiosidade cristã, foram observados como definidores da identidade da direita. Quanto à definição de direita, eles afirmam que os estudantes construíram distintas posições identitárias para a militância de direita nas universidades, mas a discriminação vivida no interior dos espaços universitários foi um dos temas mais recorrentes. A universidade foi identificada enquanto um ambiente ameaçador para estudantes de direita, já que os grupos de esquerda na universidade seriam antagônicos e de teor autoritário, hegemônico, opressivo e incapaz de dialogar. A

direita é, portanto, identificada enquanto um movimento minoritário.

Díaz (2021), em *Make (neo)liberalism Cool Again*, usou o caso do Movimento Brasil Livre como exemplo da ‘amálgama do neoliberalismo e conservadorismo que se consolidou como terreno fértil para o antiesquerdismo’ (p. 3). Com base em entrevistas e observação participante em eventos e protestos, a pesquisadora dirá que a militância de direita se consolidou em espaços sociais cotidianos percebidos como descolados e contraculturais. A pesquisadora aponta que elementos centrais do roteiro neoliberal, como a defesa da meritocracia, teriam se encaixado com o discurso conservador contra o ‘marxismo cultural’ e a ‘ideologia de gênero’. Ela reconstrói um percurso de encontro da defesa do empreendedorismo e da oposição à ‘correção política’, os quais forjam um projeto político de direita que combina correntes ideológicas e símbolos de humor, resultando em culturas políticas jovens e atrativas.

Outros acadêmicos do campo de estudos da juventude têm interpretado o aumento da direita radical como uma insurgência de uma geração de jovens conservadores (Weller & Bassalo, 2020; Severo, Weller & Araújo, 2021). Baseados em Mannheim (1982), tais pesquisadores argumentam que, a cada nova geração, os jovens estabelecem novas formas de interpretar e entender o mundo, resultando em uma formação constante de novas conexões e identidades sociais. Tais pesquisas indicam que a visão de mundo compartilhada por essa geração de jovens conservadores combina valores e costumes tradicionalistas com um modelo econômico liberal, como refletido no *slogan* ‘Liberal na economia, conservador nos costumes’ (Silva, 2021).

Severo, Weller & Araújo (2021) realizaram uma pesquisa em escolas públicas brasileiras de ensino médio para analisar o posicionamento político dos jovens, constatando que marcadores significativos na formação ideológica do espectro político de direita, como a comunidade religiosa e a família, requerem mais atenção e a adoção de outros métodos de pesquisa qualitativa que possam captar as especificidades dessas importantes instituições sociais. Weller e Bassalo (2020) analisaram os grupos de Facebook relacionados a movimentos conservadores e identificaram que o período de 2013 a 2016 despontou como aquele com maior lançamento de páginas, correspondendo a 63% do total. A partir da observação de páginas de Facebook de grupos conservadores, elas buscaram ‘compreender como grupos de jovens anunciam publicamente e em ambiente virtual uma herança cultural relacionada a um estilo de pensamento conservador’ (p. 1).

Nas páginas de Facebook, as autoras identificaram estratégias claras de polarização com outros grupos e estilos de pensamento e ressaltam que tais jovens passaram por um chamamento

individual, majoritariamente pela via *online*. Nas páginas brasileiras no Facebook de grupos identificados como conservadores, elas identificaram várias imagens de personagens e figuras que se referem às forças armadas, exaltando o período em que os militares estavam no poder como uma contrarrevolução contra o comunismo. Essa reinterpretação das ações violentas durante a ditadura militar como ações legítimas de proteção tem sido articulada ao ataque à atual política de direitos humanos (Teixeira & Barbosa, 2022).

Apesar da contribuição da pesquisa voltada às redes, Weller e Bassalo (2020) criticam a lacuna ainda existente nos estudos sobre a juventude com relação à compreensão do engajamento dos jovens em movimentos radicais de direita. Em particular, porque uma parte significativa da pesquisa sobre jovens exclui o ativismo de direita radical da participação dos jovens. Nesse sentido, buscarei, nas próximas sessões, explorar qual tem sido a tradição dos estudos das juventudes e da participação política juvenil, buscando introduzir o tema do ativismo jovem nas Direitas Radicais nesse campo de estudos.

1.2.1 Tradições nos estudos sobre juventude

A ‘juventude’ não pode ser considerada um campo recente e limitado de investigações. Há um universo enorme de pesquisas, estudos comparados e relatórios de instituições estatais e privadas que construíram definições sobre a juventude, apontando suas questões, modos de agir, trajetórias de vida, formas de agrupamentos, e, finalmente, modos de ‘participação política’. A juventude define-se enquanto categoria social, geracional e política, pautada e centralizada em estudos sociológicos, psicológicos e educacionais, além de multidisciplinares. A realização de revisões sistemáticas¹⁵ permite visualizar que a produção da categoria ‘juventude’ aconteceu por meio de discursos e normas reiteradas, tendo início ainda no início século passado sob a forma da produção da ‘juventude como problema social’.

No início do século XX, os teóricos que se voltaram ao estudo da juventude tinham como preocupação central a violência urbana. Muitas explicações de cunho biológico/genético definiram a periculosidade e a delinquência como comportamentos tipicamente juvenis. O problema da ‘delinquência juvenil’ e das ‘gangues de jovens’ foi articulado como parte de uma

¹⁵ Estudos como o de Foracchi (1972), Cardoso e Sampaio (1995), Sposito (2009); Santos (2011), Freire Filho (2005), Tavares (2012), Abramo (1997, 2005), Trancoso & Oliveira (2016); Sposito e Tarábola (2017) e Walther et al. (2020) propuseram-se a estabelecer um percurso dos estudos acerca da juventude, participação e culturas juvenis, cunhando suas próprias propostas de definição da categoria juventude e participação, assim como estabelecendo previsões e indicações sobre os estudos do tema nos países.

preocupação maior com os problemas de organização da cidade e da vida urbana. A Escola de Chicago, a partir de 1920, inaugura as interpretações sociológicas sobre o tema, tendo a Ecologia Humana como uma de suas principais teorias¹⁶.

Os pesquisadores estabeleceram a cidade como seu principal ‘laboratório’, concentrando-se em pesquisas nas áreas urbanas consideradas como ‘degradadas’. Autores como Thrasher (1927), Shaw (1966) e Whyte (2005) empreenderam seus estudos acerca das gangues estadunidenses. Almeida (2009) explica que ‘a partir da compreensão das ‘zonas ecológicas’ e dos ‘territórios da cidade’, os investigadores da Escola de Chicago construíram vínculos entre a ‘desorganização social e a violência, zona de transição e criminalidade, violência urbana e juventude’ (p. 122). Whyte (2005) teria sido o primeiro pesquisador a questionar a passividade atribuída às coletividades juvenis, por meio de pesquisa etnográfica feita com grupos de migrantes em Boston. O autor evidenciou os tensionamentos, as alianças, e os comportamentos ativos dos jovens tanto em termos da variedade de territórios, quanto na circulação entre o campo lícito e ilícito. Whyte, junto a Coleman e Parsons, conforma um grupo de pesquisadores que passam a analisar a existência de ‘culturas juvenis’. Os agrupamentos juvenis passam a ser entendidos enquanto espaços de transição entre o mundo privado e parental até a vida pública, dentro dos quais os jovens desenvolviam seus aspectos identitários. Desse quadro, já começam a emergir as ideias de que a juventude é um reflexo/imagem das transformações sociais e econômicas vigentes e que seus comportamentos poderiam ser ‘reativos’.

Os estudos culturais relacionados à juventude têm início, na Inglaterra, no contexto pós-guerra. O *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), sob a rubrica de ‘Escola de Birmingham’, é o espaço no qual uma série de estudos são desenvolvidos, não apenas com o objetivo de redefinir o significado de cultura, mas de inserir, no âmbito dos campos válidos de investigação interdisciplinar, as experiências, os estilos de vida e a produção simbólica do interior de coletividades juvenis. O centro foi fundado em 1964 por Richard Hoggart, e estava ligado ao *English Department* da Universidade de Birmingham, constituindo-se num centro de pesquisa de pós-graduação dessa mesma instituição. ‘As relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como, suas

¹⁶ Ainda há autores que utilizam as teorias da Ecologia Humana para refletir acerca da violência urbana no Brasil dentro do campo jurídico, ver *Respeito às Funções Urbanísticas e a Prevenção da Criminalidade Urbana: Uma Visão Integrada à Luz da Escola de Chicago* (Farias, 2009) e *Juventude e Criminalidade sob a Perspectiva da Escola de Chicago* (Catão e Pereira, 2015).

relações com a sociedade e mudanças sociais, compõem seu eixo principal de pesquisa’ (Escosteguy, 1998, p. 88).

Ainda nos anos 1960, os estudos culturais impactaram por suas pesquisas que se voltavam à vida cotidiana, utilizando pressupostos marxistas para a compreensão do que entendiam conformar ou não movimentos de resistência. Os estudos culturais atravessaram caminhos diversos e chegaram com força ao Brasil anos mais tarde; a obra de Freire Filho (2005) estabelece um percurso extremamente interessante, abordando como os estudos culturais irão se articular à concepção de resistência; *Reinvenções da Resistência Juvenil* demarca uma trajetória dos estudos culturais anglo-americanos, chegando aos brasileiros. Freire Filho afirma que os estudos culturais buscavam se distanciar das visões funcionalistas da Escola de Chicago, assim como de outras que apontavam que havia uma ‘cultura de consumo juvenil homogênea — um bloco social solidamente integrado (...) prenúncio da prosperidade que se estenderia a todos’ (Freire Filho, 2005, p. 140).

No pós-guerra, a juventude despontou como principal consumidora, tanto por seus crescentes interesses culturais quanto pelo poder de compra que adquiriam nos países europeus. As análises correntes acerca da ‘questão juvenil’, principalmente oriundas da psicologia anglo-americana, despontaram uma patologização da juventude. Os jovens consumidores eram vistos como ‘hedonistas’ e ‘irracionais’, e a delinquência juvenil ainda configurava como imagem dos jovens desviantes. Cohen (1997a) será um dos primeiros a romper com a criminalização da juventude da classe trabalhadora, analisando as ‘subculturas’ e os ‘comportamentos’ juvenis enquanto práticas com sentido e coerência, não apenas como um sintoma. A função das subculturas que emergiam seria lidar com as contradições advindas da cultura dos pais e com as transformações já emergentes no mundo do trabalho. Os ‘*mods*, *skinheads*, *crombies*’ são entendidos enquanto uma tentativa de coesão social, diante de um mundo em transformação.

Cohen (1997b) irá utilizar o termo bricolagem, tomado do estruturalismo de Lévi-Strauss para se referir a como formas mágicas utilizadas pelos ‘povos primitivos’ poderiam ser vistas de modo coerente, constituindo um significado. Para o autor, os jovens, mesmo que no plano imaginário, utilizavam uma série de combinações improvisadas que, em contrastes com outros estilos culturais, produziam significados compartilhados. O ‘estilo’ seria uma solução imagética para questões que surgiam em outros setores, como a família, a escola e o trabalho; os estilos culturais foram interpretados enquanto reações às mudanças globais em meio a sociedades tidas como complexas.

Segundo Tavares (2012), Paul Willis foi o membro do CCCS que se destacou realizando uma etnografia acerca da transição da escola para o mundo do trabalho entre a juventude de origem operária. O autor apontou, em *Learning to Labour* (1977), que as reações dos jovens estariam conectadas às suas constatações em relação à desigualdade social, assim como à pouca mobilidade social. Para toda essa primeira formação dos estudos culturais, havia uma centralidade do marxismo; mas, junto a ele, conceitos como o de hegemonia, de Gramsci, também eram utilizados para descrever relações de dominação. Disso derivou uma historiografia de inspiração marxista combinada com uma antropologia cultural.

A juventude passou a ser percebida de forma interclassista em relação à cultura dominante, em que a ênfase estava na idade e na geração. Hall e Jefferson (2006) mencionam que tanto a juventude de classe operária, como os *teds*, *mods* e *skins*, quanto aquelas inspiradas nas classes médias, como os *hippies* e os *freaks*, eram tentativas de lidar com as contradições da cultura parental. Essa cultura parental seria responsável pela socialização primária que influenciaria significativamente a formação da personalidade de cada grupo de classe e, conseqüentemente, a visão de mundo dos jovens (Tavares, 2012).

A nova compreensão do CCCS acerca da ‘cultura jovem’ ou das ‘subculturas espetaculares’ trouxe novos ares, apontando que havia formas criativas de resistência à ordem dominante. A proposta do CCCS tornou-se desmontar e questionar o conceito comercial da cultura juvenil e, em seu lugar, desenvolver uma análise mais minuciosa das origens sociais, econômicas e culturais das diversas subculturas juvenis, considerando também suas conexões com a estrutura da sociedade e as relações de produção. Esse enfoque não ignorava as particularidades do conteúdo e da posição etária e geracional dessas subculturas (Freire Filho, 2005, p. 141).

Os estudos culturais utilizaram diferentes conceitos para definir os movimentos: subculturas, cenas, tribos etc. Após a análise dos *punks*, *skinheads* e *hippies*, também foi iniciada uma análise sobre a potente mistura entre o movimento negro e o *hip hop*, que culminaria em mudanças significativas nas identidades e lutas políticas do século XXI. Os estudos pós-subculturais já começaram a focar a análise desses movimentos, tendo como figura central Stuart Hall. No entanto, tal como Grossberg (2006) aponta, o século XXI trouxe novos elementos a serem analisados, exigindo um novo fôlego para realizar articulações entre identidade, subjetividade, política e economia.

Freire Filho (2005) apontou, em seu livro, uma rigidez de significados na categoria ‘juventude’: ora os novos movimentos culturais juvenis eram definidos como meros reflexos

do consumo e da ‘sociedade do espetáculo’, ora eram vistos como extremamente transgressores e transformadores. Essa dicotomia ainda está presente em diversas obras que tentam responder às questões acerca da juventude, ora colocando os jovens na posição de vítimas manipuláveis das mudanças do sistema, ora apresentando suas lutas e organizações como rupturas e transgressões da ordem vigente.

Sob influência dos estudos culturais, será Groppo quem produzirá, ainda em 2000, uma das obras de maior referência para a construção da concepção de juventude utilizada hoje nos estudos sociológicos brasileiros, a qual buscava se contrapor diretamente à patologização da juventude. O autor traça o objetivo de superar as visões estruturais-funcionalistas que se consolidaram na trajetória dos estudos da ‘juventude’, demonstrando como muitas definições etárias de juventude teriam eliminado de vistas o caráter definidor da desigualdade social relacionada às classes sociais. A teoria dialética da juventude (Groppo, 2016) busca evidenciar que as concepções patologizantes e discriminatórias foram constituídas no interior e por meio das instituições às quais esses jovens ‘deveriam pertencer’.

A ‘dialética da juventude’ operaria por duas forças opostas. Por um lado, há a atuação de instituições e agências socializadoras, como escolas, grupos juvenis controlados por adultos e a indústria cultural. Essas instituições agrupam os indivíduos com base em idades semelhantes e buscam impor um sentido específico à transição para a idade adulta. Essa perspectiva é a única reconhecida pelo estrutural-funcionalismo. Por outro lado, há os sujeitos e grupos juvenis que desenvolvem valores, identidades e significados próprios em relação à juventude, que podem divergir do que é esperado pelas instituições (Groppo & Silveira, 2020). Tal concepção dialética proposta busca superar discursos que correlacionam comportamentos juvenis às patologias, ou seja, que classificam desvios, disfunções ou anomias associadas aos movimentos dos jovens em busca da constituição de identidades, valores e sociabilidades.

A concepção dialética da juventude valoriza a ação e ruptura, valorizando o contingente e a experimentação, centralizando também a relação entre as categorias etárias e as estruturas de classe. Groppo enfatiza a importância de Karl Mannheim (1982) para a definição dialética de juventude¹⁷. Ele aponta que, por meio de sua análise do caráter renovador das

¹⁷ Karl Mannheim (1986), observando os efeitos do nazifascismo, ressaltou que o ‘controle’ e a ‘tutela’ das juventudes foi essencial para a condução e manutenção de um regime totalitário. Ele identifica a juventude como motor da reorganização social, mas enfatiza sua utilização enquanto técnica social, ou seja, também adota um discurso que categoriza os jovens enquanto possuidores de ‘caráter manipulável’, o qual seria facilmente manobrado pelos grupos hegemônicos. Groppo irá divergir em relação à Mannheim (1982) no que se refere à questão da autonomia da juventude e em como se efetiva tal potencial renovador. Mannheim também identificou uma ‘anomalia’ crescente na sociedade como um fator que colaborou para a ascensão do nazi-fascismo, no entanto,

juventudes, Mannheim conseguiu visualizar dimensões antes ignoradas por sociólogos. Para Mannheim, a juventude estaria conectada ao que chamou de uma ‘reserva vital’, que seria como uma reserva de recursos latentes, os quais poderiam ser mobilizados e utilizados para transformações diversas na sociedade. A juventude conteria em si uma latente potência para contribuir com a renovação social. No entanto, Groppo adverte que Mannheim, em diversos momentos de seus escritos, propõe uma estrutura das categorias etárias que ignora os atravessamentos de aspectos como classe, gênero, raça, religião, orientação sexual etc. A proposta apresentada é da adoção de uma concepção dialética de juventude que colabora para a compreensão de que:

não há uma juventude homogênea em dada sociedade ou nação, mas diferentes formas de viver a condição juvenil de acordo com inúmeros variáveis sociais. Deste modo, os estudos culturais ajudam a construir o que será conhecido como interseccionalidade na análise social (Groppo & Silveira, 2020, p. 9).

A interseccionalidade hoje ganha espaço nos estudos acerca da juventude e foi um dos aspectos considerados na construção do Estatuto da Juventude no Brasil. Os estudos mais recentes sobre juventude têm descrito a heterogeneidade e as especificidades da juventude, levantando diferentes variáveis que incidem em suas trajetórias. Aspectos como gênero, escolaridade, *status* socioeconômico, religião, nacionalidade, estrutura de emprego, etnia, raça são cruzados com a categoria social juventude afim de construir análises sobre o tema.

Uma das consequências da dialética da juventude e das novas interpretações em relação à interseccionalidade é a recente prevalência do uso de ‘juventudes’ no plural. Tal uso acontece tanto em documentos governamentais quanto em estudos acadêmicos e teria como finalidade a produção de um novo significado à categoria, o qual conteria em si a ideia de pluralidade. Savegnado (2019) adverte que tal uso não reflete necessariamente uma fuga da produção de normatividades em relação à juventude. Ela analisa a produção latino-americana sobre o tema e estabelece cinco principais eixos nos quais incidem as práticas sociais e de discursos em relação aos jovens: ‘a juventude como ideal de vida, a juventude entendida como um momento de crise, a juventude enquanto problema social, a associação entre juventude e futuro e a juventude como moratória social’ (p. 197-198).

sua tendência foi ver a solução de tal anomia no apego e retorno às tradições e em uma proposta de democracia social reformista. Apesar de elementos conservadores presentes em seus escritos, Mannheim foi fundamental para a compreensão geracional da juventude. Seus estudos foram referência também nos estudos de Weller & Bassalo (2020), que interpretaram a participação juvenil nas Diretas Radicais à luz dos estudos sobre geração e conservadorismo alemão.

A juventude entendida como futuro pode também ser traduzida pelo discurso acerca da do ‘poder jovem’ de renovação social. A condição juvenil estaria correlacionada ao progresso e à transformação social. Duas consequências são notáveis: a necessidade da presença da juventude para a legitimação de projetos políticos e a criação de formas institucionais de participação política para a juventude. O formato principal da participação transformadora da juventude é traduzido no conceito de ‘protagonismo juvenil’. Apresento, a seguir, algumas pesquisas que questionaram tal perspectiva de participação e buscaram um alargamento do sentido de juventude e política, alcançando análises mais amplas sobre a normatividade envolvida na participação política da juventude.

1.2.2 Tradições nos estudos acerca da participação política juvenil

Historicamente, os estudos sobre a juventude analisaram a participação política dos jovens principalmente por meio de pesquisas que avaliaram as atitudes, as orientações e os comportamentos dos jovens em relação à política, à democracia ou a atividades como votar ou participar de organizações políticas. A maioria dos estudos associava a participação à condição estudantil e analisava os processos de socialização dos ‘jovens estudantes’¹⁸. Nas sociedades ocidentais, o apoio e o envolvimento com as instituições e procedimentos políticos existentes, como as eleições, passaram a ser amplamente equiparados a atitudes pró-democráticas. Esses estudos se concentraram nas tendências históricas de aumento ou declínio da participação e nas diferenças de acordo com as desigualdades sociais entre os grupos sociais (Pollock, Brock & Ellison, 2015; Giugni & Grasso, 2021; Ellison, Pollock & Grimm, 2020), analisando também dimensões intergeracionais da participação política de jovens (Fuks, 2011).

Durante várias décadas, foram levantadas preocupações com relação a um aparente declínio da participação política dos jovens, atribuído, por um lado, a um crescimento cada vez mais individualizado e pluralizado, enfraquecendo os compromissos de longo prazo e a filiação

¹⁸ Quando tratamos dos anos 1980 e 1990 no Brasil, há também a proliferação dos estudos da participação política juvenil centrada nas experiências dos movimentos estudantis de resistência à ditadura militar, recuperando principalmente seu caráter histórico e investigando a trajetória dos movimentos (Sanfelice, 1985; Silva, 1987; Andrade, 1994). O conjunto dos novos estudos e dos novos movimentos juvenis teriam conduzido a ‘juventude’ a uma condição válida para além da classe média e exigiram a compreensão da existência de diferentes juventudes, inclusive na esfera pública. A juventude que, por um longo tempo, foi termo associado aos grupos de estudantes e universitários que faziam parte de partidos, diretórios acadêmicos e sindicatos, a partir da década de 1990, sofre ampliação e deslocamento, resultando em novos estudos sociológicos que buscavam superar a associação entre juventude, periculosidade e tendências a desvios de conduta.

a organizações formais. Por outro lado, encontravam-se evidências da diminuição da confiança dos indivíduos, especialmente dos jovens, nas instituições, atribuída à biografização, à fragmentação e à incerteza das transições dos jovens para a vida adulta, em que seu *status* de cidadania é suspenso após a maioridade (Perasović et al., 2022).

Com a virada cultural na pesquisa sobre juventudes, novas interpretações e metodologias que se concentram em abordagens qualitativas têm ganhado destaque, incluindo a análise de experiências cotidianas e práticas culturais da juventude (cf. Pfaff, 2009). Estudos biográficos representaram uma mudança em direção à interpretação da participação política em termos de subjetividade e identidades e em como diferentes formas de participação surgem no processo de crescimento (Schwanenflügel et al., 2019). Esses estudos indicam que o engajamento e a participação surgem da busca dos jovens por pertencimento e reconhecimento, o que os leva a sair de seus contextos sociais familiares e percorrer espaços públicos, não só intencionalmente, mas também por necessidade (cf. Renström, Aspernäs & Back, 2021). Partindo de diferentes constelações biográficas e acesso desigual a contextos específicos de participação, as experiências prévias de (não) reconhecimento em instituições formais, especialmente na escola ou assistência à juventude, são apontadas como influentes em relação à escolha entre a participação formal e as configurações informais da cultura jovem.

Walther (2012) e Walther et al. (2020), em suas recentes pesquisas, analisam que, ainda no presente, os discursos públicos e científicos tendem a medir a ‘participação social e política dos jovens’ a partir de uma dimensão única e de acordo com conteúdos e formas de participação formalmente institucionalizados e reconhecidos. Ou seja, muitos estudos tentam definir o que seria uma ‘verdadeira’ participação da juventude. Walther explica que o conceito de cidadania, profundamente implicado na democracia, passou a incluir um conjunto de direitos e responsabilidades que traduzem concepções acerca da normalidade e legitimidade das demandas individuais e coletivas. Ele ressalta que há um grande poder normativo nos atuais discursos acerca de uma cidadania juvenil ativa. Fugindo das definições sobre participação ou não participação, o autor propõe a realização de estudos comparados, que considerem as biografias juvenis, buscando compreender as novas relações que se estabelecem entre as identidades, subjetividades e a participação.

A pesquisa UP2YOUTH adotou tal perspectiva e é um exemplo importante de estudo comparado acerca das diversas formas e trajetórias de participação das juventudes na Europa (Walther et al., 2009). A pesquisa não buscou apenas identificar as práticas, mas também os discursos que configuraram o que se enquadra — no presente — como uma participação política

democrática. Eles evidenciam que a juventude foi entendida pelos governos, durante grande parte do século XX, como um ‘problema social’, mas passou a ser considerada, no final do século XX e início do XXI, como um ‘recurso’.

Walther (2012) analisa a construção da categoria ‘participação juvenil’ a partir de discursos sobre a juventude feitos por Organizações Governamentais. Ele dá o exemplo do discurso de Pierre Mairesse, diretor do escritório da Juventude da Comissão Europeia, quando esse diz que ‘é nossa tarefa dar a eles a oportunidade que eles precisam para criar a Europa e o mundo do amanhã’ (European Commission, 2007). Walther aponta que, em muitos discursos oficiais do início do século XXI, a juventude é tratada como um recurso para a sociedade e sua participação é vista como uma forma de legitimação para os responsáveis por tomadas de decisão. No entanto, quando a juventude se esquia das trajetórias de vida estipuladas institucionalmente, rapidamente é transformada em problema ou em desperdício de recursos. O autor alerta que a categoria juventude como ‘problema’ e como ‘recurso’ estão imbricadas; ou seja, quando o jovem é pensado como um capital humano (Becker, 1994), ele se reverte em um investimento; e quando as expectativas são frustradas, rapidamente o que era recurso se reverte em problema.

Le Bart e Lefebvre (2015) colocam as seguintes equivalências: juventude = recurso = adaptabilidade = legitimidade. Esse conjunto de equivalências explicaria a importância de incluir e dirigir os discursos à juventude, pois ela daria a legitimidade necessária para que a população, em geral, entenda uma decisão enquanto coletiva. Já em 2007, a Comissão Europeia falava em investir e empoderar a juventude, introduzindo uma nova gramática para a participação política juvenil que incorporava uma série de conceitos advindos da economia. A juventude seria um recurso e, enquanto ‘capital humano’, necessitaria de investimentos para se desenvolver. A juventude empoderada faria escolhas racionais e estaria munida da capacidade individual de mobilização e ativismo político.

Souza (2009), em uma análise confluyente, pesquisou o discurso do ‘protagonismo juvenil’ como um dos enunciados possíveis — presente nos discursos de organismos internacionais, órgãos governamentais, organizações do terceiro setor, assim como acadêmicos e empresários — que prescreve um certo modelo de participação política. Trata-se de um discurso explicativo do social, que conceberia a sociedade como um aglomerado de ‘atores sociais’. Um discurso que ‘homogeneiza o social na medida em que oculta as divisões de classe ou quaisquer outras: a sociedade composta por átomos, entre os quais não haveria relações de dominação, de poder ou exploração, mas relação de negociação’ (p. 14). No conjunto das

derivações de tal produção discursiva, estariam os enunciados acerca da ‘resiliência’, do ‘empoderamento’, do ‘capital social’ e do próprio ‘empreendedorismo’.

Goulart (2011), em sua dissertação *Incursões biopolíticas: o poder jovem na arena pública*, também realizou a análise de documentos de governos e instituições, como a Organização das Nações Unidas (ONU), buscando identificar como o ‘poder jovem’ (Poerner, 1968) tornou-se objeto de políticas públicas. Goulart considera que esse poder ‘nas tramas biopolíticas, será tanto um conjunto de estratégias de poder que tem a juventude como alvo, fim e instrumento (Foucault, 2008a), quanto uma produção de subjetividade’ (p. 12). Tal poder seria um campo de forças relacionado à conduta dos jovens, sendo tanto um efeito das práticas sociais traduzidas em dois séculos de produção de discursos acerca da juventude por meio de documentos de instituições públicas, privadas e acadêmicas, quanto uma produção da própria ação e organização juvenis. Para ele, os novos discursos acerca do protagonismo juvenil também têm um poder regulador que define ‘formas e modos’ de participação juvenil. No entanto, o autor permite refletir acerca de um movimento dialético em que categorias e discursos interpelam e produzem os sujeitos jovens, mas em que esses sujeitos são capazes de criar rupturas, as quais configuram resistências.

Assim, entende-se que a ‘juventude’ e a ‘participação política juvenil’ tornaram-se categorias no mundo ocidental e passaram a fazer parte de discursos científicos, institucionais e públicos. Se a juventude se tornou um ‘recurso’ fundamental de legitimação dos novos movimentos, não se estranha haver uma ‘intencional’ incorporação e convocação dos jovens para o interior dos movimentos das Direitas Radicais. Apesar de o ativismo em tais movimentos ser muitas vezes entendido como uma forma ‘desviante de participação’ — principalmente por conta de seus conteúdos — entende-se que há uma influência dos discursos acerca do protagonismo juvenil também nas formações subjetivas de tais jovens. De forma mais ampla, interpretam-se as transformações apontadas pelos estudos acima como parte de novas normatividades, constituídas no interior de uma nova racionalidade política. Na próxima seção, explora-se como essas normatividades estão relacionados aos processos de identificação, entendidos aqui como ‘modos de subjetivação’.

1.3 Inaugurando normatividades e modos de subjetivação política

Diante da crise financeira de 2008 na Europa e Estados Unidos, muitos consideraram

avistar ‘as badaladas finais do neoliberalismo’, com um ‘retorno do Estado’ na regulação dos mercados. A crise operou em um movimento contrário, fortaleceu as reformas e a intervenção na regulação do Estado, que foi traduzida como ‘austeridade fiscal’¹⁹ e provocou uma aceleração nas transformações do mercado de trabalho, com a intensa uberização (Pochmann, 2016; Abílio, 2020) e o fortalecimento da *Gig Economy*. Dardot e Laval (2016) anteciparam tal desdobramento, pois apontaram que tais previsões acerca do fim do neoliberalismo revelavam uma limitação de sua compreensão como ‘ideologia’ ou como ‘política econômica’, que não se sustentava nas observações das bases e metamorfoses de tais discursos. Também indicaram o engano do foco apenas no aspecto destrutivo do neoliberalismo, já que modos de viver e sentir teriam sido produzidos nos últimos quarenta anos.

Os autores irão apresentar o neoliberalismo como nova razão de mundo (Dardot & Laval, 2016), tendo como principal referencial a análise das governamentalidades feita por Foucault (2008a, 2008b). Eles analisam o neoliberalismo a partir da concepção de biopolítica, enfatizando os micropoderes e a multicplicidade de forças que atuam ao mesmo tempo sobre os indivíduos, materializando corpos e produzindo subjetividades. O conhecimento em Foucault não é espelho da realidade, pois verdade e conhecimento irão se transformar no decorrer da história. Por meio de investigações sobre as diferentes formas de governo do corpo — as prisões, os manicômios, as escolas — Foucault busca compreender como e quem está definindo a verdade, já que definir verdades é ter poder. Para Foucault (1979, p. 147), ‘nada é mais material, mais físico e mais corporal do que o exercício do poder’; até mesmo o Estado é visto como um conjunto de estratégias, já que a instituição não contém o poder em si, mas cria mecanismos de poder que irão definir condutas e sujeitar os corpos.

Foucault propôs uma nova ‘analítica do poder’ a partir dos ensaios *Segurança, Território, População* (2008a) e *Nascimento da Biopolítica* (2008b). A ênfase está em que o poder não é referido a coisas, posses ou objetos, mas às situações estratégicas, a algo que transita continuamente entre os indivíduos. Foucault (1999) propõe o conceito de biopolítica como uma extensão do biopoder (poder sobre a vida, considerada em termos biológicos),

¹⁹ Para Rossi et al. (2019), ‘a austeridade pode ser definida como uma política de ajuste da economia fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado em suas funções de indutor do crescimento econômico e promotor do bem-estar social. (...) O pressuposto teórico para o sucesso das políticas de austeridade é o aumento da confiança dos agentes privados. A austeridade é o instrumento e a solução para restaurar a confiança do mercado o que, por sua vez, seria causadora de crescimento econômico. Na retórica austera, a busca pela confiança do mercado é muito presente, tanto no exterior como no Brasil’. (p. 2-6). No entanto, Safatle (2020) explica que a origem do termo é da filosofia moral e que, na prática, não existia uma teoria econômica da austeridade. Dessa forma, ele entende que, ao nomear tais políticas como austeridade, também se comprova como valores morais eram mobilizados ‘para justificar a racionalidade de processos de intervenção social e econômica’ (p. 18).

diferenciando-o do poder disciplinar, que se concentra em corpos individuais. Na esfera da biopolítica, o foco é nos corpos das populações como um todo, abordando questões como saúde, higiene, natalidade, mortalidade, raça e longevidade. Nesse contexto, são analisados ‘um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc.’ (Foucault, 1999, p. 290). A biopolítica engloba intervenções políticas e governamentais voltadas para o controle da vida populacional, nesse sentido, também são intervenções que definem o ‘fazer viver e o deixar morrer’²⁰. Com esse pano de fundo, Foucault irá analisar a arte de governar e os manuais de governo, ou seja, os discursos atrelados às práticas de governo e sua interpelação nos sujeitos.

Dardot e Laval (2016) descrevem o encontro entre a biopolítica e a análise do neoliberalismo em Foucault (2004, 2006), afirmando que o filósofo teve a intuição de que observava uma crise aguda das formas dominantes de poder e, ao explorar a história do governo liberal, foi capaz de notar que aquilo que é chamado de economia, desde o século XVIII, tem sido o fundamento do conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas, que constitui a ‘biopolítica’. A ‘biopolítica’ encontrará, no neoliberalismo, uma sistematização inédita, porque, nele, a concorrência e o modelo empresarial iriam se tornar um modo geral de governo, indo muito além da ‘esfera econômica’, no sentido usual do termo.

Foucault será, portanto, o pioneiro em tratar o neoliberalismo como uma racionalidade política, e será seguido por uma série de análises específicas que envolvem Christian Laval, Pierre Dardot, Thomas Osborne, Robert Castel, Wendy Brown e Melina Cooper. Essa interpretação tem como consequência admitir que, enquanto racionalidade, o neoliberalismo irá prescindir de uma coação externa, cuja maestria está em fazer o indivíduo se conduzir de uma determinada maneira, interpretando estar motivado pelos próprios interesses. Para compreender essa coação externa, as análises do neoliberalismo (Cooper, 2017; Brown, 2019; Franco et al., 2020) têm se debruçado em seus preceitos, analisando, muitas vezes, as obras oriundas de três escolas: a Escola Austríaca de Economia, cujos expoentes são Ludwig von

²⁰ Athanasiou (2011/2021) afirma que ‘a governamentalidade neoliberal denota um aparato autoritário de produção de populações dispensáveis e descartáveis e, ao mesmo tempo, de produção e demarcação de códigos normativos do humano, pela regulamentação (econômica) da vitalidade, da afetividade, da potencialidade, da corporificação, da vulnerabilidade e da habitabilidade dos sujeitos. No âmbito dessa governamentalidade, o imaginário biopolítico e a gestão da vida e da morte são reinventados, revitalizados e reconfigurados; enquanto recursos e vulnerabilidade são diferentes e desigualmente distribuídos entre diferentes corpos – corpos diferentemente economizados, racializados e generificados’ (p. 167).

Mises e Friedrich Hayek; o Ordoliberalismo Alemão, com nomes como Walter Eucken e Franz Böhm; e a Escola de Chicago, influenciada pela primeira, mas cujos teóricos mais conhecidos são Milton Friedmin, George Stigler e Gary Becker (Corbanezi & Rasia, 2020).

As interpretações acerca das incidências de uma nova racionalidade não são unívocas, no entanto, estudá-las tem como ponto de partida a admissão de que o neoliberalismo ‘produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades’ (Dardot & Laval, 2016, p. 16). Brown (2018) enfatiza também que o neoliberalismo não é pensado enquanto ideologia, o que significaria:

uma distorção ou mistificação da realidade - a racionalidade neoliberal é produtiva, criadora de mundo: ela ‘economiza’ todas as esferas e empreendimentos humanos, substituindo um modelo de sociedade baseado no contrato social produtor de justiça por uma sociedade concebida e organizada como mercados e com Estados orientados por exigências de mercado. À medida que a racionalidade neoliberal se torna nosso senso comum ubíquo, seus princípios não apenas governam através do Estado, mas impregnam locais de trabalho, escolas, hospitais, academias, viagens aéreas, policiamento e toda sorte de desejo humano e decisões. (p. 61-62)

De modo similar, Safatle, Junior e Dunker (2020) afirmam que o neoliberalismo se constitui enquanto ‘uma forma de vida nos campos do trabalho, da linguagem e do desejo (...)’, a qual ‘recodifica identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios’ (2021, p. 10).

Tratamos aqui, portanto, de que o neoliberalismo inaugura normatividades que incidem nos modos de subjetivação; ou seja, são inaugurados novos modos de os indivíduos constituírem-se sujeitos para si; assim como — frente aos saberes e poderes — constituírem-se enquanto objetos para outros. Nesta pesquisa, ao colocar os sujeitos e seus discursos no centro, busco compreender tanto os processos de interpelação²¹ — que operam por meio de ‘formações discursivas’ e ‘sistemas de representação’ — quanto os processos de subjetivação política — que envolvem a compreensão de como os sujeitos se constituem enquanto tal, identificando-se

²¹ O conceito de interpelação discursiva será constantemente utilizado, sua origem está na obra de Althusser quando se refere às interpelações ideológicas (1985), e na obra de Foucault (1971) quando esse se refere às formações discursivas. Em uma apropriação posterior, autores do pós-estruturalismo irão falar em interpelações discursivas, que não definem a subordinação, mas o próprio modo de existência do sujeito na linguagem. O sujeito constitui-se enquanto social e a quem se pode falar, passando por processos de interpelação discursiva (incluindo a nomeação). Portanto, há uma ‘convocação’ a ser sujeito social por meio dos discursos circulantes. Parte dessa ‘convocação’ não se dá a nível consciente, no entanto, predomina uma dimensão de ‘esquecimento’ em que o sujeito se entende em pleno controle de suas ‘escolhas discursivas’. A interpelação — enquanto convocação também à identificação — é um processo de significação, por meio do qual o sujeito se insere e utiliza a ‘cadeia e rede de significantes’ (Pêcheux, 1975/2009). As formações discursivas (matrizes de sentido) serão, portanto, sinais da identificação do sujeito com o discurso e originadas pelo processo de interpelação discursiva. O quarto capítulo da presente tese debruça-se nesse âmbito, buscando compreender quais são as interpelações e que posições subjetivas são oferecidas pelas Direitas Radicais. Isso se dá também pela identificação da cadeia de significantes que ganha significado e se articula às trajetórias dos jovens.

e posicionando-se frente aos saberes e poderes. Para Pineda e Cubides (2012), pensar a subjetivação política como resultado de novas formações discursivas e ‘sistemas de representação’ exige pensar a noção de sujeito e de sujeito político historicamente e ampliada para além da noção moderna. Assim, é necessário ter em conta que o sujeito é socialmente produzido e sua autoconstituição figura entre dois campos: o instituído e o instituinte. Retomando a definição etimológica do próprio termo, o sujeito seria o *subjectus*, ou seja, aquele sujeito à, submetido aos dispositivos de poder. Assim, as tecnologias normativas condicionariam e fixariam as identidades políticas dos sujeitos ao reconhecimento institucional; e as instituições, portanto, operariam como mecanismo de normalização do político.

Dessa forma, a identificação consistiria em um complexo ato de produção de sentido por meio do qual o sujeito, ao constituir discursivamente a si próprio, constitui um mundo (Sousa et al., 2022). A subjetividade política não é definida em oposição radical às práticas políticas tradicionais, porque não há instituído que se configure separadamente do instituinte. Esses dois campos de força estão em curso no mesmo campo social. Ninguém está de fora das regras e normatividades que configuram o imaginário social dominante, e, no interior do instituído, estão a economia, o Estado, as organizações, a família, ou seja, diversas forças hegemônicas que, por meio de seus mecanismos de poder e controle, produzem discursos e oferecem posições subjetivas.

O sujeito não é entendido aqui como o lugar da plena liberdade, tampouco da plena sujeição. Ele:

está imerso em um campo de forças, nas relações e interações que estabelece com o ambiente, com seu próprio eu, com processos institucionais locais e globais, que o estruturam permanentemente a partir de uma multiplicidade de vetores subjetivos: necessidade, desejo, impulsos, instintos, interesse, linguagem, leis, pensamento, vontade, sentimentos, projetos, entre outros (Pineda & Cubides, 2012, p. 75).

Nesse sentido, Hall (2000) falará de modos de subjetivação como processos de identificação, os quais significam uma articulação/suturação necessária para o sujeito, mas não uma subsunção. A identificação, dentro da abordagem discursiva, é uma construção, um processo que nunca está completo. Nesse sentido, ela poderá ser sustentada ou abandonada; mas interessará pensar quais são os discursos que privilegiam a construção e a manutenção de uma identidade. Hall ressalta que o discurso não deve ser confundido com a ideologia, enquanto uma representação falseada do mundo. Por essa razão, não cabe, a uma análise, discutir o teor de verdade dos discursos, mas, sim, os contextos em que eles são produzidos, o ‘regime de

verdade’ dentro do qual o discurso adquire significação, constituindo-se como plausível e, conseqüentemente, adquirindo uma eficácia prática.

Pensando em termos das identidades, é importante destacar que tal conceito foi colocado ‘sob rasura’ pelos estudos culturais e pós-estruturalistas. Ou seja, apesar de ter sido compreendido e afirmado como fundamental para pensar as questões humanas, ele foi reinterpretado à luz do conceito de diferença. Passa-se a destacar que se identificar pressupõe, sempre, a marcação da diferença, a qual estabelece um dentro e um fora; aquilo que sou e aquilo que nego ser. Autores como Hall (2000), Butler (2000) e Brah (1996) também se inspiram na biopolítica foucaultiana e desenvolvem um conceito de identidade que se distancia de uma concepção rígida, uniforme e desenvolvimentista de identidade — relacionadas ao Iluminismo. Eles consideram a identidade como uma construção que está em contínuo movimento e seus estudos trazem o plano discursivo para o centro da análise. Silva (2000, p. 97) dirá que:

a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato - seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Costa (2006) explica que a linguagem constrói a realidade social e, nesse contexto, a ‘*différance*’ só pode ser formada no âmbito do discurso. O conceito de *différance* rompe, precisamente, com a noção de uma diferença pré-existente, ontológica e essencial. A *différance* surgiria no próprio ato de sua manifestação, dentro do tecido de representações, diferenças e diferenciações. Focar na *différance*, é também reconhecer que é na relação com o Outro, com aquilo que não se é — ou ainda com aquilo que falta — que as identidades são construídas. As identidades contêm em si a exclusão, por isso seu efeito de formação do ‘abjeto’. Butler (2000) também dirá que a constituição das identidades exige a existência de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não serão considerados ‘sujeitos’. Forma-se, assim, um local de temida identificação e esse exterior abjeto também estará dentro do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio. Cria-se, portanto, um espectro ameaçador, e essa identificação com o abjeto deverá ser persistentemente negada a partir da força da reiteração das normas regulatórias.

Quando paramos de tratar a identidade como ‘essência’, também passamos a ter que observar sua dimensão estratégica, ou seja, a sua ‘eficácia prática’. Assim, na presente investigação, não busco investigar a identidade como um eu coletivo e verdadeiro que

permanece escondido por trás de camadas ou máscaras, assim como não considero que os sujeitos são apenas subsumidos pelos discursos. As identidades traduzem o desejo de distintos grupos de garantir novas oportunidades e alcançar um acesso privilegiado aos ‘bens sociais’, assim como aos espaços de poder. Silva (2000) enfatiza que, para compreender as identidades, é fundamental considerar as relações mais amplas de poder, já que ‘a identidade e a diferença não são, nunca, inocentes’ (p. 81).

Tendo essas premissas, a presente investigação debruça-se nas trajetórias e narrativas dos ativistas políticos das Direitas Radicais do Brasil e da Alemanha para identificar processos de subjetivação/identificação, assim como processos de coerção e ou/interpelação discursiva. Tal distinção é muito mais simples a nível teórico, tornando-se mais ‘embaçada’ no encontro com o empírico. Contudo, é fundamental que essa distinção tenha se feito conhecer aqui, para que seja possível entender as escolhas metodológicas da presente pesquisa. A combinação da (re)construção das biografias de participação, assim como a (des)construção das narrativas em categorias temáticas, buscou dar conta de tal tarefa. No próximo capítulo, esclareço o que são e como foram aplicadas tais metodologias, além de explicitar o percurso da pesquisa e os desafios éticos e práticos enfrentados.

2 Comparando discursos, identidades e sentidos da participação política

Na maior parte do século XX, o projeto econômico²² foi colocado no centro das pesquisas que buscavam entender a política e suas transformações. A entrada de novas interpretações é recente e remonta à virada linguística e cultural vivida no final do século passado; os estudos culturais, por exemplo, buscaram entender a resistência e a opressão pelas vias da economia e das classes sociais, mas passaram a se atentar às experiências cotidianas e às produções simbólicas. Stuart Hall (2000) propôs uma abordagem estruturalista no campo dos estudos culturais, colocando, em seu centro, as práticas significantes e os processos discursivos. A articulação dos conceitos de cultura e discurso às relações de poder possibilitou novas compreensões sobre os processos de produção de identidades/diferença, assim como novas percepções acerca do político. Tal articulação trouxe novas questões para o estudo da política e das identidades, possibilitando a emergência de estudos interdisciplinares como o que aqui se apresenta.

Os estudos culturais lançaram uma proposta pioneira de interdisciplinaridade que ultrapassa a coalizão de diferentes áreas, em que cada uma fala de dentro de sua ‘especialidade’. Esse fazer interdisciplinar envolve um risco intelectual, no sentido de que deve desestabilizar os campos já estabelecidos e a fragmentação do conhecimento, de modo a fazer emergir algo novo (Grossberg, 2006). A presente pesquisa tem como base os estudos culturais e seu encontro com a analítica do poder foucaultiana, assim como os estudos brasileiros sobre narrativa de vida conduzidos por Ciampa (2005). Lima (2007) afirma que foi Ciampa quem iniciou, no Brasil, uma crítica às noções essencialistas de identidade, com influências de George Mead, assim como de Sarbin e Berger e seus estudos sobre os papéis sociais. Souza Filho, Gonçalves Neto & Lima (2020) revisitam os trabalhos de Ciampa e afirmam que:

narrativas não são objetos, mas a própria metodologia. Como via crítica de pesquisa, as narrativas autobiográficas materializam as metamorfoses da identidade de um indivíduo, e assim expressam a

²² Dardot e Laval (2016), em sua Introdução à versão inglesa de *A nova razão de mundo*, fazem uma extensa explanação acerca da importância histórica do marxismo e, principalmente, de sua constatação acerca da base violenta do capitalismo. Mas afirmam que a análise do neoliberalismo apenas como transformação do regime de acumulação com a entrada de novas ideologias ainda coloca no centro uma teoria econômica, que não permite a compreensão da forte resiliência do neoliberalismo, assim como de sua influência nas formas de autogoverno dos sujeitos. Para os autores, há se de considerar que tal lógica normativa se constitui ao longo de batalhas inicialmente incertas e políticas frequentemente tateantes. Seus elementos foram reunidos pouco a pouco, definindo um novo conjunto de regras que propõe outra sociedade, que são resposta não a uma crise de acumulação, mas a uma crise de governamentalidade (Foucault, 1979).

dimensão singular e particular das vivências, bem como representam a dimensão universal dos acontecimentos mais amplos da esfera social (p. 295).

Esta é uma pesquisa cuja metodologia centraliza a narrativa dos jovens ativistas das Direitas Radicais e se constitui enquanto um estudo comparado, cujo objetivo é analisar e comparar os discursos, as identidades e os sentidos da participação política de jovens nas Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha. Busca-se introduzir o tema no interior da tradição dos estudos de participação política, refletindo sobre as metamorfoses das identidades políticas e as transformações nos ‘sistemas de representação’ e modos de subjetivação.

No presente capítulo, são discutidas as escolhas metodológicas frente aos objetivos da pesquisa. Busca-se explicitar os desafios e as mudanças de percurso, assim como discutir, de maneira mais aprofundada, os instrumentos e sua conexão com as orientações teóricas. O capítulo está dividido de modo a apresentar, primeiramente, a escolha e implicação do uso de entrevistas biográficas ou de narrativas de vida. Segundo, apresenta-se, mais detalhadamente os caminhos e os procedimentos éticos adotados, conduzindo, ao fim, a uma apresentação e contextualização sobre os métodos e etapas da reconstrução biográfica e da análise temática de narrativas.

2.1 O princípio de abertura: entrevistas biográficas ou de narrativa de vida

As entrevistas biográficas são introduzidas por Schütze (1983) na Alemanha, ainda em 1970, para explorar o fenômeno da junção de municípios e o processo de escolha dos novos nomes. A pesquisa era parte de um projeto de análise de processos decisórios e estruturas de poder em contextos municipais. O sociólogo notou que, ao narrar esse processo, os entrevistados entrelaçavam elementos biográficos de modo a conectar tal escolha aos seus percursos. Inicialmente, Schütze buscou centralizar o evento específico da escolha dos nomes, mas, com o desenrolar da experiência, notou que havia uma vantagem em adotar uma questão inicial mais ampla que pudesse dar liberdade ao entrevistado para entrelaçar os elementos biográficos ao evento específico investigado. A metodologia passou a ser adotada no campo da sociologia e da educação, ganhando novos contornos. Seu contínuo uso levou o sociólogo a identificar padrões biográficos e destacar o potencial das biografias na revelação de estruturas sociais. Um dos elementos que foi desenvolvido, no encontro com Rosenthal (2018), foi o princípio da abertura (*Prinzip der Offenheit*), priorizando a coleta de dados não direcionada por

hipóteses e proporcionando o maior espaço possível para a apresentação das experiências e visões sobre os temas abordados, assim como em relação às suas próprias ações.

No caso brasileiro, as pesquisas biográficas ou com narrativas de vida ainda ocupam lugar marginal na produção de pesquisas empíricas no campo da Sociologia e da Psicologia, tendo maior força nos estudos em Educação. Uma exceção deu-se no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Identidade-Metamorfose — NEPIM, conduzido por Antônio Ciampa na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e, mais recentemente, no grupo de pesquisa de Aluisio Lima na Psicologia Social da Universidade Federal do Ceará. O interacionismo simbólico e a etnometodologia também foram vertentes que adotaram a metodologia por conceberem que os atores sociais interpretam os objetos com os quais se confrontam e são dotados de agência. No caso da pesquisa de análise de discurso, há controvérsias e discussões em relação à sua aplicação para entrevistas, sendo mais comum encontrar análises de discurso midiáticos e de parlamentares, assim como das interações cotidianas (Iñiguez, 2006).

Conforme evidenciado pela revisão da literatura, há um contingente enorme de pesquisas acerca da extrema direita que segue em crescimento, porém os métodos qualitativos ainda são minoria. Por meio da revisão, foi constatada a inexistência de estudos prévios que comparam o ativismo juvenil nas Direitas Radicais entre países da Europa e da América Latina. Estudos comparados foram feitos entre países europeus, mas, em sua maioria, também se centraram no estudo da participação no interior de partidos políticos (Art, 2011; Klandermans & Mayer, 2005; Caiani, Porta & Wagemann, 2012; Pasiaka, 2020). No caso do estudo das Direitas Radicais, foram produzidas muitas pesquisas analisando discursos de líderes ou de representantes legislativos (Aguiar & Pereira, 2019; Bernardi & Morais, 2021; Namise & Rizotto, 2023), buscando compreender também a ‘normalização’ ou ‘*mainstreaming*’ dos discursos das extremas-direitas (Ekman, 2022; Mondon, 2022). Pesquisas de exploração das redes sociais também se destacam, incluindo análises das atividades e postagens no Instagram e Facebook (Araújo, 2016; Weller & Bassalo, 2020). No caso de entrevistas, há também o endereçamento de eleitores e lideranças de partidos e movimentos (Damhuis, 2020; Roy, 2022).

Os estudos qualitativos ainda têm se baseado, majoritariamente, em dados secundários sobre o tema (Damhuis & Jonge, 2022). Apesar de serem fundamentais para a compreensão do fenômeno, eles não contribuem para a visualização das complexas trajetórias individuais, nem dos ‘mundos de significados vividos’ (*lived worlds of meaning*) (Fisher-Smith et al., 2021). Um dos desafios das pesquisas com entrevistas ou etnografias com tais grupos é a possibilidade de

escuta dos ativistas em seus próprios termos, com a manutenção do princípio de ‘abertura’ para o encontro com aquilo que é distinto e incômodo.

Para a manutenção do princípio da abertura, é importante adotar um estímulo à narração, evitando perguntas explicativas²³. Normalmente, as entrevistas biográficas são compostas por três etapas. Primeiramente, uma questão bastante aberta estimula o entrevistado a descrever livremente sua trajetória biográfica. No caso das presentes entrevistas, foi pedido que os jovens imaginassem a publicação de uma biografia de suas vidas e que contassem o que estaria lá. Em outros casos, foi perguntado sobre a memória mais antiga e pedido que contassem a trajetória de suas vidas desde aí. Na fase inicial da entrevista, o trabalho do entrevistador é manter o fluxo narrativo sem fazer intervenções substanciais. Na segunda fase, o período de questionamento, o entrevistador faz perguntas (imanes) sobre coisas que o entrevistado mencionou, buscando usar os elementos e a linguagem utilizada pelo entrevistado. Na etapa final, o entrevistador faz perguntas (exmanentes) sobre temas que o entrevistado não mencionou, mas que são de interesse do pesquisador. Neste estudo, as perguntas da etapa final focaram as percepções políticas e os caminhos para o engajamento político, além de identificarem as principais atividades e pontos de referência dos entrevistados. Uma visão sobre os eixos de aprofundamento pode ser obtida pelo roteiro anexado como Apêndice 1.

A escolha por esse método se justifica ao considerar que as biografias são capazes de refletir sobre processos das esferas sociais, assim como refletir a agência e as práticas dos indivíduos. Na visão de Ciampa (2003), nas biografias, buscamos a revelação das condições materiais e culturais, assim como das ideologias; já em uma visão pós-estruturalista, buscamos revelar os discursos e ‘sistemas de representação’, os quais ocultam mecanismos de poder, assim como constituem ‘realidades’. Silva (2000) explica que, para os pós-estruturalistas, a representação é um sistema de significação e ‘como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal (...) é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder’ (p. 6). Apesar das particularidades, ambas as perspectivas permitem a reflexão sobre as narrativas de vida como lentes potentes para a observação de processos mais amplos que dizem respeito às relações entre indivíduo-sociedade e/ou entre o sujeito-conhecimento.

²³ Um exemplo mais claro de perguntas explicativas são aquelas iniciadas por ‘por que’ e ‘o que significa’. No caso narrativo, privilegiam-se perguntas que envolvem ‘como’ ou ‘você poderia me falar mais sobre’.

2.2 Percurso e estratégias: reflexões sobre posicionalidade e ética em pesquisa

2.2.1 Estratégias de recrutamento e procedimentos éticos

Um dos primeiros desafios metodológicos do presente estudo foi elencar quais eram os atores, movimentos e grupos que seriam entendidos enquanto parte das Direitas Radicais. No primeiro capítulo da tese, discuti a escolha conceitual de abordar esses movimentos como ‘Direitas Radicais’. Tal escolha, evidentemente, também definiu a metodologia e a seleção dos grupos. Compreende-se que as ‘Direitas Radicais’ denotam atores, partidos, movimentos e grupos que se situam no final do espectro político à direita, apontando para desigualdades (podendo ser raciais, culturais ou econômicas) como naturais e/ou positivas — ou ainda entendendo que o Estado não deve funcionar como regulador delas (Bobbio, 1996).

Além disso, esses grupos ou movimentos são críticos de algumas características da democracia liberal, principalmente em termos do Estado de Direito e, mais especificamente, tratando-se da proteção constitucional das minorias. Percebe-se que o conceito é amplo, mas também serve para diferenciar tais grupos daqueles que são entendidos como extrema-direita (*extreme-right*) e que mantêm-se marginais aos processos políticos democráticos, expressando rejeição aos elementos constitutivos da democracia liberal. Apesar dessa diferenciação, não se ignoram as influências entre as Direitas Radicais e a extrema-direita, inclusive em termos de uma expansão conjunta, como comprovado no caso brasileiro pelos estudos incansáveis da antropóloga Adriana Dias²⁴ sobre o aumento das células e grupos neonazistas no Brasil.

A estratégia escolhida de aproximação e acesso a potenciais entrevistados foi a criação de um Instagram profissional em 2020²⁵. Nele, adicionei e segui atores, movimentos e grupos que eram apresentados nas mídias como lideranças da ‘Nova Direita’. A partir destes, destrinchei posts e marcações, buscando identificar e adicionar outros grupos e movimentos,

²⁴ Adriana Dias faleceu em janeiro de 2023, sua pesquisa representou uma contribuição imensurável para os estudos sobre a extrema-direita no Brasil. A tese da antropóloga, *Observando o Ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane*, publicada em 2018, ressalta que, nesses grupos, o ódio figura como centro da vida social do ativismo. A pesquisadora conseguiu mapear as redes e conexões entre grupos americanos e brasileiros, alertando para uma expansão dos grupos durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

²⁵ Há uma ampla literatura sendo produzida acerca da ciberetnografia (Keeley-Browne, 2011; Araújo, 2016), que é definida como uma metodologia de pesquisa que amplia a noção de ‘campo’, já que são observados os ciberespaços para a compreensão de processos humanos, inclusive a composição de identidades coletivas, antes investigados a nível presencial. Apesar do tempo e intensidade de observação das redes, além da inspiração nesses estudos, não considero que houve a construção de uma ciberetnografia. Ressalto, contudo, que, no que se refere à construção de categorias temáticas — que serão mais bem definidas na próxima seção —, foram utilizados elementos dessa observação para enriquecer e fortalecer as análises.

assim como jovens que se identificavam enquanto ativistas. Durante alguns meses, observei os conteúdos postados, confirmando que havia ataques diretos às minorias ou aos seus direitos constitucionais, assim como ao Estado em suas políticas de regulação de desigualdades. Com essa estratégia, comecei a seguir cerca de 250 perfis.

Primeiramente, jovens que se identificaram como ativistas em seus perfis nas redes sociais ou que foram marcados em postagens de movimentos das Direitas Radicais foram convidados a participar das entrevistas. Em seguida, empregou-se o método 'bola de neve' (Vinuto, 2014), o qual conduziu-me a entrevistas com jovens pertencentes aos mesmos grupos e movimentos. Após essas estratégias, decidi também conectar-me diretamente com movimentos e partidos, aos quais foram enviadas mensagens por meio do Instagram, assim como pelos *e-mails* institucionais. Nelas introduzi a pesquisa e realizei o convite para que jovens participantes fossem entrevistados. A estratégia de recrutamento por meio de redes sociais – mais especificamente, por meio do Instagram – foi a mais efetiva, resultando em um conjunto de doze entrevistas com jovens de idades compreendidas entre os 18 e 33 anos²⁶. Por meio do método 'bola de neve', consegui outras quatro entrevistas, as quais não foram incorporadas à tese pelos critérios que serão apresentados a seguir.

Inicialmente, as entrevistas foram planejadas enquanto presenciais. No entanto, por conta da pandemia de Covid-19, das distâncias regionais e de questões de segurança, optou-se por entrevistas *online* por meio de videochamadas. Isso implicou limitações, como a impossibilidade de usar a análise não verbal da informação e preocupações éticas de confidencialidade (Germani et al., 2022). O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa do Brasil (ver Apêndice 4) e um Termo de Consentimento (ver Apêndice 2 e 3) foi formulado em português e alemão. No caso alemão, foi apontado, por meu supervisor, que não havia necessidade de submetê-lo ao Conselho de Ética, no entanto, decidi também usar um Termo de Consentimento inspirado naquele utilizado pelo grupo de pesquisa PARTISPACE, que comparou estilos e práticas de participação na Europa.

Os Termos de Consentimento foram enviados por e-mail, antes das entrevistas e assinados por todos os participantes. Ele incluía o esclarecimento do objetivo geral da pesquisa, os métodos e a garantia de proteção e anonimização dos dados. O termo estabeleceu como objetivo a compreensão e comparação das perspectivas e trajetórias de ativismo político de jovens no Brasil e na Alemanha. As entrevistas foram conduzidas de forma a atender aos

²⁶ Aceitar esse intervalo reflete a visão de que as juventudes são hoje uma condição social e um tipo de representação, que se reflete mais em termos de fase do que em termos de faixa etária (Dayrell, 2003).

requisitos éticos de preservação do sigilo quanto à identidade dos jovens envolvidos, por meio da anonimização do texto transcrito, incluindo a alteração de nomes de lugares e pessoas que possam ser diretamente associados aos entrevistados. As entrevistas — realizadas entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023 por meio da plataforma Skype ou Zoom — não foram salvas na nuvem e serão excluídas após o término da pesquisa. O direito do entrevistado de não responder às perguntas foi reforçado e apontado no Termo de Consentimento, além disso, foram declarados o caráter voluntário e o direito de retirar a participação a qualquer momento.

No caso brasileiro, foi possível realizar onze entrevistas com ativistas que se identificaram enquanto homens e mulheres. No caso alemão, houve uma dificuldade maior em encontrar potenciais entrevistados, gerando um universo total de cinco entrevistas, envolvendo apenas entrevistados que se identificaram enquanto homens. Não é possível estabelecer uma razão única, mas uma hipótese relevante é a questão da minha origem imigratória. Dentro desse tópico, é interessante mencionar que a pesquisadora Nicole Roy (2022) pesquisou o ativismo de mulheres no interior da AfD e do FPÖ e, generosamente, compartilhou sua tese comigo, a qual ainda não está disponível no acervo *online*. A pesquisadora, de origem alemã, conseguiu entrevistar 21 mulheres alemãs, mas apenas de classes médias e altas, colocando em questão se isso teria relação com uma desconfiança das classes baixas na relação com os pesquisadores. Isso não foi reproduzido na presente pesquisa, evidenciando que, muitas vezes, não é possível identificar uma hipótese suficientemente forte, exigindo que se trabalhe com o material disponível e inclua as limitações no interior das análises.

Diante do conjunto das dezesseis entrevistas, optei por realizar uma seleção, privilegiando uma variedade de contextos. Este critério fundamentou-se na observação de que, ao transcrever o conjunto geral das entrevistas, algumas semelhanças narrativas tornaram-se evidentes devido à participação ativa em um mesmo espaço, seja ele presencial ou virtual. Essa constatação representava uma barreira à análise temática crítica, pois a identificação de padrões discursivos dentro de um grupo tão restrito de entrevistas poderia resultar apenas das interações provenientes desses espaços comuns de participação. Dessa forma, ao diversificar os contextos e movimentos, buscou-se uma reflexão mais abrangente sobre os 'sistemas de representação' das Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha.

Por ser uma pesquisa de natureza qualitativa, não houve a necessidade de constituir uma amostra. No entanto, é relevante destacar que, entre os entrevistados brasileiros, incluem-se jovens residentes nas regiões nordeste, centro-sul e sudeste, sendo a maioria proveniente da última. No caso alemão, foram entrevistados jovens das regiões da antiga Alemanha Oriental e

Ocidental. Quanto ao gênero, observou-se uma predominância de entrevistados que se identificam enquanto homens; no entanto, buscou-se garantir a inclusão de entrevistas com mulheres, dedicando uma categoria específica para a discussão de questões relacionadas. Para a análise dentro dessa categoria, foram considerados os achados da pesquisa de Roy (2022), principalmente suas entrevistas com jovens mulheres.

Em relação à raça e etnia, apenas um jovem declarou-se negro, e outro afirmou pertencer a uma família muçulmana. Considerando essas particularidades e a relevância dos marcadores sociais da diferença (Crenshaw, 2017), foi dada atenção às narrativas específicas que emergiram nas entrevistas com esses jovens. Ou seja, tanto na análise das reconstruções quanto das narrativas, foram levadas em conta as incidências dos marcadores de gênero, raça, etnia e lugar de origem.

2.2.2 Reflexividade e *ética do cuidado*

Segers, Gelashvili e Gagnon (2023) afirmam que as pesquisas com a extrema-direita (*far-right*) trazem desafios inerentes relacionados ao poder, à justiça e à ética. As pesquisadoras entendem que, para navegar tais questões, é fundamental a adoção de uma *ética do cuidado*. Tal ética envolve tanto a atenção e o cuidado com as emoções e efeitos da pesquisa sobre o grupo pesquisado, quanto sobre a pesquisadora. Assim, elas ressaltam a importância da reflexividade em todo o processo de pesquisa, garantindo que a tese ou relatório permita visualizar como foi a navegação por esse universo, assim como observar quais foram as motivações relacionadas às tomadas de decisão do percurso.

Portanto, para além das questões referentes às estratégias de recrutamento e aos procedimentos éticos, é também essencial abordar a questão da reflexividade e da *ética do cuidado* — ou seja, os efeitos de minha posicionalidade (Massey, 1994) na pesquisa e nos entrevistados, assim como questões referentes à segurança. No caso do trabalho de entrevistas e etnografia com a extrema-direita (*extreme-right*), entende-se haver um risco maior de segurança para os pesquisadores já que a maioria dos ativistas exerce suas atividades de maneira anônima e a prática de ações diretas de violência são estratégias mais recorrentes. Mesmo com a clareza de que meu foco eram as Direitas Radicais, decidi, antes de contatar entrevistados no contexto alemão, entrar em contato com outros(as) pesquisadores(as). Um dos primeiros contatos foi com Michaela Köttig, que tem experiência ampla com entrevistas com mulheres ex-ativistas da extrema-direita. Apesar de apontar o entusiasmo com a pesquisa, ela advertiu-

me que seria muito perigosa a aproximação, por conta de minha origem imigrante. No entanto, o encontro com outros pesquisadores, como David Meiering (Meiering, Dziri & Foroutan, 2020), e a publicação de Damhuis e Longe (2022) acerca de entrevistas com a Direita Radical me estimularam a seguir, aceitando as limitações e os potenciais que a condição de pesquisadora imigrante poderia trazer.

Damhuis e Longe (2022) publicaram recentemente um artigo sobre a experiência de entrevistar líderes, eleitores e ativistas das Direitas Radicais. Segundo eles, uma das principais questões seria a dificuldade de estabelecer uma ‘abertura’ pela falta de proximidade, definida enquanto uma distância recíproca entre o pesquisador e os ativistas. Eles argumentam que muitos pesquisadores são geralmente eleitores e apoiadores de partidos do espectro de esquerda (incluindo os verdes também), frequentando diferentes espaços e, conseqüentemente, apresentando diferentes interesses, estilos de vida e identidades sociais. Entendo que isso também se aplica à presente pesquisa, no entanto, elencaria alguns atenuantes fundamentais. Primeiramente, durante meus anos de trabalho em Heliópolis, alguns jovens com os quais me relacionava cotidianamente nos projetos, passaram a se identificar com as Direitas Radicais. Isso não alterou a convivência, mas gerou momentos de maior tensão. Foi também por meio de alguns deles e de suas postagens, ainda em 2017, que comecei a refletir sobre a força interpelativa dos discursos das Direitas Radicais, instigando-me a uma aproximação, e não a um distanciamento, desses jovens.

Além disso, considero importante mencionar que desenvolvi um trabalho de coleta de evidências sobre discursos de ódio e um levantamento histórico — em fontes abertas e acadêmicas — para um relatório acerca de grupos ativos da extrema direita e das Direitas Radicais (o conjunto do *‘far right’*) no Brasil. Esse trabalho exigiu um mergulho de três meses e incluiu, por exemplo, grupos e células neonazistas, neointegralistas, dissidentes da Sociedade Brasileira da Tradição, Família, Propriedade e diversos fundamentalistas religiosos. Tal imersão foi fundamental para visualizar as redes formadas por tais grupos, perceber a mútua influência entre as Direitas Radicais (*radical-right*) e a extrema-direita (*extreme-right*) no Brasil, assim como visualizar padrões transnacionais e influências internacionais na organização dos grupos brasileiros. Por fim — e como de praxe para uma tese — muitas das minhas leituras e conteúdos audiovisuais foram selecionados pela relação com o tema.

Considero, diante dos fatos acima apresentados, que a presente pesquisa foi construída em anos de mergulho no tema e no universo das Direitas Radicais. Uma das conseqüências que posso identificar e que tem a chance de ser interpretada como algo negativo, foi um nível de

‘naturalização’ — no sentido da perda da capacidade de ‘choque’. Contudo, essa é uma ‘faca de dois gumes’, pois foi também ela que garantiu a ‘abertura’, a qual vinha sendo construída nos anos anteriores por meio de um contato quase que diário no âmbito das redes sociais.

Também devo evidenciar que, sob influência de minha posição social, origem e trajetória, fiz escolhas desde a concepção da pesquisa até a realização das entrevistas e a posterior análise. Por me identificar e costumar ser identificada enquanto branca e de classe média no Brasil, ocupo um lugar privilegiado, o qual muitas vezes gera a ‘segurança’ necessária para assumir o desafio da coleta de dados qualitativos primários, assim como para lidar com discursos de exclusão e ódio, como os que emergiram nas entrevistas. Na Alemanha, enfrentei desafios distintos e, ainda que privilegiada, pude experimentar barreiras e um ‘deslocamento’ pela questão da língua, da origem imigratória e da minha trajetória acadêmica, não tradicional em termos das disciplinas. Entretanto, também contei com minha proteção institucional, utilizando, muitas vezes, a Universidade como porta de entrada nos espaços. Em ambos os contextos, no entanto, identifico-me e sou identificada enquanto mulher, tendo sido afetada pelos discursos e enfrentando medos, diante dos factuais e possíveis desdobramentos da pesquisa — que incluíram perfis masculinos, desconhecidos e evidentemente extremistas me adicionando e conhecendo minha identidade no Instagram.

Por fim, considero relevante destacar que faço parte de uma família judia não ortodoxa. A tradição, mais do que a religiosidade, sempre fez parte da convivência familiar. No contexto brasileiro, tal identificação era apresentada com ‘naturalidade’ nos encontros cotidianos, não gerando medo ou temor. Em alguns países que tive a oportunidade de visitar, pessoas me abordaram espontaneamente como judia ou supuseram uma origem israelense. Tal ‘naturalidade’ transformou-se quando estive na Alemanha e em visitas ao leste europeu. Ali testemunhei reações que variavam desde o espanto pela escolha da Alemanha como destino e objeto de pesquisa até uma curiosidade excessiva sobre as trajetórias da minha família desde a Polônia até a América do Sul. Consciente do antissemitismo que caracteriza as extremas-direitas europeias e considerando os atravessamentos nas Direitas Radicais, passei a evitar abordar e, inclusive, a ocultar essa identificação em certos ambientes. No âmbito das entrevistas, no entanto, não pude notar nenhum tipo de reação ou evidente hesitação relacionada.

Tal ponto me conduz a discutir a questão da reflexividade dos entrevistados, em relação a qual necessito me ater às hipóteses. Uma delas é a conexão entre a universidade e o campo acadêmico com uma tendência ao posicionamento à esquerda do espectro político. Alguns

entrevistados afirmavam estar animados com a possibilidade de falarem e serem escutados em um âmbito acadêmico. Tal afirmação costumava ser articulada à ideia de uma ‘perseguição’ e de um ‘falso julgamento’ da sociedade e, mais centralmente das esquerdas (e dos verdes, no caso alemão), em relação a eles e seus movimentos. Houve também alguns jovens que iniciaram as entrevistas de forma ‘cautelosa’, no sentido de experimentar falas mais moderadas em relação às suas posições, combinadas à busca de reações por minha parte. Com a minha contínua escuta e o estímulo intencional à fala, que incluía até sorrisos e pequenos sons, os jovens seguiam e costumavam se tornar mais enfáticos. Entretanto, foi nítido que muitas das narrativas também se constituíram enquanto justificativas.

Nesse sentido, considera-se interessante a experiência apresentada por Klandermans (2020) sobre sua investigação com ativistas da extrema direita. O autor aponta que a utilização de entrevistas de história de vida acrescenta uma dimensão intrigante justamente porque os entrevistados fazem o melhor que podem para entender o porquê de seu engajamento nos movimentos. Para ele, o elemento de justificção pode ser tão importante precisamente porque a participação em uma organização de extrema-direita pode ser algo extremamente condenável aos olhos do ambiente social mais amplo, ao qual a entrevistadora pode ser incluída. Assim, o uso de justificativas não teria uma conotação negativa, pois revelaria os discursos e processos de legitimação da participação política nesses movimentos. Além disso, compreendo, aqui, que o processo de se justificar é também fruto de uma autorreflexão acerca das posições no mundo, podendo ser interpretado também como um ‘posicionamento reflexivo’ (Constanza, 2015).

Em relação à escolha pelo não confronto, admito que não tive dificuldades no decorrer das entrevistas — o que também atribuo aos dez anos de prática clínica psicanalítica. Entretanto, no processo de transcrição das entrevistas, experimentei momentos difíceis, nos quais me dei conta de que parecia consentir com afirmações que feriam minhas convicções, além de perceber que os conteúdos em conjunto — que reuniam cerca de 250 páginas — continham também discursos de ódio e de exclusão. Entendo que, eticamente, segui com o princípio de abertura que condizia com a metodologia proposta; por outro lado, imagino que tal ação poderia cruzar os limites individuais de muitos pesquisadores. Dessa forma, só posso concluir que, ao buscar o consentimento dos entrevistados por meio dos termos e permitir com que eles se expressassem livremente, tomando todos os cuidados com a anonimização do material, pude respeitar as questões éticas e a garantia de ‘transparência’. No entanto, quando pensamos nas questões relacionadas a uma possível ‘normalização’ dos discursos, adentra-se em uma zona cinzenta.

A convicção que mantenho é de que minha análise não opera nesse sentido e que minha práxis é comprometida com a crítica e transformação social. Contudo, durante a realização da presente pesquisa, mantive-me firme na proposta que tive ao constituir e escolher a metodologia das entrevistas biográficas — ou seja, de escutar e explorar o que era trazido pelos indivíduos em sua totalidade —, buscando construir as análises com base no que havia sido coletado, à luz da articulação da literatura disponível. Com certeza, muitos dos meus limites foram ‘alargados’ no passar desses anos, mas sigo orientada por uma visão das desigualdades como não naturais e resultados de relações de poder, o que me leva a entender que a promoção da justiça social deve ser um compromisso ético do Estado, mas também um horizonte de luta.

2.3 Reconstruções biográficas e análise temática de narrativas

O processo de reconstrução é parte da tradição da pesquisa social interpretativa alemã. Por meio da reconstrução das trajetórias, busca-se organizar, em uma ordem sequencial, elementos biográficos que foram trazidos no decorrer de toda a entrevista, buscando fazer jus ao sistema de relevância apresentado pelo entrevistado (Rosenthal, 2004). Nesta pesquisa, considerou-se fundamental apresentar elementos relacionados ao crescimento — com foco na infância e adolescência —, centrando-se mais na descrição das trajetórias de envolvimento com a política e com o ativismo. Para as reconstruções, realizei um processo repetitivo de escrita e retorno ao material transcrito, buscando incorporar os elementos e evitar a ênfase em elementos que foram trazidos de forma tangencial. As reconstruções buscam captar a ‘acumulação de experiência’ biográfica (Alheit & Dausien, 2000), distinguindo e depois relacionando as vidas ‘contadas’ para refletir sobre as constelações de biografias de engajamento.

Tal metodologia permite analisar e ilustrar, de maneira aprofundada, os pontos identificados como fundamentais no engajamento, assim como as particularidades nas trajetórias (Walther et al., 2021). Na reconstrução, também podemos investigar o que os indivíduos vivenciaram e que sentido atribuíram a suas ações. A opção por apresentar doze entrevistas, com um número maior de brasileiros, deu-se pelo potencial de visualizar mais trajetórias de ativistas que se identificaram enquanto mulheres. A questão de gênero tem uma influência grande nas trajetórias e nas agendas políticas, o que será discutido por meio das análises e categorias.

Após o processo de reconstrução, foi realizada uma (des)construção das narrativas das entrevistas, utilizando a metodologia da análise temática das narrativas (Braun & Clarke, 2006). Esse método de pesquisa qualitativa é utilizado frequentemente na Psicologia para analisar e interpretar o significado e os padrões dentro de um determinado discurso ou texto. No contexto da pesquisa, os dados passaram por uma análise com o uso do *software* NVivo. Ali foram desenvolvidos o processo de codificação e o desenvolvimento de categorias temáticas, baseadas na articulação com a literatura.

Quando tratamos de uma análise temática das narrativas, o foco está em identificar e examinar os temas recorrentes. Braun e Clarke (2006) propõem uma definição e sistematização da análise temática como um importante método de pesquisa, amplamente utilizado, mas muitas vezes não reconhecido como um método distinto. Os autores argumentam que a análise temática pode ser considerada um método por si só, e não apenas uma etapa dentro de outras abordagens qualitativas, como a *Grounded Theory*, a Análise de Discurso e a Análise de Narrativas.

Clarke e Braun enfatizam a importância de tornar explícitos os pressupostos epistemológicos ao aplicar o método e argumentam contra a ideia de que os temas ‘emergem’ dos dados de forma objetiva, destacando o papel ativo dos pesquisadores na identificação e seleção dos temas. A análise temática envolve a identificação, a análise e o relato de padrões (temas) nos dados. A prevalência de um tema não é necessariamente determinada pela recorrência quantitativa, mas, sim, por sua relevância para a questão de pesquisa e o referencial teórico adotado. Ela pode ser usada para descrever e organizar os dados selecionados, assim como para interpretar diferentes aspectos do tópico de pesquisa. Tal análise pode ser combinada com diferentes marcos teóricos e abordagens, permitindo uma análise flexível e detalhada dos dados.

O processo da análise temática teve início ainda na coleta de dados, com a identificação de padrões recorrentes, e envolveu uma interação constante entre os dados, a codificação e o relatório de análise. No caso da presente pesquisa, adotou-se uma perspectiva crítica na construção das categorias. Cannella e Lincoln (2015) descreveram as perspectivas críticas como aquelas que reconhecem o poder e buscam, em suas análises, encerrar a arqueologia de perspectivas tomadas por verdade para entender como as condições sociais injustas e opressivas vieram a ser reificadas como ‘dados’ históricos’ (p. 244). As metodologias críticas avançam a capacidade de desconstruir a ‘arqueologia do conhecimento’ e identificar como o discurso humano está ligado a sistemas de representação. O discurso é, portanto, constitutivo do social, relacionando-se a estratégias ocultas e públicas de dominação, assim como a práticas de

resistência (Jaramillo, 2012). Quando se olha para um conjunto de discursos, uma cadeia intertextual é formada. Foucault (1972) descreveu as cadeias intertextuais argumentando que todo o conhecimento é formado a partir de uma ‘rede de referências’ que deve ser desvendada e quebrada (Lawless & Chen, 2019).

A análise temática, portanto, funciona bem para a integração de uma perspectiva crítica, revelando que há modos de interpretação da realidade social que podem ser compreendidos por meio da revelação dos sistemas de representação social. Considerou-se, dessa forma, os atravessamentos dos discursos (e das ‘redes de referências’) para constituir, assim, um conjunto de categorias que possam dimensionar a dimensão exploratória e comparativa da pesquisa. A codificação envolveu duas fases, apresentadas a seguir.

1) Codificação Aberta (*Open Coding*): o primeiro passo é a codificação aberta, que envolveu ficar o mais próxima possível do discurso dos entrevistados. Guiada pela repetição, recorrência e contundência, foi dada atenção especial ao que os discursos revelavam, indicavam ou identificavam em termos de padrões discursivos salientes e significativos para os entrevistados; fosse individualmente ou coletivamente. Nessa camada, foi referenciado o que realmente foi dito, por meio das palavras dos entrevistados.

2) Codificação fechada (*Closed Coding*): uma vez feito o primeiro processo de codificação, foi iniciado o processo de conectar os discursos das entrevistas com discursos e dispositivos sociais mais amplos. Nessa fase, iniciei o questionamento sobre as funções e os funcionamentos dos temas emergentes, além de sua articulação com a literatura.

Tal processo foi realizado com o uso do *software* NVivo. Em relação aos *softwares*, devo também mencionar que a presente pesquisa se valeu da inteligência artificial, na forma do Chat GPT e do Deepl para realizar traduções da literatura, as quais eram, em seguida, verificadas e ajustadas. Assim, opta-se por não colocar em todas as traduções a nota de ‘tradução da autora’, colocando, aqui, em evidência o suporte de ferramentas de tradução, diante de um universo grande de referências internacionais. Já no caso das transcrições, o processo de codificação foi feito, em uma primeira fase, com os idiomas originais, para que fossem preservadas e analisadas as particularidades idiomáticas.

A transcrição teve um uso inicial de *software* livre gerando cerca de 250 páginas. No entanto, as versões gratuitas eram bastante precárias, sendo complementadas pela reprodução do áudio para um processo de ajuste das palavras e adição de ênfases que foram indicadas em

letras capitais, além de observações acerca de risos (risos) e pausas (...). Por fim, diante do desenvolvimento da inteligência artificial e a ampliação de *softwares* gratuitos, notei um aumento exponencial da qualidade das traduções, o que conduziu à decisão de traduzir todas as entrevistas para o português para uma fase final de análise. Nessa fase, utilizei o *software* NVivo para realizar uma análise de recorrência de palavras. Essa análise foi utilizada para a construção das categorias e apresentada no último capítulo. Apesar de considerar as limitações de uma dimensão quantitativa, entendo que ela foi utilizada como mais um ‘olhar’ sobre o material, ainda prevalecendo o caráter qualitativo da pesquisa, o qual privilegia a combinação com a análise do contexto e dos limites dos achados.

Souza, Costa e Moreira (2011) afirmam que os *softwares* de análise qualitativa têm a função de proporcionar a integração do material coletado e sua visualização de forma a agilizar o trabalho de categorização e familiarização que já era comum aos pesquisadores qualitativos. Ao gerar diversas formas de visualização, inclusive por meio de buscas de padrões que poderiam passar despercebidos, tais *softwares* estimulam a criação de questionamentos e novos caminhos de análise. Dessa forma, entende-se aqui que a função dos *softwares* não deve ser menosprezada, mas dimensionada. Eles têm a função auxiliar, cabendo sempre à pesquisadora formular e questionar aquilo que é encontrado. Assim, a análise de recorrência de palavras foi o último passo, o qual gerou a possibilidade de novas questões e olhares para o material que foram consideradas enriquecedoras diante do potencial exploratório da pesquisa.

Contudo, em relação aos limites, é importante ponderar que o levantamento da recorrência de palavras em um universo de três idiomas e uma quantidade pequena de entrevistados pode gerar erros ou ‘dimensionamentos’ incorretos. Primeiramente, porque as traduções têm limites em termos da captação das particularidades idiomáticas. Termos podem ter sentidos ambíguos e a seleção final, mesmo que baseada no contexto da sentença, não garante precisão. Além disso, é necessário fazer uma seleção frente ao universo de palavras, que define um viés específico. No caso da presente pesquisa, optou-se por selecionar os substantivos ou termos que poderiam ter essa função. Isso significou a exclusão dos verbos, advérbios e adjetivos. Por fim, é possível que algum entrevistado apresente algum ‘vício’ de linguagem, o qual estressa o uso de um termo e influencia o resultado. Diante de tal ponderação, reitero aqui que a manutenção de tal análise na pesquisa se baseia em seu potencial exploratório e no fato de que as dimensões identificadas são complementadas pelo processo prévio de codificação, de análise contextual e de articulação à literatura.

Por essa razão, entendo que o objetivo da presente pesquisa — de analisar e comparar os discursos, identidades e sentidos da participação política de jovens nas Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha — concretiza-se com a utilização do conjunto de metodologias e análises. A adoção das entrevistas de narrativa de vida buscou garantir o acesso às trajetórias e narrativas de modo a possibilitar uma visão dos processos de engajamento, assim como das principais identidades e práticas apresentadas pelos jovens. Para além disso e de forma complementar, as reconstruções biográficas, assim como a (des)construção das narrativas em categorias temáticas, ilustram aquilo que os jovens apresentaram como conhecimentos e suas ambiguidades, permitindo explorar as interpelações dos discursos e os ‘sistemas de representação’. Ao considerar que os ‘sistemas de representação’ são conformados de acordo com o tempo histórico e com as particularidades locais, as metodologias adotadas também privilegiaram entender como e se discursos, identidades e práticas semelhantes emergiam no contexto do ativismo nos dois países. Nos próximos dois capítulos, apresento e exploro os resultados da pesquisa.

3 (Re)construindo as trajetórias da participação política a partir das biografias dos jovens ativistas

Abaixo, doze trajetórias de participação política são reconstruídas a partir das narrativas obtidas nas entrevistas biográficas.

Alexander, *‘Uma linha de tradição que segue para o futuro’*

Alexander tem 18 anos e apresenta-se como parte da direção estatal da organização juvenil de um partido de direita radical alemão. Seus pais são ‘russos-alemães’, mas o jovem nasceu na Alemanha. Seus primeiros anos foram vividos em uma casa compartilhada pelos pais e a avó, que teve uma influência grande em seu interesse pela pintura e pelas artes; o qual foi se perdendo com o tempo. O pai nunca se adaptou ao país e ficou em movimentos de idas e vindas, tendo partido pela primeira vez quando Alexander tinha três anos. Foi seu avô quem ‘assumiu o papel de pai’, sendo a pessoa que mais ‘o moldou como homem’. Sua morte, em 2016, foi um momento de tristeza para o jovem, que se descreve como alguém introvertido.

Alexander visitou o país e a cidade de origem de seus pais, onde viveu um momento de emoção ao encontrar a nova casa construída pela parte da família que permaneceu na área rural. Sua educação foi ‘rigorosa’ e, pela influência dos pais, que se ‘expressam de forma bastante conservadora’, adquiriu seu ‘bom senso’ e ‘um bom raciocínio’. Ele frequentou o *Gymnasium* e, por muito tempo, sua matéria favorita foi Geografia; ele gostava de identificar os países e suas fronteiras. No entanto, a partir do nono ano, as coisas mudaram com a introdução de temas como as mudanças climáticas. Alexander não acredita que o ser humano seja o causador de tais mudanças. História também é uma disciplina que gosta, no entanto, sente-se incomodado pela ‘abordagem ideológica’ de certos temas, principalmente do nacional-socialismo.

Seus posicionamentos políticos tiveram início quando um campo de refugiados foi instalado em sua área, causando reações na família. Após o contato com sua organização, o jovem pôde olhar em retrospectiva e notar que a vinda dos refugiados não se relacionou apenas com episódios terroristas, mas também com mudanças menores, tais como a música alta no bairro e o aumento do lixo nas ruas. Apesar do alinhamento com o conservadorismo, Alexander prefere ser identificado como nacionalista. Diferente de outros conservadores, ele não sente

falta do passado, apenas acredita que ‘de alguma forma, tem uma linha de tradição que você segue para o futuro’.

Atualmente, Alexander não tem amigos na escola, pois todos são mais esquerdistas e socialistas. Ali, o jovem expressa seus pensamentos sem medo, inclusive aqueles relacionados à oposição à União Europeia e ao incômodo com as medidas restritivas relacionadas à covid-19. Isso leva alguns colegas a chamarem-no de nazista ou de extremista, mas isso não o inibe de falar o que pensa. O jovem apenas lamenta a perda de um amigo, que foi uma importante companhia durante o primeiro ano de pandemia, mas deixou de ligar e se comunicar por conta das posições de Alexander em relação às medidas restritivas.

É na juventude do partido onde encontra as pessoas com quem pode conversar sobre temas de política, assim como outros aspectos da vida. A rotina inclui reuniões quinzenais, nas quais eles discutem a transmissão dos interesses dos jovens para o partido, assim como a entrada de novos membros. Há também o trabalho de Relações Públicas, o qual está relacionado a postagens e à organização de eventos para engajar outros jovens. Como assessor no Comitê Executivo, ele organiza encontros como festivais de verão e encontros maiores com o comitê nacional. No futuro, Alexander deseja seguir os estudos e arrumar um bom emprego. Em relação ao partido, gostaria de assumir uma posição na Diretoria e seguir contribuindo e podendo viver um cotidiano que considera ‘emocionante’.

Aline, ‘não devo nada ao feminismo!’

Aline tem 20 anos e mora em uma cidade do interior do sudeste do Brasil, apresentando-se como uma ativista pró-vida. De um passado de *bullying* e perseguição na escola, sua mãe — uma ‘mãe-solo’ — é sua principal parceira na vida e na política. A jovem mora na mesma casa em que cresceu, a qual foi ganhando, com o tempo, ‘arames e eletricidade’ para garantir a segurança das duas mulheres. A terapia faz parte de sua vida desde criança, primeiro para ajudá-la a lidar com a ausência do pai e da irmã, depois com o *bullying* que sofreu na escola. Tanto a mãe quanto o pai têm outros filhos, mas a jovem não tem uma relação próxima com nenhum dos irmãos nem com a família estendida. No caso da família materna, havia sempre muitos conflitos — principalmente por ‘interesses financeiros’ — o que conduziu a mãe a optar por uma vida mais afastada. Já a família paterna chegou a exigir um DNA para comprovar a paternidade, o que ao menos garantiu o direito à pensão; fornecendo o dinheiro que hoje possibilita a jovem pagar a faculdade de farmácia.

Aline já passou por diversas experiências religiosas, envolvendo momentos importantes na igreja evangélica. Foi uma amiga quem a levou a uma ‘célula’ de jovens, espaço que a ajudou enfrentar as experiências negativas na escola. Durante a adolescência, no entanto, entendeu-se enquanto ateia, vivendo uma ‘fase mais rebelde’. Mais recentemente, um namorado a apresentou o livro ‘Luz Infinita’. Foi assim que Aline começou a se interessar e pesquisar sobre o judaísmo, encontrando, nesse caminho, o grupo de denominação de Bnei Noach²⁷, o qual segue as leis de Noé²⁸. Aline entende que a conversão é algo muito difícil, por isso tem se envolvido com o grupo e se identificado como ‘judaizante’.

O início de seu ativismo coincidiu com a campanha eleitoral presidencial de 2018, quando ela e sua mãe passaram a observar e acompanhar os discursos ‘na íntegra’ dos candidatos. Desgostosas com a ‘ideologia de gênero’ representada pelo candidato do Partido dos Trabalhadores, as duas embarcaram em uma jornada de apoio ao candidato Jair Bolsonaro, participando de manifestações e comícios. Essas manifestações formaram outro vínculo essencial entre mãe e filha, que se tornaram fãs de vários influenciadores e figuras públicas da Nova Direita. Várias das viagens até São Paulo e Brasília foram aventuras cansativas, envolvendo diversos percalços e esforços para as duas. No entanto, o encontro com tais personalidades, assim como outros ativistas, faz valer a pena.

Nos últimos três anos, Aline passou a produzir conteúdos com foco centralizado na pauta antifeminista. A declaração central de seu primeiro *post* que repercutiu foi: ‘não devo nada ao feminismo!’. Partindo de um processo de estudo por meio de vídeos do YouTube, a jovem conta que descobriu a leitura, admirando principalmente os livros de Ana Campagnolo, como ‘Feminismo: perversão e subversão’. Nos últimos dois anos, Aline integrou diferentes movimentos políticos, muitas vezes convidada por conta de sua militância nas redes. Por meio desses contatos, ela já viajou à capital do país, participando de dois congressos de movimentos

²⁷ Jovegelevicius (2018) realiza uma pesquisa detalhada sobre a aproximação dos evangélicos com o judaísmo e, nesse contexto, situa também os Bnei Noach, sobre os quais explica: ‘os Bnei Noach, ‘filhos de Noé’, são um grupo de não-judeus que têm sido assessorados por quadros da ortodoxia judaica no cumprimento das 7 leis de Noé. Como boa parte das práticas da ortodoxia judaica brasileira, o movimento foi importado dos Estados Unidos e oferece auxílio religioso para aqueles que buscam se aproximar do judaísmo, sem os converterem’ (p. 31). Apoiado em outras referências (Costa, 2017), ele aponta que tal aproximação se baseia em uma tentativa de afastamento e diferenciação com o catolicismo, além uma aproximação com as práticas ortodoxas que definem mais regras e fundamentos para a vida cotidiana. Adicionalmente, a identificação com a direita parece relacionar uma promoção específica do Estado de Israel, que ganha contornos cada vez mais autoritários, sendo protegido e defendido pela comunidade ortodoxa espalhada pelo Brasil.

²⁸ Aline explica que todos os humanos são descendentes de Noé e ressalta que segue as 7 leis, que são resumidas como: 1) não matar; 2) não roubar; 3) não adorar falsos deuses; 4) não cometer adultério; 5) não comer nenhuma parte de um animal vivo; 6) não blasfemar; 7) fazer justiça através de tribunais.

conservadores, entre eles o CPAC²⁹ (*Conservative Political Action Conference*). Hoje, Aline já pode atuar na área, tendo concluído cursos pró-vida em organizações internacionais. Em função de seu ativismo, Aline relata que recebe constantes ameaças em suas redes sociais. Uma mensagem continha a imagem de uma menina enforcada com a sugestão de que ela fizesse o mesmo.

No momento da entrevista, ela tinha certeza de que Bolsonaro teria a maioria dos votos nas eleições de 2022. Caso ele perdesse, ela apontou para a possibilidade de uma guerra civil. Aline relata uma forte identificação com o Hino da Independência do Brasil, que diz ‘ou ficar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil’. Até se casar e ter filhos, que destaca como seu principal objetivo de vida, ela quer lutar pelo Brasil.

Thomas, ‘um ponto de vista da Alemanha-Oriental’

Thomas tem 22 anos de idade e é natural de uma cidade da antiga Alemanha Oriental. Desde 2020, frequenta a universidade da região, onde estuda ciências políticas. O jovem descreve-se como alguém engajado na política e parte da associação cívica de um partido alemão. Quando criança, tinha uma grande paixão por montar legos, brincar com miniaturas de carros e fazer caminhadas. Alguns desses hobbies se perderam, mas as caminhadas permanecem como atividades cotidianas que compartilha com a família. A família também tem influência em outra de suas atividades favoritas — a leitura. Seu apreço pela leitura é antigo e envolve, especialmente, obras políticas, de história e de assuntos relacionados à antiguidade e à Idade Média. Além disso, é fã dos jornais impressos, os quais recebe semanalmente.

Os pais são separados, e Thomas atualmente mora com a mãe e o padrasto. Após um tempo conturbado relacionado à separação, reconstituiu uma relação próxima com o pai. O jovem associa as diferenças entre o pai, o padrasto e a mãe com as marcas da antiga divisão da Alemanha. Enquanto seu pai serviu no exército da Alemanha Ocidental, o padrasto serviu ao

²⁹ O CPAC teve início nos Estados Unidos e chegou ao Brasil em 2019. Hoje é conduzido pelo Instituto Conservador Liberal, representando uma plataforma fundamental para lideranças, *influencers* e políticos das Direitas Radicais. Sanders e Jenkins (2023) analisaram a importância da Coalisão do CPAC para a difusão transnacional das políticas autoritárias antifeministas. As autoras analisaram o contexto das conferências americanas, buscando evidenciar a internacionalização de um discurso que busca promover o controle da educação e da produção de conhecimento, assim como a defesa da constituição de lideranças autoritárias. No cerne desses discursos, também foi identificado o antifeminismo, que, no caso brasileiro, tem ganhado repercussão por meio de uma produção editorial extensa, cujo nome mais conhecido é Ana Campagnolo.

da Alemanha Oriental. Ele, a mãe e o padrasto são ‘típicos alemães orientais’, já o pai é um clássico ‘Seppel da Bavária’.

Em relação ao pai, as principais divergências dão-se por suas posições em relação aos refugiados. Hoje Thomas tem questionamentos, enquanto seu pai adota uma posição mais alinhada com a ONU. Já em relação ao padrasto, o principal conflito diz respeito à idealização dos Estados Unidos. Seus valores morais não permitem que acredite que os EUA sejam heróis, já o padrasto — que viveu 18 anos no país — não acredita que os americanos devam ser responsabilizados pelos crimes de guerra no Vietnã. Enquanto o pai tem optado pelos verdes, o padrasto é um assíduo eleitor da CDU — além de um fã de Angela Merkel — e a mãe sempre optou pelo SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha). Vindo de uma família ‘social-democrata’, sempre sentiu que ‘se tornaria mais conservador’.

Aos treze anos, o jovem já se preocupava com política, sendo crítico às propostas vindas da Alternativa para a Alemanha (AfD). No dia a dia, começou a participar das discussões do conselho municipal de sua cidade, mas, aos poucos, cresceu o desejo de se envolver ativamente. Foi assim que, em 2019, ingressou na juventude de um partido de esquerda. Ficou ali por pouco tempo, percebendo haver contradições e a ausência de verdadeiras propostas. Foi principalmente na universidade que notou que esquerda e os verdes são extremamente intolerantes, exigindo que símbolos da direita sejam censurados, enquanto os da esquerda se mantêm. Além disso, defendem a existência de mais de vinte gêneros, mas ignoram que biologicamente existem apenas dois sexos.

Thomas não se considera tão conservador, mas, sim, alguém que se baseia em fatos. Em termos de fatos, observa que a Alemanha não está conseguindo resolver seus próprios problemas, tornando-se uma sociedade que não é mais puramente capitalista, mas ‘uma mistura de capitalismo e socialismo’, onde o governo federal não faz nada pelo mercado. Participa hoje das ‘mesas redondas’ (*Runde Tische*) municipais e é parte da associação do partido. Seu partido criou uma organização exclusiva para jovens, que tem buscado expandir sua influência na região. Seu grupo ainda é estigmatizado, mas consegue ingressar sempre no *Bundestag*. Em 20 anos, Thomas acredita que eles serão parte fundamental do Parlamento Federal Alemão (*Bundestag*). Seu foco atual são os estudos e seu progresso, mas uma ideia que vem considerando é se juntar às forças armadas. Politicamente, pretende manter-se ativo em sua região, priorizando sua cidade natal e políticas que possam a beneficiar.

Carlos, 'Eu poderia ter sido qualquer criminoso'

Carlos tem 19 anos e mora na periferia de uma capital do sudeste do Brasil. Ele apresenta-se como estudante de direito e ativista conservador. Na infância, mudou de casa em casa, sendo considerado, pela família, uma criança problemática. Como irmão mais velho, tornou-se logo cedo responsável pelo cuidado de sua irmã, já que sua mãe trabalhava e passava muito tempo fora de casa. No Ensino Fundamental e Médio, frequentou escolas próximas à sua casa. Na classe, convivia com uma minoria de colegas negros como ele. Ali e no bairro, não vivia experiências de preconceito, já nos *shopping centers*, percebia que quem 'se comportava mal' recebia olhares estranhos.

Desde cedo, frequentou também um clube de futebol do bairro. Apesar de sua paixão pelo esporte, acordos financeiros informais impediram-no de alcançar a carreira desejada. Na mesma época, sua mãe envolveu-se em movimentos urbanos sem-terra em busca do acesso à casa própria. Embora tenha participado de muitas das atividades do movimento, ela não foi contemplada com o apartamento. Tais experiências permitiram a Carlos perceber o problema da corrupção no país. Além disso, foram também impulsos para começar a buscar possibilidades de empreender e se tornar seu próprio chefe.

O ano de 2021 foi marcado por perdas, principalmente a do avô, que foi um grande modelo para o jovem. Tanto seu ex-treinador da escola de futebol quanto seu avô o ensinaram que a disciplina é a base da vida. Seu ativismo teve início com o interesse em empreendedorismo e teorias liberais. Vídeos sobre o assunto o levaram a conhecer o 'filósofo' Olavo de Carvalho. Por meio de seus vídeos, iniciou um processo de repensar a história brasileira, principalmente a ameaça comunista no país. Carlos ingressou pela primeira vez em um movimento de direita liberal em uma universidade pública brasileira, no entanto encontrou participantes fracos e interessados apenas no assunto dinheiro. Desde 2018, é militante de um movimento que faz 'um trabalho de militância de base' pela direita brasileira. O primeiro encontro com seus atuais amigos do movimento ocorreu em uma manifestação pró-armas, organizada e convocada via Facebook.

O jovem tem orgulho de ser um jovem comprometido e estudioso que negou um futuro predestinado como criminoso na periferia. Recentemente, foi homenageado na escola de Ensino Médio que frequentou. No entanto, foi perseguido por sua posição conservadora e impedido de expressar suas convicções em espaços de educação. Como esses espaços são marcados pela

doutrinação política de esquerda, ele sonha em ser professor universitário e poder transformar isso de dentro.

Hoje, participa ativamente de grupos de estudos e manifestações organizadas por seu movimento, mantendo um contato particular com as lideranças. Para ele, o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro traiu suas convicções conservadoras e ‘vendeu uma coisa que não é’. Sendo um político de centro, Bolsonaro não foi um líder suficientemente forte. Carlos vê o futuro do conservadorismo para além do ex-presidente e intimamente relacionado ao trabalho de base e de estudos que seu movimento realiza no Brasil.

Nissin, ‘*Um processo de desenvolvimento pessoal*’

Nissin tem 23 anos e apresenta-se como um estudante de engenharia que passa a maior parte do tempo na universidade e é bastante ativo politicamente. Tendo nascido em um país de maioria muçulmana, chegou a Alemanha com um ano e meio. Seu pai havia imigrado para o país antes de se casar com a mãe, como um refugiado político. Sua mãe estudou a língua natal no país de origem, mas, após imigrar, desenvolveu pequenos trabalhos de limpeza, dedicando-se majoritariamente ao cuidado dos filhos e da casa. Ela foi quem ensinou Nissin a ler ainda antes do ingresso na escola primária, contribuindo para o seu bom desempenho.

Na maior parte de sua adolescência, o jovem esteve com amigos em seu vilarejo, praticando caratê e tocando violão. No passado, visitou seu país natal, o qual lhe pareceu ‘muito pobre’, refletindo a imagem de ‘um país do terceiro mundo’. Ainda tem parentes lá, no entanto o contato não é constante. Apesar de os pais terem introduzido aspectos de sua cultura, Nissin foi confrontado³⁰ com mais intensidade pela cultura alemã. Durante a escola secundária, diminuiu seu desempenho, não conseguindo uma boa nota no *Abitur*³¹. O jovem ingressou no curso de Engenharia, acontecimento explicado pela ‘escassez de engenheiros no país’, que

³⁰ Em algumas das reconstruções, são mantidas as palavras originalmente utilizadas, já que essas colaboram para a posterior análise. Além disso, há alguns termos que têm significados e traduções múltiplas no inglês. Por vezes, entende-se que tais traduções não alteram o discurso final, por outras, a escolha entre as duas palavras produzirá um sentido muito distinto. É o caso de ‘confronted’, que pode significar apenas o encontro, mas também denota o ‘confronto’ e o ‘choque’, principalmente ao considerar que ele utiliza o termo cultura.

³¹ O *Abitur* é um exame de conclusão do Ensino Secundário na Alemanha, ele é realizado pelos jovens ainda com doze ou treze anos, variando conforme a regulamentação estadual. O exame define o ingresso na maior parte das universidades alemãs, também sendo aceito em outras universidades na Europa e Estados Unidos. O exame costuma ser exclusivo daqueles que ingressarão no *Gymnasium* para o Ensino Médio. Conforme já mencionado, o sistema educacional alemão tem uma orientação para posições vocacionais definido bastante precocemente (Walther, 2022). Mais detalhes estão na nota de rodapé 22.

conduziu a universidade a ‘aceitar qualquer um’. Apesar de ter ingressado com notas baixas, o jovem tem se descoberto muito bom, desempenhando atualmente o trabalho de tutor.

Há cerca de três anos, Nissin viveu uma crise, na qual sentiu que não tinha propósito e conhecimento sobre a vida. Nesse período, conheceu uma colega de trabalho que tinha um estilo de vida que o inspirava. Conduzido por ela até a igreja, decidiu se batizar. Os pais ainda não sabem do batismo, mas ele deixou de frequentar a igreja por conta das reações dentro de casa. Seus pais também são conservadores, mas de maneiras profundamente diferentes: enquanto eles ‘são conservadores muçulmanos’, ele é ‘conservador de uma maneira cristã alemã’. No Islã, as pessoas seguem muitas regras para serem salvas, enquanto as pessoas evangélicas seguem a religião porque estão salvas. Nissin sente que, no cristianismo, há um reconhecimento de que as pessoas cometem pecados e de que nenhum caminho será perfeito.

Após o batismo, o jovem viveu muitas transformações, cortou o cabelo comprido e mudou a aparência de ‘nerd’. Esse foi um processo de desenvolvimento pessoal (*self improvement*), também relacionado com as novas percepções que adquiriu sobre as mulheres e os relacionamentos. Namoro (*dating*) era um assunto frustrante no passado, mas, por meio dos estudos, aprendeu que as mulheres são avaliadas pela aparência e os homens pelo sucesso. Desde tal transformação, ele tem sido muito mais notado e respeitado.

Durante a pandemia, juntou-se a um movimento dentro da universidade para lutar contra as restrições do governo frente à pandemia de coronavírus. Quem indicou foi um amigo próximo, mas o grupo foi difícil de encontrar. Ainda assim, conseguiu participar de diversas manifestações. Mais recentemente, outro amigo, apresentou-o a um movimento mais significativo relacionado a um partido alemão. Ele está participando de alguns eventos e tem se identificado com os políticos que enfatizam que o governo alemão gasta muito com países externos ao invés de seus cidadãos, que são ‘seu próprio povo’. Em 2023, trabalhará para experimentar a vida como político. Se se tornar um, gostaria de discutir temas como família e casamento. No entanto, seu foco maior é investir na carreira de engenheiro, já que, por esse caminho, conquistará mais sucesso e conseqüentemente estará pronto para um relacionamento sério.

Simon, ‘Nós queremos apenas cuidar do nosso país’

Simon tem 22 anos e é membro da diretoria da organização da juventude de um partido alemão. Apresenta-se como alguém que não teve uma ‘educação política’ e que, pouco a pouco,

foi interessando-se pelo tema. Tendo crescido na mesma casa desde a infância, passou a viver somente com a mãe após os três anos — momento em que os pais se divorciaram. A mãe, então, precisou trabalhar fora, deixando-o aos cuidados dos avós que vivem próximos à sua casa. Apesar de divergências políticas, a relação com eles é extremamente amorosa.

Simon frequentou uma *Realschule*, mas sempre viveu ao lado de uma *Hauptschule*³² e de um *Gymnasium* e, nesse sentido, pôde observar como funcionavam os dois tipos de educação na Alemanha. O *Gymnasium* cria uma sociedade de duas classes, em que os alemães são maioria e aqueles que têm antecedentes migratórios sofrem preconceitos. Já na *Hauptschule*, a realidade é mais diversa, o que lhe parece melhor, já que todos deveriam ser tratados igualmente, principalmente se nasceram no país e falam o alemão. Hoje, cursa um *Ausbildung* que o prepara para ser Gerente de Comércio Atacadista e Exterior.

Suas amizades são a parte mais importante de sua vida, já que os amigos são aqueles que sempre estiveram ao seu lado, em momentos bons e difíceis. Parte desses amigos tem posições políticas muito diferentes da dele, mas é importante ‘julgar a pessoa pela própria pessoa, e não por sua atitude política’. Simon é gay e adora poder conversar com outros gays sobre seu apoio ao partido. No entanto, assume que isso é um tabu, o que leva à rejeição e ao rompimento com algumas pessoas. Na escola, é admirado por discutir com todos os professores. Apesar das boas experiências com discussões, é injustamente demonizado quando expressa suas convicções, que incluem desde questões sobre o tipo de produção de energia na Alemanha até a necessidade de restringir a imigração.

Seu interesse teve início próximo à fundação do partido AfD, ao redor de 2013. Nessa época, um dos argumentos centrais apresentados nos vídeos no YouTube e nos *talkshows* pelos representantes, era a luta contra o Euro e contra o apoio da Alemanha à crise grega. Em 2017, entrou na organização da juventude. No entanto, decepcionou-se ao entender que o movimento

³² O sistema educacional alemão consiste, geralmente, em três vias: ‘(1) *Hauptschule* (duração tradicional de cinco anos após quatro anos de escola primária), geralmente frequentada por alunos com notas médias ou abaixo da média, oferecendo educação básica e preparação para formação profissional que requer habilidades práticas; (2) *Realschule* (duração tradicional de seis anos após quatro anos de escola primária), geralmente frequentada por alunos com notas médias, oferecendo uma educação básica estendida e preparação para quase todos os tipos de formação profissional; (3) *Gymnasium* (duração tradicional de oito ou nove anos após quatro anos de escola primária), geralmente frequentada por alunos com notas acima da média, oferecendo educação acadêmica e preparação para a universidade’ (Salden & Hertlein, 2020, p. 117). Tal descrição permite entender o sistema, no entanto, diversos trabalhos (King & Koller, 2009) discutiram esse com um processo que promove exclusão de maneira precoce. A descrição de Simon reflete a questão de que estudantes com antecedentes migratórios ou imigrantes de classes baixas dificilmente acessam o *Gymnasium*. Beach, Fritzsche e Kakos (2019), por meio de uma etnografia, também confirmam a incidência maior de jovens imigrantes nas *Hauptschule*, mas apontam que as experiências de segregação também são relacionadas às áreas de residência.

era independente do partido. Assim, saiu e retornou em 2019, durante a pandemia. Sendo obrigado a ficar em casa, revoltou-se contra as medidas restritivas e decidiu se mobilizar. Atualmente, seu grupo está tentando atingir o mínimo de participantes para lançar uma associação distrital. Além disso, Simon ganhou um cargo no comitê executivo nacional da juventude.

Por ser um partido ‘do contra’, os participantes de seu grupo são comumente taxados de nazistas. Um dos papéis de sua organização é justamente mostrar aos jovens que eles são necessários no partido e que a demonização do grupo não é justa. O que eles realmente desejam é ‘cuidar de seu país’, principalmente em relação às pessoas ‘culturalmente estranhas’ (*kulturfremdem Menschen*). Esses trabalhadores têm vindo com a justificativa de resolver a escassez de trabalho qualificado, mas não conseguem nem escrever nem falar a sua própria língua.

Hoje, cuida da organização de eventos do partido, além disso, mantém atividade em redes sociais como o Instagram e o Twitter. Fã de Trump desde 2016, carrega uma bandeira em seu quarto e acompanha todos seus discursos. O político cumpriu as suas promessas eleitorais, construindo um muro para conter a imigração. No futuro, o jovem gostaria de fazer parte do Parlamento Nacional, no qual poderia fazer discursos e lançar projetos de lei, sendo uma voz ativa no país. Em dois anos, pretende já ser candidato nas eleições locais.

Vinícius, ‘o conservadorismo não é uma ideologia, é um estilo de vida’

Vinícius tem 25 anos e nasceu em uma região periférica de uma cidade litorânea no sudeste do Brasil. Apresenta-se, desde o início, como um jovem estudioso que já se envolveu na política desde criança. Tanto a mãe quanto a avó trabalharam para uma ‘família real’ de sua cidade, a qual o convocou a ser cabo-eleitoral mirim com oito anos de idade. Ele entregava panfletos e acompanhava o parlamentar por toda a cidade. A experiência foi ‘a ponta de lança’ para seu envolvimento na política; ‘uma teórica brincadeira de infância’ que acabou gostando. Quando pequeno, morava com a mãe, a avó e os irmãos; hoje em dia, vive apenas com a mãe na casa, já que dois dos irmãos e a avó faleceram e a irmã mais velha vive com o marido.

No Ensino Médio, ingressou em vários conselhos estudantis, no grêmio e na Igreja Católica. Um dos destaques foi Luzia, sua professora de Português, que, além de professora, também deu conselhos para a vida — uma espécie de ‘coach’. Por volta de 2013, diante de uma ‘certa moda do antipetismo’, aproximou-se do Movimento Passe Livre e participou das

Jornadas de Junho de 2013. Juntou-se às manifestações, porque sentia revolta e angústia ao ver o Brasil assaltado. Lá, envolveu-se em ações violentas dos *black blocs* e acabou tendo problemas com a polícia, percebendo o caráter radical e desorganizado da esquerda. Nesse mesmo período, conheceu os vídeos de YouTube de Olavo de Carvalho — o ‘professor’ — que é uma referência para ‘tudo que sabe até hoje’. Olavo foi quem revelou a existência do Foro de São Paulo, algo que não aparecia na mídia tradicional — foi também Olavo a ponte para conhecer Jair Bolsonaro, a quem também é ‘devoto’.

No centro de seu ativismo, está a defesa da liberdade e da moral judaico-cristã. Vinicius viveu em uma comunidade e viu muita ‘gente se perder’ com o tráfico de drogas e a bandidagem. Seu irmão, preso sete vezes e hoje falecido, acabou escolhendo ‘a vida errada’. Quando criança, visitava o irmão junto à mãe. Ao ver o sofrimento de sua e de outras mães, decidiu que não queria essa vida, percebendo que seus estudos e o apego à moral e à ética o protegeriam de repetir tal destino. O conservadorismo ‘maravilhou-o’ e tornou-se um ‘estilo de vida’, refletindo posições que já tinha sobre questões como aborto, drogas, segurança pública e família.

No ano passado, participou de um movimento organizado, em que conheceu figuras importantes, mas foi desligado por desavenças internas, relacionadas à sua resistência em fazer campanha para um candidato de outra cidade. Hoje tem ampliado sua participação em trabalhos de base e ações humanitárias, realizando uma militância mais independente. Utiliza as redes sociais para apoiar as campanhas eleitorais dos candidatos legislativos de sua cidade. Seu sonho é seguir uma longa trajetória na política, passando do cargo de assessor parlamentar à deputado. A família para a qual sua mãe e sua avó trabalharam admira sua carreira e apoia-o. Recentemente, mudou-se da periferia para uma área mais central, mas ainda está economizando para, no futuro, mudar-se para um bairro ainda melhor.

Igor, ‘defendendo um ideal nobre’

Igor tem 23 anos e apresenta-se como estudante de direito e ativista político que luta pela restauração do sistema monárquico no Brasil. Vindo de uma família de juristas concursados no âmbito federal, frequentou escolas particulares durante toda a vida. Vivendo hoje com os pais em um ‘bairro de classe média’ de uma capital do nordeste brasileiro, nasceu em uma cidade interiorana próxima. Durante a adolescência, não saiu muito, sentindo-se mal em

ambientes com música alta, pessoas bebendo e caindo ‘na gandaia’. Como um ‘cara mais tímido’, preferia ficar em casa lendo quadrinhos e animações japonesas.

O interesse por política começou aos dezessete anos, após a eleição para representante de classe da escola. Uma jovem autoritária foi escolhida, levando-o a questionar as formas de governo e de enfrentar os colegas de sala. O primeiro envolvimento deu-se via Twitter; espaço onde aqueles que são tímidos ou não conseguem se posicionar expressam suas opiniões. Identificando-se como um conservador cético, passou a questionar ativamente os políticos. Tal posição foi espelhada em seu pai, por quem nutre uma enorme admiração. Em relação à mãe, muitos conflitos foram gerados por ela ser apoiadora da esquerda e impor suas ideias por meio de uma ‘autoridade moral’. No entanto, a pandemia representou um tempo de mudanças em que aprendeu a ouvir e se relacionar melhor.

Há dois anos, Igor viveu uma crise e abandonou a universidade, sentindo que seu caminho havia sido muito influenciado pelos pais. Desde então, passou por mudanças importantes, mas decidiu voltar a estudar direito e concluir sua formação. Desde 2015, o jovem admira a luta contra a corrupção encabeçada pela ‘Operação Lava-Jato’. Foi o apoio ao juiz Sergio Moro que o levou a se envolver e apoiar a campanha eleitoral do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro. Para o jovem, as eleições de 2018 foram um ‘momento crítico’ no país, no qual visões políticas que não eram proeminentes começaram a aparecer no cenário público. Foi assim que acessou teorias econômicas liberais e conservadoras. Durante a campanha, também foi apresentado por um amigo à causa monarquista. Hoje estuda o tema e organiza manifestações pró-monarquistas nas ruas, enfrentando os desafios impostos pelas divisões internas do movimento. Sua identificação com a causa estende-se até mesmo aos hobbies, que envolvem ler conteúdos monarquistas e beber chá.

Uma lembrança fundamental de seu passado refere-se ao dia em que foi à missa na quarta série, sendo o único a ajoelhar-se e demonstrar respeito. Ali, diferenciou-se de seus colegas de classe, sentindo-se como um estranho entre eles. Tal passado é um sinal de seu apego ao conservadorismo. O jovem acha difícil que o Brasil adote uma monarquia parlamentarista, mas seu ativismo baseia-se na ‘defesa de um ideal nobre’. Seu descontentamento com a esquerda envolve a negligência à família e ao respeito. Além disso, sente-se particularmente incomodado com os movimentos feministas, já que vive e experimenta a vida como um homem, necessitando defender seu gênero. No futuro, quer conseguir um cargo público na área do direito e continuar o ativismo em movimentos pró-monarquia.

Nuria, ‘a sociedade está cada vez mais louca’

Nuria tem 19 anos e apresenta-se como uma estudante de direito que vive em uma cidade do interior do sudeste brasileiro. Desde que nasceu, já tinha um interesse em ‘descobrir a história do mundo’. Sua família, que é ‘seu alicerce e base’, sempre incentivou a leitura. Por meio dos estímulos familiares, desenvolveu uma capacidade de interpretar textos e captar histórias. Essa capacidade também a ajudou na fase do Ensino Médio, quando frequentou um colégio técnico em Comércio Exterior. Entre seus livros favoritos estão também ficções, as quais permitem acessar o mundo da fantasia e ‘viajar para outros mundos e tempos’.

Criada pela mãe e pelos avós, Nuria teve o pai como inspiração para escolher a carreira em advocacia. Ele faleceu quando ela tinha um ano de idade. Durante a infância e adolescência, enfrentou problemas de audição e dicção, os quais não foram bem conduzidos por seus professores. As mudanças de escola deveram-se a tal incapacidade somada a questões financeiras. Seu engajamento político teve início em 2018, na campanha de Jair Bolsonaro, que foi um momento em que ‘muita gente se mobilizou com a política’, inclusive os jovens. Dessa época, destaca uma entrevista de Jair Bolsonaro para o Jornal Nacional, na qual ele expôs a existência de uma educação sexual muito errada nas escolas, que estimulava que as crianças se tornassem promíscuas por meio de um *kit gay*. Nos últimos anos, frequentou manifestações em sua cidade e em capitais, além de organizar e participar de seminários conservadores.

Durante a pandemia e no último ano do Ensino Médio, ficou trancada em casa e começou a compartilhar suas indignações e estudos nas redes sociais. Nesse tempo, estudava temas políticos e, ao mesmo tempo, temas do vestibular. Por meio do Tik Tok, conseguiu alcançar muitos seguidores. Foi ali que encontrou seus verdadeiros amigos, que lutam pelas mesmas causas. No Ensino Médio, viveu muitos problemas na escola, com a entrada de pessoas muito más, que falavam mal dela pelas costas e a ‘expuseram ela de maneira muito ridícula no Twitter’. Tal experiência tornou-a mais forte, mostrando que ela não deve se importar com o que as pessoas falam, apenas com o que Cristo pensa dela. Cristo também é responsável por sua sabedoria e luta política.

A jovem tem dificuldade em identificar as pessoas que querem o bem, ‘porque a sociedade está cada vez mais louca’. Recentemente, filiou-se a um partido e busca colaborar para as campanhas e mandatos dos vereadores. As principais mudanças que gostaria de ver são no campo da cultura e da educação, principalmente com o fim da doutrinação ideológica. Nesse sentido, inspira-se em Olavo de Carvalho — quem mais mudou sua vida e que serve como uma

‘base para tudo’. No último ano, foi estimulada por um grupo de adultos do movimento de rua que faz parte a espalhar as suas informações e conhecimentos com outros jovens. Assim, fundou um novo movimento conservador com amigos e amigas. O plano é ajudar milhões de pessoas, espalhando a verdade, arrecadando alimentos para pessoas carentes e ajudando mulheres em situação de vulnerabilidade.

Moritz, ‘os jovens estão ficando mais burros e degenerados’

Moritz tem 23 anos e nasceu em uma pequena cidade na parte Ocidental da Alemanha. Ele morou com seus pais até os 21 anos, quando se mudou para uma cidade maior, compartilhando um apartamento com dois amigos da universidade. Seu percurso na escola ‘não foi espetacular’, já que nunca atingiu notas muito altas nem teve nenhum destaque. Os pais sempre tiveram uma grande cobrança em relação ao seu desempenho. Durante a infância, eles trabalhavam muito, deixando-o com os avós, com quem hoje já não tem uma ligação muito forte.

Sua mudança e saída da casa dos pais deveu-se a uma piora na relação com o pai. A relação sempre havia sido ruim, mas chegou a um ponto caótico, no qual sentia que algo ruim podia acontecer. Já com a mãe, Moritz sempre teve uma relação excelente, considerando-a uma das pessoas mais importantes de sua vida. Quando pequeno, o jovem sonhava em se tornar um médico, mas logo entendeu que apenas os candidatos com melhor graduação acessavam o curso. Assim, acabou optando por farmácia, curso de que gosta bastante.

No início da faculdade, enfrentou muitas dificuldades relacionadas à velocidade das matérias e dos exames, chegando a repetir algumas disciplinas. Isso dificultou o estabelecimento de amizades próximas em sua sala. A pandemia foi outro desafio, mas foi ela que o levou a se envolver em um movimento da universidade, no qual encontrou amigos com ideias similares às suas. O movimento buscava se opor às medidas impostas pelo governo alemão em relação à covid-19, principalmente a regra 3G³³. O movimento não atraiu muitos estudantes, já que a maioria os via como teóricos da conspiração.

Moritz encontrou o grupo no Whatsapp, reunindo-se com outros estudantes e organizando algumas estratégias para que pudessem ser ouvidos. A abolição da regra 3G

³³ A Regra 3G (3G Regel) foi definida pelo governo alemão em 2021 e adotada pelas universidades, definindo que o acesso a todas as instalações e às aulas estava condicionado à apresentação de comprovação de vacinação, de recuperação ou um teste negativo realizado nas últimas 24 horas.

aconteceu algum tempo depois, não por influência de seu movimento, mas porque o governo finalmente acessou as pesquisas e compreendeu o que Moritz já sabia. Por meio do conhecimento adquirido nos estudos de farmácia, o jovem identificou que não era possível definir os efeitos da vacina, além de não haver necessidade de jovens saudáveis como ele serem vacinados. Esses conhecimentos também sustentaram a decisão de seguir sem se vacinar.

Antigamente, o jovem entendia-se enquanto mais conservador, no entanto, as mudanças que viveu não o fizeram largar algumas de suas convicções. Tais convicções estão relacionadas à ‘importância dos valores tradicionais e da família para a civilização e para a sociedade’. Outro tópico que o mobiliza é a questão do livre-mercado, já que há uma excessiva influência do Estado na economia. Seu conservadorismo hoje é relacionado ao fato de não ir a festas nem se divertir gastando dinheiro em coisas de que não precisa.

O futuro é algo de difícil previsão, porque hoje se vivem ‘tempos em que as coisas podem mudar muito rapidamente’. Um dos fatores é uma queda (*downfall*) na sociedade geral, em um tempo em ‘que os jovens estão ficando mais burros e mais degenerados’. Eles já não escolhem carreiras importantes e que possam contribuir para a sociedade. Para Moritz, a sociedade alemã, após a Segunda Guerra, criou riquezas que estão sendo perdidas pelas novas gerações. Apesar de estar ativo no movimento, ele pretende focar os estudos e ingressar em um mestrado em sua área.

Letícia, ‘uma população desarmada é uma população que não consegue ter os seus direitos’

Letícia tem 32 anos e vive no litoral do sudeste brasileiro. Atualmente, cursa sua segunda graduação em Medicina em uma universidade privada. Seus pais são casados e a família — que inclui um irmão — é muito unida. A jovem sempre frequentou colégios particulares, nunca dando muito trabalho para os pais, devido ao seu foco e determinação. Quando ainda tinha 4 ou 5 anos, escreveu, em um trabalho escolar, que sua mãe ‘não fazia nada’, por ser dona de casa. Embora esse pensamento hoje lhe pareça ridículo, foi tal frase que serviu como um ‘ponto de virada’ na vida de sua mãe. Chocada com o que leu, a mãe decidiu ingressar na faculdade, tornando-se a pessoa mais graduada da família. A infância foi um período feliz, vivido junto à família e amigos do prédio. As amizades sempre foram cultivadas e muitas ainda permanecem.

Aos dezoito anos, Letícia começou a trabalhar no ramo dos serviços, mas acabou sofrendo um episódio de exaustão devido aos exigentes turnos que envolviam a troca das noites pelos dias. Ao pedir demissão, ingressou em sua primeira graduação e enfrentou dificuldades para reingressar no mercado de trabalho. Em 2012, a família passou por uma crise financeira profunda que afetou o poder aquisitivo. Antes, cada membro possuía um carro e viagens internacionais eram comuns. Tal crise exigiu sacrifícios de todos para garantir que ela e seu irmão pudessem concluir a faculdade. Durante esse período, seu pai teve um episódio de depressão devido às perdas financeiras. Para conseguir se sustentar, Letícia combinou um trabalho extra com seu cursinho pré-vestibular.

Seu interesse por política teve início ainda em 2005, no plebiscito sobre as armas. Esse foi um tema que a engajou, já que o porte de armas garantiria sua segurança e de sua família. Diante do interesse, ingressou em grupos, ainda no Orkut. Mais tarde, também iniciou sua participação em clube de tiros, concluindo que ‘uma população desarmada é uma população que não consegue ter os seus direitos’. Em 2018, já tinha o costume de publicar suas opiniões nas redes sociais, adquirindo uma repercussão com a discussão de temas como o livre-mercado. Um casal de amigos próximos convocou-a para dirigir o diretório de mulheres do então partido do ex-presidente Jair Bolsonaro — com quem já compartilhava convicções.

Tal experiência foi frutífera, mas teve um fim marcado por desavenças. No diretório, o que unia as pessoas era o desejo de mudança, que era encabeçado por Bolsonaro e, principalmente, pelo ministro da economia Paulo Guedes. Letícia identifica-se como libertária e, embora seja de direita, não se considera parte do espectro conservador. Algumas pessoas a rotulam dessa maneira porque, no Brasil, ‘as visões políticas das pessoas geralmente carecem de aprofundamento e pesquisa’. Hoje, na faculdade de Medicina, destaca-se em atividades de liderança, sendo reconhecida por suas habilidades de dialogar com grupos diversos e buscando compreender perspectivas diferentes das suas.

Atualmente, faz parte de um grupo que organiza transmissões ao vivo quase diárias para discutir notícias, dedicando-se, principalmente, a temas relacionados à América Latina. Seu maior interesse é a economia e a defesa do livre mercado, incluindo a leitura de autores como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Adam Smith. Letícia acredita que as ideias libertárias ganharão espaço no Brasil nos próximos anos, e planeja continuar contribuindo para tal movimento.

Catarina, *‘meus valores não vêm da direita, mas vêm da Bíblia.’*

Catarina tem 20 anos e está cursando Psicologia em uma universidade localizada no litoral do Centro-Sul do Brasil. Apresenta-se como alguém caseira, cujos momentos mais importantes da vida foram vividos na igreja e junto à família. A jovem sempre morou na mesma casa e cresceu com suas duas irmãs mais velhas e seus pais, em uma infância cheia de ‘diversões e desastres’. Na escola, nunca foi muito querida e acabou se afastando da única amiga próxima que teve, ainda durante o Ensino Médio. Catarina ainda guarda muitas memórias das ‘conturbações’ que viveu nesse período, mas atualmente não precisa mais passar por isso.

As primeiras memórias que tem são da época de criança, na igreja que ela e seus pais continuam frequentando. Catarina é cristã evangélica e foram as pessoas da igreja que contribuíram para seu desenvolvimento pessoal. Foi lá que aprendeu a tocar violão e cantar, atividades que ainda são suas paixões e que tiveram início aos 14 anos. Seu interesse por política foi despertado em uma atividade promovida pelo professor de Filosofia no Ensino Médio. A atividade envolvia barbantes que definiam quem perguntava e quem respondia às perguntas. A jovem não conseguiu responder à pergunta se ‘bandido bom é bandido morto’, percebendo que aquela era uma pergunta política. Na época, sentia que sua resposta tendia para o sim, mas decidiu estudar, buscando compreender melhor o significado dos sistemas políticos. Atualmente, sua opinião mudou, pois sua posição antiaborto e pró-vida a levou a considerar que toda vida deve ser preservada. Hoje, identifica-se como alguém de direita, mas ‘seus valores não vêm da direita, mas vem da Bíblia’, a qual também define a importância de falar e pregar para outras pessoas sobre política e religião.

Nas eleições de 2018, envolveu-se em campanhas, apoiando Jair Bolsonaro. No entanto, depois disso, voltou a dedicar-se à igreja, passando pela conversão, momento em que ‘entregou seu projeto de vida a Deus’, colocando tudo sob seu controle. Antes disso, seu estilo de vida não era de uma cristã — a conversão significou ‘tirar uma venda de seus olhos e viver de acordo com os padrões de Deus’. A escolha de cursar Psicologia também fez parte desse ‘chamado’, envolvendo a possibilidade de trabalhar e compreender a mente das pessoas. Além disso, na faculdade, Catarina tem podido estudar o desenvolvimento humano ‘desde o embrião’, ajudando na preparação para ser uma boa mãe, assim como ganhando conhecimentos e argumentos para defender a causa pró-vida.

Em novembro de 2020, após o término de um relacionamento, sentiu-se mais leve e pronta para começar a discutir e expressar suas opiniões nas redes sociais. A jovem já fazia

parte de um grupo antifeminista e levou as discussões de política e religião para seu perfil. Depois de 2020, também passou a adquirir livros sobre o tema do antifeminismo. Seu primeiro livro foi ‘Guia de Bolso contra mentiras feministas’, de Ana Campagnolo. Hoje, tem o hábito de adquirir e ler livros e PDFs, comentando sobre eles em suas redes. Sua prioridade para o futuro é casar-se e ter filhos, mas, como psicóloga, gostaria de trabalhar com gestantes, mães e bebês.

3.1 Principais dimensões das reconstruções e trajetórias de ativismo

As biografias apresentadas acima revelam uma diversidade de formas e significados de participação nas Direitas Radicais, reforçando a ideia de uma heterogeneidade entre os ativistas e suas trajetórias de engajamento. No entanto, algumas semelhanças se destacam, principalmente na forma de autorrepresentação e de identificação com as Direitas Radicais e suas agendas. A seção a seguir apresenta resultados selecionados de acordo com a análise das reconstruções, complementadas por algumas narrativas.

3.1.1 Trajetórias e autorrepresentação

A análise das trajetórias dos jovens entrevistados revela que o histórico social e familiar de participação não determina a participação em movimentos das Direitas Radicais de forma unidirecional, como geralmente se supõe em relação à participação formal (Giugni & Grasso, 2021; Fuks, 2011). Algumas trajetórias, como a de Alexander (18 anos, Alemanha) e Catarina (20 anos, Brasil), demonstram que a família pode ter influência direta na identificação com um espectro político ou até no encontro com um espaço de participação. Porém, há experiências, como a de Aline (20 anos, Brasil) que demonstram que o engajamento pode nascer de uma experiência conjunta ou, como nos casos de Nissin (23 anos, Alemanha), Thomas (22 anos, Alemanha) e Moritz (23 anos, Alemanha), envolver a rejeição ou negação das expressões familiares. Em todas as trajetórias, a família é identificada como um núcleo fundamental no qual são transmitidos valores, que podem ser seguidos ou negados; no entanto, questões de classe não emergiram como definidoras na forma de participação política desses jovens, mas traduziram-se em expectativas diversas em relação à participação política, como desenvolverei a seguir.

De fato, os doze entrevistados variam em relação à classe social. Considera-se, aqui, a existência de uma variedade de interpretações acerca da classe social, mas adere-se a uma classificação relacionada aos tipos de trabalhos desempenhados pelos pais e/ou cuidadores. Assim, entende-se que, apesar de falarmos em uma totalidade de famílias e jovens que dependem de trabalhos assalariados, há uma variedade entre classe baixa, média e alta, com uma prevalência de classes médias. Tal variedade corresponde à revisão da literatura, que confirma que o suporte às Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha está espalhado por distintas classes sociais (Solano, 2018; Schwander & Manow, 2017). Entende-se que a questão de classe pode divergir nos contextos dos dois países, devido às rendas médias e aos níveis de desigualdade. No Brasil, destaca-se que alguns tipos de trabalhos públicos concursados podem fornecer acesso a uma classe alta — por conta da renda média no país — mesmo que ainda tratemos de trabalhadores assalariados (Ribeiro, 2014). Na Alemanha, professores, funcionários públicos e técnicos costumam conformar aquilo que é interpretado como uma classe média. Apesar dessa diferença, ressalto que todos os jovens mencionam a necessidade de ingresso no mercado de trabalho assalariado, mesmo que alguns tragam planos sobre empreender ou prestar concursos públicos.

É notável, contudo, que, mesmo entre os entrevistados de classes medias e altas, há a expressão de experiências de instabilidade, precariedade e injustiça em suas vidas, sejam elas processos constantes de mudança, mudanças familiares ou um pai ausente (que é uma condição generalizada em muitas famílias brasileiras, cf. Costa & Marra, 2020; Fernandes, 2021), bem como experiências de *bullying* na escola, na universidade e em outros contextos de pares. Uma parte dos jovens referiu-se a si mesmo como sendo tímido ou introvertido e apresentou a experiência de fazer parte de um movimento como uma forma de lidar com essas experiências e encontrar pares e pertencimento. Embora as experiências individuais sejam diversas, os escândalos de corrupção e os movimentos pró-*impeachment* contra a Presidente Dilma Rousseff em 2015 e 2016, assim como as eleições de 2018 no Brasil, foram apontados como pontos de virada decisivos nas experiências coletivas de injustiça. Já no caso da Alemanha, a pandemia de covid-19 e a ‘crise dos refugiados’ de 2015 foram elencadas como disparadores centrais do engajamento nos movimentos. Ao relacionar suas vidas às experiências coletivas de injustiça, os jovens legitimam o enquadramento de suas experiências individuais como ‘injustas’.

Percebe-se que a existência de ‘conflitos’ ou ‘crises’ é bastante presente, sendo mais evidente na experiência de Nissin (23 anos, Alemanha), Letícia (32 anos, Brasil) e Igor (23 anos, Brasil), mas fazendo-se presente, de modo indireto, na experiência de outros jovens,

inclusive aqueles que se descrevem enquanto extrovertidos e incluídos. Não há, aqui, a intenção de particularizar a experiência de crise às vidas dos jovens ativistas das Direitas Radicais, mas levantar de a hipótese que momentos como esses — nos quais afetos como medo e insegurança se associam às experiências de deslocamento — podem funcionar como pontos nevrálgicos para o início da interpelação dos discursos das Direitas Radicais. Nesses momentos, algumas ‘teorias’, inclusive conspiratórias, dariam conta das frustrações e iriam se alinhar, posteriormente, a específicas ‘agendas políticas’. Coloco dessa forma, pois as reconstruções das trajetórias evidenciam a ideia de processos de radicalização, nos quais muitos iniciam o engajamento por meio do contato específico com uma ‘agenda’ ou ‘teoria’ que ressoa com suas frustrações e/ou expectativas. A ampliação disso para a identificação com um conjunto de valores e com os movimentos parece ser gradual ou mesmo não acontecer. Destaco aqui que a radicalização não é equiparada a um processo de ameaça iminente ou uma abordagem em relação à segurança.

Gaspar et al. (2020) indicam que a abordagem que equipara o conceito de radical à prática da violência tem causado mais danos e estimulado medidas não democráticas para lidar com a questão. Eles ressaltam que o radicalismo não é um ‘mal político’ e que nem sempre a radicalização conduzirá à ‘violência política’ (p. 14). Os jovens aqui apontados não descreveram nenhuma ação de violência física direta, no entanto, todos compartilharam discursos de exclusão, que definiam que grupos de indivíduos deveriam ter direitos reduzidos, serem perseguidos e até eliminados. O destaque à ideia de processos e trajetórias e a percepção de que os jovens constroem caminhos diversos — muitas vezes tortuosos e quase sempre contraditórios — destaca o fato de que elementos de suas vidas são ressignificados à luz do contato com as agendas e discursos das Direitas Radicais. Nesse sentido, Meiering, Dziri e Foroutan (2020) enfatizam a existência de processos de enquadramentos no interior dos grupos, que assumem um papel fundamental para direcionar experiências subjetivas de injustiça. Esses enquadramentos intensificariam os sentimentos de pertencimento, concretizariam concepções do inimigo, além de moldarem a formulação discursiva acerca de eventos políticos externos. Além disso, seriam dependentes da apresentação de narrativas, as quais os pesquisadores denominam ‘narrativas de ligação’ — enfatizando sua capacidade de fornecer uma ponte entre grupos, reforçando identidades coletivas.

Referindo-se a à articulação entre experiências individuais e coletivas, é possível identificar diferentes sentidos para a política, envolvendo a política como fonte de mobilidade social ascendente (Vinicius), uma forma de integração social (Nissin), um forte vínculo familiar

(Aline e Alexander), a negação de um futuro predeterminado (Carlos), uma prova de ‘nobreza’ (Igor), um ato de rebelião (Simon), uma tentativa de ordenamento do mundo (Nuria), uma validação de seu conhecimento (Moritz), uma (re)elaboração das marcas da divisão alemã na família (Thomas), uma busca por segurança (Letícia) e uma missão religiosa (Catarina).

Quanto à Vinicius (25 anos, Brasil), destaca-se a participação articulada à mobilidade social ascendente, ou seja, um processo concomitante em que o envolvimento na política lhe garante simbolicamente e objetivamente a diferenciação de seu lugar de origem. Diante daqueles que eram os ‘patrões’, ele ganha admiração e apoio por seu novo ‘estilo de vida’ conservador. É o conservadorismo que lhe garante a não repetição da trajetória de seu irmão. Quanto à Thomas (22 anos, Alemanha), é possível observar uma associação entre os posicionamentos políticos familiares e a antiga divisão do país. Como um ‘típico alemão oriental’, ressentido pelo fracasso econômico de sua região, principalmente pelo que ‘sua cidade poderia ser, mas nunca se tornou’. Diante de referências familiares que refletem também a divisão do passado, busca posicionar-se de modo diferenciado, negando o que entende ter dado errado no passado, sem abandonar a sua identidade de alemão oriental.

Já no caso de Nissin (23 anos, Alemanha), destaca-se o desejo de integração social, uma vez que o processo de engajamento é concomitante ao que é apresentado como um processo de desenvolvimento pessoal, no qual o batismo e as transformações em termos de aparência lhe garantem um novo olhar e respeito perante a cultura com a qual ele descreve ter se confrontado. Tanto na trajetória de Aline (20 anos, Brasil) quanto de Alexander (18 anos, Alemanha), a política parece ter uma conexão com vínculos familiares. No tocante à jovem, ela e a mãe adotam a política como uma jornada conjunta, em que ‘aventuras e desventuras’ dão ainda mais propulsão ao engajamento. Alexander reforça que seus posicionamentos refletem uma tradição familiar, com a apresentação de um potencial espaço de participação por meio de um primo. Para ele, escolher esse caminho tem relação com um ‘bom senso’, mas que podemos estender a um ‘senso comum’, no sentido daquilo que é compartilhado e é comum entre os que lhe ‘moldam como homem’.

Em relação à Carlos (19 anos, Brasil), há um destaque à ideia de que, para ele, havia uma trajetória definida desde o início, por sua origem de classe e seu lugar de moradia. Diferentemente de Vinicius (25 anos, Brasil), Carlos retorna e segue vivendo na região periférica após o envolvimento com a política. Seu desejo não parece estar voltado apenas à ascensão, mas à possibilidade de provar sua resiliência e negar um destino predestinado, diferenciando-se desde dentro. Já no caso de Igor (23 anos, Brasil), o encontro com a monarquia

parece refletir o desejo de mostrar-se mais ‘nobre’ do que seus pares, entendendo aqui a nobreza não apenas como a riqueza, mas especialmente como hábitos e práticas que conformam um ‘imaginário’ sobre ser especial. Tomar chá, ser caseiro e não gostar daqueles que caem na ‘gandaia’ colocam-no em uma posição mais ‘nobre’ do que os colegas.

Já para Simon (22 anos, Alemanha), o sentido da participação política que se destaca é a rebelião, a necessidade de contrapor-se ao que poderia ser esperado de um jovem gay. Posicionando-se como alguém que está sempre pronto a desagradar, ele conta sobre a reação a um post do Twitter, afirmando que ‘quando a esquerda te odeia e quando a extrema direita te odeia, então é perfeito’. Para Núria, a intensidade e ‘enxurrada’ de discursos e argumentos parecem fornecer também uma via de elaboração para as experiências que viveu com tanta ‘gente má’. Ao dizer que a sociedade está ficando cada vez mais louca, a jovem parece também indicar que a política pode fornecer um ‘ordenamento’ para tudo isso que é difícil de entender e apreender. Argumentos que são fornecidos por ela como dados e fatos formam um novo caos, mas agora apreensível entre os pares das Direitas Radicais. Já no caso de Moritz (23 anos, Alemanha), o sentido parece mais difuso e difícil de identificar. Por um lado, há a validação do ‘conhecimento’ que buscou estabelecer, com certo custo, diante das dificuldades e de sua identificação com um estudante ‘não excepcional’. Com um certo pessimismo sobre a própria condição juvenil, o jovem é o único que prefere não definir o futuro, já que as coisas parecem demasiadamente imprevisíveis.

Quando tratamos de Letícia, é impossível não destacar o impacto do momento de crise financeira que tira toda a ‘segurança’ que a família entendia ter. É a partir daí que ela enfatiza a necessidade de agir para dar conta e ‘assegurar’ aquilo que o Estado não dá. Ao mudar de carreira e engajar-se em novos movimentos, Letícia parece também tentar reorganizar e voltar a um estado de ‘segurança’. Por fim, no caso de Catarina (20 anos, Brasil) — um dos únicos, mas retratado muitas vezes como uma imagem geral das Direitas Radicais — a participação política parece surgir como uma missão religiosa, relacionada também à história familiar, mas refletindo um ‘chamado’, no qual a definição do feminismo como ‘diabólico’ a convoca a viver e agir como cristã, propagando e difundindo sua fé.

Para além dos elementos particulares, em todas as trajetórias, a participação política também parece traduzir o desejo do encontro com espaços de pertencimento e reconhecimento (Honneth, 2011). Nesse sentido, Nilan (2021) aponta que os estudos sobre os movimentos sociais destacam sempre a sociabilidade e a solidariedade experimentadas no interior dos movimentos como fatores determinantes para o engajamento. Klandermans e Mayer (2005)

também indicam que os ativistas entrevistados em sua pesquisa descrevem que, em seus movimentos, ganharam um respeito que lhes era negado no mundo exterior, descrevendo sentirem-se desmarginalizados ou finalmente reconhecidos.

Além de a maioria dos entrevistados se identificar com o conservadorismo, os jovens também se posicionam como 'libertários', 'nacionalistas', 'paleo-libertários', 'liberais' centrados no livre mercado e na liberdade individual ou mesmo 'monarquistas'. No caso alemão, ainda foi apontada, por um dos jovens, uma diferença entre o que denominou '*Flügel*' e os '*bürgerlich-konservative*'. Enquanto a ala '*Flügel*' pode ser mais inclinada a posições nacionalistas, anti-imigração e identitárias, os '*bürgerlich-konservative*' tenderiam a ser mais moderados e focados em políticas econômicas 'liberais-conservadoras'.

As jovens brasileiras referem ser 'antifeministas' e apontam o feminismo e os movimentos LGBTQI+ como grandes ameaças à família tradicional e à sociedade brasileira. Assim como Aline (20 anos, Brasil) e Catarina (20 anos, Brasil), outras jovens entrevistadas para o estudo se referem às agendas antifeministas ou pró-vida como os principais impulsionadores que as levaram ao ativismo. Embora todos os entrevistados tenham mencionado ser cristãos, com uma maioria de católicos, a religião só foi tema principal trazido nas trajetórias de jovens mulheres brasileiras, identificadas como evangélicas. Isso vai ao encontro das pesquisas que indicam que, no contexto brasileiro, há uma influência neopentecostal nas agendas e na adesão às Direitas Radicais, influenciando centralmente a trajetória de mulheres (Teixeira & Barbosa, 2022).

Quanto às trajetórias, destacam-se algumas particularidades. No caso de Nissin (23 anos, Alemanha) e Moritz (23 anos, Alemanha), destaca-se o ingresso em movimentos relacionados à luta contra as medidas restritivas da pandemia de covid-19 e à vacinação. Chama a atenção que esses dois jovens não descrevem ter um interesse particular pela política nem experiências de participação. Para Nissin, esse movimento foi uma porta de entrada para o envolvimento com uma organização partidária. No caso de Alexander (18 anos, Alemanha) e Simon (22 anos, Alemanha), os dois ingressam diretamente em organizações juvenis partidárias, porém pontuaram que a pandemia foi o período de engajamento. O tema ainda não foi explorado amplamente na literatura — principalmente em relação aos jovens —, mas percebe-se a existência de medidas 'mais severas' de restrição na Alemanha. Diante de políticas de auxílio mais amplas, houve a exigência de isolamento de um grupo muito maior do que no Brasil. Frente a tais medidas, a maioria dos jovens entrevistados no contexto alemão disseram-

se atraídos por grupos que interpretaram tais políticas como um ‘abuso’ do Estado. Simon (22 anos, Alemanha) descreve:

E em 2020, eu me juntei ao [meu grupo] pela primeira vez por causa de todos esses *lockdowns* do corona, que eu achei mais inútil do que qualquer outra coisa, e depois regulamentos como 2G, 3G, que eram ruins para todas as pessoas da minha idade, porque você não podia ir a lugar algum, não podia fazer nada. Mesmo se você fosse vacinado, teria que fazer um teste no final. E, então, eu pensei comigo mesmo, você tem absolutamente que começar a contribuir de alguma forma para combatê-lo, pois de outra forma nada jamais mudaria.

Muitos jovens também apontaram que a pandemia revelou o poder limitado de organização e influência dos jovens nas decisões institucionais, inclusive das próprias universidades que frequentavam. O movimento de estudantes que se posicionou contra as medidas do governo e das universidades teve repercussão nacional, levando as universidades a posicionarem-se (Universidade de Erfurt, 17 de outubro de 2022). No entanto, Moritz (23 anos, Alemanha) expressa dúvidas quanto à repercussão do movimento, dizendo que:

Além disso, **há outros grupos na universidade que rotularam outras pessoas que discordavam dessas regras como conspiradores**, teóricos da conspiração e assim por diante. Mas tivemos que conviver com isso e aceitar o fato de que outras pessoas não gostam do que dizemos. **Mas, sim, como eu disse. Não tivemos um impacto tão grande na opinião das administrações das universidades. Eu nem sei se eles perceberam que nós existimos.**

Nesse sentido, Lewandowsky, Leonhardt e Bättle (2023) afirmam que, no início da pandemia, a AfD estava presente em todos os parlamentos estaduais (*Landtage*), assim como no federal (*Bundestag*), rapidamente se posicionando como a voz do povo e daqueles que sofriam com as medidas restritivas do governo. De maneira estratégica, o partido teria redefinido a crise, deslocando a questão da saúde pública para um abuso ditatorial de poder — resumido também como um ataque à democracia. Tal discurso não esteve ausente na narrativa dos jovens brasileiros, no entanto, a pandemia não foi apresentada como ‘ponto gatilho’ (*turning-point*). A maioria dos entrevistados apontou as eleições de 2018 como esse momento de virada.

Outra particularidade é identificada nas trajetórias de Vinicius (25 anos, Brasil) e de Thomas (22 anos, Alemanha), com a menção a um envolvimento prévio com movimentos localizados no espectro político da ‘esquerda’. Nesse caso, podemos relacionar de maneira mais direta a literatura acerca das biografias de participação formal de jovens, as quais envolvem experimentações com distintos espaços e estilos de participação (Lüküslü & Walther, 2021).

No caso de Vinicius (25 anos, Brasil), observa-se a entrada também em outro movimento das Direitas Radicais, no qual ele descreve encontrar obstáculos e viver desentendimentos. A existência de conflitos — que podem ter relação com os projetos, mas também com as relações grupais — parece gerar a busca por outros lugares de participação. Após a saída, nota-se que tais grupos são reinterpretados e posicionados como não coerentes com as ideias e/ou lutas políticas atuais.

3.1.2 Outros significativos: espaços virtuais e presenciais e a virtude de estudar

O processo de engajamento é geralmente estimulado e apoiado por outras pessoas, que podem ser membros da família, amigos ou líderes famosos de direita, como Olavo de Carvalho, conhecido como ‘o professor’ ou ‘o filósofo’ da ‘Nova Direita’, quem é mencionado também como modelo para lidar com a crítica e o julgamento experimentados ao se tornar um conservador. Alguns dos entrevistados também relataram o que Roy (2022) denominou como ‘tomar a pílula mágica’ (*‘taking the red pill’*). Ela usou esse termo para se referir às narrativas nas quais as mulheres ativistas e líderes da AfD e FPÖ descrevem que a realidade se revelou diante do encontro com o partido. Dessa mesma forma, podemos ver Vinicius (25 anos, Brasil), Alexander (18 anos, Alemanha), Nissin (23 anos, Alemanha) e Igor (23 anos, Brasil) descrevendo momentos de ‘revelação’, em que o encontro com alguma experiência — que, nesse caso, não se concentrou apenas no encontro com o partido e o movimento — forneceu uma releitura da realidade. Pode-se compreender que esses jovens também operam a releitura de experiências anteriores a partir dos novos encontros, mas entende-se que o processo de maior institucionalização dentro de um partido pode levar a uma divisão mais acentuada entre um ‘antes e depois’. Percebe-se que o ‘antes e depois’ só aparece como uma divisão fundamental no discurso de Nissin, quando esse fala sobre o seu batismo e o processo de desenvolvimento pessoal. No restante dos jovens, o processo tem maiores nuances, e apenas ‘Olavo de Carvalho’ e, de maneira mais indireta, ‘Ana Campagnolo’ foram retratados como figuras capazes de ‘desvelar’ a realidade.

Embora outras pessoas significativas tenham sido apontadas como modelos no que diz respeito ao desenvolvimento não só de uma perspectiva política, mas também de valores conservadores, a maioria dos entrevistados aponta as redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram e Tik Tok) como espaços onde encontraram os primeiros grupos e convites para manifestações. O YouTube é referido como uma fonte e um espaço fundamental para construir

os primeiros elementos de uma identificação conservadora. Nos seus comentários sobre o ativismo digital, alguns entrevistados se referiram a números de seguidores e espectadores, já que a maioria combina atividades presenciais com a produção intensiva de conteúdos digitais. Os jovens, diante do uso de múltiplas plataformas, parecem ainda buscar uma ‘coerência expressiva’ (Polivanov, 2019), produzindo uma ‘narrativa de si’ cuja dimensão performática é conectada ao ideal de autenticidade – o qual será discutido mais adiante.

Esta relação entre o espaço digital e a política tem sido extensivamente explorada na literatura acadêmica, como evidenciado por estudos anteriores (Dias, Doula & Cardoso, 2017; Bordignon & Bonamigo, 2017; Machado & Miskolci, 2019). Estes abordam a influência das redes sociais nas trajetórias de engajamento político dos jovens, bem como na formação de suas identidades e discursos³⁴. Contudo, com o objetivo específico desta pesquisa em vista, opto por concentrar a análise no que os jovens descrevem encontrar e apresentar nos espaços digitais. Assim, destaco que os conteúdos digitais relatados fazem alusão a uma literatura ‘distribuída por editoras que’ direcionam ‘suas ofertas para um público interessado em autores intelectualmente ligados ao campo político de direita’ (Silva, 2018, p. 83). Esse elemento chama a atenção, principalmente no contexto brasileiro, no qual todos os entrevistados buscam fazer referência a uma literatura conservadora e libertária, assim como ao hábito da leitura como legitimador da validade de suas posições políticas.

Curcino e Pereira (2022) chamam isso de um ‘fenômeno político de natureza editorial, ou ainda um fenômeno editorial de natureza política’ (p. 197). Os pesquisadores relatam uma expansão e consolidação de um segmento livreiro orientado para um público de leitores identificados ou com potencial de identificação ao gradiente político que vai da direita à extrema-direita. Tal segmento também tem distribuição por meio de eventos nacionais e locais, organizados por Movimentos e Institutos. Aline (20 anos, Brasil) menciona:

A CEPAC ³⁵ é o maior evento conservador do mundo, não começou no Brasil, começou nos EUA, né? Faz anos isso daí, só que no Brasil, primeira edição foi em São Paulo, em 2019. Aí veio a pandemia, não

³⁴ Polivanov (2019) argumenta que as identidades contemporâneas são caracterizadas por dimensões de performance, autorreflexividade, fluidez e dinamismo, diretamente vinculadas às dinâmicas operadas nas redes sociais. No entanto, ela salienta que a atuação por meio de algoritmos, responsáveis por selecionar e direcionar conteúdos, tem delineado e modelado os ‘perfis’ de ativistas. Destaco aqui que a presente pesquisa buscou transcender os ‘perfis digitais’, evidenciando que o caráter homogeneizante não se reproduz nas trajetórias e autorrepresentações dos jovens entrevistados. Esse achado não contradiz a ênfase dada às redes sociais na ampliação das Direitas Radicais, mas desloca o foco para suas interpelações discursivas, ligadas à construção dos ‘sistemas de representação’ que serão abordados no próximo capítulo.

³⁵ Sander e Jenkins (2023) destacam que as Conferências da Coalisão da Ação Política Conservadora (CPAC) são plataformas fundamentais na difusão do antifeminismo transnacional. Nesse sentido, não surpreende que Aline,

pôde e, em 2021, foi lá em Brasília. Em Brasília, foi 2 dias de eventos, com vários palestrantes, são 12 horas de palestras. É cansativo pra caramba. Teve de novo esse ano em Campinas, e eu fui também. Dessa vez, com a minha mãe em Campinas. Mas em Brasília eu também fui sozinha, uns amigos meus me buscaram no aeroporto.

No caso alemão, não houve uma referência tão clara a um corpo de literatura ‘referencial’, e apenas Thomas (22 anos, Alemanha) deu enfoque ao estudo específico de literatura do campo político. Os demais apresentaram-se enquanto estudantes e profissionais dedicados, dando mais força e valor à participação em conselhos e órgãos municipais ou estaduais representativos de seus partidos. Nesse sentido, observa-se que a militância de direita radical alemã está vinculada mais diretamente aos partidos políticos, enquanto a brasileira tem encontrado ressonância maior em movimentos e grupos. Isso pode ser associado às diferenças de regimes políticos, mas também parece influenciar o que se entende como ‘atividades fundamentais’ de um ativista.

No caso brasileiro, a maioria dos jovens escolheu cursar Direito. Carlos (19 anos, Brasil), Nuria (19 anos, Brasil) e Catarina (20 anos, Brasil) relacionam a escolha de suas carreiras diretamente à sua atividade política. No caso alemão, a carreira profissional e a atividade política parecem acontecer paralelamente. Uma hipótese é a própria estrutura alemã de educação, em que os diferentes tipos de carreira são definidos e selecionados precocemente e têm uma menor relação com ‘trajetórias individuais’, principalmente em classes médias e baixas. Os três percursos de educação produzem uma segregação e uma ‘imobilidade’³⁶ que poderiam explicar a impossibilidade de decisões baseadas em trajetórias individuais. No caso

como ativista centrada nessa pauta, tenha frequentado os Congressos. Eles são plataformas para políticos e *influencers* do país e internacionais, reunindo ativistas que selecionam suas palestras. Hoje, a conferência no Brasil já é a segunda maior do mundo. Hoeveler (2020) aponta que a articulação do evento foi feita por Eduardo Bolsonaro, que hoje conduz o Instituto Liberal Conservador. Ela explica que: ‘seu principal organizador é o lobista conservador estadunidense Matt Schlapp, presidente da American Conservative Union (ACU). Ligado aos irmãos Koch, é um militante político profissional, tendo trabalhado para algumas campanhas presidenciais como a de George Bush Jr., pelo que foi agraciado com um cargo na Casa Branca. Sua esposa é a principal assessora comunicacional do presidente Donald Trump, que esteve ele mesmo em um evento da CPAC nos Estados Unidos ainda em 2019. Tendo aparentemente crescido em tamanho e influência, a CPAC está adotando a estratégia de internacionalização de seu discurso nacionalista e obscurantista: além do Brasil, em 2019 a CPAC ocorre também na Austrália, Coreia do Sul, Japão e Irlanda’ (p. 83).

³⁶ Fernandez-Kelly (2012, p. 93) afirma que o sistema educacional alemão, apesar de público, continua sendo profundamente ‘desigual’, ‘hierárquico’ e ‘exclusivo’. Salden e Hartlein (2020, p. 117) dizem que, ‘para entender o sistema educacional alemão (que na verdade consiste em vários sistemas devido a diferentes regulamentos entre os 16 estados federais), é necessário voltar às suas origens e seu desenvolvimento histórico, bem como aos contextos sociopolíticos que explicam as características atuais. Isso inclui, por exemplo, a segregação precoce após o quarto ano em diferentes escolas no sistema escolar de três vias, que tem suas raízes na sociedade de três classes do século XIX. (...) Estudos comparativos internacionais sobre o desempenho escolar (por exemplo, PISA) indicaram que estudantes de famílias pobres e/ou famílias com experiências migratórias eram consideravelmente prejudicados pelo sistema educacional.’

brasileiro, é importante considerar que a ampliação maciça do acesso ao Ensino Superior se deu também por meio da multiplicação das entidades privadas³⁷.

Chama a atenção que, no recorte dos entrevistados brasileiros, todos acessaram o Ensino Superior por meio das faculdades particulares. Notoriamente, nenhum dos entrevistados mencionou ter sido contemplado ou ter acessado políticas públicas de acesso ao Ensino Superior, tais como o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Todos os entrevistados brasileiros referiram-se ao processo de 'estudar' como parte fundamental de seu ativismo, destacando seus papéis como estudantes ativos que baseiam as suas opiniões e análises políticas principalmente em estudos e leituras. A participação em grupos antifeministas, por exemplo, levou Aline (20 anos, Brasil) a começar a ler livros.

Eu e minha mãe nunca fomos acostumadas a ler, sabe? Sempre odiei ler; sempre me deu sono. Eu ainda não gosto de ler, mas me obrigo, sabe? Cheguei a dizer: 'não, tenho que me forçar'. Porque eu sei que os livros têm um conteúdo que o vídeo não tem. Desde então, me obrigo a ler livros e outras coisas, né? Outro mundo que não os vídeos (...). E desde então eu me interessei, fiz o curso também da Brasil *For Life*, aprendi bastante, comprei. **Eu já tinha comprado o livro, foi mais com o livro 'Precisamos falar sobre aborto'. Foi mais com esse livro que eu me interessei bastante. Eu comprei 5 livros pra ler, e ele foi um deles, e eu comecei a ler ele e adorei. E ele tem vários argumentos, várias coisas, que eu uso, que eu estudo e tudo mais. Pra usar contra a pauta pró-escolha, ou pauta abortiva.** E hoje em dia eu debato, hoje em dia eu faço conteúdo.

Ela menciona isso quase como uma obrigação, mas ressalta que é nesses livros que encontra os argumentos que usa nos debates e nas redes sociais. Esse mesmo argumento é trazido por Vinicius (25 anos, Brasil).

Através de informação, através de leitura, através de muito, de muito estudo. Mas, geralmente é mais informação. Eu me acompanho, acompanho alguns grupos, tal, da cidade, como grupos específicos no WhatsApp. Como também eu publico na minha, na minha... Meu perfil no Facebook, sabe? Eu publico alguma coisa, alguma informação, algum texto, alguma análise minha. E é assim que eu faço, sabe? É assim que eu faço esse meu trabalho, entendeu?

A maioria dos entrevistados brasileiros apontaram o processo de estudo e pesquisa como uma 'tarefa' fundamental. Nuria (19 anos, Brasil) aponta a leitura como um processo de desenvolvimento de sua capacidade de interpretação do mundo.

³⁷ Sguissardi (2015) questiona se o processo de expansão do Ensino Superior Privado pode ser entendido como equivalente a um processo de democratização. Ele aponta que tal processo se intensifica no governo de Luiz Inácio Lula, no início do século XXI, mas que mantém uma segregação, por conta dos serviços e da qualidade de educação oferecida por espaços orientados por uma lógica mercantil. Apesar disso, é importante a reflexão de que, nesses anos, para além do ProUni, também a Reforma Universitária também envolveu a expansão das universidades federais, assim como a criação das cotas e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Assim, apesar dos questionamentos sobre a massificação e uma suposta 'exclusão dos incluídos', há uma mudança na estrutura de acesso ao Ensino Superior no Brasil que se expande para outras classes sociais.

A minha principal base, para falar a verdade, minha base, né? Porque o meu alicerce é Jesus Cristo, **mas a minha principal base é eles, a minha família e sempre me incentivaram a leitura. Sempre, quando eu lia um livro, eles falavam o seguinte, ‘ó, você pode redigir uma história a partir do que você leu’. Eu falei, ‘não, vou fazer!’.** E cada vez mais isso melhorou cada vez mais a minha interpretação de texto, principalmente de captar as histórias, de entender mais sobre aquele mundo da ficção, né? (...) Mas depois, como o Mortimer Adler fala, que é um cara que ensinou a como ler livros, se você está numa fase inicial, tipo uma fase que você só sabe ler aqueles determinados livros, você não deve continuar naquilo. Você deve subir cada vez mais para você aumentar o seu nível de leitura.

Thomas (22 anos, Alemanha) é o único ativista das Direitas Radicais alemãs que destaca seu interesse particular pela leitura, pontuando essa como uma característica que o acompanha desde a infância. Ele é o único que se refere à leitura de jornais impressos.

No entanto, eu, naquela época, já estava envolvido com política. E, sim, você é obrigado a se deparar com isso, ler jornais. Eu sei que hoje em dia as pessoas fazem tudo de uma vez, mas eu sou um grande fã de jornais impressos. Eu ainda recebo semanalmente umas 234 edições de jornais, inclusive o *Neue Zürcher Zeitung* e outros. Também leio um jornal regional, o *Mitteldeutsche Zeitung*, abreviado como MZ, que traz notícias locais.

Enquanto, no contexto alemão, os jovens relacionam os caminhos do ativismo à participação em comitês locais, além do aumento de sua ‘representatividade’ no interior de suas organizações e partidos, os ativistas brasileiros apontam a educação e a militância de base como meios para ampliar seus grupos políticos e sua própria capacidade de ação. Alguns entrevistados brasileiros afirmaram que a militância de base era associada aos movimentos de esquerda e que uma das principais transformações dos novos movimentos da direita foi identificar a necessidade de se organizar e ir para as periferias, educando e mobilizando as pessoas. As atividades de base também estão ligadas a ações humanitárias, como doações e trabalho voluntário.

A maioria dos entrevistados brasileiros referiu-se ao ativismo como uma atividade não remunerada e como um passo para uma futura carreira como representante ou assistente parlamentar, professor ou conselheiro. Já os jovens do contexto alemão falavam na política e na carreira profissional como atividades paralelas; alguns já tinham desejos específicos no interior de seus grupos políticos, tais como alcançar uma posição nos conselhos regionais ou estaduais. Simon (22 anos, Alemanha) foi o único que falou no desejo direto de lançar-se como candidato. De modo geral, quando mencionado o caminho profissional, os entrevistados da Alemanha não parecem estar se referindo à carreira política, dando ênfase aos seus cursos técnicos ou universitários em áreas diversas. Uma exceção foi Nissin (23 anos, Alemanha), que mencionou o convite para ‘experimentar’, no próximo ano, a vida no interior da política. Não

está claro se isso foi uma oferta de trabalho, mas o jovem diz que sua busca atual é consolidar-se como um profissional de sucesso na carreira de engenheiro.

Destaco que, no início das entrevistas, alguns jovens apresentaram a sua trajetória de forma organizada e ‘preparada’, enfatizando as suas distinções. Por meio desse empenho, vários deles mostraram o desejo de se diferenciar dos ‘jovens normais’. No entanto, naqueles oriundos de áreas periféricas no Brasil, tal diferenciação também esteve conectada à sua motivação e resiliência, que garantiram a possibilidade de romper com um destino trágico — relacionado ao uso de drogas e envolvimento no crime. Carlos (19 anos, Brasil) dirá:

Se você olhar a minha trajetória, eu poderia ter sido algum criminoso, né? Por tudo que eu passei lá, as pessoas passaram a mesma coisa, tomaram outros caminhos. Eu posso dizer que sou o mais bem sucedido de todos, sabe? **Tanto que a escola até me fez um quadro, né? A escola onde eu estudei disse ‘o cara fez a faculdade, ele está seguindo o caminho dele’.** (...) Então, era um problema muito grande e conseguimos terminar o Ensino Médio. Que é uma luta isso!! **Pra falar a verdade o que eu falo ali é com orgulho, porque é uma luta mesmo. Terminar seu Ensino Médio sem usar nenhum tipo de droga, porque na minha idade se eu usasse esse tipo de droga, como eu percebi com vários amigos meus, realmente ia degradingolar, né?** Degringolar para um caminho muito ruim e não ia ser, ter visão de mundo, né?

Essa ‘luta’ se manifesta como marca diferencial quando tratamos dos jovens que se apresentam como moradores das periferias. Suas experiências com a política entrelaçam-se com as expectativas de rompimento de um futuro predestinado, envolvendo também o desejo de ascensão social. Tanto Carlos (19 anos, Brasil) quanto Vinicius (25 anos, Brasil) mencionam que suas escolhas e convicções políticas lhes garantiram um lugar diferenciado em relação a outros jovens, ou, no caso do segundo, em relação aos próprios irmãos. No caso de tais jovens, apresentar-se como responsável e engajado em estudos não parece ser apenas importante para ser reconhecido como ‘politizado’, mas também como forma de distinção em seus espaços de convivência originais. Além disso, esses são os dois jovens que definiram que membros de sua família seriam conservadores, não por uma posição política, mas pelos ‘ensinamentos’ que foram transmitidos. Vinicius (25 anos, Brasil) comenta sobre sua mãe:

Ah, sim, num tem jeito. Minha mãe! **Minha mãe sempre me aconselhava a seguir uma vida honesta, sabe? Uma vida legal, uma vida estruturada, sempre me incentivou a estudar, sempre me incentivou a não fazer mal ao próximo, a respeitar o próximo, a respeitar os mais velhos, a amar a Deus sobre todas as coisas.** Enfim, foi nessa parte assim que vejo a minha mãe como uma pessoa conservadora. Por me informar sobre essas questões das drogas, sabe? Que a droga pode acabar com a minha vida. Então, foi assim que eu fui me identificando como conservador. **E vejo minha mãe como uma pessoa mais conservadora, das mais conservadoras que eu já conheci.**

Já Carlos (19 anos, Brasil) menciona que seu avô:

(...) **era conservador por natureza**, assim, ele tinha uma vida conservadora, sim. **Existe muito esses casos no Brasil, a pessoa é conservadora, mas não sabe o que é.** Não sabe ainda, não se identifica como uma conservadora. Mas você vê o estilo de vida da pessoa, o que ela pensa sobre o Estado, sobre liberdade, e é conservadorismo, entendeu? Meu vô, ele era assim, mas só que tipo ele não ligava pra política, entendeu?

Tais narrativas são coerentes com as afirmações que são feitas pelos dois jovens em relação ao que seria o conservadorismo; Carlos define-o como uma ‘filosofia de vida’, e Vinicius como um ‘estilo de vida’³⁸. Parece interessante, contudo, refletir que tal narrativa tem sido fomentada pelas Direitas Radicais quando expressam que o modo de viver das pessoas ‘comuns’ tem sido atacado nos últimos anos. Há um discurso sobre a possibilidade de ‘descobrir-se’ conservador, observando não os projetos políticos, mas aspectos da vida cotidiana e dos ‘valores morais’. Essa interpelação parece fornecer uma posição subjetiva importante para tais jovens — os quais tiveram que, de fato, ter resiliência para garantir um futuro frente a uma experiência cotidiana de violência e de morte nas periferias do Brasil³⁹. No entanto, também parece ressoar em outros jovens que associam o conservadorismo com uma maneira de se posicionar enquanto jovem no mundo. Igor (23 anos, Brasil) dirá:

³⁸ Em relação à participação juvenil, a ideia de um ‘estilo de vida’ tem conexão com a existência de ‘movimentos culturais’. Apesar de os jovens remeterem tais ‘caminhos’ e ‘comportamentos’ ao conservadorismo, destaco que o *rap*, como movimento cultural das periferias que emerge nos anos 1990, tem uma relação muito próxima com o que é identificado como uma ‘receita de sobrevivência nas periferias’ e com a ‘construção de mecanismos de enfrentamento das adversidades’. Silva e Soares (2004) discutiram que, nas letras das canções, que também conformavam as regras de convívio nos espaços do *rap*, eram denunciados os problemas, assim como fornecidos caminhos de superação. Os pesquisadores apontam que havia uma responsabilização do sujeito, o qual, por meio de um esforço pessoal, não deveria se envolver com o tráfico e o consumo de drogas, consideradas perigosas e destrutivas. Além disso, ‘o fortalecimento de laços familiares e de amizade’, assim como ‘a educação’ são também vistos como saídas’ (p. 975). Considerando que tais valores ganharam um lugar fundamental na rede significante da vida periférica, podemos supor que a interpelação do conservadorismo enquanto um ‘estilo de vida’ que se conecta a esses ‘ensinamentos’ que vêm ‘de família’ tem uma eficácia discursiva ainda maior.

³⁹ No mesmo período de 11 anos (de 2009 a 2019) em que a taxa de mortalidade infantil foi significativamente reduzida — passando de 22,14 para 12,4 mortes por 1000 nascidos vivos (Fundação Abrinq, 2021) — 333.330 jovens entre 15 e 29 anos foram assassinados (Cerqueira et al. 2021). Os dados evidenciam uma contradição essencial: o mesmo Estado que busca garantir condições sanitárias e assistenciais para evitar a morte de crianças enfrenta importantes dificuldades para manter seus jovens vivos. O Atlas da Violência de 2019 revela que jovens homens, solteiros, de raça negra, com até sete anos de educação e que estão nas ruas nos meses mais quentes do ano, entre 18:00 e 22:00 horas, são os mais propensos a sofrer uma morte violenta intencional no Brasil (Cerqueira et al, 2019). Carvalho (2006) e Rodrigues (2012) apontam que a entrada da ideologia de guerra contra o narcotráfico e o crime na América Latina funcionou como justificção para um estado de exceção permanente, ou seja, para a consolidação do exercício contínuo de violência ilegal, principalmente por parte da Polícia Militar. A literatura que aborda o trauma político e psicossocial gerado por regimes ditatoriais tem enfatizado que as violações sistemáticas dos direitos humanos continuam sendo praticadas em contextos democráticos (Lira, 1993; Pinheiro, 1997). Criada durante o período da ditadura militar no Brasil, a Polícia Militar, como força ostensiva do Estado, tem sido tanto causadora quanto vítima dos efeitos dessa violência permanente. No Brasil, observa-se um número alarmante de assassinatos de jovens e policiais (IPEA & FBSP, 2021). De forma dialética, é possível apontar que a violência policial tem sua origem em sua estrutura institucional (Cerqueira, 1996), porém contribui para o desgaste e rompimento do tecido social, do qual os próprios policiais fazem parte.

Eu acho que, por eu ser um cara, em geral, mais conservador, eu mantenho essa coisa de não ser muito festeiro, não gostar de drogas, é... Eu até tinha um hábito de tomar álcool antigamente, mas já larguei. É. De vez em quando eu ia, eu ia no bar nas sextas-feiras, tomar uns drinques e ficar lendo. Mas, hoje, até já cansei disso. Não gosto de tatuagens, não gosto de promiscuidade. Nunca usei drogas ilícitas. Acho que é isso.

Outros jovens também descreveram o conservadorismo por meio de hábitos e práticas, muitas vezes indicando se oporem ao que ‘se esperaria’ da condição juvenil. Ao observar esse elemento nas trajetórias, coloca-se em questão a interpelação do conservadorismo enquanto posição subjetiva para os jovens que se ‘sentem fora’ da normatividade existente acerca da juventude como transgressão. Nesse sentido, retomo Nilan (2021), quando afirma que os movimentos, para além do conservadorismo, têm, como oferta principal para os jovens, um horizonte de ação radical. Nesse sentido, a transgressão que não se pratica em termos dos hábitos considerados ‘inferiores’ dá-se na posição em um contramovimento.

3.1.3 Estar em um contramovimento: a demanda de autenticidade e autorresponsabilidade

Todos os jovens entrevistados preocuparam-se em apresentar a sua vontade de serem atores de mudança, apontando o ativismo como uma responsabilidade. Por um lado, os ativistas apresentam-se como indivíduos responsáveis, corajosos e/ou engajados, muitas vezes figurando a imagem de um ‘*self-made man/woman*’⁴⁰. Isso pode ser entendido como um reflexo da aderência a uma ordem de reconhecimento que estabelece condições de preparação e educação para a participação formal, a qual se transforma no século XXI. Diante da influência de uma normatividade neoliberal nas formas de organização e de participação política, constitui-se uma interpelação para que os jovens sejam responsáveis e empreendedores de si. Bueno (2021) analisa as mudanças da ordem social, as quais envolvem uma exigência cada vez mais forte de autorresponsabilidade e autorrealização autêntica dos sujeitos. Assim, haveria uma crescente:

demanda de ‘ser você mesmo’ ou, como sugerido por um popular livro de autoajuda, o seu Melhor Eu: Seja Você, Apenas Melhor - em um contexto de declínio do suporte social e aumento da desigualdade, competição e precariedade (Boltanski e Chiapello 2017 [1998]; Sennett 1998; Honneth 2004 [2002]). (...)

⁴⁰ A figura do ‘*self-made man/woman*’ foi elaborada como um ‘perfil ideal de participação’ caracterizado pela ‘orientação para a carreira, busca de autoeficácia ou atribuição de responsabilidade por si mesmo e pelos outros em suas identidades’ (Lüküslü & Walther, 2021) no contexto da pesquisa PARTISPACE que comparou estilos e práticas de participação na Europa.

Em vez de ser guiado (e limitado) por padrões universais e amplamente fixos de racionalidade, esse novo sujeito seria impulsionado pela possibilidade (e demanda) de sustentar continuamente uma vida singular e autêntica: uma vida que é descoberta e criada pelo próprio indivíduo, emocionalmente comunicativa e flexivelmente adaptada às condições de mercado em constante mudança (p. 48).

Somada à noção de responsabilidade, a qual é representada pelo posicionamento esforçado, estudioso e engajado, há também a ideia de uma autenticidade no envolvimento com as Direitas Radicais. A ideia de envolvimento em um ‘contramovimento’ é um elemento comum identificado nas entrevistas. A maioria dos jovens entrevistados apresenta-se como aqueles que vão ‘contra a corrente’, o que se reflete na sua insatisfação com o Estado e na oposição ao que referem como uma ‘cultura hegemônica de esquerda’ (no caso alemão, isso também inclui ‘os verdes’⁴¹). Mesmo no período da presidência de Jair Bolsonaro, os entrevistados brasileiros atacaram o Estado, criticando os déficits em prover as pessoas com as condições mínimas de dignidade. Em várias narrativas, o Estado é apresentado como um inimigo que abusa de seu poder e limita a liberdade individual, outras vezes é classificado como um estado ‘comunista ou socialista’.

Stefanoni (2022) é ousado, em sua obra *A rebeldia tornou-se de direita?*, discutindo que, ao avançar e se aprofundar em um discurso acerca do politicamente correto, a esquerda abriu portas para que o temperamento ‘antisistêmico’ fosse adotado pelos movimentos conservadores emergentes. No meio das Direitas Radicais, aceitou-se renunciar aos pressupostos da direita tradicional para lançar mão de um Tradicionalismo que se posicionou como ‘contramovimento’.

Em termos das trajetórias dos jovens, percebe-se que, por um lado, identificar-se como parte de um contramovimento ou reforçar a ideia de ir contra o fluxo atende a uma demanda por ser original e autêntico. Mas, para além disso, estabelecer o que está de fora — a diferença — também torna mais acessível o compartilhamento de sentimentos comuns de injustiça e a formação da identidade coletiva. Nesse sentido, há uma constante diferenciação com outros grupos políticos que são, na maioria dos casos, tratados como inimigos que possuem uma hegemonia. Carlos (19 anos, Brasil) afirma:

Mesmo sendo uma faculdade particular, não adianta, **a esquerda domina tudo**, então às vezes você vai ver muito cara que tipo num entende do que tá falando, mas tá reproduzindo o que aprendeu na faculdade. Nunca raciocinou sobre o que disse, sobre o que disseram, tudo mais, mas segue a boiada, né? É... alunos

⁴¹ Klandermands e Mayer (2005) também encontraram o anticomunismo como parte essencial da identidade coletiva dos grupos da extrema-direita, entendendo que, no caso de alguns países, como a Alemanha, os ‘verdes’ passaram a servir como um inimigo substitutivo ou complementar.

eu encontro até que bastante, mas só que têm medo de falar a sua opinião porque tem que ser uma pessoa de muita personalidade falar contra o que tá a corrente, **porque o pessoal de esquerda na faculdade eles são muito barulhentos e eles são muito sujos, né? Tem que ser muito homem de verdade! Tem que ser muita mulher de verdade pra você ir contra o consenso, né?**

Aí, vemos o encontro entre a ideia de autenticidade, quando o jovem diz ter ‘muita personalidade para falar contra o que tá a corrente/consenso’, e o estabelecimento de características negativas e depreciativas para os grupos que são entendidos como ‘opponentes’. A ideia de estar sendo injustamente enquadrado é presente em todas as entrevistas, com os jovens posicionando que adjetivos como ‘extremista’, ‘radical’, ‘nazista’ ou ‘fascista’ não traduzem sua própria identificação e posicionamento. Para eles, os ataques são elementos que reforçam sua posição como contra-hegemônica. Simon (22 anos, Alemanha) dirá que:

E sempre agimos como se nosso governo e nossa mídia sempre agem, como se estivéssemos indo bem, o que simplesmente não é verdade. E temos de fazer algo a respeito, e nem sempre somos apenas nós que balançamos o bastão. **Mas somos ditos nazistas toda vez que dizemos algo de diferente da opinião pública. Isso sempre funciona muito bem aqui até que você seja contra. Você é contra a pavimentação de todo o país com turbinas eólicas? É nazista? É contra o acolhimento de um número descontrolado de pessoas e de nós? Não consigo pensar na palavra que usaria sem ser ‘checado’ e verificado. Você é nazista? Você é a favor da deportação de pessoas que não têm permissão para ficar aqui de acordo com a lei alemã? Então, você é um nazista. Essa é a maneira PADRÃO de insultar e menosprezar as pessoas que têm uma opinião diferente.**

Percebe-se que o que é elencado por Simon como fonte de conflito e insulto é a opinião divergente, e não aquilo que é apresentado. Para afastar-se dessas identificações, muitos pontuam a existência de posicionamentos muito mais ‘radicais’ no interior dos movimentos; destacando também a diferenciação de seu grupo com o que tratamos aqui como uma extrema direita (*extreme-right*). Por fim, é também comum enfatizarem a esquerda (entendida como um grupo coeso e único) como os verdadeiros ‘radicais’, os quais ‘policiam’ o discurso e impõem a sua agenda, que não reflete a vontade dos homens ‘comuns’ ou ‘normais’.

3.2 Traduzindo as dinâmicas como forma de ‘participação liminar’

A análise revela uma combinação dinâmica de aplicação de práticas e posições reconhecidas de participação política democrática, como a organização de manifestações, atividades de base, estudos e envolvimento com conselhos e comitês oficiais, enquanto os conteúdos e reivindicações transgridem os limites do que é amplamente entendido como democrático, ou seja, promovem a exclusão por meio do questionamento da igualdade de oportunidades, dos direitos humanos e do Estado de Direito. Essas práticas se movem entre

posições de sujeito e diferem de acordo com os caminhos e níveis de engajamento. Os ataques ao politicamente correto — referidos como um tédio da esquerda e uma falta de liberdade de expressão — contradizem o crescente poder da direita radical nos países, mas permitem que os jovens ocupem novos espaços e lutem para expandir os limites do que pode ser compartilhado na esfera pública.

Essas constelações foram exploradas em termos de integração ou ‘normalização’ (*mainstreaming e normalization*) dos discursos de extrema direita (Vieten & Poyinting, 2022). Embora Nilan (2021) e Sousa et al. (2022) interpretem a posição da direita como vítima e minoria marginalizada que luta pela liberdade e pelo pluralismo como uma estratégia, e não como uma condição, as análises das biografias e narrativas também revelam constelações de participação liminar. Nos dados, encontramos evidências de que os jovens envolvidos em movimentos radicais de direita estão cientes de que suas reivindicações podem ser vistas como não democráticas e negociam esses limites por meio de formas de participação reconhecidas e democráticas.

No caso brasileiro, a tensão torna-se mais óbvia no conflito entre a relevância atribuída ao estudo como forma de ativismo e participação e a propensão a transgredir os limites do que é amplamente considerado um consenso do diálogo democrático, ou seja, aceitar o discurso de ódio e de exclusão como parte da participação política. A *liminaridade* dessas posições pode ser vista na aparente contradição de que, por um lado, os ativistas seguem as normas da participação formal e, por outro lado, também negligenciam essas regras e seus princípios subjacentes. No entanto, entende-se que essa não é a única contradição e que os percursos e trajetórias também são marcados por tensões e conflitos. Sousa et al. (2022) afirmam que ‘outra forma de dar unidade a essa militância é olhar para o seu exterior antagônico, para a instância que a antagoniza e paradoxalmente a constitui’ (p. 13). Nesse sentido, observa-se que a constituição de um exterior antagônico tem uma importância fundamental na afirmação de identidades coletivas e no compartilhamento da ideia de ‘ir contra o fluxo’. As experiências individuais de injustiça e os discursos coletivos de antagonismo — a partir dos quais os ativistas e o movimento coletivo adquirem uma identidade — parecem ser peças-chaves para entender essa constelação (Mouffe, 2013).

As identidades coletivas só podem ser mantidas por meio da referência constante aos sentimentos compartilhados de injustiça que os ativistas utilizam para legitimar sua transposição de limites (Pitti et al., 2021). A *liminaridade* refere-se à relação entre oportunidades e limitações do reconhecimento público e institucional. Ao mesmo tempo, ela

também parece estar relacionada a um projeto de expansão no qual a mudança e a ocupação de posições ‘intermediárias’ permitem que os ativistas formulem metas que proporcionam identidade, coerência e agência coletivas. A interpretação da participação dos jovens em movimentos radicais de direita como liminar enfatiza, portanto, a dinâmica do movimento, em vez da estabilidade e de uma posição fixa. Ela ressalta o potencial conflituoso e não harmônico da participação (cf. Schwanenflügel & Walther, 2022).

Nessa perspectiva, como em outros casos de participação liminar, a participação é menos um *status* associado à conformidade com as normas existentes, mas uma prática que integra diferentes constelações de interesse e identidade. Pitti et al. (2021) aplicam o conceito de *liminaridade* a espaços entre posições reconhecidas de sujeito político: como categoria heurística, a participação liminar refere-se, conseqüentemente, a práticas em esferas públicas por meio das quais os indivíduos expressam reivindicações de pertencimento e participação, mesmo que não sejam reconhecidos como tal por outros. Butler (2015) tem sugerido que a noção de esfera pública seja estendida para além dos espaços públicos institucionalizados para abranger quaisquer ‘espaços de aparência’.

De fato, analisar a esfera pública em termos de espaços de aparência ajuda a trazer à tona reivindicações de pertencimento e participação que não atendem aos critérios da ordem dominante de reconhecimento. O conceito de *liminaridade*, desenvolvido por van Gennep (1909/1960) em sua sistematização das transições do curso de vida, denota uma fase que separa um *status* antigo de um novo, caracterizado por uma situação ‘intermediária’ que carece de um status social reconhecido (cf. Turner, 1969). Entretanto, a *liminaridade* não é simplesmente temporal — como sugere um modo de fase —, mas inclui os espaços em que ocorrem os movimentos entre as posições do sujeito. As transições formalmente institucionalizadas, em particular, envolvem espaços de transição especializados que buscam preparar os indivíduos para uma nova posição, como escolas, esquemas pré-profissionais, centros de aconselhamento, casas de repouso ou ambientes formais de participação de jovens, como conselhos de jovens.

Andersson (2015) propõe que a socialização política seja conceituada como um processo situado que surge quando os indivíduos se movem pelos espaços públicos e tentam transformar esses espaços em lugares significativos, onde o político assume significados diferentes, não apenas para cada indivíduo, mas também em contradição com o que é institucionalmente reconhecido (cf. Skelton, 2015; Kallio, 2018). Portanto, as práticas que evoluem em espaços liminares devem ser consideradas como uma constelação estrutural de

estar ‘entre’ (Pitti et al., 2021) e não devem ser confundidas com movimentos individuais de ‘não participar’ para participar da maneira ‘certa’.

Aplicada à participação políticos jovens, a *liminaridade* refere-se a uma condição de ‘intermediação’ que difere da ‘marginalidade’, que ‘descreve a relação entre um determinado centro e a periferia’, enquanto ‘a *liminaridade* desloca a atenção para os movimentos entre dois (ou mais) pontos de referência claramente definidos’ (Pitti et al., 2021, p. 7). Isso implica ver a participação como um conceito que não descreve apenas as constelações de negociação e diálogo político harmonioso, mas também as de conflito social. Dessa forma, interpreta-se o conflito como elemento integrador da participação política juvenil, e não como uma exceção de participação democrática. Como um conceito heurístico, a participação liminar enfatiza como as práticas de participação podem oscilar entre posições de sujeito reconhecidas e não reconhecidas, por meio das quais os limites entre participação e não participação ficam embaçados.

Baseado nas reconstruções, interpreta-se o ativismo dos jovens nas Direitas Radicais como uma forma de ‘participação liminar’, ao invés de não democrática ou desviante. Um argumento a esse respeito é a forma como os jovens ativistas se apresentam como vítimas de injustiça, o que eles usam para legitimar a transgressão dos limites da ordem democrática. Isso também pode ser visto em sua tentativa de equilibrar o cumprimento das normas e regras da participação formal em seu posicionamento, ao mesmo tempo em que transgridem e violam as proteções constitucionais. A reconstrução das trajetórias sugere processos complexos de relacionamento entre as diversas experiências individuais de conflito com discursos coletivos oferecidos como possibilidades de reconhecimento por meio do ativismo, bem como da transformação das práticas cotidianas. Embora os dados mostrem uma legitimação do discurso de ódio e exclusão na expansão dos discursos da direita radical na esfera pública, a perspectiva biográfica revela uma diversidade de constelações de conflito e identificação com uma posição antagonica em um contramovimento.

Interpretar essas constelações como casos de participação liminar, em primeiro lugar, dá visibilidade a práticas emergentes nas quais os jovens são ativos nas esferas públicas, embora suas práticas não sejam reconhecidas sempre como ‘participação’. Isso reflete uma normatividade que não apenas nega a legitimidade de todas as suas reivindicações, mas também questiona que possa haver experiências de injustiça. Em segundo lugar, a aplicação desse conceito à participação dos jovens nas Direitas Radicais enfatiza que o engajamento é um processo dinâmico e que as práticas de participação estão em constante transformação,

envolvendo interesses e significados conflitantes para diferentes atores. A nível biográfico, passa-se a reconhecer que as trajetórias de participação nas Direitas Radicais também descrevem processos de aprendizagem, nos quais o sujeito se relaciona com conhecimentos, saberes e espaços em um processo de experimentação e negociação. Por fim, interpretar tal ativismo desta forma tem consequências também nas formas de construção de saídas democráticas para a radicalização. Ao nos referirmos a movimentos constantes e constelações variadas, reforçamos a ‘diferença’ existente entre esses atores como esse algo que ‘sobra’ e que pode ser explorado como uma fonte de transformação e diálogo.

Levando em consideração a complexidade desse fenômeno contemporâneo que está em pleno curso, a presente análise não busca estabelecer generalizações, mas centralmente oferecer a possibilidade de analisar esse ativismo como uma experiência de politização e uma expressão de participação. Isso não significa negligenciar o fato de que tanto as reivindicações quanto as práticas visam excluir outros grupos do poder e do reconhecimento ou negar a responsabilidade dos jovens em relação às suas escolhas. Embora essas formas de participação liminar representem um tensionamento dos roteiros liberais, elas também podem ser interpretadas como um produto das novas formas de subjetivação e da interpelação de discursos que centralizam o antagonismo. No próximo capítulo, procurarei explorar os discursos que interpelam os jovens, redirecionando o olhar para as incidências das instituições, assim como para os ‘sistemas de representação’.

4 (Des)construindo as narrativas em categorias temáticas

Neste capítulo, o foco é deslocado das trajetórias para as temáticas identificadas nas narrativas, de forma a delinear as identificações e formações discursivas como efeitos de interpelações e normatividades. Por meio do processo de codificação aberta e fechada, assim como do levantamento da recorrência dos termos nas transcrições, foram criadas categorias temáticas, ilustradas tanto pelas narrativas quanto pelo diálogo com a literatura. Busco propor, no interior das categorias temáticas, articulações e reflexões, revisitando e inaugurando caminhos de análise e comparação do fenômeno do engajamento e ativismo juvenil, assim como da expansão das Direitas Radicais no Brasil e na Alemanha.

4.1 O processo de análise e a construção das categorias

O processo de análise temática das narrativas envolveu um primeiro processo de codificação aberta em que categorias amplas foram identificadas. A primeira fase teve início ainda nas entrevistas, por meio da atenção aos temas recorrentes, mas foi complementada pelo uso do *software* NVivo, que permitiu a junção de todas as transcrições para uma análise e codificação sistemática. O processo de codificação foi feito, primeiramente, com o uso das transcrições nas línguas originais (sete em português, duas em inglês e três em alemão). Em uma segunda fase, realizei uma tradução de todos os textos para o Português. Assim, na última fase de análise, foi possível desenvolver uma análise de recorrência de termos no interior do *software* NVivo.

Diante da tradição teórica adotada na presente pesquisa, entende-se que os ‘termos’ podem ser interpretados como ‘significantes’. No pós-estruturalismo, o significado e significante estão em mútua relação, tornando-se fundamental investigar como o sujeito apropria-se do significante e atribui-lhe significado. Perceberemos que, no decorrer das categorias, muitos dos significantes ilustrados na Nuvem de Palavras ganham articulação, formando cadeias que podem ser interpretadas como ‘redes de representação’. Um conjunto de ‘cadeias de significantes’ poderá, por fim, dar indícios sobre a gramática dos projetos políticos das Novas Direitas, que, pela força da enunciação e repetição, têm se configurado como ‘normas regulatórias’ (Butler, 2000). Também nas narrativas, busquei perceber aquilo que sobra

e escapa de tais normatividades. Dessa forma, houve um duplo movimento: evidenciar como a coerção opera, mas também ilustrar quais são as fissuras e caminhos da resistência.

A lista dos códigos iniciais, assim como as Nuvens de Palavras, está ilustrada a seguir e será mencionada no decorrer do capítulo, podendo ser revisitada. Relembro que, no caso da Nuvem de Palavras, foram mantidos apenas os substantivos ou as palavras que poderiam exercer a função de sujeito, excluindo os nomes dos entrevistados. Conforme discutido na metodologia, a presente pesquisa utiliza o *software* como um ‘assistente’ que tem como função principal permitir uma ‘compilação’ e um manuseamento mais rápido de uma quantidade enorme de informações, gerando formas de visualização. Tais formas de visualização incitaram questionamentos, e não forneceram respostas. Assim, conforme desenvolverei a seguir, as categorias constituem-se enquanto questões, ou seja, retratam a busca de compreensão sobre as condições de formação de discursos e identificações que se evidenciaram frequentes e/ou contundentes nas narrativas. A formação de categorias aconteceu pela observação conjunta das entrevistas dos dois países; assim, mesmo as particularidades que são delineadas no decorrer do capítulo puderam conduzir à proposição de categorias unificadas, as quais buscam explorar possíveis sistemas de representação comuns que geram agendas e pautas diversas.

Figura 1: Quadro de códigos gerados

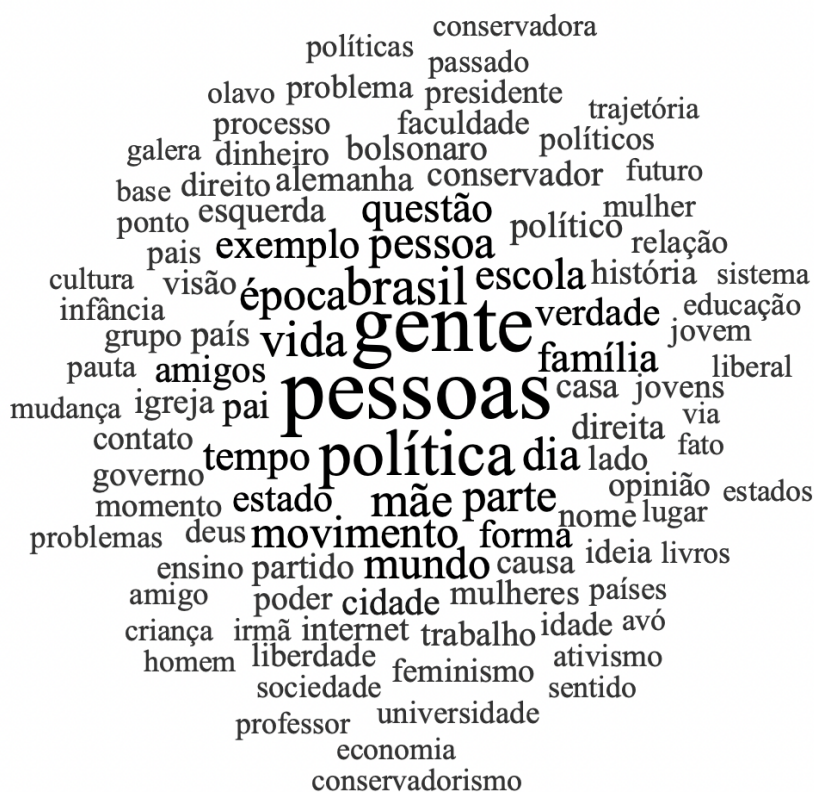
Códigos gerados na codificação aberta
Acusações sobre perseguições
Antifeminismo ou gênero
Apresentações
Arma é poder!
Ausência parental
Citações ao passado coletivo (memória histórica)
Conspiração
Contramovimento
Cuidar do país
Declarações sobre liderança
Defesa do grupo frente a críticas
Definições de Liberdade
Definições de Política
Definições e referências à masculinidade
Descolamento de Bolsonaro

Descrença na mudança social
Descrença no racismo
Descrição do lugar de moradia
Descrição de superações na vida
Descrição do engajamento
Descrições da esquerda
Discurso sobre a guerra
Discursos de ódio
Distinção e críticas a outros grupos políticos
Empreendedorismo
Esforço e dedicação
Estado como inimigo
Estudantes dedicados
Experiência na escola
Experiências classificadas como injustas
Experiências de frustração e ou decepção
Experiências familiares com política
Experiências negativas na escola
Experiências positivas na escola
Experiências religiosas (Religião)
Expressão de valores fundamentais
Formação (experiências)
Formação (Pessoas)
Futuro coletivo
Hegemonia da Esquerda
Hegemonia dos Verdes e da Esquerda
Ideologia
Importância das redes sociais
Impressões sobre a pandemia
Justificativa das pautas políticas
Mencionando a Violência política
Menções acerca da loucura
Menções à segurança
Mídias alternativas
Naturalização da violência
Pauta armamentista
Poder
Políticos de referência

Porta de entrada
Posição em relação à imigração
Posições de Resistência
Projetando o futuro individual
Referência a Bolsonaro (negativa)
Referências ao antissemitismo
Referências a Olavo de Carvalho
Relações entre a dimensão individual e a política
Relações com amigos
Rotina dos movimentos
Sentimentos de injustiça
Visões pessimistas do futuro
YouTube e Redes Sociais

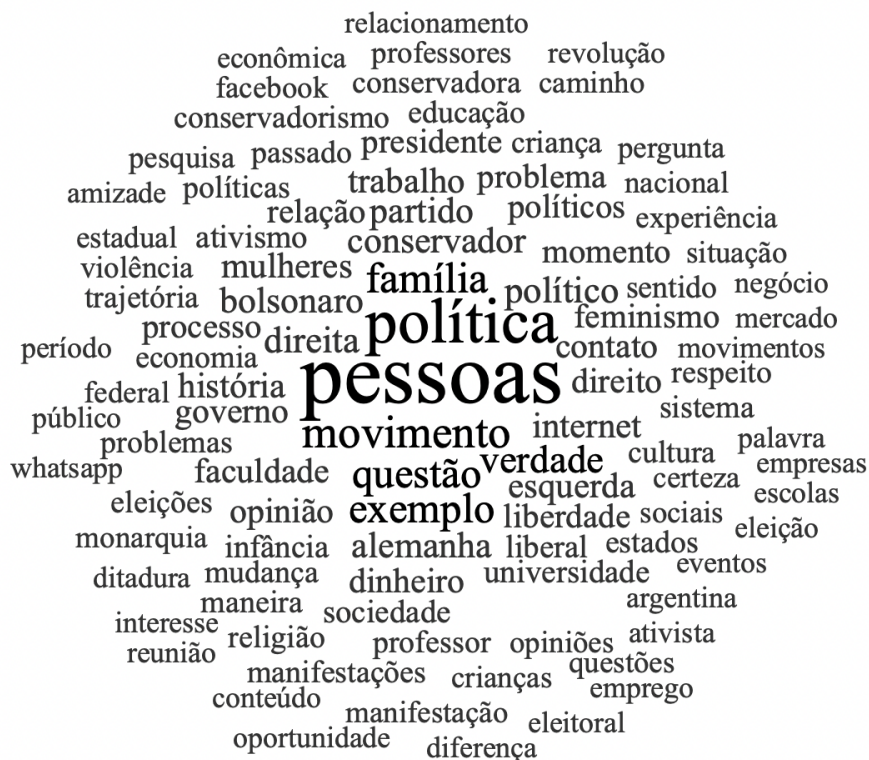
Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Figura 2: Nuvem de Palavras de 100 termos a partir de 1 caractere gerado no *software* NVivo



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Figura 3: Nuvem de Palavras de 100 termos a partir de 7 caracteres gerado no *software* NVivo



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

4.1.1 O familismo e a moralização das crises: o neoconservadorismo e o discurso *völkisch*

O familismo foi definido e discutido, ainda em 1962 por Rogers e Sebald, como uma subordinação dos interesses do indivíduo àqueles do grupo familiar nuclear. Sabogal et al. (1987)⁴² definirão o familismo como uma forte identificação e apego dos indivíduos às suas famílias, desenvolvendo sentimentos de lealdade, reciprocidade e solidariedade entre os membros. No meio da sociologia, inicialmente, definiu-se o familismo como uma faceta do altruísmo social. Contudo, a exploração das estruturas de poder e das hierarquias de gênero na família nuclear — principalmente oriundos das teorias feministas — levou ao questionamento

⁴² Uma revisão do uso do conceito indica que, no passado, ele foi especialmente utilizado no contexto da análise de hispânicos imigrantes nos Estados Unidos, enfatizando que o lugar da família e das obrigações familiares seria distinto e definido por questões culturais. No contexto da pesquisa mencionada, a investigação de imigrantes de diferentes países hispânicos revelaria que o familismo é uma característica central da cultura hispânica, permanecendo mesmo diante de processos denominados como ‘aculturação’. Outra linha de estudos emerge pela exploração do familismo no contexto do *Welfare State*, ou seja, o familismo entendido como uma hipervalorização das funções familiares para onde se transfeririam responsabilidades do Estado (Moraes et al., 2020).

sobre essa relação. Browning (2003) fala na emergência de um familismo crítico, que tem buscado evidenciar os teores normativos das teorias e discursos sobre a família e o casamento. O desdobramento de tal leitura crítica tem sido a possibilidade de refletir sobre as condições de emergência das normatividades acerca da família, entendendo o familismo como uma construção discursiva.

Dentro dessa perspectiva, identificou-se que, tanto nas entrevistas com jovens ativistas na Alemanha quanto no Brasil, o familismo mostrou-se presente. De maneira manifesta, identificaram-se narrativas que abordavam a necessidade de manutenção/recuperação da centralidade da família – tradicional e nuclear – na sociedade ocidental. Destaco aqui que a valorização dos laços afetivos familiares não é questionada no interior da presente pesquisa. Entende-se que os jovens possam expressar apego às relações familiares, assim como afirmarem a centralidade da família em suas vidas. Coloca-se em questão o teor normativo do familismo, ressaltando que, no caso dos entrevistados, foram identificadas configurações familiares diversas, havendo, nas biografias, uma recorrência da apresentação de ausência e negligência paterna⁴³. Diante dessa diversidade de configurações, questiona-se, portanto, quais são as possíveis interpelações discursivas que configuram a defesa da família tradicional e nuclear, assim como o seu posicionamento enquanto ‘instituição sob ataque’.

Para iniciar tal reflexão e análise, coloco aqui algumas das narrativas. Nuria (19 anos, Brasil) defende a família como algo natural da humanidade.

O que eu prezo, é isso. Que a nossa cultura, de tão miscigenada que é ela, ela seja perpetuada, as coisas positivas. E quanto a questão da família? Sim, **a família natural é o que eu prego. Mas claro, em questão dos gays, lésbicas, se quiser compor família, beleza. Isso não tem problema algum, porque é algo deles.** Eu vou respeitar as pessoas, que que as pessoas elas são. Ou seja, como disse antes, o caráter delas. **Se elas quiserem, por exemplo, criar uma família, um seio familiar.** Pessoalmente, eu não vejo problema, o que eu só não acho correto, correta, por exemplo, assim, **algumas pessoas dos movimentos LGBT queiram é destruir esse sentimento de família, que é algo que é algo da humanidade, é uma característica da gente ter o seio de família natural.**

Aline (20 anos, Brasil) considera a família como a base do conservadorismo e da sociedade.

Conservadora é defender a moral, **a família, porque a família é a base da sociedade. Foi mostrado na história, que a família sempre estava como base na sociedade, sempre houve uma construção familiar que serviu como base para todo tipo de pessoa, influência, país, né? Os próprios reinos são feitos de famílias. Então, a família é defendida pelo conservadorismo.** Conservadorismo não é a favor que não se mude as coisas ruins, pelo contrário, a gente quer conservar o que é bom e reformar o que é

⁴³ Foi comum, no passado, uma tradição de pesquisa que buscava relacionar tais configurações familiares como marcas de propensão para comportamentos desviantes (Markovitz & Ryan, 2016). No caso da presente pesquisa, se repudia tal visão, a qual pode advir das mesmas raízes normativas.

ruim. A gente não quer revolucionar, né? A gente acha que não adianta a gente quebrar a casa do chão. A gente tem que quebrar a casa do telhado e se o problema tá no telhado, a gente tem que reformar o telhado, não tem que demolir a casa toda. **Então, a gente acha que tem que conservar as coisas boas, como a família.**

Nissin (23 anos, Alemanha) associa seu envolvimento com a política com seus estudos sobre família e casamento.

Li muita literatura sobre namoro, sobre dinâmica social, sobre como homens e mulheres são diferentes quando se trata apenas da vida. Uma coisa de que me lembro é essa literatura. A literatura diz isso. **As mulheres são medidas pela aparência, e os homens são medidos pelo sucesso.** E esse foi um dos principais momentos em que percebi: "É, nunca pensei nisso". E isso realmente mudou muito minha visão sobre a vida e como é a dinâmica entre homens e mulheres. (...) Na verdade, **eu diria que é a família e, sim, tudo relacionado à família, ao casamento, e eu sei muito sobre esse tópico desde que comecei a me aperfeiçoar.** Comecei o autoaperfeiçoamento e li muita literatura sobre, como mencionei, namoro e casamento. E conheço muitas estatísticas sobre isso. Acho que isso também mudou minha visão política.

Já Moritz (23 anos, Alemanha) defende a presença de ambos os pais e a não interferência do Estado na família.

Significa. Sim. Obter valores tradicionais. Significa. **Então, para mim, pessoalmente, significa que a família é importante para a civilização, para a sociedade. Que as crianças precisam ter ambos os pais, porque, por exemplo, mães solteiras às vezes podem ser um problema, pois há estatísticas que dizem que as pessoas, quando, por exemplo, se trata de criminosos e há estatísticas, estatísticas que, por exemplo, eu não... não sei se é um número correto, mas, por exemplo, 70% de todos os criminosos foram criados em lares de mães solteiras. E, por exemplo, isso é importante. É importante que as crianças recebam ambos os pais. E também acho que o governo não deve interferir. Com os pais que criam seus filhos.**

Conforme visto, a articulação do tema no interior das narrativas ganha delineamentos diversos. De modo geral, identifica-se uma tentativa de estabilização de papéis de gêneros e a referência a uma 'natureza humana' que se organiza por meio do formato da família tradicional e do casamento. Ou seja, o ideal de que haveria um estado natural e ordenado para onde a humanidade poderia retornar. Por vezes, esse 'algo natural' parece ser revelado por meio do encontro com o conservadorismo (nesse sentido, retoma-se a ideia de tomar a 'pílula mágica' mencionada no último capítulo).

No entanto, a inflexão que parece reunir os conteúdos e mobilizar a maioria dos jovens é a ideia de que há um 'ataque à centralidade e ao ordenamento da família', ou seja, o discurso acerca da esquerda e de movimentos baseados nas diferenças como desestabilizadores e destruidores daquilo que é 'natural' e 'moralmente válido'. Isso aconteceria tanto por esses grupos admitirem que o Estado deve figurar como regulador das relações sociais e da desigualdade, como pelos desenvolvimentos — vividos tanto no Brasil como na Alemanha —

de políticas afirmativas que protegem os direitos da população LGBTQIA+ e das mulheres, desestabilizando os papéis dos gêneros.

Para analisar esse fenômeno, busca-se refletir sobre como discursos oriundos de campos políticos diversos encontraram ressonância no denominador comum da família, como um núcleo que deve ser restaurado e/ou preservado. Retomando o que foi apresentado acerca da necessidade de conhecer os ‘sistemas de representação’, reflito — baseada no trabalho de Dardot e Laval (2016), da socióloga Melinda Cooper (2017) e da filósofa Wendy Brown⁴⁴ (2019) — que esse sistema tem como base o entrelaçamento entre o discurso neoliberal e conservador social⁴⁵, entendido por Almeida (2018) como uma virada hegemônica neoconservadora.

Cooper (2017) é quem afirma que, por muito tempo, a história cultural (genealogia) do neoliberalismo foi contada sem levar em conta o papel da família, a qual foi isolada de uma perspectiva crítica e muitas vezes interpretada — inclusive no interior da esquerda — como um ‘sinal’ de laços sociais firmes e duradouros. O livro de Cooper oferece uma leitura do período de 1960 a 1980 nos Estados Unidos, destacando que Gary Becker, expoente da Escola de Chicago, ao construir seu Tratado sobre a Família, ainda em 1981, já afirmava que ‘a família no mundo ocidental foi radicalmente alterada, alguns afirmam que quase foi destruída, pelos acontecimentos das últimas três décadas’ (p. 1). Cooper interpreta que há um colapso da família fordista — já nos anos 1960 — a qual funcionava como um mecanismo fundamental na normalização de gênero e das relações sexuais, assim como um centro da organização do trabalho, raça e classe em meados do século (Cooper, 2017).

⁴⁴ É interessante destacar que a obra de Wendy Brown vive uma virada desde o livro de 2015, *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*, no qual ela centralizou que o neoliberalismo tinha o primado da transferência da economia para todas as relações sociais. Por essa razão, ela via uma incompatibilidade das normatividades conservadoras sociais e neoliberais. No novo livro de 2019, *In the ruins of neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the West*, ela legitima esse entrelaçamento como um projeto ‘moral’ que visa proteger hierarquias tradicionais por meio da anulação do conceito de sociedade e de política como baseadas no ‘bem comum’. No entanto, ela entende que o resultado que observamos hoje tem uma dimensão ‘frankensteiniana’, no sentido de remontar aos discursos originais — com uma atenção especial a Hayek —, porém promover alianças e um funcionamento que não estariam alinhados ao projeto original neoliberal.

⁴⁵ Quando Cooper (2017) aborda o neoliberalismo, refere-se centralmente às escolas norte-americanas do novo liberalismo econômico que emergem em diferentes Universidades dos Estados Unidos, tais como Chicago, Virginia e Los Angeles, principalmente nos anos 1960 e 1970. Tais escolas e autores são trazidos para o Brasil ainda na década de 1980, conforme discutido na tese de Rocha (2019). No entanto, considerando que Cooper se baseia nos estudos foucaultianos, entendo que a compreensão sobre a racionalidade política neoliberal envolve todas as escolas que se desenvolvem a partir do colóquio Walther Lippmann em 1938. Dessa forma, aborda-se também o ordoliberalismo (Escola Austríaca), como uma saída europeia, que traz raízes normativas comuns, mas desdobramentos particulares em relação ao posicionamento do Estado, conforme será discutido mais adiante. Já o novo conservadorismo social, refere-se aos movimentos conservadores que emergem no final da década de 1960, incluindo o movimento neoconservador, o novo paternalismo de Lawrence Mead, a nova direita religiosa formada por católicos e evangélicos, assim como o movimento comunitarista.

Por meio de sua obra e de Brown (2019), é possível compreender como o feminismo e os movimentos de liberação dos anos 1960 — em sua busca por maior igualdade de gênero e pela redefinição dos papéis tradicionais na família — foram fatores que contribuíram para a flexibilização das relações de trabalho e a desconstrução de uma estrutura familiar padrão. O livro de Cooper propõe uma inversão fundamental, na qual essas mudanças não são mais vistas como produto, e sim como causas das transformações neoliberais. Dessa forma, enfatiza-se que as normatividades neoliberais se expandem enquanto resposta adaptativa e acomodatória a tal desestabilização.

Já nas décadas de 1970 e 1980, com um cenário econômico de inflação alta e um ambiente de incerteza e insegurança para muitas famílias americanas, os economistas neoliberais, como Milton Friedman (1980) e Gary Becker (1971), passaram a argumentar que a inflação estava corroendo os valores familiares e a estrutura tradicional da família; centralmente, tais figuras diziam que a inflação estava minando a capacidade da família de cumprir seu papel central na sociedade como uma instituição de estabilidade e segurança econômica. Tal discurso já estabelecia a família privada como a primeira linha de defesa contra a incerteza econômica, afirmando que a segurança financeira deveria ser buscada dentro do âmbito familiar, ao invés de depender exclusivamente do Estado de Bem-Estar Social.

Nesse contexto, os conservadores sociais teriam encontrado um terreno comum com os neoliberais, já que interpretaram a crise como um declínio da moralidade pública e privada refletida centralmente no seio familiar. A convergência entre os dois grupos políticos fortaleceu a constituição de uma ‘agenda moral da família’, colocando-a como um tema central de diversas campanhas políticas que se espalharam pelo Ocidente. Dessa forma, Cooper permite entender que, apesar de não se basear em virtudes transcendentais, a lógica neoliberal admite ‘uma ética imanente de virtude, bem como uma ordem natural de valores familiares, concebida como emergindo automaticamente dos mecanismos do livre mercado’ (p. 57). Portanto, no interior do ‘regime de verdade’ neoconservador, constitui-se a ideia de que, se a família é responsável pela segurança econômica de seus membros, logo o Estado deve garantir valores morais que sustentem uma estabilidade para a família nuclear.

Netto, Cavalcante e Chaguri (2019) analisam que a junção entre o neoliberalismo e o conservadorismo social resulta em uma oposição à noção de solidariedade social que tem como promotor o Estado. Ou seja, um dos argumentos será que, agora, a solidariedade social dar-se-ia a conhecer pelas relações familiares, que são interpretadas como baseadas no ‘amor ou dever’. Friedman e Friedman (1980, p. 5) dirão ser uma pretensão do Estado querer ‘promover

o bem-estar do ‘público em geral’, [e se dizer conhecedor] melhor do que ninguém do que é o interesse público, e como atingi-lo’. Eles ainda dizem:

A diferença entre a Previdência social e arranjos anteriores é que ela é impessoal e compulsória – enquanto os acordos mais antigos eram voluntários e pessoais. A responsabilidade moral é uma questão pessoal, não social. Filhos ajudaram pais por amor ou dever. Agora contribuem para o sustento dos pais de alguém, e isto por obrigação ou medo. As antigas transferências fortaleciam os laços de família; as compulsórias enfraquecem-nos (p. 113).

A releitura de Cooper acompanha tal interpretação e corrobora para o descolamento do indivíduo como centro do neoconservadorismo, posicionando a família como cerne das agendas políticas neoconservadoras. Passa-se a interpretar que tal conjunção opera como normatividade relacionada à exigência de autossuficiência do indivíduo para com a família, sendo muitas vezes a responsabilidade moral focada na capacidade do indivíduo de cobrir os custos para constituir uma família. Essa é uma lógica de competição, principalmente em um cenário em que tal circunstância se torna cada vez mais difícil e, nesse sentido, compreende-se a ênfase no sujeito como empreendedor de si mesmo. Como uma imagem importante de tal exigência, destaco a narrativa de Nissin (23 anos, Alemanha), quando diz que:

Eu tracei meu próprio plano sobre quando devo iniciar um casamento e quando devo começar a namorar. Embora eu tenha opções para conhecer mulheres e as conheça com frequência, estou planejando me casar ou realmente conhecer alguém para um relacionamento de longo prazo mais tarde. Como eu já disse, após **perceber que os homens são considerados como objetos de sucesso, eu quis focar mais no sucesso e melhorar a mim mesmo**. Não que eu esteja dizendo que é uma coisa boa ser apenas um objeto de sucesso, mas isso realmente **faz diferença na forma como as pessoas nos veem se somos pessoas bem-sucedidas. É por isso que estou tentando me aprimorar nessa área da vida**.

Nissin investe no seu autoaperfeiçoamento e em seu sucesso na carreira como necessidades para a formação da família.

Cooper (2017) analisou também a emergência e centralidade de uma ‘crise moral da inflação’⁴⁶ no contexto americano, a qual fortaleceu e ‘solidificou’ a aliança neoconservadora

⁴⁶ Cooper (2017) ainda discutirá como, no interior de tal crise, um programa que tinha o nome de Auxílio às Famílias com Dependentes (AFDC) — e que tem semelhanças intensas com o que veio a ser o Bolsa Família no contexto brasileiro — ganhou destaque central nos debates econômicos sobre a inflação dos anos 1970. A pesquisadora perguntou-se o que explicaria o foco obsessivo dos neoliberais e dos neoconservadores em um programa tão marginal e que envolvia gastos mínimos do orçamento federal. Ela dirá que o AFDC foi construído como uma encarnação moral da inflação, ao representar um programa de bem-estar para populações pobres que não contribuíam para fundos de pensão (ao contrário dos programas de seguro social destinados a famílias estáveis que pagavam impostos). Na época em que os neoliberais e neoconservadores transformaram a inflação em uma ‘crise política’, o programa AFDC tinha mais mães afro-americanas do que mulheres brancas, além de muitas mães divorciadas ou nunca casadas. Rapidamente, ele tornou-se o símbolo de ‘uma crise geral da família americana’ (p. 29). Concebido por neoliberais e neoconservadores como um sintoma da inflação e da desintegração da família tradicional, esse programa se tornou, segundo Cooper, o alicerce da formulação de ‘uma nova filosofia

no discurso público. As crises, aqui, representam experiências nas quais ansiedades e incertezas sociais e econômicas são ‘partilhadas e desigualmente distribuídas’, mas, acima de tudo, são momentos em que os sujeitos continuamente reinterpretam e ‘reavaliam as suas realidades’ (Albino et al., 2021, p. 9). No caso do Brasil, podemos observar o fortalecimento de uma agenda moral da família, frente a momentos que foram interpretados enquanto ‘crises’⁴⁷. Assim, destaca-se a ‘crise’ em torno do segundo governo de Dilma Rousseff, que eminentemente foi lida como uma ‘crise de gastos’ e conduzida rapidamente para o governo petista (centralmente com o Programa Bolsa-Família).

A moralização da crise no Brasil envolveu a questão do ataque ao Bolsa Família, que foi interpretado como um ‘gasto excessivo’. Semelhante ao caso americano com o Programa de Auxílio à Família com Dependentes (AFDC), destaco que o Bolsa Família contemplava famílias compostas apenas por mulheres, beneficiando, amplamente, famílias pobres e afrodescendentes. Ou seja, o programa também promovia a sobrevivência diante de configurações familiares diversas, que nem sempre eram ‘escolhas’, mas refletiam uma realidade de abandono e negligência parental no país. Junto ao ataque a esse programa, emergiu a discussão acerca do ataque à família tradicional, com a polêmica da mamadeira de piroca e a suposta distribuição de ‘*kit gay*’⁴⁸. Em Nuria (19 anos, Brasil), encontramos uma menção direta a isso.

Mas ele (Bolsonaro) estava falando que estava sendo distribuído um *kit gay* nas escolas, falando que estava ensinando educação sexual de maneira errada, e ele não estava errado nisso. Porque uma criança de 6 e 8 anos, ela não vai saber se ela quer ser gay ou lésbica, sabe? **Tipo assim, igual que ele disse, eu deixo o homossexual ser homossexual.** De a pessoa ser isso e aquilo. O problema é que você não pode influenciar uma pessoa a ser uma coisa que ela não tem noção ainda. Por exemplo, quando eu tinha 7, 8 anos, eu não sabia se eu queria saber se eu queria ser homossexual ou hétera? Eu só queria saber de brincar de Barbie, então o que ele falou o seguinte, ‘é muito novo de falar sobre sexualidade com as

política não distributiva de valores familiares’ (p. 46) sob as administrações Carter e Reagan. No entanto, essa filosofia familiar precisaria esperar até a administração Clinton para culminar na transformação do sistema de segurança social e em um enorme sistema federal que permitia a vigilância e a regulamentação das responsabilidades familiares privadas dos pobres.

⁴⁷ Albino et al. (2021), na introdução ao livro *Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios* irão afirmar que o neoconservadorismo governa as populações e sujeitos por meio da gestão de um estado de crise. Inspiradas em Foucault e interpretando o neoliberalismo como um modo de governamentalidade, elas ressaltam que ‘a precariedade, vulnerabilidade e despossessão desigualmente distribuídas interpelam politicamente os sujeitos, ao mesmo tempo que os levam a questionarem o significado emergente de crise e crítica.’ (p. 20). Athanasiou (2011/2021) também dirá que os estados de crise são uma forma de governamentalidade e que os governos neoliberais ‘se utilizam das sempre presentes crises emergenciais, junto de todo um aparato afetivo de medo e insegurança que as acompanham, para legitimar a necessidade de tomar ações na direção da gestão das incertezas e do estabelecimento de uma nova e segura normalidade’ (p. 157), a qual exige uma urgência e radicalidade de ação, conforme será discutido na seção 4.1.6.

⁴⁸ A polêmica da mamadeira de piroca tem início com o material distribuído ainda na presidência de Dilma Rousseff no projeto de combate à homofobia. O material foi atacado e atribuiu-se, já por meio da figura de Jair Bolsonaro, o nome de *kit gay*. A *fake news* relacionada era de que mamadeiras com bico de borracha em formato de pênis foram distribuídas em creches para combater a homofobia (Maranhão et al., 2018).

crianças, porque é uma coisa assim que elas não têm noção'. Os pais deveriam explicar? Deveria. Só que muitas vezes, devido **à falta de estrutura das famílias, eles já delegam isso para o Estado.**

Corroborando com o argumento de delegar para o Estado, identificou-se também a presença da metáfora do Estado como 'pai'. Por um lado, existe a construção da crítica às pessoas que esperariam que o 'pai-Estado' fosse aquele que fornecesse o sustento, sem o trabalho. Por outro, há também o 'Estado-pai' como aquele que busca constituir a lei e a ordem, sem legitimidade. Leticia (32 anos, Brasil) dirá:

O papai Estado. Ah, o papai Estado fez uma lei lá porque tem muito hipertenso, então vamos tirar o sal da mesa. Não! A pessoa tem que ter o direito. Se ela quer, o Estado não pode falar não, você não pode, eu acho... Eu sou muito contra isso, muito contra!

O uso da metáfora parece especialmente intrincado com o que foi apresentado aqui acerca da 'família', e não do 'indivíduo', colocar-se no centro da estratégia discursiva neoconservadora. O Estado não é comparado a um chefe, mas a um pai. Safatle (2020) também afirma que a 'sobreposição entre o corpo social e a estrutura familiar' envolve uma fantasia de que a família seria um núcleo de relações "hierárquicas naturalizadas, não problemáticas, da autoridade baseada no amor e na devoção" (p. 22). Nesse espaço, lugares de autoridade e submissão seriam lugares naturais, dessa forma, o 'pai' de família, que não deve ser substituído pelo Estado, ganha legitimidade para agir como produtor da lei e do controle, baseado no amor e no dever.

Já no caso alemão, temos dois momentos que são interpretados como crises, a 'crise dos refugiados', ainda em 2015, e a recente 'crise do gás', que é mencionada com frequência e conjuntamente com a questão da Guerra Rússia-Ucrânia. No entanto, diante de ambas as crises, há uma diferença fundamental nas narrativas dos jovens em relação ao Brasil, pois o 'Estado de Bem-Estar Social' é convocado e colocado como responsável por criar e implementar as políticas que irão 'solucionar as crises'. No entanto, a solução e convocação é centralmente redirecionar esses gastos às 'famílias alemãs', apresentadas como 'o próprio povo' (*Volk* ou *Bevölkerung*).

Para a compreensão dessa particularidade, é fundamental endereçar o ordoliberalismo alemão, que é apresentado por Foucault (2008) como a saída europeia neoliberal e distingue-se, principalmente, por não ser contrário à existência do Estado, mas, sim, vê-lo como produtor do quadro jurídico que garante a livre concorrência no mercado (Dardot & Laval, 2016). O Estado:

Deveria efetuar ações de ruptura de monopólios e, simultaneamente, articular uma relação internacional securitária, **em que liberdade e economia política estivessem interligadas pelos mecanismos de segurança**. (...). O problema do neoliberalismo é, ao contrário (do liberalismo), saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Não se trata, portanto, de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado (Foucault, 2008, p. 181).

Havertz (2019) dirá que as direitas populistas alemãs adotam o ordoliberalismo para perpetuar um autoritarismo. Ele dirá que a saída europeia prescreve uma estrutura regulatória para a economia centrada na criação de uma ordem competitiva com o objetivo de produzir e justificar diferenças sociais. Assim, as Direitas Radicais propõem uma conexão entre o sistema de diferenciação econômica com sistemas de diferenciação de nação, raça, religião e cultura.

Meiering, Dziri e Foroutan (2020) mencionam que o ‘familismo’⁴⁹ nas Direitas Radicais alemãs é também oriundo de um discurso *völkisch* (nacionalista racial), o qual defende a família alemã frente a uma gradual ‘eliminação’ da suposta população branca cristã europeia ‘original’ por meio da migração — com base na conspiração da ‘grande substituição’⁵⁰. Dessa forma, evidencia-se que, para compreender um mesmo conjunto de narrativas relacionadas à família, podemos explorar uma série de ‘sistemas de representações’. Tais sistemas, no caso do Brasil e da Alemanha, tem particularidades, mas acabam se unindo no estabelecimento da família como entidade ameaçada. Por isso, e para além diferenças, entende-se que os momentos que são interpretados e enunciados enquanto ‘crises’ são fundamentais para o fortalecimento do discurso da ‘economia moral’, que imediatamente relaciona os eventos a uma ‘crise de gastos’ que ameaça ‘a família tradicional’. A diferença principal é que, nas narrativas dos jovens brasileiros, emerge uma defesa à austeridade, enquanto, no contexto alemão, os jovens sugerem

⁴⁹ Kemper (2014, p. 61) define o familismo como uma imagem restrita, biológica-populacional, nacional e normativa da família, que busca marginalizar ou combater famílias que não correspondem a esses modelos, tais como pais solteiros, não alemães, famílias financeiramente desfavorecidas e as chamadas famílias ‘*patchwork*’ ou ‘arco-íris’ (referindo-se às famílias LGBTQIA+).

⁵⁰ Leconte (2019) aponta que o ‘*grand remplacement*’ foi uma teoria cunhada pelo escritor francês Renaud Camus, a qual foi integrada no interior das redes partidárias da AfD a partir de 2017. Ela explica que Alexander Gauland, nesse ano, inicia uma campanha baseada em ‘impedir a substituição da população devido à política migratória atual’. A pesquisadora afirma que essa foi uma apropriação de uma referência estrangeira para reabilitação do discurso racista — relacionado ao nazismo — com uma reativação e marca da penetração de dois grupos no interior da estrutura partidária (A tradicional Nova Direita alemã dos anos 1980 e o Movimento Identitário). A circulação de tal discurso representa, portanto, uma tentativa de estabelecimento de uma ‘marca’ de força identitária da AfD, definindo uma diferenciação em relação ao ambiente partidário exterior, assim como definindo os ‘vencedores’ de uma luta de definição normativa do interior da organização.

um ‘redirecionamento’ dos gastos, utilizando, conforme apontado acima, critérios como raça e religião, que serão traduzidos pelo significante ‘cultura’.

Ainda dentro desse tema, é importante destacar que, ao observar as narrativas dos jovens, foi possível identificar uma abertura para a ‘preservação através da transformação’. Ou seja, novas estruturas legais vão dando conta e buscando ‘acomodar’ o que antes poderia ser um ‘desvio’ no interior dos movimentos das Direitas Radicais. Agora, gays também se identificam e tem lugar nas Direitas Radicais — como é o caso de Simon (22 anos, Alemanha). Da mesma forma, famílias LGB⁵¹ são legitimadas por Nuria (19 anos, Brasil). Assim, em um movimento aqui interpretado enquanto uma ‘acomodação’, há uma ampliação da participação de minorias no interior dos movimentos das Direitas Radicais. A grande questão é sob quais condições essas minorias podem participar, ou seja, o que permanece como eixo inabalável em uma constante expansão.

A pesquisa de Cruz (2021) sobre o ativismo LGBT de direita colabora para tal reflexão, apontando para o fato de que ativistas gays encontraram aceitação no campo político da direita. Ele indica que as direitas não constituem uma oposição impermeável às questões de gênero e sexualidade, mas que a entrada é condicionada à difusão do discurso de que os movimentos LGBTQI+ não representam mais ou tornaram-se incapazes de representar politicamente as pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais e outros. Essa concepção dá origem a uma disputa em torno das identidades políticas LGBTQIA+, opondo ativistas ‘moderados’, que não têm a intenção de confrontar o capitalismo ou o *status quo*, a um movimento LGBTQI+ sistematicamente acusado de ser ‘radical’, ‘esquerdista’, ‘vitimista’ e, finalmente, ‘inimigo da família’.

Cruz (2021) dirá que dois estilos de ativismo teriam surgido desse processo: o primeiro é identificado com o discurso conservador e nacionalista, focando a discussão em agendas morais, anticorrupção e pró-armamento; outro tem um perfil liberal voltado para a defesa das liberdades individuais, do Estado mínimo e do livre mercado. Este último reivindicaria uma posição de neutralidade na tentativa de escapar da dicotomia direita/esquerda, embora muitos de seus membros estejam ligados a movimentos, partidos e organizações com tradição no campo político da direita. Apesar das diferenças, esses dois estilos de ativismo também teriam suas afinidades, unindo-se por temas como a defesa do capitalismo, o anticomunismo e a

⁵¹ Aqui não incluo trans, queer, não-binários e intersexuais, porque estes não emergiram nas narrativas e são grupos que sofrem ataques diretos. Nesse sentido, é possível identificar que a integração de famílias LGB pode estar condicionada à reprodução de papéis de gênero tradicionais e a adoção de um formato de família nuclear.

simpatia por vários aspectos do chamado discurso antigênero. Buscando evidenciar a questão do lugar das ‘minorias’ no interior dos grupos, analiso como esse discurso antigênero abriu lugar para as mulheres no interior das Direitas Radicais.

4.1.2 O ‘antifeminismo’ feminino: espaços políticos definidos pelo gênero

Nas entrevistas realizadas, foi possível constatar uma maioria de jovens brasileiras que aderem à agenda do antifeminismo, apresentando-a como centro de seu ativismo. Aline (20 anos, Brasil) e Catarina (20 anos, Brasil) foram os exemplos fornecidos na tese, mas, de modo geral, foi identificada, no Brasil e na Alemanha, uma imensa maioria de mulheres que atuam como *influencers* e ativistas da pauta antifeminista e antigênero. Catarina (20 anos, Brasil) afirma:

Hoje sim, principalmente por causa do feminismo, e eu me identifico muito com o antifeminismo, porque eu sou mulher e, para ser sincera, não me representa o feminismo. Ele, na minha opinião, ele só tira a mulher do papel de mulher. Ele faz com que a mulher não seja mais mulher. Ele tira a identidade dela como mulher. Então, essa é minha opinião. E foi assim que foi isso que aconteceu no ensino médio. Enfim, ainda acontece um pouco. Tem gente que não quer ter filho, mas, enfim, porque isso acaba tendo influência do feminismo, porque o feminismo, ele nasceu, ele tem um berço iluminista. E o Iluminismo é tudo formado por homens e até mesmo as ideias feministas. **As feministas pensam assim, porque pensam, porque foram influenciadas por homens e por amantes.**

Já Aline (20 anos, Brasil) conta sua trajetória e repercussão nas redes:

Desde então, 2020 veio, veio a pandemia. E foi em 2020 que eu comecei a estudar muito mais sobre as pautas sociais, que, querendo ou não, é o que é votado, também. Nisso eu antes, eu era muito tipo: **‘Por que o feminismo é tão mau, gente?’ Vou estudar o feminismo para poder refutar vocês que tão falando que o feminismo é mal. Aí eu estudei e virei contra o feminismo, né? Eu acabei caindo na armadilha deles (risos). Mas, estudando, eu vi que realmente o feminismo não é lá aquelas coisas que falam que conquistou tudo (...).** Os primeiros vídeos viralizaram bastante aqui dentro da cidade. Recebi bastante ataque do pessoal, que já não gostava muito de mim, num sei por que raios. Nunca conversei, mas falavam mal de mim no Twitter. Aí passou aqui. Aí eu comecei a crescer fora, né? No Estado de São Paulo, no Brasil. Hoje, no Tik Tok, eu tenho cerca... Mais do que 30 mil seguidores, no Instagram, eu bati hoje 8000 seguidores, bem menos. Estou aí, fazendo conteúdo, né? Fazendo o que eu gosto, eu gosto bastante de debater também. No Tik Tok, no Instagram. Tô por aí, fazendo esse trabalho.

Percebe-se que as duas jovens encontraram um espaço de identificação, mas também de reconhecimento e repercussão por meio da oposição direta ao feminismo e, conseqüentemente, a uma agenda antigênero. Apesar do tema se encontrar presente na narrativa de alguns jovens que se identificaram enquanto homens, proponho a reflexão acerca do antifeminismo como uma agenda conduzida e representada por uma maioria de jovens mulheres. Com isso, quero dizer que, na expansão das Direitas Radicais, há uma busca ativa para a incorporação de mais

mulheres (Campion, 2020). No entanto, tal entrada parece manter o gênero como definidor de posições e agendas no interior dos movimentos e do próprio universo *online* das Direitas Radicais. As entrevistas permitem visualizar que isso tem um peso ainda maior quando tratamos das jovens, as quais ainda estão tateando seus lugares em um ambiente que é majoritariamente conduzido por homens adultos.

Roy (2022) pesquisou o ativismo de mulheres no interior da AfD e do FPÖ e, generosamente, compartilhou sua tese comigo, a qual ainda não está disponível no acervo *online*. Considero que o encontro com sua tese foi muito frutífero, pois, apesar de não se focar em jovens, ajuda a cobrir uma lacuna de minha pesquisa. A ausência de entrevistas com jovens que se identificavam enquanto mulheres na Alemanha dificulta a construção de uma comparação que envolva a questão de gênero. No entanto, muitos dos resultados da pesquisa de Roy reforçam as reflexões aqui apresentadas. A pesquisadora comenta que, no encontro com as entrevistadas, passou a considerar que as escolhas de participação de tais mulheres no interior desses partidos não são ilógicas, mas parte do sucesso das Direitas Radicais. Além disso, ela afirma que tais mulheres não agem contra seus interesses, porque não há uma agenda da extrema-direita que vá diretamente contra o que essas mulheres entendem enquanto sua condição de mulher.

Roy faz referência à pesquisa de Puwar (2004), a qual se baseia em estudos feministas, de crítica racial e pós-colonial, e aborda o ‘paradoxo da chegada de mulheres e minorias racializadas em espaços dos quais historicamente ou conceitualmente foram excluídas’ (p. 181). No caso, o ambiente focado foi, de modo amplo, a política — espaço no qual os homens brancos ainda são maioria. A pesquisa de Puwar envolveu entrevistas semiestruturadas com mulheres brancas e homens negros que atuam como parlamentares em Westminster. Ela buscou englobar representantes de variadas orientações políticas.

Puwar promove uma crítica certa à entrada dessas minorias que têm sido interpretadas enquanto diversidade, mas que tais corpos ainda se posicionam enquanto estrangeiros. Em um ambiente amplamente masculino e branco, a autora aponta que tais sujeitos se tornam descorporificados, com uma fachada ‘livre de gênero’ e ‘raça’. No entanto, no caso das mulheres e negros, seus corpos adentram marcados e identificados pelo gênero e raça, o que delimita o espaço e a circulação. Puwar utiliza o conceito de ‘invasores do espaço’ (*space invaders*), o qual Roy também adota para o contexto da participação de mulheres na AfD e no FPÖ. Tal conceito ressalta a ambiguidade do presente em que a mensagem se dá: ‘há lugar para todo mundo, mas todo mundo deve ficar ‘no seu lugar’. Nesse sentido, é interessante quando

Simon e Thomas, em relação a partidos distintos, declaram sua oposição às cotas para mulheres na política. Simon (22 anos, Alemanha) dirá:

Na verdade, não são tantas, infelizmente. É claro que eu gostaria de ver mais algumas. **Mas não queremos cotas em nenhum caso. É provavelmente mais porque, infelizmente, muitas mulheres estão menos para a direita do que para a esquerda. Mas nós definitivamente tentamos conquistar as mulheres.** Conheço algumas jovens mulheres do meu círculo que são membros. **Mas é difícil chegar ao topo quando ainda se é jovem e desconhecido.** Mas tenho quase certeza de que em um ou dois anos haverá mais algumas mulheres lá.

Já Thomas (22 anos, Alemanha) afirma que:

No entanto, especialmente em um mundo dominado por homens, ele mostrou que uma mulher ainda pode alcançar o mais alto cargo, como Angela Merkel, e pode se firmar nele, sem a necessidade de uma cota feminina. Por que precisar de uma cota para conseguir um cargo? **Então, se uma mulher ou um homem precisa de uma cota para obter um cargo, então ela ou ele não tem lugar na política, não tem lugar no cargo. Deveria ser apenas se conseguir se impor.** Nosso partido também está se tornando cada vez mais dominado por homens com o tempo, mas ainda assim as mulheres são capazes de se impor. E a verdadeira participação é que as mulheres se impõem perante nós, homens, e às vezes mostram onde está a questão. E eu acredito que não é necessário uma cota para mulheres. **As mulheres têm suas habilidades, todo mundo sabe disso. As mulheres têm certas ferramentas para se impor perante os homens. E a intuição feminina também pode ser uma vantagem decisiva em muitas ocasiões.** E essas vantagens devem ser simplesmente aproveitadas e, assim, as mulheres podem se impor.

Ao se opor às cotas, Thomas afirma que ainda não há um lugar para as mulheres na política, enquanto Simon declara que não há mulheres ‘lá’, referindo-se aos cargos mais altos. Ambos os jovens atribuem ‘ferramentas’ ou ‘orientações políticas’ específicas às mulheres. Vinicius (25 anos, Brasil) afirma que:

Em tudo, **porque as mulheres têm a sua essência, o seu natural, ser muito detalhistas.** Diferente de nós, homens que às vezes somos turrões. Às vezes, a gente é muito impulsivo. Não! **As mulheres são mais cautelosas, as mulheres são mais detalhistas.** Então, isso é muito importante, para que nós não caíamos em umas certas ciladas da política. **Porque mulher é muito atenciosa, é muito detalhista.** É muito... É muito pé para trás, né? Pé no chão. Então, eu vejo que mulher política é muito importante sim, principalmente nesses quesitos de detalhes, de analisar mais das coisas, mais profundo, enfim. E as mulheres nos ajudam muito sobre isso. Se fosse depender só dos homens, a gente taria ferrado, por sermos impulsivos demais.

Em termos de características ‘naturais’ femininas, outro elemento que emerge nas entrevistas e que tem sido explorado na literatura (Campion, 2020), principalmente após a emergência das *Tradwives*, é a consideração à mulher com o papel fundamental de procriação, cuidado e maternagem. Nuria (19 anos, Brasil) e Aline (20 anos, Brasil) destacam o desejo de ser mãe e posicionam a luta contra o aborto como um elemento central de sua agenda política. Na Grécia, a emergência do Partido Aurora Dourada (GD) incitou ainda mais pesquisas sobre

as mulheres nas Direitas Radicais, evidenciando que o retrato dessas mulheres tem sido condensado na posição de ‘mães da nação’. Contudo, no caso europeu, adiciona-se o elemento da ‘pureza reprodutiva’.

Zuquete (2018) afirma que a entrada das mulheres nos movimentos identitários europeus também foi um esforço calculado para distinguir esses movimentos daqueles do passado. Mattheis (2018) afirma que três discursos têm destaque para o ativismo de mulheres: a complementariedade de gênero entre homens e mulheres, um *alt*-maternalismo e a ideia da civilização ocidental como um presente de homens brancos para mulheres brancas. Nesse sentido, destaca-se o discurso de Simon (22 anos, Alemanha) acerca de seu partido vir ‘tentando conquistar as mulheres’. A ideia de conquista é particularmente interessante e remete, de fato, à possibilidade de que algo é oferecido a elas; contudo esse algo será limitado e virá com exigências distintas.

Quando tratamos do Brasil, a questão racial não desponta como fundamental no antifeminismo, porém as limitações que são dadas em termos da participação de jovens mulheres no interior das Direitas Radicais parecem ser semelhantes. Há um interesse e uma condução, dos homens e lideranças, para que jovens mulheres se tornem figuras públicas dos grupos e movimentos. No entanto, percebe-se que os lugares oferecidos a essas jovens mulheres não são tão amplos quanto aqueles oferecidos aos jovens homens ativistas. Inclusive Paola, que não relaciona seu ativismo à pauta antifeminista, é convidada para assumir o Diretório de Mulheres de um partido.

Não se ignora que o antigênero e o antifeminismo são agendas que atravessam todos os movimentos das Direitas Radicais, sendo identificados por Meiering, Dziri e Foroutan (2020) como narrativas de ligação (*bridging narratives*)⁵² para a radicalização no interior dos grupos. Entretanto, o próprio termo antifeminismo não emergiu nas narrativas de nenhum dos entrevistados que se identificaram enquanto homens. No caso dos entrevistados, destaca-se Carlos (19 anos, Brasil), que faz um ataque direto às feministas, dizendo que:

⁵² Meiering, Dziri e Foroutan (2020) investigam o antifeminismo junto com as construções de gênero — como o masculismo, a masculinidade heroica e tóxica e a feminilidade como função reprodutiva — como narrativas de ligação fundamentais, que produzem coesão interna e conexões externas entre os grupos e movimentos das Direitas Radicais. Eles afirmam que tais narrativas são ‘personalizadas de maneiras específicas para a respectiva área, mas elas continuam sendo parte do mesmo conjunto de narrativas e desempenham funções semelhantes, estruturando padrões de percepção, atribuições de pertencimento e opções de ação, enquanto também servem como esteiras transportadoras para processos de radicalização’ (p. 8).

Como eu já vi uma entrevista do Italo Marsili que é um psicólogo, né? Ele... e eu concordo muito com a sentença dele que ‘uma feminista militante de verdade mesmo não conheço nenhuma feliz’, eu também não conheço. **É... então tem muito a ver com problema interno, ela não resolve o interno e vai se envolver com feminismo. O feminismo consegue pegar, como toda ideologia, todas ideologias. Consegue pegar a paixão de... pessoas perdidas no mundo e trazer pra sua causa, né? É aquele idiota útil, né? É o cara que não entende nada, mas ele é útil para a causa, o que eu vejo é que o feminismo é composto por mulheres ressentidas com seus relacionamentos ou com a falta de relacionamentos, não sei... É... são mulheres muito ressentidas e que tudo pra elas são machismo, tudo pra elas é estupro, esse tipo de coisa. Isso faz com que a sociedade não adere ao movimento delas mesmo não.**

Investigando o antifeminismo entre grupos de direita na Alemanha, Kemper (2012) argumentou que o antifeminismo clássico dos anos 1960 passou por mudanças fundamentais. Os homens não se identificam nem são considerados perpetradores (naturais e, portanto, legítimos), mas, inversamente, são declarados enquanto vítimas do ‘feminismo’, uma linha de raciocínio que Kemper designa como ‘masculismo’ (2014). Igor (23 anos, Brasil) diz, em relação à sua mãe, que:

Ela se identifica com um discurso mais de esquerda, mais progressista, em certos pontos até um pouco revolucionários, e até por ela ser minha mãe, ela tem uma certa influência moral sobre mim, mas eu não concordava com isso, e aí a gente debatia muito a respeito. Às vezes, eventualmente ela evocava essa questão da autoridade moral, superioridade com relação à vivência, experiência de vida, ela tem 34 anos a mais do que eu. E isso só meio que aumentava o meu lado de contestação de achar que eu não deveria concordar com o que ela estava falando por ela ser minha mãe ou por ela ser mais velha, eu deveria buscar por mim mesmo o que eu achava certo. **Por exemplo, talvez até por ser um homem e tudo, feminismo nunca foi uma pauta que me atraiu, talvez por uma certa consciência de gênero, de ser um homem e querer de certa forma defender o meu gênero.** Aí eu estou só, eu estou só dando um exemplo assim mais óbvio.

A ideia de defender o seu gênero remete ao mesmo padrão de identificação enquanto vítima. O mesmo acontece com Carlos (19 anos, Brasil), quando ele desloca a ideia da perpetuação da violência feita por parte das mulheres, que teriam um ‘ódio aos homens’.

Então, tipo uma mina feminista, né, você vai ver que é uma mina mais libertina sexualmente, entendeu? Que ela normalmente tem um ódio maior aos homens. Ela é muito brava quando se trata desses assuntos sobre homem e mulher. Ela reage muito violentamente, entendeu?

Ou seja, a violência agora figura como característica das feministas, que forçariam os homens a ‘defender seu gênero’. A maioria dos entrevistados reconhece ou até menciona a existência da violência contra as mulheres. No entanto, tal qual Carlos (19 anos, Brasil), isso não é associado a uma estrutura de opressão, mas a casos individuais que devem ser punidos.

Em relação à violência contra a mulher, Farris (2017) afirma que um dos argumentos centrais mobilizados pelas direitas nacionalistas é o profundo perigo que homens muçulmanos

representariam para as sociedades ocidentais, devido ao seu comportamento opressivo em relação às mulheres. No caso dos jovens entrevistados na presente pesquisa, o ataque contra os imigrantes aconteceu majoritariamente por uma questão de não integração e de disputa laboral. No entanto, houve momento em que eles foram referidos como antissociais e descontrolados, o que parece corroborar o que Roy encontrou nas entrevistas com as ativistas. As suas entrevistadas alemãs apresentaram uma série de relatos acerca de experiências pessoais, ou de terceiras, relacionadas a comportamentos de abuso ou inapropriados por parte dos homens muçulmanos.

Berg (2018), em *Entre o antifeminismo e um sexismo étnico*, discute a mobilização de tal pauta na Alemanha. Ela relembra dezembro de 2017, quando uma jovem foi assassinada pelo ex-namorado em Kandel. Houve mobilizações pelo Facebook, Twitter e YouTube, e, além de organizados na forma de manifestações, grupos das Direitas Radicais uniram-se às Extremas Direitas para lançar o lema ‘Kandel está em toda parte’⁵³ (*Kandel ist überall*). O assassinato foi transformado em símbolo político da falha na política de migração e refúgio do governo alemão, já que o autor do crime era do Afeganistão. A autora aponta que, por um lado, os grupos das Direitas Radicais defendem a agenda antifeminista, com uma oposição direta aos estudos de gênero. Por outro, enfatiza, mesmo em meio às manifestações, os direitos das mulheres e minorias, declarando que a ‘igualdade de gênero’ faria parte dos ‘valores alemães’.

Tanto no Brasil quanto na Alemanha, a questão da luta de oposição à violência contra as mulheres é incorporada como agenda das Direitas Radicais, mas desconectada de sua dimensão estrutural e de gênero. Dessa forma, a discussão promovida pelas feministas em relação às desigualdades entre homens e mulheres e a existência da violência de gênero são tratadas como falaciosas e como uma ferramenta para mobilizar uma ‘suposta dívida’ das mulheres. É Aline (20 anos, Brasil) que conta que seu primeiro *post* que teve repercussão foi dizendo que não devia nada ao feminismo. Ela diz que:

Fui descobrindo assim, **fui vendo toda a falácia que me falaram** ser destruída e eu ver que eu não precisava do feminismo pra essas coisas. Que uma pessoa pra ser contra a agressão, né? Falam muito que o feminismo é contra a agressão das mulheres e tudo mais. **Pra uma pessoa ser contra a agressão, ela não precisa ser feminista, basta ter dois neurônios, é ser um ser humano.** É ter lógica, **eu não preciso ser parte de um movimento pra ser contra a agressão.** Tanto contra as mulheres, contra criança, contra

⁵³ No caso das manifestações de Kandel, os grupos compartilharam imagens de placas de latão sob o título ‘Pedras do Tropeço de Merkel’ (*Merkels Stolpersteine*). Elas fazem referência às pedras do tropeço espalhadas por toda a Alemanha para homenagear as vítimas do regime nazista, buscando equiparar os crimes. Na lista de exigências, incluíram: fechamento das fronteiras para todos os tipos de imigração, deportação dos imigrante ilegais e até a assimilação e *jus sanguinis* (um princípio de descendência para aquisição da cidadania alemã). Para ler mais sobre o evento, ver Berg (2019).

idoso, contra homem. Tanto faz! Então, eu não preciso fazer parte do feminismo, pra ser um ser humano decente, né?

Ela explica de maneira detalhada que o antifeminismo não tem uma agenda por si só, podendo estar conectado ao liberalismo ou ao conservadorismo. O discurso-base do corpo de autoras que têm se tornado referência do antifeminismo no Brasil é a comprovação de que o feminismo teria construído uma falácia em relação à sua importância na conquista dos direitos para as mulheres. Sparenberger et al. (2021) analisaram particularmente as postagens de Ana Campagnolo, que cumpriu um mandato como deputada estadual em Santa Catarina (elegendo-se em 2018) e publicou um dos livros com mais repercussão acerca do antifeminismo, *Feminismo: perversão e subversão* (o qual é mencionado por Aline). As pesquisadoras analisam o cenário brasileiro por meio do conceito de guerra cultural cunhado por Hunter (1991) e declaram que a ex-deputada figura como um importante ‘soldado’. Elas identificam que, no caso da deputada, um significativo central é o cristianismo. A ideia de ataque diante de um grupo ‘minoritário’ estabelece-se perante um cenário de 90% da população brasileira enquanto cristã — entre as denominações católicas e evangélicas. Ana Campagnolo estende ao comunismo e às esquerdas globais uma perseguição ao cristianismo, enfatizando notícias sobre ataques a templos e uma suposta ‘perda de liberdade religiosa’⁵⁴. Nesse sentido, analisamos, na próxima seção, a religião e sua incidência nas narrativas dos jovens.

4.1.3 Deus e Religião: entre o cristianismo cultural e a batalha espiritual neopentecostal

Dantas (2013) realizou uma investigação sobre a relação entre o neopentecostalismo — na forma da Igreja Universal do Reino de Deus — e suas estratégias e articulação com a esfera política. Ela explica que o discurso acerca da ‘diabolização’ da política é uma estratégia utilizada para legitimar a participação política da igreja e estimular os fiéis a participarem das eleições. Ao afirmar que a política brasileira está dominada por Satanás, a Igreja Universal

⁵⁴ Em relação a esses discursos, é interessante pontuar que o Brasil participou, com a mediação de representantes de igrejas batistas e neopentecostais, da assinatura da Aliança da Liberdade Religiosa. Essa aliança, organizada em 2020 — e ironicamente assinada por representantes da Polônia, Hungria, Estados Unidos (ainda sob o governo de Donald Trump) e o Brasil (na época governado por Jair Bolsonaro) — envolveu apenas países com maioria cristã. Apesar de apresentarem como bandeira principal a liberdade religiosa, houve menções acerca da ameaça vivida por grupos cristãos em todo o mundo. No contexto brasileiro, organizações como a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (ANAJURE), além da ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, figuraram como protagonistas. As postagens de Ana Campagnolo parecem seguir a mesma construção discursiva, em que a ‘liberdade religiosa’ é cunhada como agenda, mas são propagados conteúdos que alarmam sobre uma oposição direta ao universo cristão, com um ataque aos seus símbolos e representantes.

reforça sua missão religiosa de libertar a política do mal e moralizá-la. A eleição de candidatos evangélicos é vista como uma estratégia para ocupar instituições que são consideradas ‘totalmente controladas’ pelo demônio, visando promover a exorcização da política, a ‘redenção’ da sociedade e a vitória sobre o mal. Os fiéis são encorajados a votar em ‘homens de Deus’ capazes de enfrentar os espíritos malignos e purificar a política. O voto, além de exercício da cidadania, adquire também uma conotação religiosa, inserindo-se na lógica da batalha espiritual.

Dantas ainda explica que, no universo particular da IURD — uma das maiores denominações brasileiras — a religião e a política aproximam-se e misturam-se, tornando difícil discernir as fronteiras que separam ambos os fenômenos. As ideologias religiosas invadem o campo político, atribuindo-lhe novos significados, enquanto os símbolos políticos atravessam a esfera religiosa, modificando seus sentidos. A conversão religiosa possuiria um caráter político, já que cada indivíduo convertido se torna um capital eleitoral, aumentando as chances de eleger novos representantes políticos e fortalecendo a oportunidade de construção de um projeto de poder ambicioso e baseado em ideologias e práticas religiosas (Dantas, 2013). No caso de Catarina (20 anos, Brasil), vemos um relato sobre o seu processo de conversão.

E ali eu fiz isso. E fui convertida pelo Evangelho. A partir daquele momento se deu a minha conversão. E me tornei cristã. Apesar de que eu nasci na igreja, mas ainda não era convertida. **Ainda não era uma cristã com atitudes de cristã.** Eu ainda não vivia. Meu estilo de vida não era um estilo de vida de cristã, apesar de estar indo à igreja. Mas eu não tinha o pensamento de uma pessoa cristã, só depois de convertida (...) **Porque o coração do homem é mal, desde a sua criancice, desde a sua infância, basicamente.** Então, o que me separava de Deus, para que eu não vivesse como cristã era o meu coração. Que, afastado dele. Mal, digamos assim. Como diz a Bíblia. É... não se... Não se aproximava dele por uma vontade própria. Então, foi necessário que Deus me buscasse. (...) Eu não tinha... E sem saber. Eu não tinha Deus no meu coração.

É interessante destacar o discurso acerca da maldade natural do homem, porque é nesse maniqueísmo que se sustentam ideais acerca de evangelização e da conversão, elementos fundamentais de algumas vertentes neopentecostais, que entendem que aqueles que não tiveram contato com o Evangelho permanecem no campo do ‘diabólico’. Nesse sentido, Catarina (20 anos, Brasil) apresenta um discurso distinto de Aline (20 anos, Brasil) — que não se identifica enquanto evangélica — acerca do que seria o feminismo.

Assim, o antifeminismo, como o próprio nome diz, né? Que é contra o feminismo. Pra mim, na minha visão, eu mesma... Como eu mesma digo na minha página. **Para mim é uma religião diabólica, porque o próprio feminismo ele engloba, ele influencia atitudes de várias religiões que eles justamente sacrificam bebês e sacrificam também a vida de mulheres.** Agora eu não lembro o nome dessas

religiões, mas tem até uma moça que eu sigo, que ela fala desse tipo de coisa que acontece. É Regiane, o nome dela, inclusive. Para mim, o antifeminismo é só uma, assim, para algumas é só uma... Algo assim, uma posição de ser antifeminista. Mas para mim, é você se colocar mesmo e defender aquilo. ‘Não. Eu sou contra o feminismo e eu me considero, Isabela, me considero uma antifeminista até radical’ (risos).

Chamar o feminismo de religião diabólica demonstra uma mistura entre aspectos políticos e religiosos no interior das Direitas Radicais brasileiras. Em relação à posição das mulheres nas Igrejas neopentecostais, Gabatz (2018) afirma que esses têm sido espaços que oferecem às mulheres alternativas de inserção comunitária e reelaboração de suas identidades, ocupando, nas hierarquias, posições de destaque e estratégicas, além de serem reconhecidas como chefes de família. Contudo, a Bíblia e a biologia são utilizadas para a produção de uma prática discursiva que atribui características essenciais a homens e mulheres, determinadas pela divisão sexual. O elemento principal tem sido o posicionamento da mulher como formada pela natureza e por Deus para a maternidade. Em conformidade também com Teixeira (2019), o pesquisador afirma que o universo religioso neopentecostal é marcado por adesões e ressignificações, não engessando a mulher em uma posição submissa.

As Igrejas Evangélicas, na forma não apenas neopentecostal, mas também presbiteriana e batista são, portanto, uma particularidade do cenário conservador brasileiro em comparação ao alemão. Elas tornaram-se parceiras do Estado⁵⁵ ainda nas gestões petistas e, com isso, assumiram uma parte importante da gestão equipamentos de assistência social das periferias, incentivando a formação de muitas jovens psicólogas e assistentes sociais — como é o caso de Catarina (20 anos, Brasil). Tais jovens atuam reproduzindo as prescrições da Igreja em relação à vida. Tal questão tem sido um desafio para os Conselhos Federais⁵⁶ das Categorias, que observam o crescimento do discurso conservador perpetuado por suas profissionais. Teixeira (2019) aponta que um dos pilares de introdução das Igrejas Neopentecostais é também a disputa em relação à agenda dos direitos humanos, a qual tem sido enfraquecida conforme a pauta é

⁵⁵ O processo de entrada das igrejas evangélicas nas práticas de assistência social é explorado na tese de Scheliga (2010), *Educando sentidos, orientando uma práxis: etnografia das práticas de assistência entre evangélicos brasileiros*. A autora delinea o processo em que a RENAS (Rede Evangélica Nacional de Ação Social) se aproxima do Conselho Nacional de Assistência Social e do Conselho Nacional da Juventude, ainda no governo Lula, em 2007.

⁵⁶ A chapa Psicólogos em Ação vem concorrendo à presidência do Conselho Federal de Psicologia. O grupo tem, na presidência e vice-presidência, lideranças das igrejas Batistas e neopentecostais. As psicólogas da presidência já defenderam, publicamente, a terapia de conversão. Em 2017, a vice-presidente da chapa obteve uma liminar do juiz de primeira instância do 14º Juizado Especial Cível de Brasília, Waldemar Claudio de Carvalho, que autorizava o tratamento de pessoas LGBTQI+, mas essa liminar foi revogada em 2019 pela Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF).

tomada pelo discurso sobre a preservação da família tradicional.

Apesar do destaque ao neopentecostalismo, vertente seguida por Catarina (20 anos, Brasil) e Nuria (19 anos, Brasil), ressaltou que, no universo dos entrevistados, a religião não se destacou como um aspecto central das trajetórias, envolvendo uma minoria de jovens que frequentam espaços religiosos. No caso de Aline (20 anos, Brasil), por exemplo, o judaísmo foi trazido como uma nova experiência religiosa, e, nos demais entrevistados, a religião mencionada foi a católica. Nesse sentido, Stockemer et al. (2020) sugere que há uma relação complicada entre os movimentos das novas direitas, a religião e a secularização. Os pesquisadores argumentam que os movimentos e partidos empregam o cristianismo, principalmente, como um marcador de identidade cultural para mobilizar os eleitores em torno de uma nova clivagem de identidade pós-religiosa. Entretanto, as Direitas Radicais geralmente permanecem distantes da doutrina, das crenças e das instituições cristãs. Em vez disso, combinam referências culturais ao cristianismo com políticas seculares, indicando uma secularização dos símbolos cristãos em vez de um ressurgimento da religião na política ocidental. Ao invés de uma relação real com a religião, haveria uma instrumentalização dela, com o uso estratégico de símbolos, retórica e valores religiosos para mobilizar apoio e criar um senso de identidade cultural entre seus seguidores.

A religião serviria como uma ferramenta poderosa para reunir uma base e apelar para uma herança e valores compartilhados, remetendo a um mito étnico de uma origem nórdica comum. Frente a esse uso, os grupos minimizariam ou ignorariam aspectos da doutrina religiosa ou da ética que não se encaixam em suas agendas e práticas. Alguns movimentos, principalmente em países de maioria cristã, adotariam, portanto, uma forma de ‘cristianismo cultural’ (Stockemer et al., 2020). Isso se refere à ênfase em símbolos, tradições e valores cristãos como marcadores de identidade nacional ou cultural, em vez de uma adesão estrita à doutrina religiosa ou à fé institucionalizada. Destaca-se, aqui, o que Thomas (22 anos, Alemanha) fala a esse respeito:

Religião é. Ela começou. É uma parte fundamental de nossos valores, normas e padrões, quase religiosos. Isso é o que vivemos hoje também entre os não religiosos. Como amar, amar o próximo. É isso que ele exige. Na verdade, isso veio do cristianismo, mas é algo que todos amam hoje em dia. Até mesmo as pessoas que se dizem ateias, ou seja, que querem que nossos valores venham dos valores deles. Daquilo que é aberto...**E o religioso e o secular são um só. É importante separar a religião. Mas, ao fazer isso, nem todos aqueles que influenciaram e moldaram nosso modo de vida, por assim dizer, e nossos sentidos devem ser desconsiderados e esquecidos. Portanto, a lembrança sim, mas em um sentido geral, a política e a religião não devem trabalhar juntas.**

Simon (22 anos, Alemanha) dirá:

Bem, quando eu era pequeno, éramos estes típicos cristãos hipócritas que iam à igreja no Natal. Mas, depois de um tempo, parou. Mas eu ainda me chamo de cristão. Eu sou e mantenho isso. E eu acho melhor, para ser honesto. É melhor se você é cristão e não quer ir à igreja, não finja que não é tão hipócrita e depois simplesmente vá à igreja no Natal, porque é ‘apropriado’, mesmo que você não queira realmente ir. Você também pode ser um cristão sem ir à igreja.

Outras investigações (Saunders, 2019) têm apontado para um mosaico complexo em que argumentos nacionalistas se conectam a mitologias pagãs e pré-cristãs que relacionam terras específicas aos povos e suas heranças culturais. Movimentos das Direitas Radicais estariam ‘mitologizando’ o lugar pagão em suas lutas para estabelecer ou resistir à legitimidade espacial em diferentes regiões da Europa. Os discursos resultantes concentram-se na noção de ‘autenticidade’ na era moderna/pós-moderna, em que os mitos se tornam ‘verdadeiros’ tanto para os pagãos quanto para os nacionalistas. Dessa forma, para justificar a identidade comum, remonta-se ao passado. Buscando aprofundar a análise em relação ao posicionamento dos jovens em relação ao passado, a próxima seção explora as narrativas relacionadas às memórias históricas locais e globais.

4.1.4 Os (ab)usos da memória: posicionando-se frente ao passado

No conjunto das narrativas, foi possível identificar que a maioria dos jovens busca se posicionar em relação ao passado histórico, tanto em termos de uma referência às memórias de violações — as quais conformam a memória coletiva local e global — quanto por meio de um posicionamento de seus grupos em relação aos regimes políticos do passado. Os estudos culturais e decoloniais acerca da memória têm destacado sua influência nas dinâmicas e relações de poder em uma sociedade, apontando a memória como construção coletiva, a qual necessita de eficácia discursiva e reconhecimento institucional. Por essa razão, questões como as tensões entre história e memória (Martín-Baró, 1989, Gaborit, 2011), as disputas de significado sobre o passado recente e suas diferentes interpretações (Shafir, 2005, Gagnebin, 2010) e as controvérsias em torno das políticas oficiais e não oficiais de memória (Ansara, 2012; Canabarro, 2014) figuram como centrais nos estudos da memória no presente.

Em relação às Direitas Radicais, alguns autores têm se debruçado sobre compreender os (ab)usos da memória, apresentando perspectivas distintas acerca dos mecanismos envolvidos. Couto Neto (2019) e Pereira (2015) destacam que enfrentamos a construção de uma história ‘revisonista’ e até mesmo ‘negacionista’, baseada em uma retórica que idealiza, justifica e milita em prol da autoabsolvição em relação às violações do passado. Anderson (2019), por

outro lado, desenvolve a hipótese de que os partidos e movimentos de extrema direita contemporâneos não se baseiam no revisionismo histórico, mas, sim, em uma variedade de construções de uma memória coletiva na qual conotações negativas de eventos são reavaliadas para a proclamação de uma ‘identidade’ e um ‘orgulho’ nacionais. Finalmente, Levi e Rothberg (2018) enfatizam a utilização de uma estrutura de memória dupla, mesclando memórias ambivalentes dos derrotados e dos conquistadores, o que lhes permite se situar como um grupo vitimizado que, ao mesmo tempo, abraça projetos passados de dominação. A confluência entre os autores dá-se no reconhecimento do poder das memórias na legitimação de reivindicações e projetos políticos no presente.

No caso da análise das narrativas dos jovens, apresenta-se como especialmente interessante a hipótese de uma memória dupla apresentada por Levi e Rothberg (2018). Em relação à ditadura militar brasileira (1964-1985), Carlos dirá que:

Aí mano, o filme mostrava tudo, mano, mostrava tudo lá do corpo do cara, mostrou a trajetória, aí depois ele começou a falar de ditadura militar. **Mostrou a visão dele lá, a visão política, né?** Que eu não concordo com o cara. **Que eu não concordo sobre que os guerrilheiros eram os bonzinhos sempre. Teve excesso dos dois lados, mas a história tem que ser contada com a verdade, né? Não existe, os militares não foram só os bonzinhos e também os guerreiros também não foi só os bonzinhos, os dois erraram.** Então, eu vejo que a verdade você se analisa com... sabe? Tirando ponta por ponta, assim você vai analisando por coisas muito pequenas, você vai se aprofundando, se aprofundando, se aprofundando e aí você chega na verdade, entendeu? Tipo, às vezes tem aquela verdade geral. Tipo, que nem falar, é guerrilheiro era tudo, defendia a democracia, tal e não sei o que, pá, pá. Não era bem assim, entendeu?

Na narrativa, apresentam-se memórias ambivalentes, privilegiando uma relativização dos atos cometidos pelo governo ditatorial, frente a uma suposição de que os abusos eram proporcionais e cometidos por ambos ‘os lados’. Kehl (2010)⁵⁷ afirma que tal memória é baseada na apresentação dos guerrilheiros como um grupo de oposição, composto por ‘comunistas terroristas’ que sequestravam, assaltavam bancos, e assassinavam. Diante de uma moralidade binária, os guerrilheiros teriam sido posicionados como vilões, os quais exigiram do governo ditatorial a tomada de medidas extremas. A psicanalista enfatiza que, por meio da construção de tal memória, posiciona-se o governo ditatorial como protetor das famílias e supõe-se a existência de duas forças, de iguais proporção, que disputavam o palco social.

⁵⁷ Kehl (2010) destaca que a tortura praticada pelo Estado é sempre definida como crime de lesa-humanidade, ou seja, quem sofre tortura por parte do Estado sempre deve ser posicionado como vítima. Para Kehl, não é possível identificar dois lados nesse cenário, apenas uma força desproporcional advinda do Estado, capaz de produzir traumas sociais profundos, gerados pelos movimentos de suspeitar, torturar, assassinar e ainda fazer esquecer.

O historiador Geraldo Neto (2019) analisou a construção e o compartilhamento de tais memórias por meio das redes sociais, especialmente o YouTube. Ele explica que o sucesso do YouTube está relacionado à ideia de descentralização da produção de conhecimento, já que a rede é identificada com uma cultura participativa, na qual os espectadores ativamente solicitam conteúdos, compartilhando-os em outras redes sociais. Neto identificou um vídeo com enorme repercussão e compartilhamento entre as Direitas Radicais, o qual se intitula ‘Ditadura? Meu pai conta como foi’. O vídeo é baseado em uma entrevista com o pai de um ‘vlogger’, que compartilha suas memórias sobre o período, justificando as práticas da violência como necessárias para a garantia da segurança e estabilidade. No vídeo, o vlogger EGuinorante (YouTube, 2021) afirma:

Você não pode confiar em ninguém que fala sobre 'ditadura' sem ter vivido esse período. Geralmente, se você foi espancado, e tudo mais, é porque você não estava fazendo algo certo, por causa de algo errado que você estava fazendo. Agora, todo mundo é santo. Agora todo mundo é santo, depois que passa, todo mundo é santo.

A declaração sustenta uma equação perversa em que a violação dos direitos de alguns é indispensável para a preservação dos direitos da maioria. Ou seja, apesar de não negar a existência das torturas, de forma a ‘preservar’ a memória promovida pelas vítimas, eles reforçam uma lógica de punição e legitimação dos abusos do governo ditatorial. Dantas e Ansara (2020) analisam que o processo de produção de políticas de esquecimento (Ansara, 2012) após a ditadura militar brasileira possibilitou tornar ‘naturais, invisíveis e mesmo inconscientes as relações de poder’ (p. 32 e 33), de forma que a ditadura pôde ser apresentada enquanto necessária à manutenção da ordem social. Festa (2017) identifica tal discurso como parte de uma ‘Guerra Cultural’, que se beneficia da retórica do ódio e da construção de binarismos. O pesquisador referencia o livro *Orvil: tentativas de tomar o poder* (Maciel & Nascimento, 1979/2012), o qual foi publicado em oposição ao livro e relatório *Brasil: Nunca Mais!*, enumerando diversos crimes atribuídos à esquerda, no caráter dos ‘guerrilheiros’, sustentando a existência de um inimigo permanente: ‘a ameaça comunista’.

O livro está relacionado à construção de um novo modelo teórico sobre a política de Segurança Pública e a Polícia no Brasil durante a Ditadura Militar. O modelo tinha como base teórica a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e caracterizava-se pela submissão aos preceitos da guerra e a divisão do mundo em dois blocos opostos — comunista e capitalista — considerando cada dissidente como um ‘inimigo interno’. A disseminação de diferentes ‘fontes

de memória’ que apresentam o Golpe Militar como uma Contrarrevolução permitiria a sua reativação. Muitos líderes das Direitas Radicais identificam como ‘inimigos internos’ os ativistas de direitos humanos, os acadêmicos, os movimentos sociais e os grupos LGBTQIA+ e feministas, todos os quais são chamados novamente de ‘comunistas’ (Cruz et al., 2017).

De forma semelhante, a identificação de tais grupos como ameaça interna tem sido feita pelos representantes da ‘causa monarquista’ no Brasil. Como particularidade das Direitas Radicais brasileiras, foi identificada a existência de um ativismo jovem relacionado aos movimentos monarquistas. Quadros (2017) analisa-o como um ‘conservadorismo coroado’, que teria se expandido frente a uma articulação entre a Casa Imperial Brasileira e as bases de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Igor descreve seu percurso de identificação com o movimento monarquista, o qual é baseado em um questionamento da forma como o período é apresentado nas escolas:

Em 2018, ano de uma das eleições mais polêmicas aqui, como eu nunca me identifiquei com o discurso mais progressista do PT e tudo, eu entrei na campanha do candidato que foi vitorioso. (...) E nisso, querendo ou não, apresentou algo... apresentou visões que há até pouco tempo, não eram muito discutidas, tipo as questões econômicas mais liberais, de privatização ou autores mais conservadores (...) **E aí, nesses debates e tudo, um amigo meu me apresentou a causa monarquista, que o Brasil de fato adotou esse sistema entre 1822 e 1889 e, no ensino médio, a gente aprendia uma coisa assim, acho que muito mastigada para responder as questões de história a respeito do período monárquico no Brasil. E não estudava a fundo.** E aí, de fato entrando nesse estudo e comparando com outros países como a própria Inglaterra ou Dinamarca? Os países do norte da Europa que de fato são monarquias parlamentares, eu fui me perguntando se isso não seria uma boa para o Brasil. Aí, em 2020, quando houve uma ruptura do ex-ministro Sérgio Moro, que é até então, era o símbolo do combate à corrupção. Não tô dizendo que ele de fato seja, mas querendo ou não, era a imagem que passava com o atual presidente, que eu então apoiava. **Eu fiquei meio sem esperanças que a República pudesse dar certo aqui e mesmo até que eu concordasse ou aprovasse o atual gestor. E aí eu voltei a estudar mais essa pauta da monarquia que, querendo ou não, é uma reforma, é uma mudança estrutural no sistema, muito mais profunda, já que iria pressupor mudar do presidencialismo pro parlamentarismo, da República pra monarquia, reformas no sistema eleitoral, no sistema partidário. Na própria sociedade em si.** E eu fui idealizando, né?

Conforme vemos, o jovem é apresentado em 2018 à ‘causa monárquica’, a qual ganha contundência diante de uma ‘descrença com a República’. Seu percurso está relacionado ao apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro, assim como com a identificação com a ‘luta contra a corrupção’, a qual passa a também ser encabeçada pelos membros da Casa Imperial Brasileira. O período do parlamentarismo-monárquico é apresentado como um período de estabilidade, enquanto o presente é apresentado como um ‘estado de crise’.

Quadros (2017) explica que a Casa Imperial Brasileira, que tem como figura principal Dom Bertrand⁵⁸, está atuante e é ‘agora alvo de reportagens na mídia, promovem encontros monarquistas, apoiam movimentos, redigem comunicados oficiais acerca de temas de grande repercussão nacional, mantêm sites na internet, palestram em eventos’ (p. 22). Olavo de Carvalho, autoproclamado ‘filósofo’ das Novas Direitas — e recorrentemente mencionado pelos jovens brasileiros — foi também um defensor da monarquia e difusor do termo ‘contrarrevolução’ para descrever a ditadura militar brasileira. Foresti (2013) analisa que o termo foi recuperado das ideias de Plínio Correa de Oliveira, fundador da TFP. O pesquisador afirma que o discurso fundador da TFP — divulgado ativamente por Plínio durante os anos de maior repressão da Ditadura — tem influência direta na configuração dos projetos e agendas das Direitas Radicais do presente. O ataque ao ‘clero vermelho’ — referindo-se ao ramo da Igreja Católica que adere à Teologia da Libertação — e a ativação do discurso da ‘ameaça e do fantasma comunista’ são pilares dos discursos de Plínio, que constantemente menciona os perigos de uma crise moral. Entende-se, portanto, que a memória da ditadura promovida pelas Direitas Radicais está diretamente articulada à (re)ativação do discurso acerca do ‘perigo comunista’, o qual se manteria sempre ‘à espreita’ e justificaria a necessidade de ações e mudanças radicais.

No caso alemão, é interessante observar que nenhum jovem menciona memórias históricas relacionadas ao nazismo, apenas destacando que a correlação de seus grupos com o regime é injusta e inadequada. Alexander (18 anos, Alemanha) enfatiza que o tema é abordado por um período longo demais na escola:

E a história até o Nacional-Socialismo é na verdade a coisa típica que todos deveriam aprender. É a coisa típica que todos devem aprender e que deve ser a parte principal das lições de história. (...) isso é muito relatado sobre o Nacional-Socialismo. É claro que você deve informar sobre isso, mas não ao ponto de cobrir 200 anos em meio ano, mas doze após meio ano.

⁵⁸ A Casa Imperial representa a principal organização que é o centro de uma série de movimentos para a restauração monárquica que vem crescendo no Brasil desde 2015. O grupo mais radical associado é o Pró-Monarquia, mas o espectro inclui também a Restauração Monárquica, a Ordem dos Jovens Monarquistas, o Orleanismo, bem como o o Círculo Monárquico Brasileiro e uma série de círculos locais. Eles advogam pela implementação de uma monarquia parlamentar no Brasil, com eleições para o Parlamento e o retorno da família Orleans e Bragança ao trono. A figura principal é o autoproclamado Príncipe Dom Bertrand, o atual herdeiro diante da recente morte de Dom Luiz. Atualmente, representantes da agenda pró-monarquia conseguiram abrir caminho em posições governamentais e receberam apoio de deputados das Direitas Radicais, como é o caso de Paulo Martins (PSC-PR) e Carla Zambelli (PSL-SP). O Pró-Monarquia e a Casa Imperial estão fortemente conectados e representam um retorno da força da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), bem como do legado de Plínio Córrea de Oliveira. Dom Bertrand foi membro da TFP e agora é diretor de relações institucionais do Instituto Plínio Córrea de Oliveira (IPCO), uma organização conhecida por seu caráter católico ultraconservador.

Entende-se que a longa abordagem do nazismo nas escolas tem relação com um consenso global e local que estabeleceu a rejeição ao terror nazista e seu posicionamento como atrocidade. Huhle (2016) explica que, no caso do ensino de história alemão, esse consenso e abordagem da memória do nazismo só aconteceu após a reunificação⁵⁹, constituindo o Nacional-Socialismo como tema abordado longamente nas escolas, sob a perspectiva das ‘vítimas’. O discurso de Alexander, no entanto, representa um questionamento a tal escolha, posicionando o período como apenas um episódio — equiparável e, inclusive, menos importante — frente aos ‘200 anos anteriores’. Nesse sentido, pode-se destacar que as Direitas Radicais alemãs se posicionam frontalmente contra a ‘culpa’ alemã, muitas vezes posicionando a cultura memorialista do país como uma cultura de vergonha para a sociedade.

Já a memória da divisão do país, assim como da reunificação em 1989, ganha destaque em algumas trajetórias de ativismo. Thomas (22 anos, Alemanha) apresenta-se como um típico alemão oriental e, apesar de não se referir nenhuma vez ao regime comunista (1949-1990), conta que as diferenças em sua família são marcadas pelas antigas divisões regionais. O jovem explica:

Bem, meu pai é diferente de mim e da minha mãe. Meu padrasto também é diferente. Meu pai é originalmente do lado oposto, o que poderia ser considerado "inimigo de classe" de acordo com a divisão alemã. Minha mãe, meu padrasto e eu somos todos do lado oriental, mas ele é do lado ocidental da Alemanha, mais precisamente de Renânia do Norte-Vestfália. Ao contrário do irmão dele, que se recusou a fazer o serviço militar, meu pai serviu na *Bundeswehr*, assim como o meu avô serviu. Aproximadamente na mesma época em que meu padrasto estava servindo no Exército Nacional Popular da RDA.

Ele descreve que tal origem define posicionamentos políticos diferentes e é uma marca que até hoje divide os alemães. Em relação à cultura de memória alemã, Binder (2021) afirma que, após a Segunda Guerra, a Alemanha Ocidental teria se mantido por meio de uma cultura de memória ‘*völkisch*’, a qual lamentava a derrota da Alemanha na Segunda Guerra, enquanto rapidamente se alinhava com a posição de “Ocidente” (*West*), que se levantava contra a ‘ameaça

⁵⁹ Huhle (2016) analisa e compara a construção de uma Educação para os Direitos Humanos e o aprendizado histórico na América Latina e Alemanha. Ele estabelece uma crítica ao sistema alemão, o qual não teria articulado tal aprendizado histórico à Educação para os Direitos Humanos; enquanto, no caso da América Latina, a memória das ditaduras teria sido diretamente incorporada a uma gramática internacional dos Direitos Humanos. Ele aponta que essa diferença pode estar relacionada à distância temporal das atrocidades, assim como a divisão da Alemanha, que tardou em se aproximar da ONU e de outros organismos internacionais. Contudo, a reflexão que se destaca em sua pesquisa diz respeito ao fato de que a gramática dos direitos humanos influencia diretamente a forma como a memória histórica é transformada em aprendizado histórico. Assim, podemos compreender que, no caso brasileiro, a memória da ditadura no Brasil como atrocidade é diretamente articulada à promoção e construção das políticas de direitos humanos. Considerando tal fato, torna-se mais compreensível a equivalência dada nos discursos das Direitas Radicais entre a ‘proteção’ ou ‘sacralização’ dos ‘guerrilheiros’ da ditadura à proteção dos ‘bandidos’ no presente, ambas atribuídas às esquerdas.

comunista'. Já nos anos 1950 e 1960, a memória teria sido substituída pela identidade heroica do '*Wirtschaftswunder*' (Milagre Econômico ou Milagre do Reno). Hilmar (2023) explica que esse discurso heroico ganha eficácia também na Alemanha Oriental pelo estabelecimento de um 'legado econômico de orgulho na sociedade industrial e no 'trabalho produtivo'' (p. 301). Referenciando a hiperinflação e a crise econômica dos anos 1920 como um trauma cultural, a capacidade de reconstrução e o desenvolvimento da economia pós Segunda-Guerra mundial seriam interpretadas como um ato heroico. Binder afirma que foi apenas em 1970 e 1980 que o país viveu a emergência de uma identidade relacionada ao 'Holocausto', acompanhada de uma culpa coletiva sustentada no aspecto de trauma fundamental da ação da Alemanha na Segunda Guerra Mundial.

Após a reunificação, o pesquisador afirma que a identidade alemã se torna mais uma vez um território de contestação, ainda que a identidade relacionada ao Holocausto tenha se institucionalizado mais profundamente durante os anos 1990 e começo dos anos 2000. Na parte oriental, haveria se fortalecido o discurso acerca da reunificação como um processo que conduz a uma desmoralização e frustração do potencial dessa região do país. Legitima-se a memória de um grupo que lutou e trabalhou arduamente pelo país, o qual seria merecedor de 'reconhecimento social'. Thomas é enfático ao dizer que sua cidade, parte da Alemanha Oriental, apresenta-se como uma 'promessa não cumprida', ou seja, uma cidade histórica, que, por conta da reunificação, torna-se empobrecida e esquecida. Ele dirá que:

Porque sou realmente orgulhoso da minha cidade, mas eu estou vivenciando essa deterioração da minha cidade há anos e isso me deixa triste. E eu quero mudar isso. Minha cidade, a cidade do grande compositor Georg Friedrich Händel (...). O maior compositor do mundo, mas hoje, ninguém se importa com sua cidade. Uma cidade que perdeu sua relevância econômica, eu não sei se ele aprovaria isso. Eu não acredito que ele aprovaria. Eu acredito que sua cidade deveria ser uma importante metrópole cultural e artística.

Hilmar (2023) explica que, no caso das Direitas Radicais alemãs, há uma promoção de 'narrativas econômicas' que fazem referência à mudança econômica ocorrida durante a transição do regime comunista para a sociedade de mercado após 1989. Segundo o pesquisador, são oferecidas interpretações que sugerem que a estrutura de reconhecimento social contém problemas muito graves, os quais poderiam ser reparados por meio dos projetos de privilégio para os cidadãos alemães que tem o desejo real de trabalhar, mas não as oportunidades. De maneira semelhante ao contexto brasileiro, o discurso da existência de corrupção seria utilizado para justificar a necessidade de mudanças, as quais são baseadas em uma reconstrução de um 'orgulho econômico', o qual parece bem retratado na narrativa de Thomas. A mudança econômica coloca-se no centro do ativismo do jovem, que afirma que:

Mas o capitalismo funciona. Só não funciona na Alemanha porque o que estamos experimentando aqui não é mais capitalismo, é uma mistura de capitalismo e socialismo, onde as massas estão desanimadas e desistem, levando ao aumento do desemprego, perda de receitas fiscais, como o imposto comercial. E o que o governo federal faz a respeito? Nada. O governo sempre tem dinheiro suficiente para gastar. Mas nós enfrentamos todas essas questões.

Hilmar (2023) ainda analisa que a necessidade de restaurar o orgulho econômico nativo é uma fonte de referência unificadora para a política de identidades promovida pelas Direitas Radicais alemãs. Tal identidade está relacionada com o compartilhamento do descrédito do governo comunista, lembrado como um sistema que distribuiu recompensas pelo desempenho econômico com base em critérios políticos. A ameaça e o perigo comunista também são (re)ativados e direcionados às esquerdas e aos movimentos de minorias — assim como aos Verdes. Tais grupos são associados a uma ideia de justiça social coercitiva — como retomaremos adiante — já que reforçam a recompensa de indivíduos indignos, considerados assim por não serem nativos ou por não estarem dispostos a trabalhar. Assim, propõe-se uma identidade alemã unificada pelos valores do trabalho árduo e pela capacidade de se reerguer economicamente. A instrumentalização das memórias parece, portanto, relacionar-se também com o estabelecimento dos Outros, ou seja, aqueles que ameaçam a plena realização dessa potencialidade. Na próxima seção, buscarei explorar como duas agendas que se diferenciam no contexto alemão e brasileiro, podem estar baseadas em um sistema de representação similar, o qual também se sustenta nos descritos (ab)usos da memória no interior das Direitas Radicais.

4.1.5 O Outro ameaçador: o encontro entre os ‘normais’ e os ‘cidadãos de bem’

Duas agendas destacaram-se enquanto particulares: por um lado, a defesa do controle da imigração — mencionada apenas no contexto dos entrevistados das Direitas Radicais alemãs — por outro, a defesa do armamento civil, trazida apenas pelos brasileiros. Unifico as duas agendas para análise, discutindo a possibilidade de interpretá-las com uma origem normativa comum: o estabelecimento de um Outro ameaçador e passível de exclusão e/ou eliminação. No caso alemão, a maioria dos entrevistados mencionou o ‘problema da imigração’, abordando a necessidade de maiores restrições por parte do Estado. Já no Brasil, praticamente todos os entrevistados mencionaram a defesa do porte de armas pelos civis, demandando uma flexibilização do estatuto do desarmamento.

A memória do nazismo foi convocada por alguns dos jovens brasileiros, como força de legitimação da pauta armamentista. Eles expressaram que líderes autoritários, como Hitler,

desarmaram a população para impor uma ditadura. Traduzindo a ideia do Estado como um potencial tirano, a defesa do armamento foi apresentada como um direito individual fundamental. Carlos (19 anos, Brasil) dirá que:

Hitler promoveu o desarmamento. Quer dizer, não foi Hitler, foi a República antes de Hitler. Esqueci o nome... República de Weimar que começou o desarmamento e o Hitler só seguiu a boiada. O que foi interessantíssimo pra ele, inclusive teve uma operação que o Hitler promoveu contra o Albert Einstein, né? Que ele acreditava que o Albert Einstein tava armado, né? Fizeram uma busca e apreensão na casa dele e encontraram uma faca de pão. **Para você ver a paranoia desarmamentista de um líder nazista. Então, pra você ver como era uma pauta nazista... nazista e também comunista, né?** Os soviéticos fizeram isso, na China fizeram isso, agora os nossos irmãos aí, a Venezuela aconteceu isso também, então há um estágio muito importante pra acontecer uma ditadura e segundo que com o armamento. **Eu, portanto, com uma arma eu tenho muito menos chances de morrer na mão de bandido, eu tenho chance de defesa. Tem a ver com essas duas questões: liberdade e autodefesa. Que tá estipulado na Constituição e também tá estipulada nos Direitos do Homem ali da ONU e tudo mais... que é a defesa pessoal.**

Observa-se que o armamento é posicionado como um direito pautado na liberdade frente ao Estado e na autodefesa em relação aos bandidos. Em oposição ao bandido, encontrou-se, nas narrativas, a categoria do ‘cidadão de bem’, o qual apresenta um caráter moralmente superior e encontra-se sob constante ameaça, devendo assumir a própria proteção e, muitas vezes, ‘fazer justiça com as próprias mãos’. Ilustrando tal imagem, vemos Vinicius (25 anos, Brasil) dizer:

Para lidar com esse problema é acabar com esse Estatuto do Desarmamento e armar o civil, sabe? **Porque o Estado, ele é onipresente, ele é falho, então dá o direito de legítima defesa às pessoas.** Para mim, na minha concepção, não é que vai acabar com a violência, mas **pelo menos um inocente, um pai de família, possa sobreviver, possa enfrentar, possa zelar pela sua família e tentar pelo menos amenizar a violência.** Porque eu sei que isso é difícil, é uma coisa que acontece rápido. (...) E se... Como é que fala? E se autodenominar uma pessoa que vai proteger tanto ele mesmo, como as pessoas ao seu redor. **Então, para mim, para poder pelo menos amenizar esse problema da violência, fora as políticas públicas como leis mais severas para criminosos e infratores, também o armamento civil, que pra mim é importante para a proteção do cidadão de bem.**

O jovem elenca a complexidade da questão, mas apresenta o armamento como um mecanismo de proteção. Observa-se que a figura do pai de família é a do inocente e ameaçado, quem enfrenta o crime para zelar pela sua família. Ele resume a figura do ‘cidadão de bem’, o qual também exige e clama por uma legislação mais punitivista. Teles (2018) reflete sobre a militarização da política e da vida e sobre a dinâmica de produção dessa dualidade ‘inimigo interno’ *versus* ‘cidadão de bem’ a partir de uma arquitetura estatal em uma sociedade racista, patriarcal e genocida. Ele entende que, nessa sociedade, o medo toma a forma de uma tecnologia de controle. Já Costa (2021) posiciona o ‘cidadão de bem’ como uma representação discursiva que visa ‘conferir legitimidade a determinadas práticas sociais e, portanto, com a qual diferentes

sujeitos podem se identificar’ (p. 8). Ele aponta que tal figura substitui, a partir dos anos 2000, o ‘trabalhador honesto’, por meio de uma nova categoria que dilui a distância entre trabalhadores explorados, classe média privilegiada e patronato. Por essa razão, a nova categoria iria se apresentar enquanto ‘homogeneizante e enigmática’ (p. 4), excluindo apenas os classificados enquanto ‘vagabundos’ ou ‘bandidos’.

Costa entende que a força de tal representação está em sua capacidade de ‘ocultar as relações de poder envolvidas, assim como atuar como delimitador moral de relações objetivas de segregação social e de violências policiais’ (2021, p. 4). O ‘cidadão de bem’ revelaria os limites da ideia de ‘cidadania’ no Brasil, também alertando para as condições de criminalização da pobreza. Em relação à criminalização da pobreza, é importante também destacar a conformação das ‘cidades de muros’ (Caldeira, 2000) a partir da década de 1990 e a transformação no formato e na experiência do crime organizado. Os programas de jornalismo investigativo e policial multiplicaram-se na televisão aberta brasileira desde essa década e tornaram-se o principal espaço em que são retratadas as perseguições e acusações contra rostos, em sua maioria, de jovens e negros (Oliveira, 2011; Romão, 2013).

Em *Vida Precária*, Judith Butler (2011) reflete sobre o que nos liga eticamente à alteridade, ao Outro entendido como pessoas marcadas por vidas precárias. Na argumentação de Butler, a representação da alteridade constitui um meio de humanização/desumanização, de reconhecimento do vínculo ético-moral com o Outro ou de justificação de sua eliminação. Ela revela como a mídia, ao personificar e representar a guerra por meio dos rostos estampados em jornais e revistas, por exemplo, acaba eliminando a perda nesses rostos e a precariedade da vida. Esse rosto mascara o sofrimento humano e a proximidade com a precariedade da vida, apagando a percepção de perda que existe na guerra. Para Butler (2011), é essa anulação da percepção da perda — a insensibilidade humana à dor e ao sofrimento — o mecanismo pelo qual a desumanização é consumada.

No Brasil, as pessoas da periferia, os pobres e os negros são estigmatizados e retratados como ‘perigosos’ e ‘bandidos’ diariamente pelos programas de jornalismo policial. Caldeira (2000) aponta que a sociedade brasileira, com sua legitimação da vingança e do punitivismo, criou o lema ‘bandido bom é bandido morto’, o que admite que, se forem criminosos, a morte seria justificada. Os assassinatos nas periferias são justificados pela mesma associação, ‘eles morrem porque são criminosos’. Na trajetória de Catarina (20 anos, Brasil), por exemplo, tal questão foi trazida por um professor e é descrita como uma das portas de entrada para reflexões acerca da política. Leticia (32 anos, Brasil) também fornece elementos para compreender os

discursos que conectam o armamento feminino com uma defesa contra a violência identificada na figura dos bandidos:

Tem muitos estudos nos Estados Unidos, de estados, de mulheres, elas carregam armas, sabem atirar, sabem manusear armas. Ela tem uma maior segurança. (...) Se um dia, eu for agredida por uma pessoa maior do que eu, um homem que tem uma massa muscular muito maior, a minha única chance é com uma arma de fogo, né? **Mas eu sou uma pessoa que sei manusear uma arma, eu vou pra estande de tiro, eu tô em treinamento, mas assim, a minha única chance é essa.** (...) Ainda mais que a taxa de agressão contra a mulher, principalmente quanto a estupro, crime de violência sexual, é com pessoas desarmadas, geralmente com faca. Na maioria das estatísticas. Mas eu lembro que foi a favor disso e eu conversava com muitas pessoas que, **no Brasil, antigamente, eu lembro que não tinha tanto controle de armas e as pessoas falavam assim ‘nossa, mas era muito mais seguro antigamente’.** (...) **E eu acredito e já saiu até jurisprudência com essa justificativa, que o Estado não consegue proteger as pessoas. O Estado não consegue tá em todos os lugares ao mesmo tempo.**

A jovem é enfática ao apontar que as armas são necessárias frente a um Estado falho⁶⁰ e incapaz, além de destacar um suposto ‘passado’ em que haveria mais segurança. Dessa forma, entende-se que esse discurso também remete à reativação da memória da ditadura como um tempo de maior segurança e maior ‘efetividade’ estatal na perseguição dos inimigos internos.

No caso alemão, a maioria dos entrevistados apontou para o Estado como o responsável por agir na restrição dos processos migratórios. Apesar de ambas as agendas apontarem ‘erros’ ou ‘falhas’ estatais, a solução é vista como oriunda de ações diferentes. Alexander (18 anos, Alemanha) dirá que seu grupo político ‘quer que tudo seja regulamentado com eles — imigração regulamentada e nenhum fluxo incontrolado de refugiados.’ Tal particularidade pode ser refletida à luz da — já realizada — análise da tradição ordoliberal alemã.

No cerne dos argumentos de Simon (22 anos, Alemanha) e de Thomas (22 anos, Alemanha) contra a imigração, localiza-se a necessidade de desenvolvimento econômico do país e o destaque ao fato de que os imigrantes não proveem uma ‘força de trabalho’ qualificada para a Alemanha. Isso vai ao encontro da hipótese de Havertz (2019) acerca do estabelecimento de um sistema competitivo entre os indivíduos, em que as desigualdades que são produzidas no interior do sistema são convertidas em hierarquizações entre grupos sociais, guiando-se por um ‘Darwinismo’ social. Seguindo tal hipótese, não se torna estranho que encontremos narrativas em que os muçulmanos são apresentados como não integrados e parte de uma cultura que se

⁶⁰ É fundamental considerar que, em termos de discursos relacionados à segurança pública no Brasil, para além da pauta armamentista, há o punitivismo. Pinto Neto e Cipriani (2021) localizam este como um engate discursivo e subjetivo nas Direitas Radicais brasileiras. No caso do punitivismo, haveria também uma convocação do Estado para a regulação, seja por meio das demandas de redução da maioria penal ou de aumento e maior severidade das penas. Contudo, no caso da análise das entrevistas dos jovens, esse elemento não foi preponderante, revelando uma maior contundência da defesa da pauta armamentista articulada ao posicionamento do Estado como incapaz de ‘resolver o problema’.

choca com o ‘normal’ alemão. Considero especialmente interessante a experiência de Alexander (18 anos, Alemanha), que começa a revisitar e reinterpretar as mudanças em seu entorno a partir da construção de um centro de refugiados em sua cidade.

Como eu disse, durante a crise dos refugiados, também tivemos um centro de refugiados construído aqui em nossa área. E desde então também tivemos estranhos incidentes, que de alguma forma às dez horas da noite a música ainda tocava nos alto-falantes e você podia ouvi-la um pouco ou algo assim. Não se pode dizer se foram eles, mas havia muito mais lixo espalhado por aí. Ou que eles corriam para fora e gritavam. Não era nada que me comovesse naquele momento. **Mas então, quando pensei novamente sobre isso alguns anos depois, percebi que todos os incidentes que tinham acabado de acontecer como as facadas ou os ataques terroristas. Foi assim que surgiu, que de alguma forma estava ligado ao fato que se vivia também em casa, que algo assim podia acontecer, que eles não conseguiam se comportar.** E foi isso que me pegou. Neste sentido, pelo menos no ponto de migração e refugiados, isso me colocou em sintonia com o partido.

Dessa forma, nota-se que o encontro com o partido levou o jovem a revisitar o passado e estabelecer uma generalização, posicionando os imigrantes como aqueles que ‘não conseguem se comportar’. Wahl (2020) ressalta que é fundamental que consideremos que as Direitas Radicais utilizam referências a experiências reais. Para o pesquisador, o perigo dos discursos que interpelam os jovens é a generalização e a mobilização de uma política do medo (Wodak, 2015). Ele aponta que a extrema direita evoca o medo dos estrangeiros, acusando os imigrantes de serem pessoas assustadoras e descontroladas que devem ser combatidas. Além disso, mobiliza ansiedades diante das mudanças econômicas e sociais, da globalização, articulando-as ao estabelecimento de um inimigo comum. Poderíamos associar que a defesa do armamento civil no Brasil viria como resultado de um mesmo tipo de mobilização do medo, que diz respeito à ameaça do ‘inimigo interno’, aquele cuja violência é também entendida como ‘descontrolada’. Nussbaum (2013) tem sido um dos principais nomes na análise das emoções e de sua relação fundamental com a política. Ela entende que diversas emoções podem apoiar princípios e projetos políticos, mas que emoções naturais podem ser orientadas para fins de exclusão e estigmatização.

Mas, mesmo que consideremos que o medo é uma possível origem comum, ainda prevalece o desafio de entender por que a arma emerge como uma solução no contexto brasileiro. Para isso, reflete-se sobre a função de coerção social do Estado e como ela se organiza e se legitima no país. Muniz e Proença Junior (2013), em *Armamento é Direitos Humanos: nossos fins, os meios e seus modos*, apontam que, no contexto de diferentes países, a forma de estabelecer o poder policial e torná-lo agente coercitivo definirá também o modo como a sociedade interpretará a defesa e a segurança pública. A associação entre a arma e a segurança

no Brasil teria emergido diante da ideia de que o poder coercitivo é parte fundamental da política, ou seja, diante de uma militarização da vida e de uma constante legitimação de ações coercitivas pela via da arma e da violência. Dessa forma, a fala de Carlos (19 anos, Brasil) fornece uma chave fundamental para a compreensão da construção discursiva⁶¹ de tal agenda: **‘é assim, arma é poder!** O próprio Mao Tse Tung fala que o maior poder político é o cano de um fuzil e ele tem razão.’

Já na Alemanha, a construção da coerção social pela via armada não parece ser tão presente, sendo ainda o Estado entendido como o mediador e responsável pela regulação da entrada dos imigrantes. A violência urbana no país não é armada, mas, ainda assim, tem sido atribuída ao Outro. A narrativa de Simon (22 anos, Alemanha) é especialmente interessante, porque combina dois componentes fundamentais para a presente análise. Ele diz:

Todos nós queremos este país. **Basicamente, o salvamos de... de... de... Das pessoas. Que estão nos levando a uma crise energética causada por nós. De... Eu não quero usar a palavra, especialmente de uma inundação de pessoas culturalmente estranhas (*einer Überflutung von kulturfremden Menschen*)**, onde somos levados a acreditar que eles poderiam resolver nossa escassez de trabalhadores qualificados, quando eles próprios não podem facilmente escrever e falar sua própria língua. Queremos fazer um argumento forte... Queremos fazer campanha por um sistema de imigração como a Suíça, Canadá, Nova Zelândia e Austrália. Precisamos de pessoas qualificadas.

Primeiramente, há a ideia de salvação e, em seguida, o uso de ‘pessoas culturalmente estranhas’ (*kulturfremdem Menchen*). Tal vocabulário é estabelecido no interior dos movimentos das Direitas Radicais europeias, que têm tratado a identidade, nacionalidade e cultura como instâncias rígidas, inatas e imutáveis. Assim, ao denominar imigrantes como culturalmente estranhos, estabelece-se a ideia de um ‘normal’ e constrói-se um sistema de representação que opõe os ‘normais’ x ‘culturalmente estranhos’.

Uma imagem fundamental da construção desse sistema é encontrada no recente *slogan* da AfD, que diz *‘Deutschland, aber normal!’* (Alemanha, mas normal!). O *slogan* é lançado em meio à pandemia e é muito bem ilustrado por uma campanha política na qual a AfD inicia com uma voz em *off*: ‘normal — o que é isso hoje em dia?’. Observa-se, então, tal pergunta sendo digitada em um mecanismo de busca online. Em seguida, aparecem cenas de convívio

⁶¹ É importante mencionar que diversos trabalhos também exploraram e revelaram interesses econômicos relacionados à implementação e à expansão da indústria armamentista. Para ler mais sobre a dimensão do militarismo americano e do *lobby* que afeta também o Brasil, ver Panetta (2017). A construção da agenda no Brasil é também reflexo do contexto americano, no entanto, dentro do aporte teórico da presente investigação, a tentativa é destrinchar quais são os discursos que interpelam os jovens de modo que, em seu processo de identificação, essa se torna uma agenda de extrema contundência.

familiar, esteticamente retratadas no estilo de um filme amador Super-8 dos anos 1960 ou 70, no qual uma família heterossexual e branca divide a mesa e ri alegremente. Escuta-se então: ‘antigamente, costumava-se dizer que ser normal era de certa forma entediante. Completamente normal e careta’. Em seguida, há uma mudança visual para o presente, quando vemos imagens de placas de aviso com medidas de higiene do coronavírus no espaço público e áreas externas de restaurantes fechadas. ‘Mas hoje? Não é que agora a ‘normalidade’ pode ser o que está nos faltando? O que realmente queremos!’ A música de fundo torna-se mais dramática, seguida por imagens de uma jovem mulher com maquiagem e mascarada segurando um megafone, uma bandeira ‘Antifa’ tremulando ao vento e, em frente ao Portão de Brandemburgo, uma faixa de protesto na frente do G20 e barricadas em chamas: ‘porque o mundo ao nosso redor se tornou tão louco’. Outra mudança conduz para cenas emocionalmente carregadas de uma família branca — ‘e de repente percebemos que ‘normal’ é algo muito especial... Normal é um lar’ — uma mulher pinta a cerca do jardim com sua filha — ‘...são fronteiras seguras...’ — um homem tem algemas colocadas atrás dele, sem mostrar seu rosto — ‘...são ruas limpas’. A vista de uma igreja da vila em uma paisagem idílica de florestas e campos — ‘normal é simplesmente bonito’ — e finalmente Berlim ao pôr do sol — ‘*Deutschland. Aber normal*’⁶².

Tal propaganda propicia uma visão bastante clara de mecanismos utilizados para construir os elementos que colocam o ‘normal’ sob ataque. As famílias novamente figuram como elemento central da ‘normalidade’⁶³, a qual é ameaçada pelas medidas restritivas do governo na pandemia, pelos movimentos de protesto (que se concentram nos Antifas e nos Verdes) e, por fim, pelos ‘sem rosto’, aqueles que não são contidos pela cerca, numa clara referência aos imigrantes. Roy (2022) encontrou um mesmo discurso em suas entrevistas com mulheres parte da AfD e da FPÖ. Ela destacará que as mulheres se descrevem como ‘normais’, destacando que uma das entrevistadas dirá que ‘eu sou uma pessoa completamente normal, uma mulher completamente normal’.

⁶² O vídeo completo pode ser encontrado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=XHNlw2tuuDk>.

⁶³ Safatle (2020) fornece uma análise sobre a ‘sobreposição entre o corpo social e estrutura familiar’ que parece ocorrer no caso da presente propaganda. Ele dirá que tal sobreposição tem uma função clara. ‘Tudo se passa como se a família fosse o modelo de ‘relações harmoniosas’ que teria a força de eliminar o caráter muitas vezes aparentemente intransponível dos conflitos sociais. O familismo em política pressupõe a fantasia social da família como núcleo de relações hierárquicas naturalizadas, não problemáticas, da autoridade baseada no amor e na devoção. Núcleo no qual os lugares sociais de autoridade e submissão são lugares naturais. Algo muito distante da explicitação freudiana da família como núcleo produtor de neuroses.’ (p. 22).

Por um lado, Roy identifica que tal narrativa reflete um campo de argumentação que busca sustentar que o partido não seria ‘tão mal’, já que mulheres como ela, completamente ‘normais’, também teriam um lugar. No entanto, num campo mais amplo, a ideia de um ‘normal’ é estendida ao que Wodak e Reisigl (2015) definirão como um racismo cultural(ista). O racismo é definido por Anthias e Yuval-Davis (1992, p. 2) como ‘modos de exclusão, inferiorização, subordinação e exploração’ que irão variar conforme os contextos sociais e históricos. Para as autoras, a ‘alteridade’ seria constituída a partir de elementos como cor de pele, categorias étnicas, cultura e religião, produzindo a ideia de um Outro ‘imutável e desviante’. Anthias e Yuval-Davis (1992) vão ao encontro de Achile Mbembe (2020) quando esse diz que a ‘cultura’ se torna o novo elemento central do racismo, entendida agora como fruto de diferenças genealógicas. Wodak (2015) dirá que esse processo se constitui a partir de um processo de atribuição (*ascription*), no qual características e estereótipos são atribuídos a um grupo específico com base em suas origens culturais, étnicas ou religiosas. Por meio desse processo, perpetua-se a ideia de uma inferioridade do grupo, justificando sua exclusão, marginalização ou discriminação.

Mulinari e Neergaard (2015) irão definir o racismo cultural(ista) como baseado em ‘duas suposições-chave: primeiro, que a cultura (ou religião) é uma característica essencialmente semelhante à biologia, uma essência; segundo, que existe uma conexão ‘natural’ entre lugar (nação) e cultura, possibilitando a reivindicação de uma cultura enquanto superior’ (p. 508). Fekete (2009) também argumenta que, no racismo atual, as justificativas culturais substituíram as justificativas raciais e que, por exemplo, ‘a cultura muçulmana’ — apesar de sua diversidade — é apresentada como monolítica e construída como ‘estrangeira’ e incompatível com os valores europeus. Uma narrativa racista dominante é, por exemplo, que os muçulmanos europeus se apegam à sua cultura, portanto são incapazes de ‘se integrar’ (p. 85). Tal narrativa manifesta-se quando Simon nomeia os migrantes como ‘antissociais’.

Para refletir sobre essa questão e as exigências para integração, considero importante e ilustrativa a trajetória de Nissin (23 anos, Alemanha) que, oriundo de uma família muçulmana, decide se converter ao cristianismo. Ele identifica-se enquanto alguém com origem migratória, mas busca diferenciar-se dos demais imigrantes pela identificação como um conservador cristão-alemão. Seu processo de transformação é marcado pelo batismo, que simboliza um processo mais amplo de integração. O jovem comenta que, anteriormente, sentia que as pessoas não o levavam a sério. Ao passar por um processo descrito como autoaperfeiçoamento, ele passa a ser tratado com mais respeito e a ser realmente notado. Dessa forma, observa-se que a

integração é condicionada ao abandono das referências originais e uma adesão a um novo sistema de representação, dentro do qual a demarcação de um novo estilo e aparência também o diferencia da ‘cultura’ de outros imigrantes.

Conforme ilustrado no decorrer deste capítulo, o significante ‘cultura’⁶⁴ figura como central para as Direitas Radicais, o que também se reflete na recorrência do termo segundo a Nuvem de Palavras. Hall (2000) já previa que as lutas pelo poder e pelas significações iriam se tornar cada vez mais simbólicas e discursivas, conseqüentemente tomando a forma de políticas culturais. No entanto, considero que as leituras sobre o cenário atual enquanto ‘guerra cultural’⁶⁵ (Quadros, 2014; Santos, 2020) trazem riscos em relação ao reforço de um binarismo e da identificação de um inimigo interno, que são parte intrínseca dos sistemas de representação das Direitas Radicais. As Direitas Radicais têm reforçado sua posição de contramovimento ao declararem operar uma ‘contrarrevolução cultural’. Assim, ao afirmar que estamos diante de uma guerra cultural, reativa-se a ideia da existência dos inimigos internos — os quais precisam ser identificados e perseguidos — assim como reforça-se o discurso que posiciona os problemas como localizados na ‘cultura’. Nuria (19 anos, Brasil) dirá que:

Porque a gente tem aquele famoso jeitinho de brasileiro de passar por cima do outro. Então, esse problema moral que o Brasil tem, é o que faz gerir outros problemas. Porque o Brasil **gosta de se dá bem por conta da cultura. Então, é tanto cultural como moral, que tem o Brasil de problemas que, infelizmente, vai demorar um pouco para consertar.** Porque num é só em quatro em quatro anos, elegendo presidente que vai consertar isso. Mas sim aos poucos, porque é uma questão cultural, então o problema do Brasil está na cultura e na moral mesmo, que faz gerir outros problemas.

⁶⁴ Igreja (2021) desenvolve um estudo antropológico focado na análise da relação do bolsonarismo com as identidades étnico-raciais, centralmente indígenas. No caso das entrevistas desta pesquisa, a questão indígena não ganhou destaque, contudo, há elementos da pesquisa que corroboram para a compreensão da construção do Outro e a posição da alteridade nas Direitas Radicais. A pesquisadora destaca que o ‘multiculturalismo’ ganha força na década de 1990 no Norte e Sul Global, porém adquire novos sentidos sob influência do neoliberalismo global e da ascensão dos governos de extrema-direita. Tais grupos trariam debates acerca da ‘identidade’, ‘cultura’ e ‘essencialismos culturais’ para o cerne da política, conferindo-lhes novos significados. As identidades, nesse contexto, seriam radicalizadas e instrumentalizadas, construídas nas fronteiras, e em interação com o discurso sobre o Outro. Dessa forma, o estudo também destaca que é na construção do Outro que as Direitas Radicais globais buscam fornecer elementos para uma identificação coesa entre seus apoiadores e ativistas.

⁶⁵ O conceito de ‘guerras culturais’ foi recuperado da década de 1991 e do livro *Cultural Wars*, de James Davison Hunter, em 1991. No livro, apresenta-se a oposição entre duas visões de mundo antagônicas, uma relacionada ao conservadorismo e às direitas, e outra relacionada ao progressismo, relativo a grupos no espectro político das esquerdas. No livro, é feita uma descrição do fenômeno, que tem como centro as interpretações de dilemas considerados morais. Entendo que, quando pensamos no campo das diferenças, busca-se enfatizar que há um conflito em nossos tempos em torno das definições da cultura, contudo acredito que o conceito de ‘guerra’ reforça uma continuidade da Guerra Fria e uma polaridade reducionista, a qual pode servir mais diretamente aos sistemas de representação fornecidos pelas Direitas Radicais.

Entende-se que o significante ‘cultura’ tem sido apropriado e revisitado de forma a enfatizar elementos de ‘natureza humana’, que irão ser interpretados por vias morais e binárias. No caso alemão, há um aprofundamento do problema, já que os imigrantes são apontados como problema diante de uma questão atribuída enquanto ‘cultural’. Ao dizer dos ‘culturalmente estranhos’, a cultura não é apenas entendida como algo estático; estabelece-se uma via de valoração em que comportamentos desviantes são atrelados a uma ‘cultura’. Assim, entende-se também que os significados e os contextos de uso dos significantes — listados a partir da análise de recorrência feita por meio do *software* NVivo — são importantes para compreender a gramática das Novas Direitas. Nas próximas seções sigo, portanto, para a análise de alguns desses significantes, buscando compreender processos de esvaziamento ou de disputa que permitem um uso estratégico, o qual se torna fundamental na implementação dos projetos políticos de tais grupos e movimentos.

4.1.6 As pessoas e o povo (*der Volk*): ocultamento das relações de poder e opressão

No centro da Nuvem de Palavras gerada e ilustrada no início do capítulo (Figuras 1 e 2), encontramos os significantes ‘pessoas’ e ‘gente’, que juntos compõem 3% de recorrência no interior dos 100 termos mais utilizados. No decorrer da transcrição e da própria análise, esse não foi um elemento notado, mas, diante do resultado, retornei às entrevistas e busquei compreender de que forma os termos foram utilizados pelos jovens. O retorno permitiu observar que ambos os termos foram utilizados para ‘generalizações’, ou seja, ao constituir suas observações e explicações em termos de seus projetos políticos, os jovens endereçavam com intensidade aquilo que um ‘conjunto geral’ — do qual eles se veem parte — desejava, fazia, necessitava ou experimentava. ‘A gente’ e ‘as pessoas’ endereçavam um grupo aparentemente homogêneo que compartilhava com eles as mesmas angústias e projetos. Tal dimensão pode ser observada quando Nuria (19 anos, Brasil) diz:

Mas, eu não vou representar apenas minha comunidade, mas todas **as pessoas**. Porque, tipo, não importa se **a pessoa** apenas for cristã, eu me importo se ela for um ser humano, porque **as pessoas** gostam de fazer essa segregação, né? Ah, separar o branco do negro, essas coisas, mas isso, eu não gosto disso de separar **as pessoas** por conta disso. Eu gosto de saber o seguinte. Que na lei fala "somos iguais perante a lei", obviamente, a gente tem expectativas sociais e econômicas diferentes. Só que a lei deixa as coisas mais justas **para as pessoas**. Então, eu busco a justiça **por todas as pessoas** e não apenas por aquilo que me convém, **mas pelas pessoas**.

Tal elemento chama a atenção e vai ao encontro de algumas análises feitas nas seções anteriores (Costa, 2021) que apontam que, no discurso das Direitas Radicais, as relações de poder são ocultadas. Berg (2018) também afirma que, no discurso das Direitas Radicais alemãs, processos de atribuição, homogeneização e generalização são utilizados. Percebe-se que a recorrência de termos relacionados à classe e à desigualdade são praticamente nulos. Opressão, pobreza, riqueza, precariedade não parecem conformar a gramática da luta política dos jovens ativistas. Já termos como ‘economia’, ‘liberdade’, ‘cultura’ e ‘dinheiro’ ganham centralidade.

A alta recorrência do uso de ‘pessoas’ e ‘gente’, também conduziu a um questionamento acerca do uso de ‘povo’. Primeiramente, foi necessário pensar nas questões referentes à tradução. No alemão e no português, os termos povo (*Volk*) e pessoas (*Menschen*) são diferenciados. Contudo, nas entrevistas em inglês (duas no universo de doze), ‘*people*’ pode receber as duas traduções — ‘povo’ ou ‘pessoas’. Tal questão foi endereçada por meio de uma tradução baseada no contexto discursivo. Um exemplo em que ‘*people*’ poderia ser equivalente a povo é encontrado quando Nissin (23 anos, Alemanha) diz:

Nunca me consideraria um extremista. Não tenho ódio contra nenhuma minoria ou algo do tipo. Só estou dizendo que, por exemplo, quando se trata de migração, estou apenas dizendo que está ficando fora de controle e que a política atualmente não está mais voltada para nosso próprio povo, para as pessoas que vivem na Alemanha, que moram aqui há muitos anos. Até mesmo os migrantes que vivem aqui há muitos anos estão apenas fazendo política para outros países. Por exemplo, tivemos uma grande enchente no ano passado na Alemanha, na parte oeste e na parte ocidental da Alemanha. E o governo decidiu dar apenas 300 euros para cada pessoa que vivia naquela área no início. E, ao mesmo tempo, eles enviaram 300 milhões de euros para o Afeganistão. E todos estavam pensando: **‘bem, esse é o nosso próprio povo’** As pessoas estão sofrendo com as enchentes e não têm mais casa. Mas o governo ainda tem 300 milhões para o Afeganistão.

Para compreender melhor a diferença, é fundamental entender o desenvolvimento acerca da ideia de ‘povo alemão’ (*Deutsche Volk*). Um nome bastante importante é Erich Keyser. O historiador e etnólogo, influenciado pelo folclorista Adolf Helbok, definiu o *Volk* (povo) como uma ‘vida comunitária historicamente desenvolvida, na qual pessoas, devido à sua descendência familiar, formam uma comunidade de sangue e uma comunidade funcional e, dessa forma, se diferenciam de outros povos’ (Keyser, 1935, p. 3). Keyser ficou conhecido pela colaboração com o Nacional Socialismo, desenvolvendo pesquisas que reforçavam as ideias acerca da existência uma etnologia alemã, a qual foi explorada por meio da pesquisa racial (*Rassenforschung*). Keyser também afirmava que a composição do povo teria relação com a região habitada pela população (*Bevölkerungsraum*), a qual se constituiria como ‘espaço vivo’ de

comunidades específicas humanas. Sua abordagem, portanto, apontava a existência de uma essência e um valor do ‘germanismo’ contemporâneo, a partir da identificação de um ‘núcleo’ racial-biológico do povo alemão, assim como de elementos ‘estrangeiros’ em seu corpo étnico (*Volkskörper*). (Pinwinkler, 2004).

Santos (2018) explica que o Nacional-Socialismo, baseado em tais teorias, lança mão do discurso acerca da necessidade de expansão e preservação do *Volk*, que seria uma ‘entidade orgânica’ que ‘tinha que ser assegurada através de qualquer meio’ (p. 41). Ou seja, haveria a necessidade de políticas que promovessem a preservação dos números desse povo racialmente puro. Assim, os conceitos de ‘*Volk*’, ‘*Rasse*’ e ‘*Bevölkesraum*’ são considerados intrinsecamente conectados ao passado nazista, sendo evitados por diversos grupos políticos. A virada acontece com a ascensão das Direitas Radicais na última década, que recuperam o conceito⁶⁶ por meio de uma nova teoria centralizada no *Bevölksraum* (espaço do povo) e centralizada no conceito de ‘cultura’. No etnopluralismo — posicionado como alternativa ao multiculturalismo — entende-se que povos ‘pertencem’ a regiões específicas do planeta, devendo ali permanecer.

Considerando tal conexão ao passado nacional-socialista, busquei compreender quando tais termos eram utilizados e em quais contextos emergiam. Simon (22 anos, Alemanha) dirá que:

No entanto, não fazemos nada disso, **porque nosso estado gasta dinheiro em todo o mundo, mas não tem nada para a própria população (*die eigene Bevölkerung*)**. Isso está causando um extremo descontentamento. Especialmente porque nos é recomendado que tomemos banhos frios ou usemos apenas um pano para nos limpar, para economizar energia. E, assim, isso não pode continuar. **É terrível. Essas não são perspectivas futuras, porque este ano não será o último ano em que teremos escassez.**

De maneira semelhante a Nissin, o termo *Bevölkerung*⁶⁷ é utilizado para argumentar em relação aos gastos do governo, os quais deveriam se dirigir apenas para ‘o povo alemão’.

⁶⁶ O lema do grupo PEGIDA, é ‘*Wir sind das Volk*’ (Nós somos o povo). Essa é uma referência a teorias raciais acerca da composição do povo, dentro de um movimento cuja principal bandeira é a luta contra a islamização do Ocidente (*Volk*, 2020).

⁶⁷ No website da AfD (2023), por exemplo, há uma sessão para notícias e textos relacionados à família, na qual se encontra uma notícia com o título ‘*Familienförderung und Bevölkerungsentwicklung*’ (Apoio à família e ao desenvolvimento populacional). Ali, a denotação étnica do termo é evidente: ‘o dramático aumento do número de pessoas sem casamento e sem filhos e o desaparecimento de famílias de tamanho médio normais — que os principais partidos políticos já aceitaram como inevitável — estão levando a uma redução da nossa população nativa (*angestammten Bevölkerung*) em mais de 250.000 pessoas por ano, com uma tendência de aumento significativo. A AfD (Alternativa para a Alemanha) se opõe a essa tendência de autonegação e deseja tornar a sociedade alemã fundamentalmente mais amigável para famílias e crianças. A Alemanha, dadas as condições

Considerando o fato de que tais discursos são mobilizados em conjunto com a agenda anti-imigração, fortalece-se a ideia de que as conotações étnico-raciais do passado são reinstauradas. Em relação ao cuidado com os termos *Volk* e *Bevölkerung*, chama a atenção o caso de Thomas (22 anos, Alemanha), que não utiliza o termo em nenhum momento para se dirigir à Alemanha, mas permite-se utilizar ‘*brasilianische Volk*’, destacando a necessidade desse ‘povo’ tornar-se uma nação forte:

É um aspecto importante para **que o povo brasileiro possa se tornar forte, uma nação forte. Se o povo continuar se dividindo**, o Brasil nunca poderá se tornar a potência líder, a grande potência econômica e diplomática no continente sul-americano. (...) **O povo brasileiro precisa se tornar parte da política**, assumir a responsabilidade por todo o continente sul-americano, se os políticos não conseguirem mais fazer isso.

De maneira complexa, percebe-se que as generalizações fornecidas por meio do uso de pessoas são invertidas quando os argumentos passam a ser os sistemas de prioridade do Estado. A generalização que busca aparentar uma dimensão ‘inclusiva’ das Direitas Radicais é anulada pela presença de diversas normatividades que definem valores distintos para as pessoas com base em gênero, nacionalidade, etnia, religião e orientação sexual. Nesse sentido, retomo Butler (2000), quando reflete sobre o peso dos corpos, evidenciando que sistemas de categorização que buscam se apresentar como gerais, inclusivos e naturais, são justamente aqueles que priorizam a construção de um Outro desviante. No caso alemão, os discursos *völkisch* parecem funcionar como instrumentos biopolíticos cuja função é regular o povo de acordo com uma concepção biológico-nacional e racial. No caso brasileiro, os discursos acerca do cidadão de bem também parecem exercer a mesma função, evidenciando as limitações da garantia de direitos, traduzidas de maneira clara pela ideia de que ‘direitos humanos’ deveriam ser dirigidos a ‘humanos direitos’.

4.1.7 Os cálculos da liberdade: a justiça social como coerção

A liberdade também figurou como um significante central nos discursos dos jovens, aparecendo como um termo de alta recorrência. O tema já foi amplamente explorado por meio de pesquisas que buscam evidenciar as novas concepções de liberdade instauradas frente a uma normatividade neoliberal (Dardot & Laval, 2016; Silva Junior, 2020; Franco et al., 2020).

demográficas atuais, precisa de uma mudança de paradigma em direção a uma política populacional (*Bevölkerungspolitik*) na forma de uma política familiar ativadora’.

Busco, aqui, refletir sobre como tais normatividades estão refletidas nas narrativas dos jovens entrevistados, selecionando alguns trechos nos quais a liberdade é apresentada como uma agenda:

Mas também tenho algumas pessoas do passado que me odeiam agora porque votei na AfD, o que não consigo entender de forma alguma, porque eu costumava me dar muito bem com eles e não os odiaria agora se eles fossem para *Fridays for Future*. Mesmo que eu... mesmo não goste, vai lá, **isso é democracia, isso é liberdade. Todos devem fazer o que quiserem**. Mas você ainda tem que poder falar sobre isso. E não imediatamente demonizar alguém (**Simon, 22 anos, Alemanha**).

Agora, o que a gente precisa ser contra, é ditadura. Porque a ditadura censurou as pessoas, deixou um monte de pessoas presas e já conheço bastante pessoas que têm testemunho, que vieram de ditadura. Então, **eu tenho que ser contra aquilo que vai contra a liberdade do indivíduo, independente se é de direita ou de esquerda, que eu sei que tantas ideologias são falhas em si, eu tenho que ver que se tirar a liberdade do indivíduo, se for algo extremo, eu tenho que ser contra**. Porque eu sou a favor da liberdade individual, então por que que eu vou ser a favor de uma coisa que tira a liberdade minha e do meu próximo? **Isso que eu sou, o meu conceito é Liberdade. A propriedade, a família, o patriotismo!** (**Nuria, 19 anos, Brasil**).

A liberdade sempre foi um ponto muito alto, é o ponto central. **Eu acho que nós temos que brigar sempre pela nossa liberdade. Nada, nada, nada é mais precioso do que a nossa liberdade**. Nada. Então, isso começou a ter essa filosofia que eu tenho já dentro de ir contra essa questão de ditadura, contra de governos, de tirania, contra o Estado. O que eu tenho muito assim, eu não gosto do estado. O papai Estado. **Ah, o papai estado fez uma lei lá porque tem muito hipertenso, então vamos tirar o sal da mesa. Não! A pessoa tem que ter o direito. Se ela quer, o Estado não pode falar não** (**Leticia, 32 anos, Brasil**).

A liberdade de empreender são coisas que o conservador também defende, porque o liberalismo econômico, enquanto o socialismo defende tudo unificado, mas num deu certo. (...) E inflação, problemas de saúde, problemas de infraestrutura e vários outros problemas que tinha na época da União Soviética com o governo socialista de Stalin. E, no decorrer disso, eu fui ver o lado da moeda. Eu me identifiquei e vi que isso funciona. Então, para mim, foi essa trajetória, **de tanto estudar um lado como estudar o outro e se identificar com aquilo que realmente é o mais correto do ser humano, sabe? Que é os princípios, a liberdade econômica. E a moral judaico cristã que é a nossa base ocidental para a nossa democracia e para o nosso desenvolvimento** (**Vinicius, 25 anos, Brasil**).

Conforme vemos, no conjunto dos discursos, a liberdade passa a ser definida a partir daquilo que a nega. Ou seja, há a prevalência de noções negativas de liberdade, por meio das quais o Estado é posicionado como um potencial tirano, responsável pela implementação de ditaduras. Quem a define de maneira mais direta é apenas Simon (22 anos, Alemanha) quando diz que ‘todos devem fazer o que quiserem’. Fugindo de uma análise acerca da contradição intrínseca de tal fala diante do projeto político proposto, ressalto que a narrativa revela que a submissão à lei passa a ser apresentada como uma questão de escolha, em termos de custo-benefício.

Silva Junior (2020) aponta que o novo contrato social⁶⁸ vigente pode ser compreendido a partir do conceito de liberdade proposto nos discursos de alguns dos principais teóricos do neoliberalismo. Assim, haveria novas dinâmicas psíquicas sustentadas pela racionalidade administrativa, a qual seria o princípio formal da política proposta pelo discurso neoliberal. Essas novas dinâmicas, na dimensão social, seriam sustentadas por um discurso moral, o qual define que, para o sujeito livre, ‘a submissão à lei é uma escolha racional, baseada em um cálculo de custo-benefício’ (p. 276). Tanto Friedman quanto Hayek destacam que a liberdade é sempre baseada na noção de escolha que se dará diante de um cálculo natural e reflexivo, cujas bases são as leis do mercado. Não à toa que, muitas vezes, a liberdade é apresentada como associada às questões econômicas, que são também posicionadas como reprodutoras de algo ‘natural e correto’ do homem, tal como expresso por Vinicius (25 anos, Brasil).

Letícia (33 anos, Brasil) é quem aponta diretamente o Estado como um ‘constrangedor’ e ‘limitador’ das liberdades. Tal noção prevalece mais nas narrativas advindas do Brasil, mas faz-se presente no caso alemão quando são dirigidas ao período da pandemia, no qual as medidas de isolamento foram entendidas como parte de um tiranismo estatal. Brown (2018) analisa que a liberdade tem se convertido em um princípio abstrato de asseguarção de uma liberdade pessoal contra a presumida coercitividade da vida política. Tal princípio é amplamente mobilizado pelas Direitas Radicais para desafiar normas de igualdade, tolerância e inclusão em nome da liberdade e da escolha. Uma das consequências é a expansão dos discursos de ódio⁶⁹ e de exclusão, os quais também são formas de mobilizar reações e de suscitar a discussão acerca da ‘liberdade de expressão’. Alguns exemplos identificados são:

Assim, eu realmente assisti a muitos, muitos discursos no *Bundestag* por nossos membros do parlamento e achei todos excelentes. Até que realmente acompanhei ao vivo algumas das sessões do *Bundestag*. Sempre na televisão. Isso mesmo. **E eu estava realmente entusiasmado que de alguma forma todos os esquerdistas iriam ser eliminados por nós.** E então eu também fiquei meio animado com eles (Alexander, 18 anos, Alemanha).

Eu quero dizer no sentido de, tipo, que a ‘ideologia de gênero’ seja sepultada, jamais entra na instituição de ensino e também é questão das pautas LGBT, né? A criminalização da homofobia, parece muito lindo você falar que é a favor da criminalização da homofobia... mas só que no cerne dessa

⁶⁸ A noção de contrato social pode ser tomada como ‘correlata ao conceito de modos de subjetivação de Foucault (1994), porque trata das formações discursivas e dispositivos sociais nos quais os sujeitos se constituem como tais’ (Silva Junior, 200, p. 259).

⁶⁹ Discurso de ódio está vinculado à utilização de discursos que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo, gênero, religião ou posicionamento político ou ainda conectados à sua potencialidade ou capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra grupos ou pessoas. A definição jurídica é amplamente discutida e debatida, mas aqui utilizamos uma definição ampla para discutir, de maneira mais aprofundada, seu efeito na esfera pública.

questão, existe uma malícia. Aquela coisa, nem tudo que você vê é aquilo. Nem tudo que você ouve, é aquilo (Carlos, 19 anos, Brasil).

Significa para mim, tentar mudar este país para melhor. Às vezes eu diria até mesmo para não mudá-lo para melhor, mas para salvá-lo. **Temos que salvar este país e só podemos fazer isso juntos.** Eu como um ativista pela direita. Somos a favor do Estado de direito (*Rechtsstaatlichkeit*). **Somos a favor de finalmente ajudar os cidadãos deste país novamente, dando-lhes uma mão amiga, e não alguns migrantes antissociais que vêm para cá porque imediatamente pegam o Hartz4** (Simon, 22 anos, Alemanha).

Os discursos de ódio emergiram nas entrevistas como afetos desafetados⁷⁰, ou seja, apareceram como argumentos que ocupavam um lugar semelhante a todo o conjunto da agenda política das Direitas Radicais, com uma fraca conexão às trajetórias pessoais. De maneira estratégica, os discursos de ódio têm expandido a ‘esfera pessoal protegida’, principalmente no interior das redes sociais que, ao se entrelaçarem ao universo das grandes corporações, reforçam o discurso de que a ‘regulamentação do Estado’ é coercitiva e semelhante a um poder ditatorial.

Conforme essa ‘esfera pessoal protegida’ ganha maior espaço, direitos que originalmente foram reivindicados para o indivíduo são estendidos às corporações, às famílias e às igrejas. A privatização, para Brown (2018), também opera na confrontação e no posicionamento da ‘justiça social’ como tirânica. A posição assumida pelos atores e movimentos das Direitas Radicais é de que suas ações são reações diante de um sistema de promoção de justiça social posicionado como ditatorial e repressor. Assim, estabelece-se uma tentativa de alargamento dos limites do privado, com a expansão dos discursos de ódio na arena pública e o consequente argumento sobre a ‘liberdade de expressão’.

Butler (2021), em seu livro recentemente traduzido para o português como *Discursos de Ódio: uma política do performativo*, incita uma discussão frutífera em relação à dinâmica de expansão dos últimos anos. A autora ressalta que os discursos de ódio têm como função ofender, mas que, nesse ato discursivo, quem é interpelado se torna imediatamente um sujeito ao qual se fala. Isso significa que os grupos que têm sido constantemente atacados pela via discursiva também emergiram à cena pública, tornando-se cada vez mais visíveis. Butler refere-se sempre aos espaços de aparência, ou seja, a esfera pública como composta por aqueles que

⁷⁰ Brown (2018) propõe compreender essa manifestação como um exercício de poder irrestrito, oriundo de uma desublimação da vontade de poder. Ela remonta às obras de Nietzsche e Freud e diz que, para se alinhar à vida em sociedade, seria necessário sublimar impulsos e instintos — para Freud — e à vontade de poder para Nietzsche. A filósofa dirá que, frente a um recente niilismo, recua-se a uma vontade de poder em sua forma elementar, com o apego à religião e a valores morais como instrumentos cínicos para o uso do poder. Entendo ser ‘atraente’ pensar dessa forma, mas o limite de tal ponderação seria remontarmos à ideia de natureza humana eminentemente má ou descontrolada.

se ‘corporificam’ pela possibilidade de serem ditos. Uso essa referência não para me posicionar em relação ao que deve ser feito ‘juridicamente’ em relação a tais discursos, mas para levantar o alerta de que a esfera pública (de aparência) dos últimos anos tem sido fortemente ‘conformada’ e ‘discursivamente’ conduzida pelas Direitas Radicais. Constatar isso alerta para a conformação de uma lógica de ‘ataque e contra-ataque’, a qual favorece a perda de dimensões que um dia foram fundamentais na(o) política(o) — ou seja, tanto nas construções teóricas acerca da política e da democracia quanto nas dimensões procedimentais que promoviam espaços de negociação e deliberação para a construção de projetos. Em relação a isso, destaco o discurso acerca da loucura, o qual emergiu nas entrevistas nos dois países e desempenha uma função semelhante, posicionando os indivíduos como incapazes de realizar ‘escolhas racionais’.

4.1.8 O discurso da loucura: urgência e radicalidade de ação

Nas entrevistas, um elemento identificado e ainda pouco explorado foi a referência dos jovens a um estado de loucura ou degradação da sociedade. Tal loucura e descontrole parecem funcionar como chamadas importantes para a urgência e radicalidade de ação. Normalmente, tal discurso é composto por generalizações, não se tratando aqui da delimitação de um grupo ou minoria, o que poderia ser enquadrado como um discurso de ódio. No caso dessas narrativas, é a sociedade e a juventude que são interpretadas pela via da patologização e, conseqüentemente, da incapacidade de tomada de escolhas racionais.

O uso da loucura para encarcerar e disciplinar os corpos é um elemento que foi amplamente explorado (Foucault, 1961, 1971; Corbanezi, 2009), no entanto, pesquisadores (Safatle et al., 2020) vêm investigando seu significado em termos da patologização do social. Eles afirmam que as transformações da política estão hoje relacionadas à mobilização de uma psicologia moral que justifica ‘ações econômicas e a paralisia da crítica através da mobilização massiva de discursos psicológicos e morais’ (p. 20). Para os autores, quando as críticas no interior do campo político são deslocadas para descrições patológicas, elimina-se da esfera pública a dimensão da negociação, deliberação e decisão. Carlos (19 anos, Brasil) afirma que:

então só uma desobediência civil muito forte e muito aguerrida que nem aconteceu na Ucrânia pode mudar alguma coisa no Brasil. Mas isso eu vejo que o brasileiro, ele não quer fazer isso. Reclama, reclama, mas ao invés de ajudar uns aos outros vai lá e vai denunciar o comerciante que tá abrindo seu comércio. Comerciante denunciando comerciante, **então tá uma loucura total o Brasil. A gente tá mais louco que março do ano passado.**

Ou seja, falar que o Brasil está uma loucura legítima a necessidade de mudar as vias de ação. Já Nuria (20 anos, Brasil) também transforma a loucura em uma constatação de que não há mais condições de diálogo e compreensão:

E é graças também que o povo brasileiro sempre foi muito inocente, muito preguiçoso para estudar, que elegeu certos presidentes, que me desculpa, mas prejudicou a economia. Prejudicou tudo aqui no Brasil. Então, muitas vezes, quando eu tento falar isso para os jovens, eles me xinga! Mesmo que eu tô falando o óbvio, é a mesma coisa que eu tinha visto um em um livro, onde que fala o seguinte, **‘que o mundo está tão louco que um dia você vai ter que explicar para as pessoas porque a grama é verde’**. **O mundo já está nesse nível. Eu tenho que explicar o óbvio para as pessoas, a mesma coisa de eu explicar por que 2 + 2 são 4.**

Por fim, Moritz (23 anos, Alemanha) dirá que há uma decadência na sociedade, que faz com que as riquezas se percam:

Ah. **Acho que também há um tipo de decadência na sociedade em geral, porque talvez você possa ver que as pessoas mais jovens agora estão ficando mais burras e mais degeneradas e...** Hum. Havia. Assim como após a Segunda Guerra Mundial, **a geração que criou uma grande quantidade de riqueza**. E é por isso que as pessoas em outros países dizem: ‘Ah, a Alemanha é um país tão rico’ e assim por diante. Mas acho que a geração atual está a. Fazendo tudo para. É bom obter essas condições e esse Estado. Espero que você entenda o que quero dizer.

No caso dessas duas últimas narrativas, é fundamental indicar que as provas da loucura e da degeneração são vistas na economia e na riqueza do país. O ‘pacto social neoliberal’ centralizaria a ‘proteção’ do mercado de qualquer ameaça, a qual pode vir inclusive da população que, com suas más-escolhas, prejudicá-lo-iam. Ou seja, sustenta-se a correlação entre a economia e o comportamento moral e individual dos indivíduos, anulando dimensões das relações de poder baseadas em exploração e expropriação. Ao dizer que a sociedade está louca ou degenerada, os comportamentos são dados como irracionais e ações de cunho coercitivo e violento ganham maior legitimidade. Ou seja, se as pessoas não estão mais agindo de ‘forma racional’, algum poder externo pode ser convocado a agir para colocar as coisas ‘no lugar’.

Safatle (2020) dirá que um dos fatos contemporâneos importantes é também a redescritção da lógica motivacional da ação política para uma gramática das emoções. Ele dirá que lutas políticas não são mais descritas em termos eminentemente políticos, tais quais justiça, equidade, exploração, desigualdade, mas por meio de termos emocionais. Em relação a isso, destaco que um dos significantes que foi excluído da nuvem por sua classificação gramatical, mas que foi discutido no campo das trajetórias dos jovens, merecendo destaque, é o ‘contra’. Quando inserido no universo dos 100 termos mais recorrentes, ele se destaca com um 0,33%.

Muitas vezes, a posição do ‘contra’ das Direitas Radicais foi lida como destrutiva, assim como uma evidência da ausência de um projeto político. Contudo, por meio da análise das trajetórias e das narrativas, percebe-se que ser ‘do contra’ promove uma posição subjetiva e uma identificação importante para os jovens ativistas, não se configurando como barreira ou impedimento para a expansão de um projeto político. Igor (23 anos, Brasil) menciona que:

e eu nunca fui do tipo que gosta que tudo se encaminhe à mesma conclusão. **Eu gosto de até um pouco ser do contra**, em algumas coisas, ouvir o que o outro lado tem a dizer. Se faz sentido, se não faz sentido, até porque se todo mundo concordasse com todo mundo, **eu penso que a vida não teria muita emoção**.

Ele não é o único que afirma que ser do contra e poder posicionar-se assim fornece uma vida com ‘mais emoção’. Contudo, entende-se que, quando Igor diz ‘o que o outro lado tem a dizer’, ele revisita divisões binárias entre eu/eles, o que eu sou e aquilo que sou contra. Tais polaridades identitárias reforçam uma homogeneização dos grupos, e uma convocação dos jovens para se posicionarem imediatamente entre essa dualidade. O desafio parece residir em mostrar o que está para além, ou seja, dar lugar ao que está fora da polaridade dual na esfera pública. É nesse lugar que localizo a busca de vínculos e os fragmentos de resistência localizados nas narrativas, como ‘pontas soltas’ e espaços de ação que não atendem à manutenção das ordens de dominação e de polarização social promovidas pelas Direitas Radicais.

4.1.9 A busca de vínculos e as fissuras da resistência

Retornando aos ‘sistemas de representação’ e à análise do neoliberalismo, é importante ponderar que, na última década, muitas análises do neoliberalismo apontavam para uma fetichização dos indivíduos, produzindo fragmentação e narcisismo, com uma progressiva destruição/enfraquecimento dos laços sociais (Boltansky & Chiapello, 1999; Bauman, 1999). Essa crítica pode ser encontrada inclusive no final da análise de Dardot e Laval (2016), quando apontam que a ação coletiva estaria enfraquecida frente a um crescimento do egoísmo social e da negação da solidariedade.

Ao analisar as narrativas e reconstruir as trajetórias, não encontrei elementos que corroborem diretamente para tal interpretação. De maneira até oposta, observei que ainda há uma busca ativa por laços sociais, assim como uma preocupação com elementos da coletividade. Uma questão que parece fundamental é que os jovens entrevistados se identificam

dentro de um espectro político comum, porém admitem compartilhar espaços políticos com pares que se alinham a diferentes vertentes. Eles enfatizam que, nesses espaços, encontram diálogo e troca. Letícia (33 anos, Brasil) descreve esse processo:

E essa questão toda da política, estar exposta nessa questão, **acabei conhecendo pessoas que eu jamais pensaria que eu teria amizade**, que eu teria assim uma conversa, que eu teria tantos pontos em comum e isso é muito legal. Isso é que tá trazendo pontos positivos, muito relevantes. Nessa questão toda de texto, de internet, fui parar num projeto. Que é um grupo que faz lives todo dia praticamente para falar sobre tudo. Economia, política, filosofia, tudo, tudo o que for pauta ali do dia, **a gente começa a cada um falar na sua visão**.

Na academia, isso já foi interpretado como uma troca ‘entre iguais’, contudo a reconstrução das trajetórias realizada no contexto desta pesquisa permite questionar tal perspectiva. A homogeneização das Direitas Radicais parece também estar sendo operada de fora, por meio da construção da imagem de um conjunto ‘coeso’. No Brasil, isso se traduz pela expansão e adesão ao termo e ao estigma do ‘bolsonarista’. Nas narrativas, percebe-se que os grupos organizados por esses jovens não se concentram apenas no apoio ao candidato, mas multiplicam-se ganhando nomes relacionados ao patriotismo e ao conservadorismo. Nuria (19 anos, Brasil) dirá que:

E depois, se eu falar que eu sou patriota, todo mundo vai me referir ao Bolsonaro. Porque o Bolsonaro levanta a Bandeira do Brasil, mas eu não preciso ser bolsonarista para apoiar o Brasil. Eu sou uma pessoa normal e que quer a liberdade individual! Eu sou patriota, sim, mas isso não quer dizer que eu sou a favor do Bolsonaro. Só isso que as pessoas têm que perceber.

Os grupos parecem apresentar-se suficientemente ‘abertos’ para aceitar e colocar em diálogo pessoas com distintos níveis de engajamento e alinhamento com as pautas. Esse traço parece fundamental para compreender a expansão vivida nos espaços das Direitas Radicais nos últimos anos — principalmente no ambiente digital.

No caso alemão, a análise das Direitas Radicais também tem sido concentrada na AfD. O partido tem ocupado um lugar semelhante ao ‘bolsonarismo’, já que foi amplamente discutido no discurso acadêmico e midiático. Mesmo na presente pesquisa, quando referenciamos a literatura discutindo o tema na Alemanha, nota-se que o partido é o grande foco. Não se nega o papel de Jair Bolsonaro e da AfD na configuração de um discurso e de uma gramática política das Direitas Radicais. No entanto, não tratar os jovens como bolsonaristas ou como ‘apoiadores da AfD’ foi uma escolha teórica, que buscou dar visibilidade à variedade de trajetórias e identificações encontradas nas entrevistas. Apesar de a maioria dos entrevistados ter indicado

o voto em Bolsonaro — no Brasil — e na AfD — na Alemanha —, as narrativas revelam insatisfações e a apresentação de elementos que ‘sobram’ e que parecem ser ‘ajustados’ diante da busca de uma representação na esfera política institucional. Aline (20 anos, Brasil) dirá que:

Porque o pessoal **coloca muita expectativa no presidente, mas não vê que tem senador, deputado federal. Aí na esfera estadual, tem governador, deputado estadual.** O pessoal não pensa nisso também. **Que essas pessoas têm uma importância e um poder muito grande também!** Não é só o presidente. Então acabou que muitas pessoas se decepcionaram, muitas pessoas não entenderam, muitas pessoas caíram a ficha só depois. Eu também fui um pouco assim, porque eu não entendia muito bem. Então, eu fui entender nesses 4 anos, né? **Então, foi mais ou menos isso, essa é a minha crítica, essa é minha colocação assim. Que não seria aquela cega pelo Bolsonaro, a visão cega de bolsominion, né?**

Já Thomas (22 anos, Alemanha) dirá que:

E numa cidade como a minha, onde a política é tratada nos clubes e que, em uma cidade independente, as leis são promulgadas. Você realmente percebe o que isso significa para você? Pelo menos em uma certa idade, você pode até não perceber as consequências de uma decisão. Mas, não importa, quando se trata de decisões no parlamento municipal, no caso, o conselho municipal. **As decisões tomadas pela administração da cidade afetam você diretamente, afetam o seu ambiente de vida.** E assim, decidi me envolver também com outros espaços. Cada vez mais eu participava das discussões, mas comecei a perceber que talvez fosse melhor não apenas falar, mas também me envolver ativamente.

As narrativas de Aline e Thomas também indicam um fenômeno importante: os processos de aprendizagem envolvidos no engajamento. Os jovens ativistas entrevistados demonstram olhar e se preocupar com instâncias diversas de participação e deliberação, considerando fundamental que seus grupos estejam representados nos diferentes níveis. Além disso, ganham conhecimento acerca do funcionamento das instâncias de poder. As narrativas revelam que — no próprio processo de participação — a partir de demandas e identificações diversas, os jovens criam interesse e expandem seu conhecimento sobre tais instâncias e seu funcionamento. Muitos admitem querer atuar a nível local, o que, em alguns casos, parece ser ‘a ordem possível’, mas, em outros, parece também representar uma constatação de que a política local tem grande influência na vida cotidiana.

Em relação à vida cotidiana, é importante indicar que a experiência de muitos dos jovens acaba por se refletir em uma percepção ‘empírica’ dos mecanismos de poder e seus efeitos em termos de ‘abusos’ e ‘opressões’. Assim, algumas narrativas evidenciam fissuras e a emergência de discursos que quebram a articulação da ‘cadeia significante’ das Direitas Radicais. Carlos (19 anos, Brasil), por exemplo, fala sobre a ‘Polícia Militar’:

E hoje observamos que é bem diferente, não pode dar um poder. Brasileiro tem síndrome do oprimido que quer ser opressor, né? Isso principalmente na Polícia Militar, **porque eles não entendem que eles são proletários que nem a gente.** Eles entendem que eles são uma coisa diferente, que eles estão participando do jogo de poder, mas não a Polícia Militar é um instrumento ali de quem tá no poder, então.

Nota-se que Carlos elenca o poder como influente na forma de atuação das instituições. Para além disso, falar sobre ‘o oprimido que quer se tornar opressor’, além da condição de ‘proletário’, mostrando que há atravessamentos de outros projetos políticos na construção de sua gramática. Ainda em relação às narrativas de Carlos, destaca-se que ele foi o único jovem que mencionou ser negro e morador da periferia, abordando o racismo em termos de uma experiência pessoal:

O que existe mesmo é um preconceito de classe no Brasil, não existe um preconceito estrutural como falam em todas as áreas, mas de classe tem, vamos supor... se você é de uma classe econômica tal, outra classe econômica acima de você vai ter preconceito em cima de você. Isso é nítido, completamente nítido. Isso acontece com branco, japonês, negro, tudo... Se você não for bem comportado num *shopping* todo mundo vai te olhar de uma forma estranha, né? Vai achar que você... vai fazer alguma coisa. **Lógico que tem a conotação da cor também, a classe burguesa ela é meio racista sim. Agora a classe média, a classe média baixa, baixa... não é racista!** Agora o que tem que ser feito mesmo, ao meu ver, longe de ser um cara pra formular política pública é acabar com esse negócio, que nem o Milton Friedman, um autor brasileiro, brasileiro não, quer dizer americano. Ele fala né, **‘tratar o outro pelo nome. Não falar o homem negro, o homem branco’.** **Fomentar esse tipo de divisão e também ser mais duro no caso do precon... do racismo de verdade.** O que que acontece que eu vejo nas faculdades hoje? Formular o que que é racismo. **Tudo, hoje em dia, pode ser considerado racismo não pelo que a pessoa faz, mas pelo que a pessoa é. Vejo muito na faculdade, se a pessoa, o pessoal é mais de direita, mais Bolsonaro, tudo mais... tudo que ele faz vai ser considerado racismo,** agora se um cara de esquerda fala ‘sua macaca e tudo mais’... **Aí não, aí não, é uma interpretação diferente da lei, tudo mais...** e nem tem punição, nem chega a ter processo nenhum, então tem que acabar com essa hipocrisia e fazer com que... querer resolver mesmo.

O jovem começa admitindo a diferença de classes e a existência do racismo, no entanto, ao buscar (re)alinhar-se ao que tem lhe interpelado, menciona a necessidade da anulação desses traços para tratar o ‘outro pelo nome’. Por fim, acaba conduzindo sua própria reflexão para uma crítica à esquerda, retomando um tema trazido com frequência, que diz respeito à existência de um ‘tratamento’ distinto para a esquerda e para a direita nos espaços de educação e universidades. Tal narrativa é mais um retrato de que sua experiência de vida traz percepções acerca das relações de poder, no entanto, tais experiências acabam sendo revertidas em reiteraões do binarismo entre esquerda e direita.

Em relação a reinterpretção de experiências, destaca-se também que a maioria dos entrevistados brasileiros apresentaram argumentos sobre uma expansão do interesse pela política após 2018, associada com o processo eleitoral. Essas eleições foram apontadas como um momento de acesso à esfera pública, jamais antes alcançado. Igor (23 anos, Brasil) comenta:

Acho que em qualquer lugar que eu vou, vai ter uma ou outra pessoa que se interesse por isso, porque, como eu disse, **depois de 2018, eu acho que a sociedade brasileira como um todo está se interessando mais por política, seja para concordar com o atual governo ou seja para discordar.** (...) Aí eu acho que as eleições de 2018 refletiram assim, **um desejo de mudança** que eu não estou dizendo o que aconteceu. Eu acho que não aconteceu, porque na minha visão atual, no sistema brasileiro, o presidente é só a ponta do *iceberg*. Então, não adianta mudar, digamos assim, o símbolo maior do executivo. **Se não mudar os representantes em si a ou a própria sociedade não for mais consciente, é, do seu voto, de quem está votando, não souber fiscalizar seus políticos. É, então a eleição de 2018 se refletiu em um movimento que eu não sei se vai continuar, mas que eu acho que foi importante que tenha tido.**

Isso vai ao encontro da análise de Rocha (2019) sobre a organização de contrapúblicos que emergem à esfera pública. Ela inspira-se em Warner (2002) para afirmar que os contrapúblicos são imbuídos de uma performatividade disruptiva, consistindo em grupos que partilhariam identidades, interesses e discursos tão conflitivos com o horizonte cultural, que correriam o risco de enfrentar reações hostis quando expressos para os públicos dominantes. Indo nessa direção, aponto as reações hostis descritas por Aline diante de sua militância antifeminista nas redes:

Geralmente, quando um vídeo meu viraliza, né? No Tik Tok, geralmente. Acaba recebendo bastante isso, né? Ou ameaça do tipo ‘se mata!’, ‘se joga da ponte!’. Não é bem uma ameaça, é uma importunação? Não sei, acho que seria isso. Aqui na minha cidade, no começo, também recebi ameaça. Falaram que iam cancelar meu CPF e jogar um saco de fezes em mim. Mas, quando me vê na rua vira a cara (risos). Mas na internet é mais isso de importunação, de falar ‘se mata’, ‘se joga da ponte’, ‘se enforca’, **ou então tipo ‘case com um velho de 60 anos e tem 40 filhos!’**, porque já que é contra o feminismo, tem que fazer isso. ‘Vai lavar louça, ‘lavar louça e cuide de seu velho’, coisas do tipo assim. Mas eu deixo de lado, se o argumento da pessoa é esse, não importa.

Ou seja, há a necessidade de considerar que a emergência dos contrapúblicos também trouxe e traz reações. Não é necessário posicioná-los como vítimas nesses cenários, mas observar que parte dos processos de radicalização também estão conectados à hostilidade encontrada nos ambientes externos. Ou seja, quanto mais hostil lhe parece o mundo exterior, maiores são as chances do fechamento e de identificação com pautas mais radicais.

Ainda sobre a afirmação de um maior acesso à esfera pública a partir de 2018, coloca-se uma questão acerca da reverberação desse acesso em termos de uma redução da desigualdade no campo da participação política. Trago isso porque Fuks, em 2011, concluiu que a desigualdade econômica tinha um impacto considerável sobre a desigualdade na participação política juvenil: jovens com pais mais escolarizados e com ocupação profissional mais elitizada eram os que mais participavam de organizações da sociedade civil, de atividades estudantis e de ações políticas específicas. Seria muito difícil mensurar essa mudança apenas em termos das emergências das Direitas Radicais, porque falamos de um período de multiplicação dos

movimentos baseados nas diferenças, assim como de ampliação maciça do acesso ao Ensino Superior. Contudo, parece fundamental destacar que a juventude tem ganhado espaço nesses novos grupos, incluindo também uma série de coletivos que tem promovido e direcionado a formação de lideranças jovens. Por um lado, podemos retomar as discussões acerca da necessidade dos jovens para a legitimação de projetos políticos, por outro, também é um indício de que os jovens têm se interessado e se aproximado das instâncias de poder, buscando fazê-lo sem a mediação constante e direta dos adultos.

Por fim, e em relação a esse interesse e engajamento dos jovens, destaca-se que todos os entrevistados expressaram desejos de serem atores de uma mudança social. Nuria (19 anos, Brasil) comenta que:

Então, eu faço pesquisas relacionadas para esses vereadores eleitos e que são do meu partido. Eu sou filiada ao partido e eles sempre me pedem para eu fazer essas coisas. Não apenas meu partido, mas também das pessoas que estão lá dentro da Câmara municipal. Então, eu faço isso com enorme prazer, **porque eu acredito na mudança. Que a mudança tem que partir dentro de todos nós.**

Simon (22 anos, Alemanha) dirá que:

Temos muitos problemas aqui: inflação, impostos altos, preços altos do gás. **E para isso, precisamos da juventude. Os jovens são os políticos de hoje. De amanhã. Nós precisamos muito deles. Definitivamente, ainda temos muito poucos deles. Isso também me levou a participar. Sim!**

Nesse sentido, a pesquisa vai ao encontro de Krasteva (2017) quando cria a categoria de cidadania contestatória, destacando que seus entrevistados também expressavam o desejo de serem atores da mudança social. O *pathos* contestatório da juventude de extrema direita e a ambição de inovação política são traduzidos por esse conceito (Krasteva 2013; Krasteva 2016), o qual considera a formação de um novo tipo de cidadania em que o pertencimento e a participação interferem, mas em que a atividade e a mobilização desempenham um papel fundamental. Ela dirá que a desilusão com a política, como ‘de costume’, tem levado as juventudes das direitas a se envolverem com as ruas e acumular, agora, uma experiência de protesto. Isso se confirma pelas narrativas que evidenciam uma maioria de jovens que participou ou participa de protestos e mobilizações. A ideia de uma ‘expansão do conflito’ ultrapassa a dimensão das Direitas Radicais, e o próprio conceito de cidadania contestatória é utilizado pela pesquisadora para aproximar, no contexto alemão, os Verdes e as Direitas Radicais. Ela apontará que, de forma similar, os grupos representam sentimentos antissistema, entrando em conflito com as análises socioeconômicas priorizadas pelas esquerdas.

Tal análise traz à tona uma das maiores polêmicas na construção da análise da participação dos jovens nas Direitas Radicais. Seria possível equipará-la à participação política de outros espectros e orientações políticas, os quais se alinham a uma promoção da igualdade? Considero que, ao interpretar esse ativismo como participação política, foi possível aproximá-lo de outras experiências de participação política, as quais também são movidas pelo desejo de mudança social e envolvem processos de aprendizagem. No entanto, ter origens comuns e compartilhar de estratégias semelhantes não transforma os conteúdos.

Assim, concluo este capítulo destacando que as interpelações discursivas — frutos de normatividades neoliberais — têm um impacto e uma ressonância na participação de jovens de diversos espectros políticos. Tanto o ‘protagonismo’ quanto o ‘empoderamento das juventudes’ tornaram-se uma ‘norma regulatória’ constantemente reiterada nos dois países estudados. A grande diferença — explorada durante este último capítulo — está na gramática dos projetos de transformação social das Direitas Radicais. E, considerando que, no escopo da presente pesquisa, a gramática é considerada como a articulação da cadeia significativa — a qual representa o conjunto dos discursos e, conseqüentemente, a constituição da realidade — podemos entender que esse projeto busca apagar outros sistemas de representação, legitimando e naturalizando relações de poder opressivas.

Por meio da desconstrução das narrativas, foram evidenciados sistemas de representação e normatividades que sustentam as agendas políticas das Direitas Radicais. Diferentemente do que se poderia esperar, grande parte das agendas e pautas não são justificadas por meio de experiências pessoais, mas trazidas como reprodução de discursos reiterados na esfera pública. Esse é um indício de que os movimentos e redes das Direitas Radicais ganham cada vez mais eficácia discursiva e precisam ser combatidos não a nível individual, mas a nível institucional, de forma a repovoar a esfera pública como ambiente do diálogo e negociação. Por essa razão, busco, nas considerações finais, também evidenciar como as fissuras de resistência identificadas nesta seção podem guiar a construção de alternativas democráticas para enfrentar os processos de radicalização.

5 Considerações finais

A presente pesquisa foi desenvolvida durante o período de 2019 até 2023, no qual os dois países pesquisados — Brasil e Alemanha — viveram eleições e mudanças na composição do poder executivo e legislativo. As mudanças podem ter representado transformações na experiência daqueles que vivem nesses países, no entanto, a nível macro e global, as notícias acerca da radicalização e do surgimento de novos grupos e movimentos ‘extremistas’ não param. O teor continua sendo pessimista, diante da vitória de líderes associados às Direitas Radicais em outros países do mundo. Ao evidenciar tal fato, busco apenas ressaltar que a escolha de pesquisar um fenômeno em pleno curso — que talvez torne a investigação mais relevante — também significa um enorme desafio.

Diante do objetivo de analisar e comparar os discursos, identidades e sentidos da participação política de jovens nas Direitas Radicais do Brasil e da Alemanha, necessitei aceitar os limites e potenciais de minhas escolhas. Fui acompanhada pela dúvida constante sobre se conseguiria as entrevistas, se elas eram suficientes, se eram representativas, se atendiam às demandas éticas, assim como se conseguiria escrever algo que respeitasse o tempo e as ‘histórias’ cedidas pelos meus entrevistados. Ao chegar ao fim, consigo admirar o caminho e compreender que o processo de construção e execução dessa pesquisa envolveu coragem e curiosidade. Não sendo isso suficiente, também exigiu dedicação para manter um rigor metodológico e promover um diálogo e uma articulação interdisciplinar. Por consequência, a presente tese também se constituiu como um convite para percorrer e visualizar tal caminho.

No primeiro capítulo, pude referenciar aqueles que vieram antes de mim e que abriram caminho para uma pesquisa como essa. Em um movimento de revisão crítica da literatura, retomei os caminhos tortuosos da (in) definição sobre o fenômeno de expansão de grupos, atores, movimentos, partidos e líderes que apresentam como características comuns o ataque à garantia de direitos das minorias, assim como ao Estado como regulador das desigualdades sociais. Diferente do passado, tais grupos têm investido em integrar-se aos processos democráticos, e alterá-los ‘por dentro’, apresentando-se com agendas que não são reconhecidas como democráticas por todo o universo daqueles que estão ‘de fora’. Tais grupos, em sua posição — seja de contrapúblico, como Rocha (2019) identificou ou como um contramovimento, como os próprios entrevistados apresentaram —, têm conseguido conformar

discursivamente a esfera pública, de modo que, nos últimos anos, têm ganhado espaço cativo nas mídias, na academia, assim como nas conversas cotidianas.

Ancorada no conjunto de pesquisas latino-americanas e europeias, também justifiquei a escolha teórica de endereçar tais grupos como Direitas Radicais — enfatizando a pluralidade e os processos de radicalização. Tal escolha, durante o desenvolvimento da tese foi ganhando ainda mais consistência. Foi também nesse capítulo que discuti a particularidade de usar as narrativas biográficas de jovens ativistas como lente para o fenômeno. Frente a uma ampla tradição de estudos quantitativos que esmiuçaram o comportamento eleitoral, os estudos do ativismo lançaram mão de uma nova tradição que — com o protagonismo de mulheres pesquisadoras como Anna Krasteva, Cynthia Miller-Idriss e Agnieszka Pasięka — indicava uma maior sensibilidade para as nuances do fenômeno por meio da adoção de métodos qualitativos. Além disso, um universo de estudos etnográficos — realizados tanto no contexto brasileiro quanto no europeu — já apontava para uma constelação complexa de subjetividades que refletiam esperança e desespero (Jarrín et al., 2022) como afetos coexistentes.

Assim, baseada teoricamente no pós-estruturalismo e na analítica do poder foucaultiana, debrucei-me nas trajetórias e narrativas dos jovens ativistas das Direitas Radicais do Brasil e da Alemanha, em busca da identificação dos processos de subjetivação política e de interpelação discursiva. As reconstruções (Rosenthal, 2004) foram uma escolha metodológica, mas o fato de deixá-las registradas na tese foi também um convite à aproximação. Isso foi importante porque, no decorrer da pesquisa e com o diálogo com pares, notei que muitos haviam formado uma redoma, por meio da qual se blindaram de qualquer contato com aquilo que lhes parecia inconciliável com suas visões de mundo. Ou seja, com a colaboração dos algoritmos, muitos passaram a escutar e interpretar as Direitas Radicais apenas pelo que chegava em termos de notícias sobre as lideranças ou por comentários daqueles posicionados em seu espectro político, ou, ao menos, fora do que ficou reconhecido como um ‘campo da extrema-direita’.

Assim, a reconstrução das trajetórias dos jovens ativistas foi feita com o cuidado de anonimização, mas com a preocupação de ser fiel à complexidade das trajetórias de participação, as quais revelaram constelações diversas de conflitos, níveis de engajamento e identidades. Por meio das trajetórias, também se manifestaram diferentes sentidos da participação política, que emergiu como: fonte de mobilidade social ascendente; uma forma de integração social; um forte vínculo familiar; a negação de um futuro predeterminado; uma prova de nobreza; um ato de rebelião; uma tentativa de ordenamento do mundo; uma validação de conhecimentos; uma (re)elaboração das marcas de divisão de um país; uma busca por segurança

e uma missão religiosa. Diferenciá-los teve uma função analítica, mas o mergulho e a leitura das reconstruções permitem ver que esse universo de sentidos também se mistura e interpenetra nas experiências e trajetórias individuais.

Entre as trajetórias, manifestaram-se ‘marcas’ das diferenças entre os sistemas de educação nos países, oriundas também dos distintos regimes de Bem-Estar Social. Tais particularidades foram identificadas nas práticas de participação política. Enquanto, no Brasil, o grupo de jovens entrevistados mostrou-se extremamente preocupado em se apresentar enquanto estudantes dedicados e ávidos leitores, cuja escolha de carreira também podia refletir a trajetória política; na Alemanha, os jovens expressaram seu desejo de seguir as carreiras particulares, encontrando, nos espaços institucionais de organizações vinculadas aos partidos, uma prática de participação política cotidiana.

No conjunto, as biografias articuladas à literatura indicaram que muitas das práticas identificadas e destacadas pelos jovens em suas trajetórias são parte de uma normatividade que define condições para a participação formal no século XXI. Tendo como centro o discurso acerca do ‘protagonismo juvenil’, os grupos políticos passaram a necessitar dos jovens ‘a bordo’ para legitimarem seus projetos. Ao se submeterem a tal ordem, tais jovens atingem o reconhecimento necessário para apresentar suas agendas — mesmo de ataque às minorias — na esfera pública, interpretada na tese como espaços de aparência (Butler, 2015) presenciais e digitais.

Foi com esse pano de fundo, e considerando que os jovens se movimentam constantemente entre práticas reconhecidas e não reconhecidas enquanto participação democrática, que propus compreender essa participação como ‘liminar’. A *liminaridade* também remete aos estudos pós-estruturalistas que enfatizam o movimento e a instabilidade do sujeito, o qual, diante da interpelação de um conjunto de discursos, será capaz de realizar ‘colagens identitárias’ particulares e eficazes. Ou seja, a *liminaridade* baseia-se também no reconhecimento da eficácia prática das identidades, as quais — nesse momento histórico — podem garantir uma maior proximidade com os espaços de poder e deliberação da sociedade.

Avançando na tese, adentramos no quarto capítulo, o qual centralizou a gramática dos projetos e da participação política nas Direitas Radicais. Por um lado, buscou-se elencar quais eram os significantes que, em conjunto, formavam os regimes de representação e verdade. Por outro, buscou-se compreender quais eram as ‘posições discursivas’ e, conseqüentemente, os ‘lugares’ oferecidos para tais jovens no interior dos movimentos. Assim, as categorias foram apresentadas, com base na (des)construção das narrativas, da codificação e da pesquisa de

recorrência de termos nas transcrições. A escolha por essa perspectiva conduz a algumas diferenças fundamentais com o universo de pesquisas já realizadas acerca do fenômeno. A partir da adoção de uma abordagem discursiva, optei por não operar com o conceito de ideologia como um falseamento da realidade, ou seja, trabalhei com o conceito de ‘sistemas de representação’. Fugindo a um relativismo, a análise proposta adotou uma dimensão crítica, buscando reconhecer as relações de poder e revelar a arqueologia das perspectivas tomadas por verdade, revelando também como condições sociais injustas e opressivas passam a ser reificadas como ‘dados históricos’.

Em primeiro lugar, foi identificada a recorrência e contundência do tema da ‘família’ no interior das narrativas dos jovens nos dois países. Por meio da análise das narrativas, compreendeu-se que havia uma variedade de abordagens do tema, que encontravam um ponto de encontro no discurso acerca do ataque à centralidade e ao ordenamento da família nas sociedades, promovido pelas esquerdas e pelos movimentos LGBTQIA+ e feministas. Referenciando a obra de Dardot e Laval (2013), Cooper (2017) e Brown (2019), realizei uma análise das normatividades relacionadas à formação de tal discurso. Por meio da retomada de uma genealogia do discurso conservador social e neoliberal, interpretou-se que a síntese de tal encontro se dá, primordialmente, na promoção da agenda de preservação da família. Posicionando-a enquanto espaço referencial, suas relações são lidas como não baseadas no poder, mas no amor e dever.

Tal compreensão exigiu uma inversão, na qual a normatividade neoliberal passa a ser entendida enquanto resposta à desestabilização operada pelos movimentos de luta pelos direitos das minorias, os quais propõem e apoiam novas estruturas familiares, desestabilizando as relações de poder vigentes. A família passa a ser protegida porque — para os neoliberais — ela será o espaço de transferência de responsabilidades do Estado, em contrapartida — e como demanda dos conservadores sociais — o Estado deve garantir ‘a ordem moral’ necessária para a construção e preservação das famílias tradicionais.

Ainda nesse capítulo, expliquei também como os momentos de ‘crise’ foram e seguem fundamentais para o reforço dessa aliança entre conservadores e neoliberais, por meio de uma moralização e patologização das experiências. No caso brasileiro, foram identificadas, nas narrativas dos jovens, descrições sobre o episódio do *kit gay*, além de ataques aos programas de redistribuição do Estado. Como uma estratégia discursiva, fala-se que o Estado não pode atuar como ‘pai’: não é ele quem pode dar as ordens nem prover sustento para aqueles que não

trabalham. No entanto, essa ordem patriarcal pode e deve se estabelecer e reiterar no âmbito familiar.

No caso alemão, o ‘familismo’ emergiu nas narrativas dos jovens por meio do discurso sobre os projetos políticos de ‘salvar’, ‘proteger’ e ‘priorizar’ o povo alemão. Destaquei a ascensão da teoria da ‘grande substituição’ (*great replacement*), que tem como base um discurso *völkisch* (nacionalista racial), o qual defende a família alemã frente a uma gradual ‘eliminação’ da suposta população branca cristã europeia ‘original’ (Meiering, Dziri e Foroutan, 2020). Também como particularidade do contexto alemão, foi analisado o ordoliberalismo — como saída europeia neoliberal — o qual prescreve uma estrutura regulatória para a economia centrada na criação de uma ordem competitiva — baseada na preservação da ‘lei do mercado’ — com o objetivo de produzir e justificar as diferenças sociais (Havertz, 2019). No discurso das Direitas Radicais, o sistema de diferenciação econômica estabelece-se como um sistema de diferenciação de nação, etnia e religião, sintetizadas no termo ‘cultura’. É por meio desse regime de representação que os jovens entrevistados apresentam os imigrantes e refugiados enquanto ‘competição’, enfatizando que eles não são a solução adequada para a falta de mão de obra qualificada no país.

Unindo as narrativas dos dois países, discuti também a existência de movimentos de ‘preservação através da transformação’, ou seja, a criação de novas estruturas que ‘acomodam’ o que antes poderia ser um ‘desvio’ no interior das Direitas Radicais. Agora, homossexuais e mulheres também se identificam e têm lugar nos grupos, assim como famílias conformadas por gays e lésbicas podem ser legitimadas. Em um movimento interpretado enquanto uma ‘acomodação’, ampliou-se a participação de minorias no interior dos movimentos, grupos e partidos, com uma ordem dada por uma formação discursiva simples: ‘há lugar para todo mundo, mas todo mundo deve ficar no seu lugar’. Uma busca ativa é feita pelas Direitas Radicais para ‘conquistar’ as minorias, no entanto, o ingresso lhes incumbe da tarefa de serem porta-vozes de pautas e agendas específicas. Por meio das narrativas acessadas na pesquisa e ancorada em um universo de pesquisas acerca da entrada de mulheres e LGBT’s na política, evidenciei que lugares e agendas definidas são oferecidos a esses grupos. Como marca principal das entrevistas e da observação das redes sociais, identifiquei a agenda antifeminista e antigênero sendo delegada e assumida por jovens mulheres.

No caso das Direitas Radicais brasileiras, destaquei também que as trajetórias — principalmente das jovens mulheres — podem ser influenciadas pelas igrejas evangélicas neopentecostais. Dantas (2013) colabora para a identificação de um projeto político de

expansão das Igrejas por meio da conversão, na qual os fiéis ganham uma missão religiosa, que consiste na luta contra a ‘diabolização’, identificada nas esquerdas e nos movimentos feministas. De maneira complexa, os espaços das igrejas fornecem protagonismo às mulheres, no entanto, definem a maternidade e o cuidado como funções e ‘dons’ especialmente femininos. Seguindo tal lógica, às mulheres, também são atribuídas carreiras no campo da Psicologia e da Assistência Social, as quais, inseridas no contexto de instituições hoje geridas por grupos religiosos, dão lugar privilegiado para a disseminação de prescrições disciplinares para sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Dentro da lógica neopentecostal, a missão de evangelização e conversão parece se traduzir — na trajetória dessas jovens mulheres — no compromisso de ‘levar a palavra’ ainda mais longe, com o uso das redes sociais como plataforma de difusão do antifeminismo.

No contexto alemão, evidenciei que a religião não teve o mesmo destaque, sendo apresentada como uma ‘fonte de referências’. Para a análise desse posicionamento discursivo, utilizei o conceito de cristianismo cultural (Stockemer et al., 2020), que se refere à ênfase em símbolos, tradições e valores cristãos como marcadores de identidade nacional ou cultural, em vez de uma adesão estrita à doutrina religiosa ou à fé institucionalizada. Isso evidencia uma eficácia prática de tal discurso que constrói uma oposição direta entre o cristianismo e o islamismo enquanto partes de uma ‘cultura natural e nacional’.

Refletindo sobre as formas de constituir o nacional, abordei também os ab(usos) da memória local e global para a legitimação dos projetos políticos das Direitas Radicais. No caso brasileiro, a memória da ditadura militar brasileira é formada pelo reconhecimento da existência da tortura, acompanhado da legitimação de tais violações, por meio da construção do ‘inimigo interno’ que necessita ser contido. Ainda no caso brasileiro, discuti a particularidade do monarquismo, que também se sustenta no discurso acerca da ameaça comunista, mas busca evocar a idealização do período monárquico-parlamentar brasileiro. Em ambos os casos, afirma-se que, frente à crise de moralidade presente, há um passado para se referenciar.

Já no caso alemão, não é identificado um passado glorioso tão bem estabelecido, mas uma identidade nativa, a qual é unificada pelo discurso de acusação sobre a manutenção de uma estrutura de reconhecimento social injusta, a qual poderia ser reparada por meio dos projetos de privilégio para os cidadãos alemães que têm o desejo real de trabalhar, mas não as oportunidades. Frente às marcas deixadas pela reunificação em 1989, constrói-se um ressentimento — principalmente na antiga Alemanha Oriental — pelo ‘reconhecimento negado’. Por meio dos (ab)usos da memória, tem-se, como semelhança entre Brasil e Alemanha,

a construção dos Outros, aqueles que são posicionados como impedidores da realização ou ameaças frente ao prometido ‘orgulho econômico’ (Hilmar, 2023).

Seguindo para um aprofundamento da análise acerca da construção do Outro, foram exploradas as narrativas acerca da agenda anti-imigração, defendida por todos os jovens entrevistados no contexto alemão. Tal construção vem sendo interpretada na literatura, de maneira central, como produto de uma política de medo (Wahl, 2020), no entanto, na presente tese, foram apresentadas outras chaves analíticas complementares, que dizem respeito às articulações discursivas. O conjunto de discursos foi interpretado enquanto atribuição (Wodak, 2015), entendido como um mecanismo parte de um racismo cultural(ista), em que características e estereótipos são atribuídos a um grupo específico com base em suas origens étnicas e/ou religiosas. Por meio desse processo, perpetua-se a ideia de uma inferioridade do grupo, justificando sua exclusão, marginalização ou discriminação. De maneira distinta aos brasileiros, os jovens entrevistados na Alemanha ainda direcionam as suas demandas ao Estado, apontando a necessidade de que o governo controle e restrinja a política de imigração e refúgio.

Por meio da identificação da dualidade ‘estranhos-culturais’ (*kulturfremdem*) x ‘normais’, apresentada na Alemanha, também pude discutir a dualidade ‘bandidos’ x ‘cidadãos de bem’, utilizada no contexto brasileiro. A categoria ‘cidadão de bem’ apareceu nas narrativas dos jovens ativistas brasileiros como forma de sustentação da agenda do armamento civil. Tal representação discursiva apresenta-se enquanto ‘homogeneizante e enigmática’ (Costa, 2021), evidenciando as condições limitadas de acesso à cidadania no país. Em relação à agenda do armamento, foi também evidenciado que o posicionamento da arma como símbolo de poder e de coerção social é conectado ao processo de militarização da vida no Brasil (Safatle & Teles, 2019), o qual reflete uma doutrina de segurança pública cuja origem remonta ao regime militar (1964-1985). Apoiados no diagnóstico das falhas do Estado em prover segurança pública, legitima-se a ideia de que a arma possibilita ‘fazer justiça com as próprias mãos’.

Por meio da análise do uso recorrente dos significantes ‘pessoas’ e ‘gente’, assim como um uso particular do termo povo (*Völk*) e população (*Bevölkerung*) no contexto alemão, analisei que a formação do Outro ameaçador só é possível com um uso frequente de generalizações e uma ausência de referência às relações de poder. No universo dos significantes mais recorrentes, não foram identificados termos como justiça, desigualdade, opressão, pobreza, entre outros que eram centrais na conformação da gramática da política, mesmo no interior das direitas tradicionais. A gramática das Direitas Radicais também parece incluir a loucura como uma — não nova, porém revisitada — categoria de patologização social. Tal discurso acerca da

loucura e degeneração da sociedade parece funcionar como chamado importante para a urgência e radicalidade de ação. No caso das narrativas analisadas, é a sociedade e a juventude que são interpretadas pela via da patologização e, conseqüentemente, da incapacidade de tomada de escolhas racionais. Diante de tal cenário, torna-se mais legítima a convocação de forças coercitivas e ações violentas, as quais sobreporiam a incapacidade de ‘tomada de decisões’ das pessoas.

Tanto na dimensão das trajetórias quanto das narrativas, ou seja, tanto a nível dos processos de subjetivação quanto de interpelação, um elemento emergiu como nevrálgico: posicionar-se contra. As experiências individuais de injustiça e os discursos coletivos de antagonismo — a partir dos quais os ativistas e o movimento coletivo têm adquirido uma identidade — mostraram-se peças-chave para a organização da sociedade em uma lógica binária. Os ‘cidadãos de bem’ x ‘bandidos’, os ‘estranhos-culturais’ x ‘normais’ são imediatamente localizados em uma polaridade política que tem sido traduzida enquanto direita x esquerda (e Verdes, na Alemanha). Nesse sentido, a última seção da tese buscou evidenciar que a fissura da resistência pode residir na identificação do limite de tais representações e identidades ‘totalizantes’, dando conta dos sujeitos em sua multiplicidade.

Busquei demonstrar que os jovens experimentam, em seu cotidiano, os atravessamentos das relações de poder, opressão e marginalização. Em ambas as sociedades e contextos estudados, são eles ainda os maiores vitimados pelas contradições socioeconômicas. Ainda é na faixa-etária dos entrevistados que se encontram os piores índices de desemprego, e ainda são os jovens as grandes vítimas da violência. Não tenho a pretensão de agora os ilustrar como vítimas, apenas ressaltar que, em muitas das trajetórias e narrativas, existem experiências que não conseguem ser ‘articuladas’ no interior da cadeia significativa oferecida pelas Direitas Radicais. Além disso, o desejo de viver ‘uma vida boa’ em tais circunstâncias também produz ansiedade e medo. As condições de precariedade e violência produzidas estruturalmente — as quais promovem a sensação de um futuro esvaziado (Albino et al., 2021) — são denunciadas por meio da descrição acerca das injustiças na distribuição do poder e na ênfase dada pelos jovens à necessidade de serem atores da mudança social.

É por essa razão que aponto que o furo está especialmente localizado no que ‘sobra’ e que ‘escapa’ das redes de representação totalizantes. Conforme a tradição pós-estruturalista tem reforçado, os signos possuem possibilidades inesgotáveis de significação e só podem ganhar um sentido particular — provisório e incompleto — num contexto significativo determinado. A análise revelou que o contexto forneceu a esses jovens significados contingenciais para seus

conflitos, com a identificação envolvendo também a negociação com suas trajetórias particulares. Quando consideramos que essas identificações não estão fechadas, emerge um lugar de ação, que só pode se dar em um processo intersubjetivo, o qual produz a desestabilização das cadeias discursivas por meio da apresentação e constituição de múltiplos projetos políticos. Hall (1996) afirma que os sujeitos se encontram ‘em constante e agonístico processo de lutar contra, resistir, negociar e acomodar-se às ordens regulativas ou normativas com as quais eles estão confrontados e que os regula’ (p. 13).

Ainda acredito, tal como aponta Bhabha (1996), que a resistência emerge no campo da intersubjetividade, ou seja, no campo da relação e da linguagem. O teórico afirma que poucas vezes uma intervenção real se dá por meio da apresentação de um sistema de representação concorrente. Ele aponta que há lugares fronteiriços — limiares e bordas — que permitem que os sujeitos se desloquem para fora de sistemas totalizantes, ocupando, mesmo que momentaneamente, posições nas quais é possível visualizar o caráter fragmentário e incompleto do ‘regime de verdade’ adotado. Por mais que Bhabha siga até o limite, dizendo que não há controle nesse processo, acredito que sua constatação é uma inspiração importante para a compreensão de que não temos que ‘ensinar’ um sistema de representação concorrente. É necessário investir naquilo que sobra, que excede e que não se encaixa. Algo que emerge no campo da troca, a qual precisa ter espaço na esfera pública.

Atualmente, a necessidade de se identificar e se posicionar tem sido convocada tanto pelas Direitas Radicais quanto pela esquerda, em uma ameaça de que ‘não se posicionar é ser conivente’. Contudo, mais do que o posicionamento, essa tese convoca e questiona as condições de diálogo que têm sido promovidas para e pelos jovens fora de uma lógica de identificação política binária. Admitindo o risco de tal afirmação, defendo que a esfera pública seja menos conformada e constituída pelo reconhecimento de identidades, permitindo colocar em diálogo aqueles que ainda não se posicionaram. Isso significa dar espaço e abertura para que novos lugares sejam inaugurados e explorados. Isso não descarta a importância e os avanços que têm sido alcançados pelos movimentos de garantia de direitos das minorias e baseados nas diferenças; a defesa é para que a esfera pública também forneça reconhecimento e espaço para aqueles que estão explorando e aprendendo — principalmente quando nos referimos aos jovens.

A reconstrução das trajetórias permitiu visualizar o engajamento como um processo, no qual a interpelação discursiva das Direitas Radicais se dá paulatinamente e sempre baseada no antagonismo. Pude observar, por meio das narrativas e das próprias redes sociais, que as Direitas Radicais têm criado e proporcionado espaços de diálogo, os quais partem de uma maior

diversidade, mas têm a tendência de um ‘afunilamento’ e conseqüente radicalização. Considero que, mesmo a nível de políticas públicas, é possível atuar no decorrer desses processos. Isso exige, primeiramente, a realização de pesquisas que explorem os espaços de socialização desses jovens, sejam eles digitais ou presenciais, e que investiguem a formação dos grupos de diálogo e trocas. Além disso, parece fundamental a ampliação do campo de investigações qualitativas, mistas e comparadas sobre o fenômeno. Sei que, a nível digital, a exploração está mais avançada, mas, conforme apresentado aqui, o espaço presencial — incluindo as ruas — tem ganhado importância no engajamento.

Destaco, ainda, que um pressuposto para tais pesquisas deve ser que esses jovens são sujeitos aos quais se deve e se pode falar, assim como se deve e se pode escutar. Usei Gilberto Gil no início dessa tese, porque acredito que compartilhamos de uma admiração e respeito à contradição que está nos outros, assim como em nós. Assim, desejo que quem chega até o fim desta tese também tenha encontrado no percurso algo de diferente e inesperado, e que isso se converta em uma maior curiosidade sobre o que ‘escapa’ ou que está para além de suas convicções. Não ignoro que esse caminho também envolve o encontro com dimensões do medonho, porém destaco que esse medonho não deve ser interpretado como uma disposição individual. Na presente tese, ele se revelou enquanto parte e efeito de normatividades reiteradas e fortalecidas, que se apoiam em discursos e sistemas de representação que ocultam e sustentam relações de poder opressivas.

Cabe a nós — pesquisadores, militantes e ativistas — seguirmos lutando para evidenciar e denunciar tais desigualdades, sustentando a justiça social como horizonte fundamental da política, e a negociação e o diálogo como condições do fazer político. Entendo que há um fôlego e interesse em seguir investigando as Direitas Radicais, de forma a constituir um corpo de conhecimento que permita a construção de saídas democráticas. A formação de um conhecimento local e global são ferramentas importantes, que também dependem da articulação de redes de aliança transnacionais que busquem uma troca de conhecimentos e estratégias em termos de ferramentas contra a radicalização.

Quando pensamos em termos da juventude, parece fundamental a consideração aos processos de aprendizagem e de transformação vividos nos últimos anos. Não acredito que exista um lugar a se retornar, ou seja, as transformações e os impactos da emergência e expansão das Direitas Radicais não serão anulados e nem retornaremos a um estado semelhante àquele conformado pelo pacto democrático vivido no pós-guerra — no caso alemão — ou no pós-ditadura militar — no caso brasileiro. Seguiremos necessitando (des/re)construir a partir das

contradições, buscando fôlego para a proposição criativa e para a recuperação da utopia. Diante de um pessimismo generalizado — e aprofundado também nas juventudes de esquerda — busco finalizar esta tese com notas de esperança. Uma esperança baseada na crença de que os caminhos nunca estão fechados; mas que não basta esperar, é necessário agir e caminhar. Contudo, em tal caminhada, não precisaremos apenas de nossos iguais. Necessitamos reconstruir o diálogo e as pontes mesmo com aqueles que, em algum momento, consideramos ser nossos radicais opostos.

Referências

- Aarão Reis, D. (2020). Notas para a compreensão do bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, 46(1), p. 1-11.
- Abílio, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, 34(98). <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>
- Abramo, H. (2005). Condição juvenil no Brasil contemporâneo In H. Abramo & P. P. M. Branco (Orgs.), *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania.
- Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 6, pp. 26–36.
- Abranches, S. (2018). *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. Companhia das Letras.
- Adorno, S. (2022). O fracasso do controle legal dos crimes e da violência na sociedade brasileira contemporânea: questões para discussão: como alcançar saídas viáveis e socialmente legítimas sem comprometer a vigência da democracia na sociedade? *Ciência e Cultura*, 74(4), 01-09.
- Aguiar, B. S., & Pereira, M. R. (2019). O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. *Agenda Política*, 7(3), 8-35.
- Albino, C., Oliveira, J. & Melo, M. (2021). *Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios*. Editora Seriguêla.
- Alheit, P., & B. Dausien. (2000). Biographicity as Basic Resource of Lifelong Learning. In Alheit et al. *Lifelong Learning Inside and Outside Schools*. Conference Proceedings. RUC.
- Almeida, E. (2009). Os estudos sobre grupos juvenis: presenças e ausências. *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*, Vol. 2. Argumentvm.
- Almeida, S. (2018). Neoconservadorismo e liberalismo. In E. Solano (Ed.), *O ódio como política*. Boitempo.
- Althusser, L. (1985). *Aparelhos ideológicos do Estado*. Graal.
- Andersson, E. (2015). Situational political socialization: a normative approach to young people's adoption and acquisition of political preferences and skills. *Journal of Youth Studies*, 18(8), 967–983.
- Anderson, L. L. L. (2019). *Reframing Remembrance: A Case Study on Collective Memory in Far-Right Party Discourse* (Doctoral dissertation, Carleton University).

- Andrade, C. A. N. (1994) *A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)*. [Dissertação de Mestrado em Educação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].
- Angrosino, Michael. (2009). *Etnografia e observação participante*. Artmed.
- Ansara, S. (2012). Políticas de memória X políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. *Revista Psicologia Política*, 12(24), p. 297-311.
- Anthias, F., & Yuval-Davis, N. (1992). *Racialised boundaries: Race, nation, colour and class and the anti-racist struggle*. Routledge.
- Anthony, A. (2021, setembro 12). We showed it was possible to create a movement from almost nothing: Occupy Wall Street 10 years on. *The guardian*. <https://www.theguardian.com/us-news/2021/sep/12/occupy-wall-street-10-years-on>
- Aprile, C. A. da S. (2023). A reacionarização do Estado Ucrâniano. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(2), 1036–1056. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i2.8604>
- Araújo, C. J. do N. (2016). *Jornadas de Junho: a rede em rede*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].
- Arnold, G. (1688). *Unpartheyische Kirchen- und Ketzerhistorie*. Vom Anfang des Neuen Testaments bi. auf das Jahr Christi 1688, 3 vols. Emanuel & Benedict.
- Art, D. (2011). *Inside the radical right: The development of anti-immigrant parties in Western Europe*. Cambridge University Press.
- Arzheimer, K. (2015). The AfD: Finally a successful right-wing populist Eurosceptic party for Germany? *West European Politics*, 38(3), 535-556.
- Arzheimer, K. (2019). Conceptual Confusion is Not Always a Bad Thing – The Curious Case of European Radical Right Studies. In K. Marker, A. Schmitt, J. Sirsch (Eds.), *Demokratie und Entscheidung*. Springer VS. https://doi.org/10.1007/978-3-658-24529-0_3
- Arzheimer, K., & Berning, C. C. (2019). How the Alternative for Germany (AfD) and their voters veered to the radical right, 2013–2017. *Electoral Studies*, 60, 102040.
- Åsbrink, E. (2021). When Race Was Removed from Racism: Per Engdahl, the Networks that Saved Fascism and the Making of the Concept of Ethnopluralism. *Journal of the History of Ideas*, 82(1), 133-151.
- Athanasiou, A. (2021). Estados de emergência, modos de emersão: atuações críticas de ‘o povo’ em tempos de crise. In C. Albino, J. Oliveira, & M. Melo (Orgs). *Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios*. Editora Seriguela. (Trabalho original publicado em 2011).

- Batista, M. (2016). O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. *Revista de sociologia e política*, 24, 127-155.
- Batsleer, J., Walther, A., & Lüküslü, D. (2020). Struggle over participation: Towards a grounded theory of youth participation. In A. Walther, J. Batsleer, P. Loncle, & A. Pohl (Eds.), *The Struggle of Participation and Young People. Contested Practices, Power and Pedagogies in Public Spaces*. Routledge, 199-219.
- Bauman, Z. (1999). *O mal-estar da pós-modernidade*. Companhia das Letras.
- Beach, D., Fritzsche, B., & Kakos, M. (2019). Stigmatisation, identity, and educational exclusion in postindustrial societies: A qualitative synthesis of research from UK, Germany, and the Nordic countries. *Diaspora, Indigenous, and Minority Education*, 13(1), 54-67.
- Becker, G. (1981). *Treatise on the Family*. University of Chicago Press.
- Becker, G. (1994). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with a Special Reference to Education*. University of Chicago Press.
- Begeres Bisneto, V. (2019). *Fronts Islamistas no Brasil: prenúncios de uma radicalização incompleta face ao fundamentalismo existencial* [Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo].
- Bello, E., Capela, G., & Keller, R. J. (2021). Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re)articulação da hegemonia. *Revista Direito e Práxis*, 12, 1665-1667.
- Benevides, C. D. V. (2011). *Um Estado de bem-estar social no Brasil* [Dissertação de Mestrado, Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense].
- Berg, L. (2018). Between Anti-Feminism and Ethnicized Sexism. In M. Fielitz, & N. Thurston (Eds.), *Post-Digital Cultures of the Far Right: Online Actions and Offline Consequences in Europe and the US*. Transcript.
- Bernardi, A. J. B., & de Moraes, J. A. (2021). Fascismo à brasileira? Análise de conteúdo dos discursos de Bolsonaro após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. *Política & Sociedade*, 20(48), 300-327.
- Bertoa, F.C., & Bourne, A. (2017). Prescribing democracy? Party proscription and party system stability in Germany, Spain and Turkey. *European Journal of Political Research*, 56(2), 440-465.
- Besen, B. (2019) *Entre o empreendedorismo e a militância: discursos e identidades na juventude periférica* [Dissertação de Mestrado, FLACSO Sede Brasil].
- Besen, B., & Walther, A. (no prelo) Participation On and Beyond the Borders: Brazilian youth activism in radical right movements. *Youth and Globalization*, 5(1).
- Betz, H. G. (1994). *Radical right-wing populism in Western Europe*. Macmillan.

- Betz, H. G. (2018). The radical right and populism. In J. Rydgren (Ed.), *The Oxford Handbook of the Radical Right*. Oxford University Press, 86-104.
- Bhabha, H. (1996), Culture's in-between. In S. Hall, & P. du Gay (Eds.), *Questions of cultural identity*. Sage, 53-60.
- Binder, W. (2021). Memory Culture, the Civil Sphere, and Right-Wing Populism in Germany. In J. Aelxander, P. Kivisto, & G. Sciortino. *Populism in the civil sphere*. Polity Press. 178-204.
- Blee, K. M. (2017). How the study of white supremacism is helped and hindered by social movement research. *Mobilization*, 22(1), 1-15.
- Blee, K. M., & Creasap, K. A. (2010). Conservative and Right-Wing Movements. *Annual Review of Sociology*, 36, 1: 269–86.
- Bobbio, N. (1996). *Left and Right: The Significance of a Political Distinction*. University of Chicago Press.
- Boltanski, L., & Chiapello, E. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme* (Vol. 10). Gallimard.
- Bordignon, C., & Bonamigo, I. S. (2017). Os jovens e as redes sociais virtuais. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 310-326.
- Bourne, A. (2011). The proscription of parties and the problem of 'militant democracy'. <http://www.dundee.ac.uk/politics/research/csepp/>.
- Brah, A. (1996). Difference, Diversity, Differentiation. In A. Brah. *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities.*, p. 95–127. Routledge.
- Braun, S., Geisler, A., & Gerster, M. (2009). *Strategien der extremen Rechten*. VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Braun, V., & V. Clarke. (2006). Using Thematic Analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2): 77–101. doi:10.1191/1478088706qp063oa.
- Bringel, B. (2013, 13 de junho). O Brasil na geopolítica da indignação global. *Brasil de Fato*. https://www.academia.edu/download/31865346/O_Brasil_na_geopolitica_da_indignacao_global___Brasil_de_Fato.pdf
- Bringel, B. & Pleyers, G. (2019). June 2013, Five Years Later: Polarization, Reconfiguration of Activism, and Challenges for the Brazilian Left. In V. Puzone, & L. Miguel (Eds.). *The Brazilian Left in the 21st Century. Marx, Engels, and Marxisms*. Palgrave Macmillan. 237-258.
- Bringel, B., & Echart, E. (2008). Movimentos sociais e democracia: os dois lados das 'fronteiras'. *Caderno CRH*, 21(54), 457–475. <https://doi.org/10.1590/s0103-49792008000300004>
- Brown, W. (2015). *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. Zone Books.

- Brown, W. (2018). Neoliberalism's Frankenstein: Authoritarian freedom in twenty-first century 'democracies'. *Critical Times*, 1(1), 60-79.
- Brown, W. (2019). *In the ruins of neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the West*. Columbia University Press. <https://doi.org/10.7312/brow19384>
- Browning, Don. (2003) Critical Familism, Civil Society, and the Law. *Hofstra Law Review*, 32 (1), 313.
- Buchholz, S. et al. (2009). Life Courses in the Globalization Process: The Development of Social Inequalities in Modern Societies, *European Sociological Review*, 25(1), 53–71.
- Bueno, A. (2021). What Comes After Depression? The Crisis of Neoliberal Subjectivity and the New Authoritarian Wave in Brazil. *Krisis*, 41(1), 45-64.
- Butler, J. (2000). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In Louro et al. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Autêntica.
- Butler, J. (2011). Vida precária. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, 1(1), 13-33.
- Butler, J. (2015). *Notes toward a Performative Theory of Assembly*. Harvard University Press.
- Butler, J. (2021). *Discurso de ódio: uma política do performativo*. Editora Unesp.
- Caetano, G. (2023). Pesquisa dez anos depois das Jornadas de Junho de 2013. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/noticia/2023/06/pesquisa-ipeco-globo-dez-anos-depois-junho-de-2013-deixou-poucos-arrepentidos.ghtml>.
- Caiani, M., Porta, D. della, & Wagemann, C. (2012). *Mobilizing on the Extreme Right: Germany, Italy, and the United States*. Oxford University Press.
- Caldeira Neto, O., & Gonçalves, L. P. (2020). *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. FGV Editora, 2020.
- Caldeira, T. P. R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34.
- Campion, K. (2020). Women in the extreme and radical right: Forms of participation and their implications. *Social Sciences*, 9(9), 149.
- Canabarro, I. S. (2014). Caminhos da comissão nacional da verdade (CNV): memórias em construção. *Sequência*, 35(69), 215–234. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2014V35N69P215>
- Cannella, G. S., & Lincoln, Y. S. (2015). Deploying qualitative methods for critical social purposes. In G. S. Cannella, M. S. Pérez, & P.A. Pasque (Eds.), *Critical qualitative inquiry: Foundations and futures*. Left Coast Press.
- Carapanã. (2018). A nova direita e a normalização do nazismo e fascismo. In E. Solano (Ed.). *O ódio como política*. Boitempo.

- Cardoso, R., & Sampaio, H. (1995). *Bibliografia sobre a Juventude*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Cardoso, R., & Sampaio, H. (1995). *Bibliografia sobre a Juventude*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Carvalho, S. (2006). Política de guerra às drogas na América Latina entre o direito penal do inimigo e o estado de exceção permanente. *Crítica Jurídica Nueva Época*, (25), 261-275.
- Castells, M. (2018). *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Zahar.
- Castoriadis, C. (1995). *A instituição imaginária da sociedade*. Paz e Terra.
- Castoriadis, C. (2004). *Figuras do pensável*. As encruzilhadas do labirinto VI. (E. Aguiar Trad.). Civilização Brasileira
- Castoriadis, C. (2007a). *Sujeito e verdade no mundo social-histórico*. Seminários 1986-1987: *A criação humana I*. (E. Aguiar Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castoriadis, C. (2007b). *Democracia y relativismo. Debate con el MAUSS*. Trotta.
- Catão, M. do Ó., & Pereira, M. C. (2015). Juventude e Criminalidade sob a perspectiva da Escola de Chicago. *Revista da Faculdade de Direito-RFD-UERJ*, 28, 131–156.
- Cepêda, V. A. (2018). A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 23(2), 40-74.
- Cerqueira, C. M. N. (1996). Remilitarização da Segurança Pública: Operação Rio. *Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade*, 1(1), 141-168.
- Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista portuguesa de educação*, 16(2), 221-236.
- Ciampa, A. C. (2003). A Identidade social como metamorfose humana em busca de emancipação: articulando pensamento histórico e pensamento utópico. *Anais do XXIX Encontro da Sociedade Interamericana de Psicologia – SIP*.
- Ciampa, A. C. (2005). *A estória do Severino e a História da Severina*. Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1987).
- Codato, A., Bolognesi, B., & Roeder, K. M. (2015). A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In S. Cruz, A. Kaysel, & G. Cotas. *Direita, volver, o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Cohen, P. (1997a). *Subcultural Conflict and Working-class Community. Rethinking the Youth Question*. Macmillan Education UK. https://doi.org/10.1007/978-1-349-25390-6_3
- Cohen, P. (1997b). *Rethinking the Youth Question*. Macmillan Education UK. https://doi.org/10.1007/978-1-349-25390-6_8

- Collins, Patrícia Hill. (2000). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (2a ed.). New York: Routledge.
- Conniff, M. L. (Ed.). (2012). *Populism in Latin America*. University of Alabama Press.
- Constanza, W. A. (2015). Adjusting our gaze: An alternative approach to understanding youth radicalisation. *Journal of Strategic Security*, 8(1-2), 1-15.
- Cooper, M. (2017) *Family Values: Between Neoliberalism and the new Social Conservatism*. MIT Press.
- Corbanezi, E. R. (2009). *Sobre a razão do Mesmo que enuncia a não-razão do Outro: às voltas com a História da Loucura e O Alienista* [Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas].
- Corbanezi, E., & Rasia, J. M. (2020). Apresentação do Dossiê: racionalidade neoliberal e processos de subjetivação contemporâneos. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 287-301.
- Costa, F. & Marra, M. (2020). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141–156.
- Costa, J. F. A. (2021). Quem é o ‘cidadão de bem’? *Psicologia USP*, 32.
- Costa, M. R. (1993). *Os Carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. Ed. Vozes.
- Costa, R. V. E. (2017). *O novo templo de Salomão: o projeto de expansão da Igreja Universal do Reino de Deus para o Brasil e o mundo* [Tese de mestrado em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco].
- Costa, S. (2006). Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista brasileira de ciências sociais*, 21, 117-134.
- Couto Neto, G. H. (2019). A “nova direita” no YouTube: conservadorismo e negacionismo histórico sobre a Ditadura Militar brasileira. *Revista Ágora*, 29. <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/26411>.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 171(1).
- Crenshaw, K. (2017). *On intersectionality: Essential writings*. The New Press.
- Cruz, A. V. H., Minchoni, T., Matsumoto, A. E., & Andrade, S. S. D. (2017). A ditadura que se perpetua: Direitos humanos e a militarização da questão social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 239-252.
- Cruz, A. V. H., Minchoni, T., Matsumoto, A. E., & Andrade, S. S. (2017). A Ditadura que se Perpetua: Direitos Humanos e a Militarização da Questão Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(spe), 239–252. <https://doi.org/10.1590/1982-3703180002017>

- Cruz, R. (2021). 'Sou gay e o movimento LGBTQI+ não me representa': mapeando a emergência de um ativismo gay à direita no Brasil. *Cahiers des Amériques latines*, (98), 43-66.
- Curcino, L., & Pereira, T. A. C. (2022). Livros, política e populismo: a 'nova' direita brasileira e seus best sellers. In M. A. Marques et al. (Eds.), *Populismo(s) e suas linguagens Textos selecionados*. Edição Húmus.
- Cyfer, I. (2018). A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. *Cadernos Pagu*, (53). <https://doi.org/10.1590/18094449201800530003>
- Damhuis K. (2020). *Roads to the radical right. Understanding different forms of electoral support for radical right-wing parties in France and The Netherlands*. Oxford University Press.
- Damhuis, K., & de Jonge, L. (2022). Going Nativist. How to Interview the Radical Right? *International Journal of Qualitative Methods*, 21, 1-11.
- Dantas, B. S. A., & Ansara, S. (2020). Articulações entre Memória, Poder e Ideologia: Notas sobre a Conjuntura Política Brasileira. In A. R. Hernandez et al. *Psicologia Política e Memória*. Apris. 31-44.
- Dantas, B. S. D. A. (2013). Psicologia política das religiões: uma análise dos símbolos e ideologias da Igreja Universal do Reino de Deus. *Revista Psicologia Política*, 13(28), 489-506.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão de mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Dayrell, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 40-52. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782003000300004>
- Decker, O., Kiess, J., & Brähler, E. (2016). *Die enthemmte Mitte. Autoritäre und rechtsextreme Einstellungen in Deutschland*. Psychosozial Verlag.
- Delgado, L. D. A. N. (2003). História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História oral*, 6.
- Dias, D. L., Doula, S. M., & Cardoso, P. O. (2017). Participação política nas redes sociais: um estudo com jovens universitários. *Revista Sociais & Humanas, Santa Maria*, 30(1), 124-143.
- Dias, A. A. M. (2018). *Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane* [Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas].
- Díaz, B. (2021). Make (Neo-)Liberalism Cool Again'. Rear-View Mirrors, Creative Destruction and Right-Wing Youth Political Culture in Brazil. *45º Encontro Anual da ANPOCS*.

- Draibe, S. M. (2007). Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In G. Hochman et al. (Orgs), *Políticas públicas no Brasil*. Editora Fiocruz.
- eGuinorante. (5 de fevereiro de 2021). Ditadura: Meu pai te Conta como Foi [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=N1wtmoWkwvk>
- Ekman, M. (2022). The great replacement: Strategic mainstreaming of far-right conspiracy claims. *Convergence*, 28(4), 1127-1143.
- Ellison, M., Pollock, G., & Grimm, R. (2020). Young people's orientations towards contemporary politics: Trust, representation and participation. *Zeitschrift für Erziehungswissenschaft*, 23(6), 1201–1226.
- Escosteguy, A. C. (1998). Uma introdução aos estudos culturais. *Revista Famecos*, 5(9), 87-97.
- European Commission. (2007). *Promoting young's people full participation in education, employment, and society*. Communication from the Comission Youth Council. <https://www.cedefop.europa.eu/en/news/promoting-young-peoples-full-participation-education-employment-and-society>
- Farias, P. J. L. (2009). Respeito às Funções Urbanísticas e a Prevenção da Criminalidade Urbana: Uma Visão Integrada à Luz da Escola de Chicago. *Direito Público*, 15(1), 40–65.
- Farris, S. R. (2017). *In the name of women's rights: The rise of femonationalism*. Duke University Press.
- Fekete, Liz. (2009). *Suitable enemy: Racism, migration and Islamophobia in Europe*. Pluto Press.
- Fernandes, P. (2021). *Família monoparental feminina: desafios de ser mãe solo* [Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Literatura, Universidade de São Paulo].
- Fernandes, V. J. A., & Machado, D. S. M. (2022). Discurso popular-democrático e o sujeito de negação bolsonarista. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, 53(1), 23-56.
- Fernandez-Kelly, P. (2012). The Unequal Structure of the German Education System: Structural Reasons for Educational Failures of Turkish Youth in Germany. *Spaces & flows: an international journal of urban and extraurban studies*, 2(2), 93-112.
- Festa, M. V. P. (2017). O Projeto Orvil e a introdução da guerra cultural no contexto brasileiro. *Educação Contemporânea- Reflexões*, 17(36).
- Finchelstein, F. (2017). *From Fascism to Populism in History*. University of California Press.
- Fisher-Smith A., Sullivan C., Macready J. D., Manzi G. (2021). Methodology matters. In S. D. Ashe, J. Busher, G. Macklin, & A. Winter (Eds.), *Researching the far right. Theory, method and practice*. Routledge.
- Foracchi, M. (1972). *A Juventude na Sociedade Moderna*. Pioneira.

- Foresti, L. F. L. (2013). O Arauto da Contra-Revolução: O pensamento conservador de Plínio Corrêa de Oliveira (1968-1976) [Dissertação de Mestrado, Mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Foucault, M. (1961). *A História da Loucura na Idade Clássica*, 5 ed. Perspectiva.
- Foucault, M. (1971). *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1976). *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber*. Graal.
- Foucault, M. (1979). Por uma Genealogia do Poder. In M. Foucault. *Microfísica do Poder*. Graal.
- Foucault, M. (1980). *El orden del discurso*. Tusquets Editores.
- Foucault, M. (1984). *História da Sexualidade: O uso dos Prazeres* (8a ed.). Edições Graal.
- Foucault, M. (1991). *El sujeto y el poder*. Carpe Diem.
- Foucault, M. (1999). Em Defesa da Sociedade. In M. Foucault. *Curso no Collège de France (1975-1976)*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008a). Nascimento da Biopolítica. In M. Foucault. *Curso no Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). Segurança, Território, População. In M. Foucault. *Curso no Collège de France (1977-1978)*. Martins Fontes.
- Franco, F., Castro, J. C. L., Manzi, R., Safatle, V., & Afshar, Y. (2020). O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In V. Saflatle, N. da Silva Junior, & C. Dunker (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (p. 47–76). Autêntica.
- Freire Filho, J. F. (2005). Das subculturas às pós-subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político. *Journal of Communication and Culture*, 3(1), 138–166.
- Friedman, M. & Friedman, R. (1980). *Liberdade de escolher*. Record.
- Fuks, M. (2011). Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (83), 145-178.
- Fundação Abrinq (2021). Cenário da Infância e Adolescência no Brasil. Abrinq. <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2021-04/cenario-da-infancia-e-da-adolescencia-2021.pdf>
- Gabatz, C. (2018). Idiossincrasias religiosas contemporâneas: Qual o lugar das mulheres nas Igrejas Neopentecostais?. *Revista Pistis Praxis*, 10(1).
- Gaborit, M. (2011). Memória histórica: reverter a história a partir das vítimas. In R. S. Guzzo & F. Lacerna Júnior. *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Alínea.

- Gagnebin, J. M. (2010). O preço de uma reconciliação extorquida. In E. Telles, & V. Safatle (Eds.), *O que resta da ditadura*. Boitempo.
- Galeano, E. (1995). *O Livro dos Abraços*. L&PM.
- Gaspar, H. A., Daase, C., Deitelhoff, N., Junk, J., & Sold, M. (2020). Radicalization and political violence—challenges of conceptualizing and researching origins, processes and politics of illiberal beliefs. *International Journal of Conflict and Violence (IJCV)*, *14*, 1-18.
- Gattinara, P. C., & Pirro, A. L. (2018). The far right as social movement. *European Societies*, *21*(4), 447-462.
- Gentile, F. (2018). A direita brasileira em perspectiva histórica. *Plural: Revista de Ciências Sociais*, *25*(1), 92-110.
- Gentile, F. (2020). Uma direita ‘plural’: configurações ideológicas e organizações políticas da direita brasileira contemporânea. In F. G. Faria, & M. L. B. Marques (Eds.), *Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador*. Editora SertãoCult, 222-240.
- Germani, A. C. C., Conceição, M. I. G., Cabral, I. E., Oliva, I. L., Bastos, D. F., & de Souza, A. R. N. D. (2022). Narrativas: o que aprendemos sobre métodos online durante a pandemia? *New Trends in Qualitative Research*, *10*, 526-526.
- Giugni, M. & Grasso, M. (eds.) (2021). *Youth and Politics in Times of Increasing Inequalities*. Palgrave Macmillan.
- Goethe, J. W. von. (2017). *De minha vida. Poesia e verdade* (M. Mendonça Cardozo Trad.) (M. Frungillo, Org.). São Paulo: Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1983).
- Gonçalves, F. J. (2014). O Combate à Radicalização no Extremismo Islâmico: a Contraradicalização e a Des-radicalização. *Nação e Defesa*, *5*(137), 217-237.
- González, R. S., Baquero, M., & Grohmann, L. G. M. (2021). Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. *Revista Debates*, *15*(2), 9-44.
- Goulart, M. V. da S. (2011). *Incursões biopolíticas: o poder jovem nas tramas da arena pública*. [Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Grosso, L. A. (2015). Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. *Em Tese*, *12*(1). <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2015v12n1p4>
- Grosso, L. A. (2016). Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de EDUCAÇÃO do Cogeime*, *13*(25), 9–22. <https://doi.org/10.15599/0104-4834/COGEIME.V13N25P9-22>.
- Grosso, L. A. (2017). *Introdução à Sociologia da Juventude*. Paco Editorial.

- Grosso, L. A., & Silveira, I. B. (2020). Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. *Argum*, 1, 7–21.
- Grosso, L.A. (2000). *Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFE.
- Grossberg, L. (2006). Does cultural studies have futures? Should it? (Or what's the matter with New York?): Cultural studies, contexts and conjunctures. *Cultural Studies*, 20(1), 1–32. <https://doi.org/10.1080/09502380500492541>
- Hall, S. (1996). The West and the rest: discourse and power. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(60).
- Hall, S., & Jefferson, T. (Eds.). (2006). *Resistance through rituals: Youth subcultures in post-war Britain*. Routledge.
- Hall, S. (2000). Quem precisa da identidade? In Silva, T. T. (Org. e Trad.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes, 103-133.
- Havertz, R. (2019). Right-wing populism and neoliberalism in Germany: The AfD's embrace of ordoliberalism. *New Political Economy*, 24(3), 385-403.
- Hawley, G. (2017). 1. The Alt-Right's Goals and Predecessors. In G. Hawley. *Making Sense of the Alt-Right*. Columbia University Press. 11-50. <https://doi.org/10.7312/hawl18512-003>.
- Heitmeyer, W. (2003). Right-wing extremist violence. In W. Heitmeyer, & J. Hagan. *International handbook of violence research*. Springer Netherlands. 399-436.
- Heitmeyer, W. (2018). *Autoritäre Versuche: Signaturen der Bedrohung (Tentativas autoritárias: Assinaturas de Ameaças)*. Suhrkamp Verlag.
- Hernández, E., & Kriesi, H. (2016). The electoral consequences of the financial and economic crisis in Europe. *European journal of political research*, 55(2), 203-224.
- Herrmann, R. (1976). 'Laudate Dominum': Dezoito Contribuições para a História da Igreja na Turíngia. Homenagem ao 70º Aniversário do Bispo Estadual D. Ingo Braecklein. *Estudos Eclesiásticos Turíngios*, 3, 145-150.
- Hilmar, T. (2023). Restoring economic pride? How right-wing populists moralize economic change. *Journal of Contemporary European Studies*, 31(2), 291-305.
- Hirano, L. F. K., Acuña, M., & Machado, B. F. (Orgs.) (2019). *Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções*. Editora Imprensa Universitária.
- Hoeveler, R. C. (2020). A reorganização da extrema direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas. In F. G. Faria, & M. L. B. Marques (Org.), *Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador*. Editora SertãoCult.

- Hofmann, D. C. (2020). How ‘alone’ are lone-actors? Exploring the ideological, signaling, and support networks of lone-actor terrorists. *Studies in Conflict & Terrorism*, 43(7), 657-678.
- Honneth, A. (1995). *The Struggle for Recognition*. Polity Press.
- Honneth, A. (2011). Verwilderungen des sozialen Konflikts: Anerkennungskämpfe zu Beginn des 21. Jahrhunderts. *MPIfG Working Paper*, No. 11/4. Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung.
- Huhle, R. (2016). Human Rights Education and Historical Learning. In C. Lenz, S. Brattland, & L. Kvande. *Crossing Borders. Combining Human Rights Education and History Education*, LIT, 209-225.
- Huke, N. (2021). *Ohnmacht in der Demokratie: Das gebrochene Versprechen politischer Teilhabe*. Transcript.
- Hunter, J. D. (1991). *Culture Wars: The Struggle to Define America*. BasicBooks.
- Ignazi, P. (1992). The silent counter-revolution: Hypotheses on the emergence of extreme right-wing parties in Europe. *European journal of political research*, 22(1), 3-34.
- Igreja, R. L. (2021). Populism, inequality, and the construction of the “other”: an anthropological approach to the far right in Brazil. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 18, e18802.
- Iñiguez, L. (2006) *Análisis del Discurso. Manual para las Ciencias Sociales*. El Ciervo.
- Cerqueira, D. et al. (2019). *Atlas da violência 2019*. IPEA, FBSP.
- Cerqueira, D. et al. (2021). *Atlas da violência 2019*. IPEA, FBSP.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021). *Atlas da violência 2021*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Jaramillo Marín, J. (2012). Representações sociais, práticas sociais e ordens do discurso. Uma abordagem conceitual a partir da análise crítica do discurso. *Entramado*, 8(2), 124-136.
- Jarrín, A., Junge, B., Mitchell, S., Cantero, L. & Biondi, K. (Orgs.). (2022). *Democracia Precária: etnografias de esperança, desespero e resistência no Brasil*. Zouk.
- Jovegelevicius, J. C. (2018). *Entre a cruz e a estrela: um estudo sobre algumas aproximações de setores evangélicos com o judaísmo*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Kallio, K. P. (2018). Not in the same world: topological youths, topographical policies. *Geographical Review* 108(4), 566–591.
- Kaltwasser, C.R., & Taggart, P. (2022). The populist radical right and the pandemic. *Government and Opposition*, 1(21). <https://doi.org/10.1017/gov.2022.46>

- Keeley-Browne, E. (2011). Cyber-Ethnography: The emerging research approach for 21st century research investigation. In Kurubacak, G. & Yuzer, V. *Handbook of Research on Transformative Online Education and Liberation: Models for Social Equality*. IGI Global. 330-238.
- Kehl, M. R. (2010). Tortura e Sintoma Social. In E. Telles & V. Safatle (Eds.), *O que resta da ditadura*. Boitempo.
- Kemper, A. (2014). Keimzelle der Nation – Teil 2. Wie sich in Europa Parteien und Bewegungen für konservative Familienwerte, gegen Toleranz und Vielfalt und gegen eine progressive Geschlechterpolitik radikalisieren, ed. Friedrich-Ebert-Stiftung. *Forum Politik und Gesellschaft*. <http://library.fes.de/pdf-files/dialog/11163.pdf>
- Keyser, E. (1935). Bevölkerungswissenschaft und Geschichtsforschung. *Archiv für Bevölkerungswissenschaft und Bevölkerungspolitik*, 5.
- King, V., Koller, H. C. (2009). Adoleszenz als Möglichkeitsraum für Bildungsprozesse unter Migrationsbedingungen. Eine Einführung. In V. King, H. C. Koller (Eds.). *Adoleszenz — Migration — Bildung*. VS Verlag für Sozialwissenschaften. https://doi.org/10.1007/978-3-531-91459-6_1
- Kitschelt, H., & McGann, A. J. (1997). *The radical right in Western Europe: A comparative analysis*. University of Michigan Press.
- Klandermans, B. (2013). Extreme right activists: Recruitment and experiences. In S. von Mering, & T. W. McCarty (Eds.), *Right wing radicalism today. Perspectives from Europe and the US*. Routledge. 60-84.
- Klandermans, B. (2020). Life-history interviews with rightwing extremists. In S. D. Ashe, J. Busher, G. Macklin, & A. Winter. *Researching the Far Right*. Routledge. 225–238. <https://doi.org/10.4324/9781315304670-14>
- Klandermans, B., & Mayer, N. (2005). *Extreme Right Activists in Europe: Through the magnifying glass*. Routledge.
- Klikauer, T. (2019). German neo-nazis and a new Party. *Jewish Political Studies Review*, 30(1/2), 243-252.
- Klüppel, G. S., Cruz, M. M., & Cerri, L. F. (2021). Jovens, uma nova ‘nova direita’ e suas esquerdas: um estudo sobre a posição política de jovens brasileiros. *Revista de História da UEG*, 10(02), e022108-e022108.
- Knight, A. (1998). Populism and neo-populism in Latin America, especially Mexico. *Journal of Latin American Studies*, 30(2), 223-248.
- Köttig, M. (2008). The Biographical Approach in Case Work with Right Wing Extremist Girls and Young Women. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 9(1).

- Kováts, E. (2018). Questioning consensuses: Right-wing populism, anti-populism, and the threat of 'gender ideology'. *Sociological Research Online*, 23(2), 528–538. <https://doi.org/10.1177/1360780418764735>
- Krasteva, A. (2013). L'e-citoyenneté – le projet politique de la révolution numérique. In A. Krasteva (Ed.), *E-citoyennetés*. Harmattan. 11-22.
- Krasteva, A. (2016). Occupy Bulgaria or the Emergence of Post-communist Contestatory Citizenship. *Southeastern Europe*, 40(2), 158-187.
- Krasteva, A. (2017). Re/De/constructing far-right youth. In G. Lazaridis & G. Campani (Eds.), *Understanding the Populist Shift: Othering in a Europe in Crisis*. Routledge. 150–178.
- Krasteva, A., & Lazaridis, A. (2016). Far Right: Populist Ideology, 'Othering' and Youth. In M. Ranieri (Ed.), *Populism, Media and Education: Challenging Discrimination in Contemporary Digital Societies*. Londres: Routledge. 9-25.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Intermeios.
- Laqueur, W. (1997). *Fascism: Past, Present, Future*. Oxford University Press.
- Lara, P., & Antúnez, Á. (2014). La historia oral como alternativa metodológica para las ciencias sociales. *Revista de teoría y didáctica de las ciencias sociales*, (20), 45-62.
- Laruelle, M. (2022). Illiberalism: A conceptual introduction. *East European Politics*, 38(2), 303-327.
- Lascoumes, P. & Le Galès, P. (2012). *Sociologia da Ação Pública*. Editora da Universidade Federal de Alagoas.
- Lawless, B. & Chen, Y. (2019) Developing a Method of Critical Thematic Analysis for Qualitative Communication Inquiry. *Howard Journal of Communications*, 30(1). DOI: 10.1080/10646175.2018.1439423
- Le Bart, C., & Lefebvre, R. (2015). *La proximité en politique: usages, rhétoriques, pratiques*. PU Rennes.
- Leconte, C. (2019). La carrière militante du «grand remplacement» au sein du milieu partisan de l'Alternative pour l'Allemagne (AfD). *Politix*, (2), 111-134.
- Levi, N., & Rothberg, M. (2018). Memory studies in a moment of danger: Fascism, postfascism, and the contemporary political imaginary. *Memory Studies*, 11(3), 355–367. <https://doi.org/10.1177/1750698018771868>
- Lewandowsky, M., Leonhardt, C. & Blättle, A. (2023). Germany: The Alternative for Germany in the COVID- 19 Pandemic. In N. Ringe, & L. Rennó. *Populists and the Pandemic. How Populists Around the World Responded to COVID- 19*. Routledge.

- Lewicki, A. (2018). Race, Islamophobia and the politics of citizenship in post-unification Germany. *Patterns of Prejudice*, 52(5). <https://doi.org/10.1080/0031322X.2018.1502236>
- Lima, A. F. (2007). Para uma reconstrução dos conceitos de massa e identidade. *Revista Psicologia Política*, 7(14).
- Lima, A. F. D., & Ciampa, A. D. C. (2017). Sem pedras o arco não existe: o lugar da narrativa no estudo crítico da identidade. *Psicologia & Sociedade*, 29. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i171330>.
- Lino, N. (2022, setembro 14). Exaltação ao Dops, ataques e transfobia: o histórico de Douglas Garcia. *UOL*. <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/14/as-polemicas-de-douglas-garcia.html>
- Lira, E. M. (1993). Trauma político y memoria social. *Psicología Política*, 6, 95–116. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2826352>
- Lombardo, E., Kantola, J., & Rubio-Marin, R. (2021). De-democratization and opposition to gender equality politics in Europe. *Social politics: international studies in gender, state & society*, 28(3), 521-531.
- Lopes, A. P. H., & Dantas, B. S. do A. (2017). Representações sociais da cura divina no contexto neopentecostal. *Psicologia em Revista*, 23(2), 771-789. <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n2p771-789>
- Lorenzen, J.-M., Neumann, D., Seehaus, A., & Trappman, V. (2016). Towards political disenchantment and populism? Consequences of precarious working and living conditions in the case of young Germans. *36th International Labour Process Conference*.
- Lüküslü, D., & Walther, A. (2021). ‘I wanted to take on a lot of responsibility’. Reconstructing biographies of young people engaged in formal participation. *Journal of Youth Studies*, 24(8), 1068-1084.
- Machado, J., & Miskolci, R. (2019). Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, 9, 945-970.
- Maciel, L. & Nascimento, J. C. (1979/2012). *Orvil – Tentativas de Tomada do Poder*. Ed. Schoba.
- Mannheim, K. (1982). O problema sociológico das gerações. In M. Foracchi (Org.), *Mannheim. Sociologia* (pp. 67-95). Ática.
- Mannheim, K. (1986). A mentalidade utópica. In K. Mannheim. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara. 216-285.
- Maranhão, E., Coelho, F., & Dias, T. (2018). ‘Fake news acima de tudo, fake news acima de todos’: Bolsonaro e o ‘kit gay’, ‘ideologia de gênero’ e fim da ‘família tradicional’. *Revista Eletrônica Correlatio*, 17(2), 65–90.

- Markowitz, A. J., & Ryan, R. M. (2016). Father absence and adolescent depression and delinquency: A comparison of siblings approach. *Journal of marriage and family*, 78(5), 1300-1314.
- Martín-Baró, I. (1989). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial. *Revista de Psicología de El Salvador*, 9(35), 89-108.
- Massey, D. (1994). *Space, place and gender*. University of Minnesota Press.
- Mattheis, A. (2018). *Shieldmaidens of Whiteness: (Alt) Maternalism and Women Recruiting for the Far/Alt-Right*. *Journal for Deradicalization*, 17, 128–62.
- Mattos, C. L. G. D., & Castro, P. A. D. (2011). *Etnografia e educação: conceitos e usos*. EDUEPB.
- Mayer, N. (2020). Political science approaches to the far right. In S. D. Ashe et al. *Researching the far right: Theory, Method and practice*. Routledge, Taylor & Francis Group.
- Mbembe, A. (2020). *Necropolítica*. Melusina.
- McCauley, C., & Moskalenko, S. (2011). *Friction: How radicalization happens to them and us*. Oxford university Press.
- Meiering, D., Dziri, A., & Foroutan, N. (2020). Connecting Structures: Resistance, Heroic Masculinity and Anti-Feminism as Bridging Narratives within Group Radicalization. *International Journal of Conflict and Violence (IJCV)*, 14(2), 1–19. <https://doi.org/10.4119/IJCV-3805>
- Miguel, L.F. (2018). A reemergência da direita brasileira. In E. Solano (Ed.), *O ódio como política*. Boitempo.
- Miller-Idriss, C. (2018a). *The extreme gone mainstream: Commercialization and far right youth culture in Germany*. Princeton University Press.
- Miller-Idriss, C. (2018b) Youth and the radical right. In J. Rydgren (Ed.), *The Oxford Handbook of the Radical Right*. Oxford University Press.
- Minkenberg, M. (1992). The New Right in Germany: The transformation of conservatism and the extreme right. *European Journal of Political Research*, 22.
- Minkenberg, M. (2017). *The radical right in Eastern Europe: Democracy under siege?* Springer.
- Moliterno, D. (2023, 3 de junho). Dez anos após protestos, política brasileira carrega marcas e consequências das jornadas de junho. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/dez-anos-apos-protestos-politica-brasileira-carrega-marcas-e-consequencias-das-jornadas-de-junho/>.
- Mondon, A. (2022). Populism, public opinion, and the mainstreaming of the far right: The ‘immigration issue’ and the construction of a reactionary ‘people’. *Politics*, 02633957221104726.

- Monteiro, E. L. da S. (2023). *Bolsonarismo e a manipulação do brasileiro autoritário: nazifascismo a serviço do neoliberalismo*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Montero, Maritza. (2006). *Hacer para transformar: el método en Psicología Comunitaria*. Paidós.
- Moraes, P. M., Nunes, R., Horst, C. H. M., & Mito, R. C. T. (2020). Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. *Revista de Políticas Públicas da UFMA*, 24, 802-818.
- Moreira, T., & Ramirez Bohorquez, J. L. (2022). O povo quer democracia de verdade: como os apoiadores de Jair Bolsonaro veiculam noções associadas a palavra democracia no YouTube. *Revista Estudos Políticos*, 12(24), 96-129. <https://doi.org/10.22409/rep.v12i24.51172>
- Mouffe, C. (2013). *Agonistics. Thinking the World Politically*. Verso.
- Mouffe, C. (2018). *For a left populism*. Verso.
- Movimento Conservador. (2022). *O Movimento*. Recuperado 18 de julho de 2022, de <https://movimentoconservador.com/o-movimento/>.
- Mrozowicki, A., Trappmann, V., Seehaus, A., & Kajta, J. (2019). Who Is a Right-Wing Supporter? On the Biographical Experiences of Young Right-Wing Voters in Poland and Germany. *Qualitative Sociology Review*, 15(4). <https://doi.org/10.18778/1733-8077.15.4.10>
- Mudde, C. (2007). *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge University Press.
- Mudde, C. (2014). Fighting the system? Populist radical right parties and party system change. *Party Politics*, 20(2), 217-226.
- Mudde, C. (Ed.). (2016). *The Populist Radical Right: A Reader*. Routledge.
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press.
- Mudde, C. (2019). *The far right today*. John Wiley & Sons.
- Mulinari, D., & Neergaard, A. (2015). Racist dreams and municipal budgets: Women representing a culturally racist party in local politics. *Social Identities*, 21(5), 506-523.
- Muniz, J. D. O., & Proença Júnior, D. (2013). Armamento é Direitos Humanos: nossos fins, os meios e seus modos. *Sociedade e Estado*, 28, 119-141.
- Namise, D. K., & Rizzotto, C. C. (2023). Trollando em tempos de crise: uma análise dos discursos de Bolsonaro durante a pandemia. *Revista Eco-Pós*, 26(01), 168-189.

- Netto, M. N.; Cavalcante, S. M.; Chaguri, M. M. (2019). O homem médio e o conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo: o lugar da família. *Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS*.
- Nilan, P. (2021). *Young people and the far right*. Springer Nature.
- Nussbaum, M. C. (2013). *Political emotions*. Harvard University Press.
- Oliveira, D. D. (2011). Cidade Alerta: jornalismo policial, vigilância e violência. In I. M. M. Gomes (Ed.), *Gêneros Televisivos e Modos de Endereçamento no Telejornalismo* (Vol. 1). EDUFBA.
- Orellana, N. del Valle (2012). Entre poder y resistencia. Tras los rastros de la política en Foucault. *Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública*, 10(17), 147-168.
- Panetta, V. J. (2017). O mercado de armas de fogo no Brasil: Legislação, Características da Indústria e Lobby Armamentista. [Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas].
- Pasieka, A. (2020). In Search of a Cure? Far-right Youth Activism and the Making of a New Europe". In Duina, F. and Merand, F. (Ed.) *Europe's Malaise (Research in Political Sociology*, Emerald Publishing Limited, 85-102. <https://doi.org/10.1108/S0895-993520200000027009>
- Pasieka, A. (2021). National, European, Transnational: Far-Right Activism in the Twentieth and Twenty-first Centuries. *Societies and Cultures*, 35, 863–875.
- Pasieka, A. (2022). ‘Tomorrow belongs to us’: Pathways to Activism in Italian Far-Right Youth Communities. *Comparative Studies in Society and History*, 64(1), 150-178.
- Pêcheux, M. (1975/2009). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4a ed. Editora da Unicamp.
- Perasović, B., Mustapić, M., Ibañez Garzaran, Z.L., Mulari, H., & Hofreiter, R. (2022). Youth in conflict: space and subculture. *Journal of Youth Studies*, 26, 368 - 386.
- Pereira, M. H. D. F. (2015). Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia historia*, 31, 863-902.
- Pereira, M. H. F. (2015). Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012- 2014). *Varia Historia*, 31(57), 863–902. <https://doi.org/10.1590/0104-87752015000300008>.
- Pericles, L. (2023, 14 de julho). Lições dos dez anos das Jornadas de Junho de 2013 — A Verdade. *Jornal A Verdade*. <https://averdade.org.br/2023/07/licoes-dos-dez-anos-das-jornadas-de-junho-de-2013/>.
- Pettersson, K., & Sakki, I. (2022). 'You truly are the worst kind of racist!': Argumentation and polarization in online discussions around gender and radical-right populism. *British journal of social psychology*, 6, 119–135.

- Pfaff, N. (2009). Youth culture as a context of political learning: How young people politicize amongst each other. *YOUNG*, 17(2), 167–189.
- Pfeifer, H. (2023, julho 27). Aufstieg der AfD — immer extremer. *Deutsche Welle*. <https://www.dw.com/de/aufstieg-der-afd-immer-extremer/a-66353368>
- Pierucci, A. F. (1987). As bases da nova direita. *Novos estudos CEBRAP*, 19(3), 26.
- Pilkington, Hilary. 2016. *Loud and Proud: Passion and Politics in the English Defence League*. Manchester University Press.
- Pineda, M. C. M.; & Cubides, J. (2012). Sujeito e política: vínculos e modos de subjetivação. *Revista colombiana de educación*, (63), 67-88.
- Pinheiro-Machado, R. et al. (2019). *Brasil em transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Oficina Raquel.
- Pinheiro, P. S. (1997). Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*, 9(1), 43–52. <https://doi.org/10.1590/S0103-20701997000100003>
- Pinto Neto, M., & Cipriani, M. (2021). Populismo Autoritário e Bolsonarismo Popular: caminhos comparados do punitivismo a partir de Stuart Hall. *Revista de criminologias contemporâneas*, 1(1), 41-56.
- Pinwinkler, A. (2004). Volk, Bevölkerung, Rasse, and Raum: Erich Keyser's Ambiguous Concept of a German History of Population, ca. 1918-1955. In I. Haar, & M. Fahlbusch. *German Scholars and Ethnic Cleansing 1920-1945*. Berghahn Books. 86-99.
- Polivanov, B. B. (2019). Identidades na contemporaneidade: uma reflexão sobre performances em sites de redes sociais. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, 8, 103-119.
- Shafir, I. P. (2005). *Obstinaciones de La Memoria: La dictadura militar chilena en las tramas del recuerdo*. [Tese de Doutorado, Departamento de Psicología Social, Universidad Autónoma de Barcelona].
- Pitti, I., Mengilli, Y., & Walther, A. (2021). Liminal Participation: Young People's Practices in the Public Sphere Between Exclusion, Claims of Belonging, and Democratic Innovation. *Youth & Society*, 0(0), 1-20.
- Pleyers, G. (2020). A 'guerra dos deuses' no Brasil: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro. *Educação & Sociedade*, 41.
- Poerner, A. (1968). *O Poder Jovem — história da participação política dos estudantes brasileiros* (2a ed.). Civilização Brasileira.
- Pollock, G., Brock, T., & Ellison, M. (2015). Populism, ideology and contradiction: mapping young people's political views. *Sociological Review*, 63(S2), 141–166. <https://doi.org/10.1111/1467-954X.12266>
- Pollard, J. (2007). 'Clerical Fascism': Context, overview and conclusion. *Totalitarian Movements and Political Religions*, 2 (8), 433-446.

- Power, T. (2000). *The political right in post authoritarian Brazil: elites, institutions, and democratization*. Penn State Press.
- Pucci, B. (2020). A Personalidade Autoritária no Brasil em tempos de neoliberalismo e de Coronavírus. *Revista Eletrônica de Educação*, 14, e4538132-e4538132.
- Puwar, N. (2004). *Space invaders: Race, gender and bodies out of place*. Berg.
- Quadros, M. P. R. (2014). Neoconservadorismo e direita religiosa nos Estados Unidos: Formação ideológica, ‘guerra cultural’ e política externa. *Espaço Plural*, 15(31), 43-61.
- Quadros, M. P. R. (2017). Conservadorismo coroadado: movimentos monarquistas no Brasil atual. *Estudos de sociologia*, 22(42).
- Quintão, G. F. (2017). A nova direita cristã: alianças, estratégias e transfiguração do discurso religioso em torno do projeto de cura gay. *Estudos de Sociologia*, 22(42).
- Rendtorff, J. D. (2008). Castoriadis’ concept of institution and democracy. *Nordicum-Mediterraneum*, 3(2). <https://doi.org/10.33112/nm.3.2.7>.
- Renström, E. A., Aspernäs, J. & Bäck, H. (2021). The young protester: the impact of belongingness needs on political engagement. *Journal of Youth Studies*, 24(6), 781-798.
- Ribeiro, C. A. C. (2014). Mobilidade e estrutura de classes no Brasil contemporâneo. *Sociologias*, 16, 178-217.
- Riera, P., & Pastor, M. (2022). Cordons sanitaires or tainted coalitions? The electoral consequences of populist participation in government. *Party Politics*, 28(5), 889-902.
- Rocha, C. (2018). O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In E. Solano (Ed.), *O ódio como política*. Boitempo.
- Rocha, C. (2019). *'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. [Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo].
- Rocha, C., Solano, E. & Medeiros, J. (2021). *The Bolsonaro Paradox. The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil*. Springer, Cham.
- Rodrigues, T. (2012). Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional*, 34(1), 9–41. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100001>
- Rogers, E. M., & Sebal, H. (1962). A distinction between familism, family integration, and kinship orientation. *Marriage and Family Living*, 24(1), 25-30.
- Rokeach, M. (1960). *The open and closed mind*. Basic Books.
- Romão, D. M. M. (2013). *Jornalismo policial: indústria cultural e violência* [Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo].

- Rosenthal, G. (2004). Biographical research. In C. Seale et al. *Qualitative research practice*. Sage. 48-64.
- Rosenthal, G. (2018). The Narrative Interviews. In G. Rosenthal. *Interpretative Social Research: An Introduction*. Götting University Press. 133-147.
- Rossi, P., Matos De Oliveira, A. L., Arantes, F., & Dweck, E. (2019). Austeridade Fiscal e o Financiamento da Educação no Brasil. *Educ. Soc*, 40, 2019.
- Roy, N. (2022). *We are just normal women': Narratives of far-right women members of the AfD and FPÖ*. [Tese de Doutorado, Women Studies, Universidade de York].
- Runciman, D. (2018). *How democracy ends*. Profile Books.
- Sabogal, F., Marín, G., Otero-Sabogal, R., Marín, B. V., & Perez-Stable, E. J. (1987). Hispanic familism and acculturation: What changes and what doesn't?. *Hispanic journal of behavioral sciences*, 9(4), 397-412.
- Safatle, V. (2020). A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In V. Safatle, N. da Silva Junior, & C. Dunker (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (Vol. 1). Autêntica.
- Safatle, V., & Teles, E. (2019). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. Boitempo Editorial.
- Safatle, W., Silva Junior, N. da, & Dunker, C. (2020). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.
- Sahd, F. B. (2022). (Neo) fascismo,(pós) fascismo ou (neo) populismo? Um balanço bibliográfico possível de uma calorosa disputa classificatória. *Intellèctus*, 21(2), 94-120.
- Salden, S., & Hertlein, J. (2020). Is It Fair? The German Education System and Its Stumbling Blocks for Adolescents. In M. Watzlawik, A. Burkholder (Eds.), *Educating Adolescents Around the Globe. Cultural Psychology of Education*, vol 11. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-37900-1_7.
- Salles, L. G. (2017). *Nova direita ou velha direita com wi-fi?: uma interpretação das articulações da 'direita' na internet brasileira*. [Dissertação de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Salzborn, S. (2016). Renaissance of the new right in Germany? A discussion of New Right elements in German right-wing extremism today. *German Politics and society*, 34(2), 36-63.
- Sanders, R., & Jenkins, L. D. (2023). Patriarchal populism: The conservative political action coalition (CPAC) and the transnational politics of authoritarian anti-feminism. *The International Spectator: A Quarterly Journal of the Istituto Affari Internazionali*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/03932729.2023.2225660>

- Sanfelice, J. L. (1985). *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. [Tese de doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Santos, A. A. (2011). O Estudo sobre Juventude no Brasil. *Revista Segurança Urbana e Juventude*, 4(1).
- Santos, C. A. M. (2018). *O Sonho Colonial do III Reich: A Influência Nacional-Socialista na América Latina*. [Dissertação de Mestrado em Literaturas e Culturas Modernas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa].
- Santos, F. R. C. (2020). O que se entende por Retórica da Guerra Cultural. *Domínios de Linguagem*, DOI: 10.14393/DL45-v15n1a2021-6
- Saunders, R. A. (2019). Of Gods and Men: Uses and Abuses of Neo-Paganism by Nationalist Movements in the ‘North’. In S. Halink (Ed.). *Northern Myths, Modern Identities*. Brill. https://doi.org/10.1163/9789004398436_009
- Savegnado, S. D. O. (2019). Práticas discursivas e sociais relativas aos jovens e à juventude. *Última Década*, 51, 192–224.
- Scheliga, E. L. (2012). *Educando sentidos, orientando uma práxis - etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros*. [Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2011.TDE-10052012-084930>
- Schellenberg, B. (2013). Developments within the radical right in Germany: discourses, attitudes and actors. In Wodak, Khosravinik & Mral. *Right-Wing populism in Europe: Politics and discourse*, 149-162.
- Scheuch, E., & Klingermann, H. D. (1967). Theorie des Rechtsradikalismus in westlichen Industriegesellschaften, *Hamburger Jahrbuch für Wirtschafts- und Gesellschaftspolitik*, 12, 11–29.
- Schütze, F. (1983). Biographieforschung und narratives Interview. *Neue Praxis*, 13(3), 283-293.
- Shveda, Y., & Park, J. H. (2016). Ukraine's revolution of dignity: The dynamics of Euromaidan. *Journal of Eurasian Studies*, 7(1), 85-91.
- Schwander, H.; Manow, P. (2017). It's not the economy, stupid! Explaining the electoral success of the German right-wing populist AfD. *CIS Working Paper 94*, University of Zurich.
- Schwanenflügel, L. & Walther, A. (2022). Learning to Participate in and through Conflict. In Z. Becevic, & B. Andersson (Eds.), *Youth Participation and Learning Critical Perspectives on Citizenship Practices in Europe*. Springer, 37-55.
- Schwanenflügel, L., Lütgens, J., McMahon, G. & Liljeholm Hansson, S. (2019). Participation Biographies: Routes and relevancies of young people's participation. *Diskurs Kindheits- und Jugendforschung*, 14(4), 431-445.

- Sedgwick, M. (2010). The concept of radicalization as a source of confusion. *Terrorism and political violence*, 22(4), 479-494.
- Segers, I. B., Gelashvili, T., & Gagnon, A. (2023). Intersectionality and care ethics in researching the far right. *Feminist Media Studies*, 1-6.
- Severo, G. R., Weller, W., & Araújo, G. C. (2021). Jovens de direita e extrema-direita: posicionamentos políticos no ensino médio. *Linhas Críticas*, 27, 1-24.
- Sguissardi, V. (2015). Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?. *Educação & Sociedade*, 36, 867-889.
- Shaw, C. (1966). *The Jack-roller*. University of Chicago Press.
- Shveda, Y., & Park, J. H. (2016). Ukraine's revolution of dignity: The dynamics of Euromaidan. *Journal of Eurasian Studies*, 7(1), 85–91. <https://doi.org/10.1016/j.euras.2015.10.007>.
- Silva Junior, N. da. (2020). O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do 'Pacto edípico, pacto social', de Hélio Pellegrino, ao 'E daí?', de Jair Bolsonaro. In V. Safatle, N. da Silva Junior, & C. Dunker (Eds.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.
- Silva, I. H. D. M. (2021). 'Liberal na economia e conservador nos costumes'. Uma totalidade dialética. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 36, e3610702.
- Silva, J. I. A. (1987). *Estudantes e política no Rio Grande do Norte*. [Dissertação de Mestrado em Educação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].
- Silva, L. N. da. (2018). O mercado editorial e a Nova Direita brasileira. *Teoria e Cultura*, 13(2), 73-84.
- Silva, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e Diferença*. Vozes. 73-102.
- Silva, V. G. B. D., & Soares, C. B. (2004). As mensagens sobre drogas no rap: como sobreviver na periferia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9, 975-985.
- Skelton, T. (2015). Young people, children, politics and space: Youthful political geography scholarship 2003-2013. In K. P. Kallio, & J. Häkli (Eds.), *The Beginning of Politics: Youthful Political Agency in Everyday Life*, Routledge. 123-136.
- Smith, D. (2022). Pam Nilan: Young People and the Far Right. *Journal of Applied Youth Studies*, 5, 269 - 273.
- Solano, E. (Ed.). (2018). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo Editorial.
- Sousa, R. S. de, Oliveira Filho, P. de, Araújo, J. B., & Vieira, D. V. M. (2022). A Identidade da Direita em Narrativas de seus Militantes numa Universidade Brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-16.

- Souza Filho, J. A. de, Gonçalves Neto, J. U., & Lima, A. F. de. (2020). Metamorfoses no projeto de Antonio da Costa Ciampa: da proposta analítica a uma teoria de identidade. *Psicologia Revista*, 29(2), 285–309. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2020v29i2p285-309>
- Souza, F. N., Costa, A. P., & Moreira, A. (2011). Questionamento no Processo de Análise de Dados Qualitativos com apoio do software WebQDA. *EduSer-Revista de educação*, 3(1), 19-30.
- Souza, R. M. D. (2009). Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, (1).
- Sparemberger, C., Lobo, I. E., & da Silva, I. C. (2021). *A nova direita e as guerras culturais: um estudo de caso da atuação de Ana Campagnolo no Facebook. Em Tese*, 18(2), 196-213.
- Sposito, M. P. (Org.) (2009). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)* (Vol. 2). Argvmentvm.
- Sposito, M. P., & Tarábola, F. D. S. (2017). Entre luzes e sombras: O passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 22(71). <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227146>
- Stabile, A., Castelo Branco, C., Paiva, D., Tito, F. & Franco, L.(2023, 13 de junho). VÍDEO: jornadas de junho 2013, 10 anos depois. *G1*. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/13/video-jornadas-de-junho-2013-10-anos-depois.ghtml>
- Standing, G. (2014). O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (103), 9-24.
- Stanley, B. (2008). The thin ideology of populism. *Journal of political ideologies*, 13(1), 95-110.
- Stanley, J. (2018). *How Fascism Works: The Politics of Us and Them*. Random House.
- Stefanoni, P. (2021). *¿La rebeldía se volvió de derecha?: Cómo el antiprogresismo y la anticorrección política están construyendo un nuevo sentido común (y por qué la izquierda debería tomarlos en serio)*. Siglo XXI Editores.
- Stockemer, D., Lentz, T., & Mayer, D. (2018). Individual predictors of the radical right-wing vote in Europe: a meta-analysis of articles in peer-reviewed journals (1995–2016). *Government and Opposition*, 53(3), 569-593.
- Stockemer, D., Niemann, A., Unger, D., & Speyer, J. (2020). The ‘refugee crisis,’ immigration attitudes, and euroscepticism. *International Migration Review*, 54(3), 883-912.
- Taguieff, P. A. (1984). La rhétorique du national-populisme. *Mots. Les langages du politique*, 9(1), 113-139.

- Tavares, B. (2012). Sociologia da Juventude: Da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco. *Sociedade e Cultura*, 15(1), 181–191. <https://doi.org/10.5216/sec.v15i1.20683>
- Taylor, B. (2020). The Alt Right. In A. Z. Casey (Ed.). *Encyclopedia of critical whiteness studies in education*. Brill NV. 15-22 <https://doi.org/10.1163/9789004444836>
- Teixeira, J. M. (2019). *A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus*. [Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.TDE-30052019-103135>
- Teixeira, J. M., & Barbosa, O. A. (2022). A mulher e a família: agendas pentecostais na disputa pela gramática dos direitos humanos. *(Syn) Thesis*, 15(1), 89-105.
- Teles, E. (2018) A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In *Ódio como política*. Solano, E. Boitempo
- Thrasher, F. (1927). *The gang: a study of gangs in Chicago*. University of Chicago Press.
- Toscano, E. (Ed.). (2019). *Researching far-right movements: Ethics, methodologies, and qualitative inquiries*. Routledge.
- Trancoso, A. E. R., & Oliveira, A. A. S. (2016). Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 278–294.
- Traverso, E. (2019). *The New Faces of Fascism: Populism and the Far Right*. Verso.
- Turner, V. (1969). *The ritual process: Structure and anti-structure*. Aldine de Gruyter.
- Universidade de Erfurt. (2022, 17 de novembro). *Kein Platz der Wissenschaftsfeindlichkeit und Diskriminierung jeglicher Art - Unser Statement zu den Aktionen der 'Studenten stehen auf'*. Recuperado em 2023, 2 de abril de https://erfurt.de/fileadmin/Verwaltung/studierendenrat/Stellungnahmen_etc/Statement_zu_den_Aktionen_von_Studenten_stehen_auf_221117_135713_signed.pdf
- Van de Vijver, F. J. (2009). Types of Comparative Studies in Cross-Cultural Psychology. *Online Readings in Psychology and Culture*, 2(2). <https://doi.org/10.9707/2307-0919.1017>.
- Van Gennep, A. (1909/1960). *Rites of passage*. Routledge.
- Varga, M., & Buzogány, A. (2022). The two faces of the ‘global right’: revolutionary conservatives and national-conservatives. *Critical Sociology*, 48(6), 1089-1107.
- Vieten, U. M., & Poynting, S. (2022). *Normalization of the Global Far Right: Pandemic Disruption?* Emerald Group Publishing.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220.

- Volk, S., 2020. 'Wir sind das Volk!' Representative Claim-Making and Populist Style in the PEGIDA Movement's Discourse. *German Politics*, 29(4), 599-616
- Vorländer, H., Herold, M., & Schäller, S. (2016). PEGIDA — eine rechtsextremistische Bewegung. *Extremismus in Sachsen: Eine kritische Bestandsaufnahme*, 109-118.
- Wahl, K. (2020). *The radical right: Biopsychosocial roots and international variations*. Palgrave Macmillan.
- Walther, A., Stauber, B., & Pohl, A. (2009). *UP2YOUTH. Youth—actor of social change. Final report*. Institut für Regionale Innovation und Sozialforschung.
- Walther, A. (2012). Participation or non-participation? Getting beyond dichotomies by applying an ideology-critical, a comparative and a biographical perspective. In P. Loncle, M. Cucocnato, V. Muniglia, & A. Walther. *Youth Participation in Europe: Beyond discourses, practices and realities* (Vol. 1). The Policy Press.
- Walther, A. (2022): Welfare States as Transition Regimes: Reconstruction from International Comparisons of Young People's Transitions to Work. In B. Stauber, A. Walther, & R. A. Settersten (Eds.). *Doing Transitions in the Life Courses — Practices and Processes*. Springer. 37-55.
- Walther, A., Batsleer, J., Loncle, P., & Pohl, A. (Eds.). (2020). *The Struggle of Participation and Young People. Contested Practices, Power and Pedagogies in Public Spaces*. Routledge.
- Walther, A., Lüküslü, D. G., Loncle, P., & Pais, A. (2021). Regimes of Youth Participation? Comparative Analysis of Youth Policies and Participation across European Cities. *YOUNG*, 29(2). <https://doi.org/10.1177/1103308820937550>
- Warner, Michael. (2002), "Publics and counterpublics". *Public Culture* , v. 14, n. 1, pp. 49-90.
- Weller, W., & Bassalo, L. D. M. B. (2020). A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. *Estudos Avançados*, 34, 391-408.
- Whyte, W. F. (2005). *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Jorge Zahar.
- Willis, P. (1977). *Learning to labor: How working class kids get working class jobs*. Columbia University Press.
- Wodak, R. (2015). *The Politics of Fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean*. SAGE.
- Wodak, R., & Reisigl, M. (2015). Discourse and racism. In D. Tannen, H. E. Hamilton, & D. Schiffrin. *The handbook of discourse analysis*. John Wiley & Sons. 576-596.
- Zhirkov, K. (2014). Nativist but not alienated: A comparative perspective on the radical right vote in Western Europe. *Party Politics*, 20(2), 286-296.
- Zuquete, J. P. (2018). *The Identitarians*. University of Notre Dame Press.

Apêndice 1

Roteiro das Entrevistas Biográficas

Estímulo: como disse anteriormente, a pesquisa que estou realizando visa entender os caminhos e experiências dos jovens participantes de movimentos organizados. Por essa razão, gostaria que você se apresentasse, colocando aquelas informações que você gosta ou acha importante que as pessoas saibam sobre você.

Agora, eu gostaria de pedir-lhe que me fale sobre seu caminho até este momento. Você pode começar desde o início e se concentrar em tudo o que você acha que foi relevante em seu percurso de vida para levá-lo a este momento atual. Leve todo o tempo que precisar; eu não o(a) interromperei. Tomarei apenas algumas notas e farei algumas perguntas no final.

(OPÇÃO: imagine que seria publicado um livro sobre você, uma biografia na qual você falará às pessoas sobre a sua trajetória. Você poderia me dizer o que estaria lá? Você pode começar desde a sua infância, não há pressa e todos os detalhes e memórias são importantes.)

Dimensões a serem consideradas (perguntas diretas, se não forem trazidas de forma autônoma ou se não estiverem suficientemente cobertas no relato do(a) entrevistado(a)):

OPÇÕES PARA O APROFUNDAMENTO

- Você poderia me dizer mais sobre (algum tópico trazido na narrativa inicial)?
- Você se lembra de uma primeira situação em que você se envolveu ou se relacionou com uma questão política?
- Você tem uma primeira memória de sua participação ou conexão com seu grupo/movimento?

Relacionamentos

- Relacionamentos relevantes no caminho dos entrevistados (tanto pares quanto adultos).

- Papel de outros adultos significativos (ou seja, membros mais velhos do grupo, professores, professores, treinadores).

- Identificação do fator-chave para análise posterior (outros ativistas e adultos significativos) e análise profunda de seu relacionamento (quem é essa pessoa? O que ela representa para você?).

- Papel e relações na família.

Espaços

- Espaços relevantes para o encontro com os colegas.

- Como identificar seus pares? Símbolos e representações.

- Espaços para uma autoexpressão confortável (incluindo suas perspectivas políticas).

Caminho de participação/ativismo

- Experiências anteriores de participação.

- Manifestações (se mencionadas, quais são as principais memórias).

- Primeiro contato com o grupo/início das atividades participativas atuais (relações relevantes e condições de vida no momento da primeira reunião com o grupo/início das atividades participativas atuais).

- Experiência participativa atual (tipos de atividades realizadas pelo entrevistado, descrição do grupo, principais tópicos de interesse e papel do entrevistado dentro do grupo).

- Os Movimentos

- Aprofundamento nas características e formas de organização dos movimentos (contextualização sobre as origens, história e identidade dos movimentos).

- Funções desempenhadas pelo entrevistado(a) e outras pessoas que são próximas.

- Qual a diferença desse movimento para outros em seu país?

Significados da participação

- Motivações/razões para escolher um determinado grupo e uma forma específica de compromisso (e não outros) (por que ser ativo desta forma?)
- Relacionamentos e usos de formas mais ou menos radicais de participação.
- Significados de participação, política e ativismo (definições como conceitos/*abstract words*, palavras-chave associadas a esses conceitos, principais referências/fontes de inspiração).
- Significado da identidade (o que significa para você ser politicamente ativo? O que significa para você ser um ativista? Como essas experiências o mudaram?)
- Estigmatização (há consequências de manter essa visão política? Quais?)

Percepções políticas e principais discursos

OPÇÕES: hoje, quais são os problemas mais fundamentais de seu país? Como você os resolveria?

(De acordo com você, quais são as questões políticas mais urgentes?)

- Percepções sobre democracia, direitos humanos, regras de direito e estratégias políticas (não perguntas específicas, mas principalmente uma pergunta adicional sobre temas de relevância para o movimento e para o entrevistado)

Contexto local (tópico interseccional)

OPÇÕES: há políticos que o inspiram? Você já viu algum movimento ao redor do mundo que o inspire?

- Principais temas, atores e eventos do contexto político local (e nacional) (destinados a avaliar a influência da cena política local no caminho participativo do entrevistado — opinião sobre a situação/sistema político no país e contexto local. Como eles se relacionam com isso?) (Compare seu contexto local/geral/ cidade/país).

- Futuro (como você projeta o seu futuro e o do seu país?)

Apêndice 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Beatriz Besen de Oliveira, responsável pela pesquisa Participação e Ativismo Juvenil em Movimentos Organizados no Brasil e na Alemanha, sob a orientação da Prof. Dr. Soraia Ansara no Programa Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, o(a) convido a participar como voluntário(a) deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende analisar e comparar as trajetórias e percepções de jovens ativistas em movimentos organizados no Brasil e na Alemanha. Acreditamos que ela seja importante porque garante uma compreensão mais aprofundada das relações entre juventude e política no século XXI, assim como das perspectivas dos jovens acerca do cenário político dos países. Para sua realização, será feito o seguinte: criarei uma reunião agendada no aplicativo Zoom, e ali será feita uma entrevista temática de trajetória de vida. A entrevista será gravada e armazenada, sendo o material posteriormente transcrito. Como uma entrevista de caráter aberto e apenas com aprofundamentos em tópicos apresentados pelo entrevistado e/ou relacionados à participação política, os riscos e danos são reduzidos e apenas relacionados ao estresse, cansaço ou sentimentos ligados às memórias passadas. Em caso de qualquer desconforto, o(a) entrevistado(a) poderá interromper a entrevista ou não responder às perguntas.

A pesquisadora responsabiliza-se pela guarda e confidencialidade de todos os dados coletados nos questionários e entrevistas e tomará todas as providências necessárias para manter o sigilo das informações. Todas as informações colhidas no questionário e nas entrevistas serão analisadas em caráter estritamente científico. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em eventos ou revistas científicas e mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade. Os dados da sua entrevista serão utilizados e armazenados apenas para essa pesquisa, sendo apagados ao fim dela. Sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Você não vai receber compensação financeira relacionada à sua participação, e não terá despesas pessoais em qualquer fase deste estudo. Caso você tenha alguma despesa ou algum prejuízo financeiro em decorrência desta pesquisa, você terá garantia de ressarcimento. Caso necessite, poderá contatar tanto o Comitê de Ética em Pesquisa quanto a pesquisadora.

Os Comitês de Ética em Pesquisa são ‘colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos’ (item VII.2 – Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde).

A pesquisa cumpre as diretrizes da Resolução CNS nº 466/2012 e da Resolução CNS nº 510/2016.

Contato do CEP- EACH/USP: Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), situado à Rua Arlindo Bettio, 1000, Prédio II, Sala T14, Vila Guaraciaba, São Paulo, SP, CEP 03828-000; telefone (11) 3091-1046; e-mail: cep-each@usp.br; horário de funcionamento: segundas às sextas-feiras, das 09h às 11h e das 14h às 16h.

Contato da pesquisadora responsável: Beatriz Besen de Oliveira, e-mail: beatrizbesenoliveira@usp.br e telefone: (11) 941199555.

Eu, _____, após ler ou escutar a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado(a) sobre o caráter voluntário de minha participação e da possibilidade de retirar este consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo.

Assinatura do voluntário

Data e local:

Assinatura do pesquisador responsável:

Data e Local:

=====

Apêndice 3

Sehr geehrter Interview-Partner,

Sehr geehrte Interview-Partnerin,

Ich bin Beatriz de Oliveira, Ph.D. Studentin von der Universität von São Paulo, Brasilien und Gastwissenschaftlerin von der Goethe-Universität Frankfurt und der Humboldt-Universität zu Berlin.

Die vorliegende Forschung konzentriert sich auf die Partizipation von Jugendlichen an Bewegungen, die so genannten ‘Neue Rechten’. Ihre Gruppe ist öffentlich mit diesem Label verbunden, aber ich interessiere mich für Ihre Perspektiv. Der Schwerpunkt liegt darauf den Zusammenhang zwischen Jugend und Politik und die Bedeutung von Partizipation zu erfahren. Es handelt sich um ein biografisches Interview, in dem ihr Lebensweg und ihre Wahrnehmungen zum Thema werden.

Ich würde mich sehr freuen, wenn Sie am _____ an biografischen Interviews teilnehmen würden und Sie zustimmen, dass dabei eine Tonaufnahme erstellt wird.

Die Tonaufnahme wird zur alleinigen Verwendung im Rahmen der Forschung genutzt. Darüber hinaus versichere ich Ihnen folgendes Datenschutzverfahren, damit Ihre Angaben zu keinem Zeitpunkt mit Ihrer Person in Verbindung gebracht werden können:

- Ich gehe sorgfältig mit dem Erzählten um: Nach der Aufnahme des Gespräches wird dieses transkribiert, d.h. mit einem digitalen Textverarbeitungsprogramm erfasst. Nach Abschluss des Projekts werden alle digitalen Aufnahmeformate gelöscht.

- Ich anonymisiere die Transkripte, d.h. alle Namen von Personen und Orten werden geändert.

- In sämtlichen Berichten und Publikationen dieser Forschung werden keine Angaben zu Interviewpartner*in gemacht, bzw. Namen von Personen oder Orte genannt.

- Ihr Name und Ihre Kontaktdaten werden am Ende des Projekts gelöscht, so dass lediglich der anonymisierte Text existiert.

Die Teilnahme ist freiwillig. Sie können die Antworten auch bei einzelnen Fragen verweigern. Auch die Einwilligung ist freiwillig und kann jederzeit widerrufen werden.

Vielen Dank für Ihre Unterstützung!

Einverständniserklärung

Ich bin über das Vorgehen bei der Auswertung des Interviews informiert worden. Ich bin damit einverstanden, dass einzelne, anonymisierte Sätze, die nicht mit meiner Person in Verbindung gebracht werden können, als Material für das Forschungsprojekt und die Weiterentwicklung der Forschung genutzt werden können.

Unter diesen Bedingungen erkläre ich mich bereit, das Interview zu geben und bin damit einverstanden, dass es elektronisch mitgeschnitten, transkribiert, anonymisiert und ausgewertet wird.

Unterschrift: _____ Datum: _____

Erklärung der/des Interviewer/in

Ich bin darüber informiert, dass alle Informationen, die ich im Rahmen des Interviews durch den Interviewten/ die Interviewte erhalte, der Schweigepflicht und den Datenschutzbestimmungen unterliegen. Ich gehe mit Ihnen streng vertraulich um und gebe sie nicht an Dritte weiter.

Unterschrift: _____ Ort, Datum: _____

Apêndice 4

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: JUVENTUDE, IDENTIDADES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO SÉCULO XXI: ativismo juvenil em movimentos organizados no Brasil e na Alemanha

Pesquisador: BEATRIZ BESEN DE OLIVEIRA

Versão: 1

CAAE: 58646722.9.0000.5390

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.472.555

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SÃO PAULO, 15 de Junho de 2022

Assinado por:

Beatriz Aparecida Ozello Gutierrez(Coordenador(a))